



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

**A DIMENSÃO COLABORATIVA E SUSTENTÁVEL NO PROJETO DE CRIAÇÃO  
DO MUSEU COMUNITÁRIO E ARQUEOLÓGICO DE PONTA GROSSA (MAPA):  
entre lógicas comunitárias e predatórias através da musealização na Praia de Ponta  
Grossa – Icapuí, Ceará**

Recife

2025

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

**A DIMENSÃO COLABORATIVA E SUSTENTÁVEL NO PROJETO DE CRIAÇÃO  
DO MUSEU COMUNITÁRIO E ARQUEOLÓGICO DE PONTA GROSSA (MAPA):  
entre lógicas comunitárias e predatórias através da musealização na Praia de Ponta  
Grossa – Icapuí, Ceará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laure Garrabé

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferreira, Gilvanildo Klebson Mendes.

A dimensão colaborativa e sustentável no projeto de criação do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa (MAPA): entre lógicas comunitárias e predatórias através da musealização na Praia de Ponta Grossa ? Icapuí, Ceará / Gilvanildo Klebson Mendes Ferreira. - Recife, 2024.

223f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA, 2024.

Orientação: Laure Marie-Louise Clémence Garrabé.

1. Colaboração; 2. Sustentabilidade; 3. Turismo de base comunitária; 4. Turismo Predatório; 5. MAPA. I. Garrabé, Laure Marie-Louise Clémence. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

**A DIMENSÃO COLABORATIVA E SUSTENTÁVEL NO PROJETO DE CRIAÇÃO  
DO MUSEU COMUNITÁRIO E ARQUEOLÓGICO DE PONTA GROSSA – MAPA:  
entre lógicas comunitárias e predatórias através da musealização na praia de Ponta  
Grossa – Icapuí, Ceará**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovada em 16/12/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.ª Dr.ª Laure Marie-Louise Clémence Garrabé (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Renato Amram Athias (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Gomes (Examinador Externo)  
Organização de Estados Ibero-Americanos - OEI

---

Prof. Dr. Bruno Bralon Soares (Examinador Externo)  
Universidade de St Andrews - Escócia

Ao meu pai, Gilvanildo de Barros Ferreira (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

As pessoas às quais aqui agradeço foram todas fundamentais para a realização deste trabalho. Sou grato ao destino por oportunizar nossos encontros, e tento, portanto, expressar minha gratidão. Finalizo um ciclo composto por muitos desafios profissionais e pessoais, de desarmonia e encontro, de perdas e frutos. Aos aflitos, asseguro: o desalento é apenas um intervalo entre duas venturas.

Agradeço ao meu amado pai, Gilvanildo de Barros (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho. Mesmo sem compreender minha formação acadêmica, jamais a questionou, pelo contrário, me encorajou permanentemente. Meu pai abdicou de sua própria felicidade para priorizar os seus filhos, fazendo incontáveis e inimagináveis esforços. Seguiremos juntos, sempre. Sei que fui abençoado por ser seu filho. Amo o senhor.

À minha esposa, Lílian Albuquerque. Pela dedicação e presença incansável; pelo carinho que nutriu e fortaleceu cada passo desta jornada. Obrigado por escolher, todos os dias, compartilhar as nossas vidas e os nossos sonhos. Este trabalho é uma pequena expressão do afeto e da parceria que construímos juntos. Com todo o meu amor.

Aos meus avós, Horácio dos Santos (*in memoriam*) e Maria Mendes; com amor. Obrigado por sempre cuidarem de mim e me enraizarem sobre quem sou para não me perder. Conservo o desejo de seguir os orgulhando.

Ao meu irmão, Gilmar Ferreira (*in memoriam*), com quem compartilhei uma relação intensa e com quem experenciei o padecer de amar. Sua presença viva em mim permanece preenchendo o vazio profundo que deixaste. Amo você em cada instante.

Ao meu tio Germano Barros. Sua trajetória e valores servem como um espelho que me inspiram a buscar sempre o melhor de mim mesmo.

Ao meu tio Josivaldo Barros, por todo o apoio que me ofereceu, sempre pronto a compartilhar conselhos valiosos e a acreditar em mim.

Aos meus sobrinhos, filhos do meu irmão: Pedro Enrico, Gilmar Gael e Davi Miguel. Que este trabalho possa servir de inspiração e direcionar positivamente suas vidas.

Ao meu melhor amigo e irmão Pablo Dantas, uma das pessoas mais generosas e sensíveis que conheço; com quem compartilho não apenas ambições profissionais, mas também os sonhos da vida. É uma honra tê-lo ao meu lado e aprender, diariamente, a importância de enxergar o mundo de modo mais sereno. Obrigado por tudo.

Ao meu amigo e irmão Elinildo Marinho. Uma das parcerias mais profundas e significativas que compartilho, companheiro de confidências e presença constante no meu dia

a dia, uma das pessoas mais corajosas que já conheci, que representa muito do que eu aspiro ser. Sou grato por seu conhecimento compartilhado nesta tese.

Ao meu amigo e irmão Bruno Antônio. Sua amizade é um presente valioso, e sou imensamente grato por poder contar com você em minha vida. Obrigado por sempre estar ao meu lado, compartilhando risadas, conselhos e lembranças inesquecíveis.

Ao meu eterno amigo e irmão, Flávio Drumont, pela amizade sólida e genuína que construímos ao longo de tantos anos. Que nossa amizade continue a se fortalecer cada vez mais, assim como o laço de irmandade que nos une.

À minha amiga Polly Cavalcanti, companheira desde os tempos da graduação em Museologia e que aceitou embarcar comigo no prazeroso, mas desafiador, caminho da Antropologia. Agradeço pela amizade, incentivo constante e torcida genuína. Sou profundamente grato por sua presença e por tudo o que compartilhamos ao longo desses anos.

A Márcio Almeida, pelos conselhos e por despertar em minha infância a consciência de que a educação é uma ferramenta de transformação.

A Edivan Ramos, melhor amigo do meu pai, por todo o suporte oferecido à minha família e que, indiretamente, contribui para que pudesse realizar este trabalho. Agradeço por toda a generosidade.

Em especial, à minha orientadora, Laure Garrabé. Não apenas pela orientação desta pesquisa, mas pela parceria de mais de nove anos, que começou em 2016, no mestrado em Antropologia. Laure é uma grande referência para mim enquanto antropóloga. Seu perfil é uma simbiose entre sensibilidade e comprometimento. Tê-la como orientadora e amiga é, sem dúvida, um dos maiores presentes que a Antropologia me proporcionou. Obrigado pela dedicação e por desempenhar um papel fundamental no meu processo de formação. Torço que continuemos, por longos anos, nossa colaboração. Aqui, deixo registrado o quanto a admiro.

Ao professor Renato Athias, orientador do meu trabalho de conclusão de curso da graduação, em 2015. Meu professor desde 2011, passando pela graduação, mestrado e doutorado, sendo uma importante fonte de inspiração. Sou imensamente grato por ter aceitado compor a banca de avaliação desta tese e por tudo o que aprendi sob sua orientação.

Ao professor Alex Vailati, por ter aceitado o convite para ser avaliador interno desta tese. Agradeço também pelos instigantes debates sobre teoria antropológica, que enriqueceram profundamente minha formação durante o doutorado.

Ao professor Alexandre Gomes, um imprescindível aliado na minha trajetória acadêmica e profissional ao longo de mais de 10 anos. Foi ele quem, em 2014, me oportunizou conhecer a praia de Ponta Grossa. Mesmo sem saber, foi o responsável por me

fazer não desistir da Museologia nos primeiros desafios da graduação, ao abrir meus olhos para as possibilidades de atuação como museólogo. Me propiciou, também, o primeiro contato com práticas colaborativas e os povos indígenas. Sou profundamente grato por tudo o que aprendi e pela confiança que sempre depositou em mim.

Ao professor Bruno Brulon, a quem tive a honra de ser aluno em 2019, no curso de especialização em Museus Comunitários da Fundaj, e avaliador da qualificação do meu projeto de tese no mesmo ano. Ter a oportunidade de contar com as valiosas contribuições de uma das grandes referências da museologia mundial é, sem dúvida, motivo de imenso orgulho e satisfação. Sou extremamente grato por ter aceitado avaliar este trabalho e por cada aprendizado compartilhado.

A todo o corpo docente e técnico do PPGA e DAM pela contribuição, apoio e a orientação em todos esses anos.

Aos meus colegas de turma, em especial à Danielly Amorim, Marisa Rodrigues e Ilana Barroso, cujo encorajamento, apoio e amizade foram fundamentais durante essa jornada. Sou afortunado por tê-las como amigas.

Ao professor Almir Leal de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará – UFC, pelas referências históricas sobre Icapuí indicadas durante o mestrado e por participar da qualificação desta tese, contribuindo inestimavelmente com a pesquisa.

À professora Tereza Scheiner, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, por sua orientação no trabalho de especialização em Museus, Identidades e Comunidades da Fundaj - pesquisa que oferece uma contribuição significativa para este trabalho.

À professora Ana Cláudia Rodrigues, do PPGA/UFPE por participar da qualificação do projeto de tese e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

A Henrique Cruz, o carioca mais pernambucano que conheço, por todo o apoio, incentivo e valiosas oportunidades ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional. Sua generosidade com o cenário museológico pernambucano é inspiradora e deixa uma marca profunda em todos que têm o privilégio de compartilhar esse caminho. Sua contribuição é inestimável.

A todos da Associação Cultural dos Mamulengueiros e Artesãos de Glória do Goitá (ACMAGG) e Museu do Mamulengo de Glória do Goitá (MUMAM), onde atuei como Vice-Presidente da Associação e Museólogo do Museu. Agradeço a compreensão pelos momentos de inteira dedicação a este trabalho.

À Paula Araújo, coordenadora de projeto do CNPq no Museu de Solos de Pernambuco Professor Mateus Rosas Ribeiro (MUSSPE), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde atualmente estou como Museólogo Assessor. Também agradeço pela compreensão pelos momentos de inteira dedicação a este trabalho e pela grata parceria profissional.

Em Icapuí, outro agradecimento especial a toda a comunidade da Praia de Ponta Grossa, o segundo lar que me ajudou a me descobrir como pesquisador. Talvez eu seja o pesquisador brasileiro que tenha produzido mais conhecimento sistematizado sobre a constituição sociocultural dessa importante e singular região. Porém o que me deixa com os olhos trêmulos é a constituição de laços afetivos com os moradores que atravessam minha vida desde então. Hoje, sou um aliado político e um militante de qualquer causa que possa beneficiar a comunidade. Nessa relação, sem dúvidas, fui o mais privilegiado, pois jamais poderei retribuir o que fizeram e ainda fazem por mim durante todos esses anos. A comunidade é uma família na qual fui honrado em fazer parte.

Agradeço particularmente ao Sr. Josué Crispim, por sua dedicação ao patrimônio arqueológico e pela amizade que construímos. A Eliabe Crispim, Talyta Crispim e Agago Crispim, amigos que compartilharam inúmeras informações sobre o turismo em Icapuí, Ponta Grossa e região. Aos amigos Azarias Crispim e Marcos Junqueira pelo conhecimento partilhado e pelas boas conversas que amenizaram a “solidão” da pesquisa em campo. Esses atores foram fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas de campo que iniciei há 10 anos, sempre prontos a me apoiar quando necessário. Sou imensamente grato pela ajuda de todos vocês.

À Prefeitura Municipal de Icapuí, cuja colaboração facilitou significativamente a pesquisa de campo em Ponta Grossa. Em especial, agradeço ao ex-Secretário de Cultura e Juventude do município, Manoel de Freitas Filho (Freitas), historiador com profundo conhecimento da história de Icapuí e figura de grande relevância política que desempenhou um papel fundamental na articulação local deste trabalho.

À Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará. Em especial, aos técnicos Igor Pedroza, Alexandre Jacó e Thalison dos Santos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Considerar a nossa maior angústia como um incidente sem importância, não só na vida do universo, mas na da nossa mesma alma, é o princípio da sabedoria. Considerar isto em pleno meio dessa angústia é a sabedoria inteira (Pessoa, 1996, p. 202).

## RESUMO

Esta tese visou analisar o projeto colaborativo e sustentável de construção do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa (MAPA), através do embate entre as lógicas comunitárias e predatórias no Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido na comunidade praiana de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí, Ceará. Toda a dinâmica comunitária da praia é aparelhada por meio de vínculos dos moradores com a exploração sustentável das riquezas naturais disponibilizadas no território, seja nos setores da pesca, do turismo ou do cotidiano. A construção do Museu pode, a grosso modo, consolidar e dar continuidade aos modos que subsistem ou, pelo contrário, ser um dos símbolos da ruptura desse envolvimento consciente e sustentável com o meio ambiente. O efeito dessa disputa pode ser percebido ao considerar a implicação que a criação do Museu, um equipamento turístico-cultural, “cartão-postal” do município, terá sobre a relação entre os moradores de Ponta Grossa e seu território. Ao ambicionar o desenvolvimento do setor turístico na localidade, o MAPA é entendido não como a causa de uma imaginável fratura desse contrato, mas como o efeito de estratégias econômicas cada vez mais pressionadas pelo capital. Nas concepções do projeto, há interseções entre categorias aparentemente contraditórias, distribuídas pelos diferentes atores enredados, que dialogam numa tentativa de instituir um todo coeso, como “particularismo” e “universalismo”, “economia globalizada” e “sustentabilidade ambiental”, “turismo de base comunitária” e “turismo massificado”, por exemplo. Por isso a pesquisa sistematiza o termo “museologia colaborativa”, influído pela “antropologia colaborativa” - uma importante iniciativa de sistematização do campo antropológico da pesquisa colaborativa - para questionar o enfoque da literatura que considera os museus comunitários dispositivos voltados quase que integralmente para seu interior, objetivando problematizar como Ponta Grossa, por meio do MAPA, pode se ligar ao turismo cada vez mais mundial sem romper com as práticas locais sustentáveis.

**Palavras-chave:** Colaboração; Sustentabilidade; Turismo de base comunitária; Turismo Predatório; MAPA.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the collaborative and sustainable project of building the Ponta Grossa Community and Archaeological Museum (MAPA), through the clash between the community and predatory logics in community-based tourism (CBT) developed in the beach community of Ponta Grossa, located in the municipality of Icapuí, Ceará. All the community dynamics of the beach are geared towards the residents' links with the sustainable exploitation of the natural resources available in the territory, whether in the sectors of fishing, tourism or everyday life. The construction of the Museum can, broadly speaking, consolidate and give continuity to the modes that subsist, or, on the contrary, be one of the symbols of the rupture of this conscious and sustainable involvement with the environment. The effect of this dispute can be perceived by considering the implications that the creation of the Museum, a "postcard" tourist-cultural facility of the municipality, will have on the relationship between the residents of Ponta Grossa and their territory. In its ambition to develop the tourism sector in the area, MAPA is understood not as the cause of an imaginable rupture in this contract, but as the effect of economic strategies increasingly pressured by capital. In the project's conceptions, there are intersections between apparently contradictory categories, distributed among the different actors involved, who dialogue in an attempt to establish a cohesive whole, such as "particularism" and "universalism", "globalized economy" and "environmental sustainability", "community-based tourism" and "mass tourism", for example. For this reason, the research systematizes the term "collaborative museology", influenced by "collaborative anthropology" - an important initiative to systematize the anthropological field of collaborative research -, to question the focus of the literature that considers community museums as devices focused almost entirely on their interior, aiming to problematize how Ponta Grossa, through MAPA, can connect to increasingly global tourism without breaking with local sustainable practices.

**Keywords:** Collaboration; Sustainability; Community-based tourism; Predatory tourism; MAPA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Escalas municipal, estadual e nacional de Ponta Grossa	46
Fotografia 1 –	Paredão de falésia multicolorido e dunas	46
Fotografia 2 –	Duna sobre parte do paredão de falésias em Ponta Grossa	48
Fotografia 3 –	Sr. Josué Crispim observando os artefatos arqueológicos presentes na superfície de sítios em Ponta Grossa	52
Fotografia 4 –	Parte do sítio Morro dos Ventos e enseada da praia da Redonda ao fundo	53
Fotografia 5 –	Diversidade contemporânea de biotipos entre os moradores de Ponta Grossa	54
Fotografia 6 –	As duas partes da comunidade (praia e “serra”) de Ponta Grossa vistas por satélite	59
Fotografia 7 –	Vista mais ampla de Ponta Grossa, por satélite, integrando a comunidade, dunas e a mata de tabuleiro	60
Fotografia 8 –	Vista panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa na praia	61
Fotografia 9 –	Técnicos do Iphan/CE analisando área com presença de objetos arqueológicos na “serra” de Ponta Grossa	61
Fotografia 10 –	Igreja Assembleia de Deus em Ponta Grossa	65
Fotografia 11 –	Casa típica da “serra” de Ponta Grossa	66
Fotografia 12 –	Trecho do bioma mangue e uma das lagoas costeiras de água doce que se formam na praia	70
Fotografia 13 –	Evidência da presença de lençóis freáticos que formam lagoas na praia de Ponta Grossa	71
Fotografia 14 –	“Pedra do Cachorro” (à esquerda)	72
Fotografia 15 –	Muro de contenção, enrocamento, contra a erosão costeira na orla da Praia de Barreiras de Baixo	75
Fotografia 16 –	Maré alta “quebrando” no paredão das falésias e dunas	76
Fotografia 17 –	Futebol realizado na praia todos os dias no fim da tarde	77
Figura 2 –	Localização geográfica de Icapuí e a distribuição dos seus distritos, comunidades e praias	81
Fotografia 18 –	Manzuás na Praia de Ponta Grossa	82
Fotografia 19 –	Pescador artesanal volta de atividade na Praia de Ponta Grossa	85

Fotografia 20 –	Roçados ocupado pelos moradores de Ponta Grossa em 1968	86
Fotografia 21 –	Sr. Francisco Sobrinho Crispim posando numa rede	89
Fotografia 22 –	Garrafa de cerâmica vitrificada, do tipo grés, utilizada para transporte de bebidas destiladas nos séculos XVII a XIX com a inscrição “Amsterdam”	91
Fotografia 23 –	Peixe fossilizado: exemplo de biofato do acervo arqueológico em Ponta Grossa	93
Fotografia 24 –	Conjunto de cravos holandeses e português de ferro fundido	94
Fotografia 25 –	Rastros deixados nas dunas pelos <i>bugies</i>	99
Fotografia 26 –	Sr. Josué Crispim e Ricardo Arruda expondo a bugueiro sobre a proibição da circulação em sítio arqueológico nas dunas de Ponta Grossa	100
Figura 3 –	Perspectiva de planta arquitetônica da Casa de Cultura Pindú	104
Fotografia 27 –	Apresentação do projeto executado pela empresa ArqueoSocio à comunidade de Ponta Grossa	106
Fotografia 28 –	Laboratório onde eram realizadas as análises do inventário	107
Fotografia 29 –	Centro de Educação Infantil da Praia de Ponta Grossa	108
Fotografia 30 –	Sr. Josué Crispim segurando uma mão de pilão (almofariz) feita de um bloco de granito polido	109
Fotografia 31 –	Comunicado da Prefeitura Municipal de Icapuí sobre a suspensão das visitas ao acervo arqueológico de Ponta Grossa	111
Fotografia 32 –	Primeira reunião de articulação do MAPA entre moradores de Ponta Grossa e Secretaria de Cultura e Juventude de Icapuí	112
Fotografia 33 –	Apresentação da carta-recomendação para a construção do MAPA ao prefeito de Icapuí, Lacerda Filho, em Ponta Grossa	113
Fotografia 34 –	João Paulo, então Secretário do IMFLA, apresentando estudo técnico sobre as localizações apontadas para construção do MAPA	114
Fotografia 35 –	Técnicos do Iphan/CE analisam terreno escolhido pela comunidade de Ponta Grossa para a construção do MAPA	115
Fotografia 36 –	Apresentação do projeto arquitetônico desenvolvido pelo Iphan/CE aos moradores de Ponta Grossa	116
Figura 4 –	Planta arquitetônica do Museu Arqueológico e Comunitário de Ponta Grossa	117

Fotografia 37 –	Reunião de debate do plano de trabalho do projeto de construção do MAPA	118
Fotografia 38 –	Trilha já modificada para a circulação de <i>buggies</i> em terreno da empresa Cascaju Agroindustrial	119
Fotografia 39 –	Defesa da dissertação de mestrado no PPGA/UFPE	121
Fotografia 40 –	Entrega de cópias da dissertação de mestrado a moradores de Ponta Grossa	122
Fotografia 41 –	Apresentação da versão final do projeto arquitetônico do MAPA à comissão de moradores de Ponta Grossa na Superintendência do Iphan/CE, Fortaleza	133
Fotografia 42 –	Exposição da Casa-Museu Maria da Conceição Rebouças	136
Fotografia 43 –	Padre Lopes recebendo a visita do museólogo Mário Chagas na Casa da Memória Latino-Americana	136
Fotografia 44 –	Fachada da Casa-Museu Gilberto Calungueiro	137
Fotografia 45 –	Rampa de acesso à Praia de Ponta Grossa	145
Fotografia 46 –	Tonalidade azul turquesa do mar na praia de Ponta Grossa	148
Fotografia 47 –	Restaurante e Café Garfo com Letras: estabelecimento de pequeno porte localizado em Ponta Grossa	149
Fotografia 48 –	Restaurante e Pousada Refúgio Canaã: estabelecimento de grande porte em Ponta Grossa	150
Fotografia 49 –	Lagosta ao alho e óleo, prato mais tradicional da culinária de Ponta Grossa	151
Fotografia 50 –	Barraca de praia Rastharmam, de Agabo Crispim, em Ponta Grossa	152
Fotografia 51 –	Azarias Crispim em sua casa, localizada na parte com menos acesso turístico em Ponta Grossa	156
Fotografia 52 –	Ramificações estruturais da Barraca Pantanal: ampliação da infraestrutura dos equipamentos turísticos de Ponta Grossa	157
Fotografia 53 –	Forte presença de algas marinhas em trecho da Praia de Ponta Grossa	163
Fotografia 54 –	Passarela da Estação Ambiental Mangue Pequeno	165
Fotografia 55 –	Orla de Canoa Quebrada com grande fluxo e presença de muitos turistas	167

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTB	Associação Brasileira de Teatro de Bonecos
ACMAGG	Associação Cultural dos Mamulengueiros e Artesãos de Glória do Goitá
ACPG	Associação Comunitária de Ponta Grossa
AQUASIS	Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos
APA	Área de Proteção Ambiental
APIC	Associação dos Apicultores do Município de Icapuí
APP	Área de Preservação Permanente
APPG	Associação Pesqueira de Ponta Grossa
AIRE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASTUMAC	Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPG	Conselho Deliberativo de Ponta Grossa
CE	Ceará
CEI	Centro de Educação Infantil
CEMIC	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Museus, Identidades e Comunidades
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
DAM	Departamento de Antropologia e Museologia
EIPP	Escola de Inovação e Políticas
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FBC	Fundação Brasil Cidadão
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GDTUR	Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IMFLA	Instituto Municipal de Fiscalização

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN/CE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará
IUCN	União Internacional de Conservação da Natureza
MAPA	Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa
MINC	Ministério da Cultura
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
MUMAM	Museu do Mamulengo de Glória do Goitá
MUSSPE	Museu de Solos de Pernambuco Professor Mateus Rosas Ribeiro
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Pública
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
RCMC	Rede Cearense de Museus Comunitários
SECTUR	Secretaria de Cultura e Turismo de Icapuí
SECULT/CE	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SEDEMA	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e pesca de Icapuí
SEM/CE	Sistema Estadual de Museus do Ceará
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
WHSRN	Sítio da Rede de Reservas de Aves Limícolas do Hemisfério Ocidental

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA: o estudo de campo</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE PONTA GROSSA</b>	<b>45</b>
3.1	DAS OCUPAÇÕES PRÉ-COLONIAIS AO ATUAL TOPÔNIMO “PONTA GROSSA”	45
3.2	A CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIOCULTURAL PONTAGROSSENSE	57
<b>4</b>	<b>UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA PRAIA DE PONTA GROSSA ATUALMENTE</b>	<b>68</b>
4.1	TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM PONTA GROSSA	68
4.2	PESCA ARTESANAL E PREDATÓRIA E OUTROS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA	77
<b>5</b>	<b>MUSEALIZAÇÃO, COLABORAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NA PRAIA DE PONTA GROSSA</b>	<b>88</b>
5.1	DA SALVAGUARDA À INTUIÇÃO MUSEOLÓGICA: constituição e musealização do acervo arqueológico de ponta grossa	88
5.2	O PROJETO COLABORATIVO PARA A CRIAÇÃO DO MAPA: uma análise sobre os 27 anos de articulação museológica em Ponta Grossa	102
<b>6</b>	<b>POR UMA MUSEOLOGIA COLABORATIVA E PRAGMÁTICA: novas abordagens aos museus comunitários</b>	<b>123</b>
<b>7</b>	<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: turismo de base comunitária e predatório</b>	<b>139</b>
7.1	TURISMO E MUSEUS COMUNITÁRIOS: uma interseção não contraditória	139
7.2	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E AS INTERAÇÕES GLOBAIS EM PONTA GROSSA	144
7.3	SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO: desafios e inovações nas práticas turísticas atuais	158

7.4	A SUSTENTABILIDADE COMO UMA CATEGORIA QUE EXCDEE O MEIO AMBIENTE	173
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>184</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>195</b>
	<b>ANEXO A – CAPA DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS</b>	<b>207</b>
	<b>ANEXO B – CONTEÚDO DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS</b>	<b>208</b>
	<b>ANEXO C – MATÉRIA SOBRE A SUPOSTA DESCENDÊNCIA HOLANDESA E SUA HERANÇA NO FENÓTIPOS</b>	<b>209</b>
	<b>ANEXO D – MATÉRIA SOBRE A “HERANÇA” LOIRA DE PONTA GROSSA</b>	<b>210</b>
	<b>ANEXO E – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO AO MPF PARA ORIENTAR A ASSOCIAÇÃO DE BUGUEIROS DE CANOA QUEBRADA SOBRE AS LEIS DE PROTEÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>	<b>211</b>
	<b>ANEXO F – OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ EM RESPOSTA À COBRANÇA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO QUE SE REFERE À PROTEÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>	<b>212</b>
	<b>ANEXO G – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ À SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO PARA VISTORIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MORRO DOS VENTOS, NA PRAIA DE PONTA GROSSA, ACATANDO O OFÍCIO DA PROCURADORIA</b>	<b>213</b>
	<b>ANEXO H – OFÍCIO DO IPHAN/CE SOLICITANDO AO SR. JOSUÉ CRISPIM A SUSPENSÃO IMEDIATA DE SUAS COLETAS ARQUEOLÓGICAS E PROMETENDO A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA</b>	<b>215</b>
	<b>ANEXO I – TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ E IPHAN/CE PARA A</b>	

<b>CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO J – OFÍCIO DO IPHAN/CE AO GRUPO EDSON QUEIROZ SOLICITANDO A DOAÇÃO DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO K – REUNIÃO EM PONTA GROSSA DOS INTEGRANTES DO PROJETO RESGATE</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO L – PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO</b>	<b>219</b>
<b>ANEXO M – LEI N.º 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO N – PLANTA ARQUITETÔNICA DO MCAPG DESENVOLVIDA PELO IPHAN/CE</b>	<b>222</b>
<b>ANEXO O – PLANTA ARQUITETÔNICA DO MCAPG DESENVOLVIDA PELO IPHAN/CE</b>	<b>223</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar o projeto sustentável e colaborativo de construção do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa (MAPA)<sup>1</sup> por meio do embate entre as lógicas locais e predatórias presentes no Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido na comunidade praiana de Ponta Grossa, que é composta por cerca de 250 moradores, situada em Icapuí, extremo leste do estado do Ceará. O efeito dessa disputa que o estudo reflete é erguido ao considerar a implicação que a criação do Museu terá sobre o núcleo gestor, se assim podemos chamar, de Ponta Grossa: sua relação intrínseca com o meio ambiente. Destaco que a presente pesquisa toma como objeto o projeto de construção, ou seja, a concepção do Museu, não a concretude que é sua própria construção física.

Para fins de definição, considera-se como turismo de base comunitária “um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade” (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016, p. 174.). O TBC representa uma abordagem diferenciada de gestão da atividade turística, desenvolvida a partir da necessidade de transformar o turismo em um instrumento gerador de benefícios coletivos para as comunidades anfitriãs. Para isso, essa forma de turismo se fundamenta em vínculos de solidariedade e cooperação entre os envolvidos, promovendo ações que incentivem o empoderamento e o fortalecimento da coesão social nas comunidades (Barreto *et al.*, 2023a).

Neste trabalho, adotamos diferenciação entre o turismo de base comunitária (gestão endógena, realizada pelos moradores locais) e o turismo comunitário (desenvolvido na comunidade, mas sem necessariamente ter gestão local), segundo a turismóloga Priscilla Marques. Ou seja, um grupo exógeno especializado em exploração turística é responsável por essa gestão (Torres Júnior *et al.*, 2020). Já o turismo predatório (massificado) é:

[...] baseado em um enfoque estritamente econômico (entenda-se numérico), [...] praticado em larga escala, sem limites ao crescimento, sem respeito às capacidades de suporte das destinações receptoras, com vistas essencialmente ao lucro e incapaz de contemplar os anseios da própria comunidade residente na destinação (Körössy, 2008, p. 65).

Apesar de ameaças ao modelo de sustentabilidade e a não compatibilidade com este tipo de turismo, acelerado sobretudo pelo período “pós-pandêmico”, Ponta Grossa se apresenta aos seus visitantes como uma localidade que pratica o TBC, que se fundamenta no

---

<sup>1</sup> Esta sigla é usada apenas nesta tese, não é adotada e nem foi discutida entre os atores envolvidos no projeto de construção do Museu. A sigla faz alusão à palavra “mapa”, ao considerar a região de Ponta Grossa uma importante área no processo de colonização brasileira, testemunhada pelo conjunto de artefatos arqueológicos.

desenvolvimento sustentável, como uma comunidade que realiza planejamentos estratégicos a longo prazo, que defende a preservação cultural e ambiental e a qualidade de vida. Ao mesmo tempo em que se preocupam com a excelência no atendimento aos turistas, os moradores não deixam de se auto priorizarem, colocando limites na abdicação do bem-estar comunitário pela preferência ao setor turístico. Isto é, há a preocupação em tratar bem os turistas, mas também há a apreensão de uma boa qualidade de vida da comunidade, não cedendo de tudo pelo turismo. Nesse recorte, cumpre os princípios traçados pelo Ministério do Turismo – MTur (Brasil, 2010 *apud* Fabrino; Nascimento; Costa, 2016) sobre a relação harmoniosa entre turismo e comunidades receptoras.

O território da comunidade é coletivamente habitado e individualmente apropriado, pois houve um processo de loteamento por parte dos moradores, em que cada família pôde ter sua área delimitada. Existe um acordo comunitário (ou pelo menos existia) que determina a proibição da venda de terras dentro da comunidade para pessoas de “fora”, ou seja, que não sejam da comunidade. Essa medida foi tomada para evitar que a especulação imobiliária - demasiadamente presente na região - de fato transformasse a localidade em um grande centro turístico, destruindo as relações sociais e a infraestrutura comunitária. Porém, há pouco tempo, as primeiras vendas de terra em Ponta Grossa foram realizadas. Cerca de cinco moradores venderam suas propriedades para veranistas de Fortaleza; e essa dialética sobre a posse do solo em Ponta Grossa pode gerar melindrosas alterações na dinâmica sociocultural e econômica da comunidade (Matias; Carvalho, 2017 *apud* Costa; Fonseca, 2019).

Ante a complexidade do caso, fica demonstrado, por outro lado, o impacto negativo do “desenvolvimento da atividade turística que transforma comunidades em núcleo receptor do turismo, área de segundas residências, com implicações no desenvolvimento socioespacial” (Coriolano; Pereira, 2018, p. 91). Esse processo poderá ser impulsionado pelas obras de pavimentação da via que liga a sede do município às praias, incluindo Ponta Grossa, cedendo ainda mais as imposições da especulação imobiliária, podendo desencadear alterações internas extremamente danosas. Assim como a pavimentação, a padronização urbanística que segue na comunidade de Redonda, por exemplo, segue os moldes dominantes de planejamento de atividades turísticas globais (Torres Júnior *et al.*, 2020). A faixa litorânea do estado do Ceará, especialmente a região de Canoa Quebrada, está praticamente dominada pela especulação imobiliária voltada ao turismo e por interesses privados (Silva, 2013).

Esse processo tem sido respaldado, ao longo dos anos, pelo discurso oficial dos Governos do Estado do Ceará, ao enfatizar que o turismo é a grande vocação econômica do Estado, atraindo e facilitando a instalação de grandes equipamentos

turísticos, por meio de incentivos governamentais. Dessa forma, barracas, resorts e outros equipamentos turísticos instalados ao longo do litoral cearense, em espaços protegidos pela legislação ambiental, têm gerado conflitos com as comunidades tradicionais, por terem seus espaços vinculados diretamente ao seu modo de vida, invadidos por esses megaempreendimentos (Silva, 2013, p. 70-71).

Isto é, são medidas, realizadas pelo poder público, de melhorias da infraestrutura para potencializar a qualidade dos atrativos com o objetivo de dotar o sistema turístico de Icapuí de maior competitividade no cenário global (Costa; Fonseca, 2019). Como informativo, o estado do Ceará receberá do Governo Federal um investimento de cerca de R\$ 28 milhões para a infraestrutura do turismo cearense<sup>2</sup>. Esse abalo está atrelado “ao movimento dinâmico do capital que encontra no fluxo turístico e no setor imobiliário condições satisfatórias de migração entre os circuitos e territórios que garantem a sua reprodução (Harvey, 2004 *apud* Costa; Fonseca, 2019, p. 94). Ou seja, a atividade turística contribui diretamente para a expansão do mercado imobiliário (Fonseca; Janoschk, 2018).

Toda a dinâmica comunitária da praia é aparelhada mediante o vínculo dos moradores com a exploração sustentável das riquezas naturais disponibilizadas no território, seja nos setores da pesca, do turismo ou do cotidiano. A mudança, aceleração, reorganização ou desestruturação dessa lógica significa a desarticulação de toda a cadeia local, e a construção do Museu pode, grosso modo, consolidar e dar continuidade aos modos que subsistem, ou, pelo contrário, ser um dos símbolos da ruptura desse envolvimento consciente e sustentável com o meio ambiente. No estudo, o Museu é tomado a partir da perspectiva latouriana (2013) ao tratar das relações entre humanas e não-humanos (território, museu e acervo) - todos nesse contexto entendidos enquanto “atores” do projeto - que constituem a realidade local, já que a dimensão colaborativa do Museu não pertence inteira e exclusivamente aos atores sociais na perspectiva provocada.

Apesar das diferentes perspectivas de abordagem sobre os museus comunitários a partir da Museologia, e considerando as diversas possibilidades dos museus, nota-se que o enfoque, quando não exclusivamente dedicado, geralmente aponta para a apreciação desses espaços como instrumentos de análise da memória, dispositivo que auxilia os moradores locais a (re)interpretar o passado e valorizar as práticas de experiências anteriores. Os museus comunitários, nesse sentido, são entendidos quase que na sua plenitude como ferramentas utilizadas para recuperar e manter o sentimento de pertencimento sobre o patrimônio, voltados quase que integralmente para seu interior. Contudo, embora essa lógica possa ser importante e

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/01/05/governo-do-ceara-e-uniao-anunciam-investimento-de-cerca-de-r-28-milhoes-para-infraestrutura-do-turismo-cearense/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

também presente na criação do MAPA, outra justificativa para esses empreendimentos comunitários pode ser a contribuição para o desenvolvimento do turismo e da economia local. Para isso, a preocupação em fomentar estratégias e ações de investimentos públicos e também de iniciativas privadas (por meio de isenções fiscais, por exemplo), deve ser planejada como forma de sustentabilidade financeira, possibilitando maior visibilidade e valorização desses espaços.

A construção do Museu é entendida não como a causa de uma imaginável fratura desse contrato, mas como o efeito de estratégias econômicas cada vez mais pressionadas pelo capital. Nas concepções do projeto, há interseções entre categorias aparentemente contraditórias, distribuídas pelos diferentes atores enredados, sejam humanos ou não-humanos, que dialogam numa tentativa de instituir um todo coeso, como “economia criativa” e “sustentabilidade ambiental”, “comoditização da cultura” e “meio ambiente”, “turismo de base comunitária” e “turismo predatório”, por exemplo. Assim como na perspectiva de Silveira (2008), adota-se uma abordagem que explore arenas ou campos de conflito nos quais estão em disputa múltiplos interesses, tanto coletivos quanto individuais, em vez de uma perspectiva que simplifique os conflitos a uma oposição superficial entre interesses globais, vistos como mais legítimos, e interesses locais. Por isso, o estudo considera a organização social não como um dado pronto ou uma instância absolutamente bem delimitada e estável, mas pelo contrário, foca-se na organização como um processo altamente instável, temporário e negociado (Law, 2004).

A saber, a iniciativa para a construção do Museu faz parte do projeto idealizado a partir de um Termo de Cooperação Técnica<sup>3</sup> entre a Prefeitura Municipal de Icapuí, a Superintendência no Ceará do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/CE) e a comunidade de Ponta Grossa (também por isso o uso do termo “colaborativo”), embora a construção de um espaço museal já venha sendo discutida há mais de dezessete anos.

A constituição do Museu para abrigar o acervo é quase uma epopeia. Dezenas de promessas e tentativas de instituições privadas, professores universitários, pesquisadores, amantes do colecionamento de muitas partes do mundo e de órgãos públicos competentes foram realizadas. Além disso, em 2005, foi criada a Lei nº 457/2005, que dispõe sobre a criação do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa” e dá outras providências, aprovada

---

<sup>3</sup> “[...] instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes” (Advocacia Geral da União, Parecer 15/2013).

na Câmara de Vereadores de Icapuí (assunto explanado no quarto tópico). É importante salientar que essa lei foi o resultado da iniciativa e reivindicação tomadas por moradores de Ponta Grossa para realizar a construção desse antigo desejo. A despeito da sua aprovação, a lei não foi executada. De forma geral, as tentativas de construção potencializaram ainda mais a vontade dos moradores de Ponta Grossa para essa construção, e influenciaram também o desenvolvimento do atual projeto do MAPA ao levar em conta a articulação existente desde então.

Esse objetivo museológico surge, primeiramente, a partir do ex-pescador, arqueólogo autodidata e morador de Ponta Grossa, Sr. Josué Crispim, ao construir um acervo arqueológico na comunidade. Com 64 anos de idade, Josué Crispim é natural de Ponta Grossa. Durante cerca de três décadas, a partir de doações, compras e, principalmente, por meio de coletas na própria localidade, montou um acervo arqueológico com mais de 4.500 objetos. Para ele, a análise do deslocamento e do encontro naquela região de artefatos indígenas, europeus e africanos, poderia descrever a história de sujeitos do passado. Logo, o colecionamento poderia facilitar o entendimento sobre a história dos seus antecedentes e da própria região de Icapuí.

O acervo é constituído por objetos de diversas categorias e cronologias, porém a composição quase total das coleções (cerca de 90%) é de objetos arqueológicos históricos e pré-históricos (essa diferença se dá pelo posicionamento no tempo e espaço). No caso específico do Brasil, os artefatos pré-históricos são considerados antecessores à colonização europeia; já os históricos são os artefatos posteriores ao contato europeu na colonização (Nogueira, 2020)<sup>4</sup>. No acervo, há a presença de artefatos líticos, material em vidro e metal, cerâmicas (faiança fina e portuguesa; cerâmica neobrasileira; indígena; olaria; cachimbo português e holandês; grés; e porcelana), minerais e rochas, fósseis, moedas, documentos; além de objetos não arqueológicos, como livros, fotografias, entre outros. Em outra ocasião (Ferreira, 2018), escrevemos que os vestígios arqueológicos da Praia de Ponta Grossa compõem um conjunto de itens fundamentais para aqueles que pretendem entender a conquista europeia em terras brasileiras. Ou seja, nessa visão, Ponta Grossa é um elo

---

<sup>4</sup> Depoimento realizado por escrito e disponibilizado para este estudo em 18 de maio de 2020, em Recife, Pernambuco, pela historiadora, mestre e doutoranda em Arqueologia pela UFPE. Ainda, segundo ela, “Os [artefatos] pré-históricos podem ser compostos por diferentes remanescentes como, por exemplo: ferramentas de pedra, rochas com alterações antrópicas, cerâmica, ossos humanos e de animais, sementes e todo e qualquer objeto modificado como matéria-prima para sua utilização. Os artefatos históricos podem ser exemplificados a partir de uma gama de objetos remanescentes da atividade humana que estão associados ao período documental do contexto em que o vestígio está inserido. Desta forma, têm-se cerâmica, vasos, joias, diferentes tipos e uso de utensílios e todo objeto que comprehende ao seu contexto”.

importante para os estudos da conquista do “Novo Mundo” pelo “Velho Mundo” (Oliveira, 2017)<sup>5</sup>.

As coletas que constituíram grande parte do acervo foram feitas pelo Sr. Josué de modo “inadequado” (“assistemático”), isto é, segundo as normas e procedimentos da Arqueologia, e também sem permissão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>6</sup> (Iphan), já que se tratava de artefatos arqueológicos, logo, pertencentes à União<sup>7</sup>. O mesmo foi “denunciado” ao Iphan/CE por uma reportagem jornalística (ver anexos A e B). Essa denúncia ocorreu há mais de 22 anos; por isso, foi levado ao Ministério Público Federal da comarca de Limoeiro do Norte, Ceará, um pedido de denúncia, feito por moradores de Ponta Grossa, contra o próprio Iphan/CE por não estar tomando as devidas providências, que foi acatada pelo procurador encarregado do processo contra o Iphan/CE. Em consequência desse episódio, no ano de 2013 foi aberta uma licitação na qual algumas empresas concorreram para a execução dos trabalhos exigidos pelo órgão responsável. Com o advento do programa de resgate do Iphan/CE, executado pela empresa privada ArqueoSocio<sup>8</sup>, o Sr. Josué perdeu a guarda de todo o acervo e foi proibido de efetuar qualquer coleta de artefatos arqueológicos, correndo risco de prisão, caso não cumprisse esse mandado.

Atualmente, o acervo se encontra no Centro de Educação Infantil de Ponta Grossa (CEI Antônio Crispim), sob a tutela do Iphan/CE, não mais pertencendo ao Sr. Josué, embora este seja o encarregado de gerir o acervo (o Centro ainda não foi ativado para ações educativas). Para fins de esclarecimento, destacamos que as coletas realizadas pelo Sr. Josué não se caracterizam como achados fortuitos, já que as faz conscientemente e seguindo critérios pré-estabelecidos, assinalando seu trabalho como pesquisa arqueológica – por isso o

<sup>5</sup> Entrevista de Almir Leal de Oliveira, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, concedida ao autor, em Fortaleza, na data de 18 de novembro de 2017.

<sup>6</sup> De acordo com a Constituição Federal de 1988, na Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a respeito da disposição sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Artigo 8º afirma que: “O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual Iphan], ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo”.

<sup>7</sup> Conforme a legislação de Bens Arqueológicos de 1961, o Artigo 1º dispõe que: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Artigo 180 da Constituição Federal”.

<sup>8</sup> “Empresa especializada na prestação de serviços em arqueologia, sociologia, economia, meio ambiente, arquitetura, restauração, e áreas afins, desenvolve projetos, estudos e pesquisas direcionados a empreendimentos públicos e privados, organizações governamentais e não governamentais. Com sede em Fortaleza” (Definição encontrada no *site* da empresa). Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/arqueosocio-consultoria-e-educacao>. Acesso em: 16 set. 2024.

Iphan detém ingerência para proibir as coletas, em razão de não serem simplesmente artefatos provenientes de achados fortuitos. Por estar impedido de realizar as coletas, não pudemos ter a oportunidade de observar o Sr. Josué realizando-as, mas visualizamos a partir de relatos e fotografias.

A iniciativa atual para constituição do Museu contou com o estudo técnico do terreno onde o Museu será construído e a confecção do projeto arquitetônico, ambos já finalizados, e agora se encontra nas fases de assinatura do Termo de Cooperação Técnica e levantamento do orçamento. O local para a construção foi escolhido pelos moradores depois de algumas reuniões comunitárias. A indicação do terreno foi alvo de diversos encontros para que houvesse consenso, levando em conta que existiam três locais elencados pela comunidade. Da mesma forma, o projeto arquitetônico foi desenvolvido por técnicos do Iphan/CE depois de alguns encontros na comunidade e na sede da Superintendência, em Fortaleza (capital do estado do Ceará), onde foi discutido exaustivamente e de forma coletiva.

O investimento financeiro ficará a cargo do Governo Municipal e está avaliado, preliminarmente (projetos arquitetônico e expográfico), em cerca de meio milhão de reais (R\$ 500.000,00). Já o acervo arqueológico que constituirá o Museu também se localiza na Praia de Ponta Grossa, coletado e musealizado pelo Sr. Josué Crispim. Embora o empreendimento tenha tomado dimensões reais para sua concretização, no período entre 2017 e 2019, a decretação da pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19/SARS-CoV-2) no Brasil (março de 2020) e as políticas de isolamento social, enraizaram consequências socioeconômicas que ainda persistem atualmente no município de Icapuí. Por isso o projeto de construção do MAPA não mais avançou, necessitando de uma nova articulação.

Uma das justificativas para a construção do Museu, segundo a Prefeitura Municipal e a própria comunidade (moradores ligados ao turismo, lideranças políticas e religiosas, além de entusiastas da valorização do patrimônio arqueológico), é que este pode ser um instrumento para recuperar e manter a posse do patrimônio local, permitindo uma interpretação simbólica do que a comunidade chama de “seu”, (re)elaborando-o em sua própria linguagem. Por isso a necessidade de o Museu ser comunitário, gerido de forma colaborativa. Mas há também outras justificativas, como a contribuição para o desenvolvimento do turismo e da economia local. Com a construção do MAPA, a tendência é que haja um aumento do fluxo de turistas, além de atrair outro público alvo, interessado em conhecer não apenas as belezas naturais da região, mas também a história e memória registradas nos sítios e artefatos arqueológicos e no Museu. O valor atribuído ao patrimônio arqueológico tem o potencial de ampliar a conjugação entre esta relação como parte de uma estratégia de desenvolvimento local,

“sobretudo nas propostas de interpretação de seus bens culturais, além de auferir recursos que busquem conservação e preservação do patrimônio com finalidade turística” (Almeida; Ferreira, 2017, p. 137). Essa afirmação não corrobora a visão romântica de que o turismo pode ser considerado um simples mecanismo mitigador para salvaguarda e desenvolvimento, “mas permite estreitar e ampliar o diálogo entre turismo e arqueologia” (Almeida; Ferreira, 2017, p. 138).

A realização desse planejamento projeta a potencialização de parcerias com escolas, institutos e universidades. Ponta Grossa já recebe esses públicos que realizam visitas técnicas e passeios educativos ligados ao território, por exemplo. Chamado de turismo pedagógico ou científico, é visto como uma oportunidade voltada para a produção científica. Essa atividade é definida como a prática do turismo com o objetivo de gerar conhecimento em diferentes áreas científicas (Conti *et al*, 2021). Por isso o MAPA é analisado como uma importante ferramenta para o fomento de atividades como as descritas, além de relacionar o patrimônio arqueológico como atrativo turístico e consequente valorização, como acontece no Parque Nacional da Serra da Capivara, unidade de conservação de proteção integral à natureza que ocupa parte dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias, no Estado do Piauí<sup>9</sup>. Como bem destacado por Narloch, Machado e Scheiner (2019), no Brasil, as controvérsias sobre os possíveis impactos negativos da mercantilização dessas áreas naturais nem sempre são claras ou amplamente discutidas. No entanto, isso não implica que estejam livres de questionamentos, especialmente quando são considerados médios e longos prazos.

De acordo com Almeida e Ferreira (2017), apesar de recente no Brasil, esse diálogo permite a valorização do patrimônio arqueológico com o objetivo de “proteger seus bens através de adoção de mecanismo de controle e monitoramento, além de auferir recursos, em uma perspectiva sustentável, de conservação de bens arqueológicos com fins turísticos [...]” (Almeida; Ferreira, 2017, p. 138-139). A intenção é que, a partir da visitação turística, o espaço musealizado venha a trazer melhorias como ampliação da fonte de renda dos moradores e também para o cuidado do próprio Museu; uma forma de incrementar as receitas para sua sustentabilidade, aumentando o poder de investimento na preservação dos patrimônios arqueológico e ambiental de Ponta Grossa e região.

As ações desenvolvidas não focalizam somente o turismo, mas também a qualidade de vida da comunidade (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016). Ou seja, entende-se que, a partir do

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42>. Acesso em: 27 ago. 2024.

reconhecimento dessas oportunidades, existam possibilidades que superam o viés econômico focado no desenvolvimento sustentável, mesmo que o museu esteja em sintonia com as políticas globais sobre cultura e patrimônio (Scheiner, 2017). O turismo é uma forma de incrementar as receitas da comunidade e a manutenção do MAPA, aumentando também a capacidade de empenho na preservação da memória e história de Ponta Grossa e município de Icapuí. Mesmo não sendo caracterizada como uma atividade unicamente econômica, o turismo pode ser compreendido como um transformador de espaços, pois a dinâmica inerente do turismo pode “causar impactos nos comportamentos sociais, na cultura, nas tradições (usos e costumes), nas estruturas socioeconômicas e até ambientais dos lugares considerados turísticos” (Torres Júnior *et al.*, 2020, p. 1).

A criação do MAPA acontece num momento de crise do turismo e de tensões políticas dentro da própria comunidade e no município. O litoral icapuiense sofre “com a falta de políticas e ações públicas de fiscalização, controle e investimentos para preservação e desenvolvimento, o que torna a atividade turística litorânea municipal sem visibilidade” (Torres Júnior *et al.*, 2020, p. 7). Dentre as ausências ou insuficiência das políticas voltadas ao turismo, destaca-se que o município não possui Plano de Turismo, mas a Prefeitura Municipal de Icapuí, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), está construindo o Plano de Desenvolvimento do Turismo de Icapuí<sup>10</sup>. Da mesma forma, embora não possua também um Plano Diretor, a gestão municipal está construindo esta importante diretriz que, de acordo com a Prefeitura Municipal, orientará o crescimento e o desenvolvimento urbano de toda a cidade, visando melhorar a qualidade de vida, reduzir desigualdades socioeconômicas e tornar Icapuí mais inclusivo, sustentável e organizado<sup>11</sup>.

Icapuí, por outro lado, possui um Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), criado pela Lei nº 466/2006<sup>12</sup>, e atua nas ações voltadas à preservação e conservação do meio ambiente e na promoção da educação ambiental. Também realiza apreciação de projetos para a construção e o comércio, deliberando as demandas conforme a legislação ambiental vigente, emissão de anuências e encaminhamentos de denúncia.

Apesar do valor dado aos aspectos da preservação comunitária, algumas iniciativas como, por exemplo, compra de *buggies* para passeios de turismo nas dunas - com possibilidades de acesso onde há sítios arqueológicos -, de lanchas de pequeno porte para

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/informa.php?id=1550>. Acesso em: 06 fev. 2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/informa.php?id=1565>. Acesso em: 10 fev. 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://icapui.ce.gov.br/conselhos.php?id=14>. Acesso em: 24 out. 2024.

passeios ou mergulhos na paria, abrindo a disputa comercial com as jangadas e fissura no acordo sobre o território entre os moradores, estão sendo executadas no território de Ponta Grossa. A construção de estabelecimentos horizontais de médio porte em Ponta Grossa é outro ponto importante que divide opiniões entre os moradores por descharacterizar o ambiente pela própria verticalização. Nesse sentido, considerando que o turismo não é mera operação econômica, mas política e de desenvolvimento, a atividade turística “aperfeiçoar-se no capitalismo flexível, colocando os serviços na vanguarda da reestruturação econômica para suporte e manutenção da indústria em crise” (Coriolano; Pereira, 2018, p. 90).

O papel social dos museus deve estar ligado às demandas da agenda política, econômica e cultural dos diferentes grupos e atores sociais. Por esse motivo, a construção do Museu apareceu como uma alternativa possível para a melhoria não só da economia, mas também para a construção e o fortalecimento das relações locais. O empreendimento é idealizado pela rede participativa como uma ferramenta turístico-cultural que será transformada numa espécie de “cartão postal” de Icapuí, atraindo uma quantidade ainda maior de turistas para o município, em especial, para Ponta Grossa, já que o turismo se faz presente de forma estabelecida nos interesses da gestão municipal e no foco das políticas públicas, considerado um dos principais vetores de crescimento econômico do município e também do estado do Ceará (Pereira, 2015), além de ser utilizado para recuperar e manter a posse do patrimônio arqueológico; quer dizer: explorar a cultura icapuiense/pontagrossense como investimento social e financeiramente rentável. Por isso a criação desse Museu tem dois níveis de atuação: a) Organização interna de Ponta Grossa; b) Incentivo ao aumento do consumo do público externo. Hoje o turismo se apresenta “como um dos principais vetores de desenvolvimento econômico, relacionando-se com os níveis primários, secundários, terciários de produção e serviços (Torres Júnior *et al.*, 2020, p. 3).

Apesar do desejo e empenho de mais de duas décadas do próprio Sr. Josué junto à comunidade, de tentativas da construção do museu em Ponta Grossa para abrigar o acervo composto por fósseis e artefatos de diversas origens - testemunhos da presença humana que ali formaram comunidades “originais” da memória/história local - além do setor turístico em Ponta Grossa ter se estabelecido também há quase três décadas, essa relação potencial (museu/território e turismo) e suas consequências socio/cultural/econômica/ambiental nunca foram analisadas academicamente. Tal carência traz o alerta da necessidade de refletir sobre a criação do MAPA construído a partir das lógicas de comoditização do bem territorial (o próprio território geográfico) numa comunidade marcada por uma forte relação local e economia sustentável ainda pouco penetrada pelos fluxos globais.

Por muito tempo, o tema do turismo, mais ainda o segmento do TBC, foi tido nas ciências sociais e humanas como sem muita relevância e sem valor científico para a academia. Recentemente, o fenômeno do turismo vem gozando de prestígio, mostrando a necessidade de fortificar uma visão geral dos estudos aplicados ao tema. Contudo, o principal foco foi, por um longo período, o impacto negativo da relação entre turismo e comunidades receptoras, reificando-as em um tipo de analogia geralmente analisada como desigual (Oliveira, 2014). Por isso o turismo, “apesar de bastante difundido na sociedade, para Fennel (2002), configura-se como um conceito muito difícil de ser definido, pois qualquer definição superestima ou subestima a atividade” (Torres Júnior *et al.*, 2020, p. 3-4). De modo geral, os conceitos ligados ao turismo demonstram uma restrição temporal e envolve alguns atributos gerais, como elemento humano (turista), o destino e as atividades consideradas econômicas (Torres Júnior *et al.*, 2020). Novas abordagens e métodos para definir e estudar o turismo, além das perspectivas econômicas, administrativas e geográficas, surgiram somente a partir dos anos 1960 (Lima, 2018).

Na nova abordagem, que não toma o turismo de forma exclusivamente danosa aos locais receptores, “são observados os processos de reorganização tradicional das comunidades locais, demonstrando a sua força face às pressões da lógica mercantil capitalista trazida pelo turista” (Oliveira, 2014, p. 61.). Ou seja, a interação entre as culturas locais e a globalização - processo denominado de “glocal” (Robertson, 2003) - que a grosso modo é a combinação entre local e global, com predominância ao local - tenta incorporar esse sistema a uma ordem própria das comunidades locais. Além disso, de acordo com Fabrino, Nascimento e Costa (2016), o TBC tem a particularidade de ser um sistema local-global que exige o enraizamento da localidade inserido numa dinâmica global das atividades turísticas integradas a outras atividades e setores, assim também como se percebe com os museus comunitários.

É importante enfatizar que a pesquisa sobre o turismo não se apresenta como homogênea em sua abordagem, “mas muito diversificada internamente na medida em que se constrói sob uma miríade de objetos temáticos” (Grünewald, 2003, p. 143.). O que se nota no caso brasileiro é que, acompanhando a tendência mundial, a partir da década de 1990, com o crescimento exponencial do turismo e dos museus, verifica-se a aproximação entre as duas áreas, em grande parte com o intuito de diversificar o produto turístico e dinamizar os museus (IBRAM, 2013). Mesmo com os novos estudos, a reflexão sobre as dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais a partir do turismo em museus comunitários ainda precisa de ampliação. Assim como não podemos tratar a diversidade dos museus com uniformidade, o mesmo se aplica ao turismo - as técnicas podem ser as mesmas, mas a forma como serão

aplicadas podem não ser idênticas. Com essa preocupação, “tanto o turismo ganha pela elaboração de um produto diferenciado, como os museus serão respeitados nas suas características próprias” (Godoy, 2010, p. 10).

Da mesma forma, podemos observar o TBC, que, dentro do contexto de cada iniciativa e por meio de processos experimentais ajustados às realidades locais, se estabelece como uma forma complexa e dinâmica de fazer e gerir o turismo. Segundo Barreto *et al.* (2023a), as iniciativas de TBC no Brasil são diversas, heterogêneas e espalhadas por todo o território nacional. Elas ocorrem tanto em áreas rurais quanto urbanas, abrangendo regiões interiores e litorâneas. Essas ações são promovidas por povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, produtores rurais da agricultura familiar, comunidades periféricas e grupos sociais vulneráveis.

A literatura do tema é ainda ingênua e irrealista (Blackstock, 2005 *apud* Fabrino; Nascimento; Costa, 2016), carecendo de aproximação das produções teóricas e das experiências existentes: procurar entender esses processos desencadeados pelo fenômeno turístico é um enorme subsídio da Antropologia para o planejamento equilibrado e sustentável das localidades receptoras. Considerando a complexidade do projeto da construção do Museu, o intuito da pesquisa foi investigar como a própria construção do Museu se apresenta como impulso para as práticas organizacionais na interseção, como citado anteriormente, entre perspectivas aparentemente contraditórias.

São essas interseções que o estudo pretende observar e analisar na medida em que, a princípio, podem potencialmente “transformar” de forma irreversível a comunidade e seu ambiente, exatamente por estarem em constante interação com os fluxos globalizados de cultura proporcionados pelas novas tecnologias e pelo turismo (Lima, 2018); pois a atividade turística é capaz de promover transformações nas formas dos proveitos do ambiente pelas comunidades; “quando redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço, torna-se necessário [...] a adoção de modelos que considerem as características internas como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações” (Caracristi; Albuquerque, 2015, p. 120). Esse esforço de sistematização e pesquisa não deve ser interpretado como inautêntico, mas como elaborações sociais genuínas que situam esses agentes em um contexto significativo (Lima, 2018).

A partir do estudo destas categorias, de forma mais focada no universo da pesquisa, num esforço de desenhar e articular essas categorias gerais, buscaremos entender os significados construídos e empregados na compreensão do espaço museal e a forma com a qual se vão reconstruir e/ou significar as singularidades locais - as formas de “habitar” de

Ponta Grossa. Assim, tentaremos entender como (e se é possível) o MAPA se apropriar do turismo sem fazê-lo desfazer-se das práticas sustentáveis/comunitárias e usando-as a seu favor, possibilitando uma maior compreensão ao acompanhar esses possíveis desdobramentos em razão da ampliação do setor turístico, do manejo ambiental e das atividades comerciais da região.

Para satisfazer esses interesses, as próximas linhas descrevem a organização desta tese. No tópico 2, realizo uma revisão da literatura sobre a metodologia empregada para conduzir a pesquisa de campo, bibliográfica e documental, elementos fundamentais para a construção deste estudo. Nele abordo definições e reflexões sobre métodos, como a observação participante, entrevistas e a escrita etnográfica, destacando sua aplicação no contexto da pesquisa. Também são apresentados os principais atores e colaboradores, como o Sr. Josué Crispim, Eliabe Crispim e Talyta Crispim, além de outros moradores de Ponta Grossa, profissionais acadêmicos das áreas de Turismo, Arqueologia e Museologia, e representantes de órgãos públicos como o Iphan/CE e a Prefeitura Municipal de Icapuí. A narrativa inclui ainda um relato das dificuldades e adaptações estratégicas enfrentadas, especialmente no período pós-pandemia de 2020, reconhecendo que os desafios e mudanças no percurso metodológico são tão significativos quanto os resultados obtidos com sucesso.

No tópico 3, me dedico a uma análise histórica da Praia de Ponta Grossa, explorando as transformações sociais e ambientais que moldaram a região. Nele trago as ocupações pré-coloniais e coloniais, destacando os modos de vida e as dinâmicas territoriais que precederam a formação da comunidade atual. Particular atenção é dada à ocupação do território pelas famílias Pindú e Crispim, cujas trajetórias ilustram a interação com o meio natural e os desafios impostos pelas enchentes de alta maré, eventos que forçaram uma reorganização espacial e cultural na área. Além disso, são discutidas as denominações anteriores ao topônimo “Ponta Grossa” e as transformações na exploração e no manejo do ambiente ao longo do tempo, evidenciando as contínuas adaptações das populações locais às mudanças ecológicas e sociopolíticas. Esse panorama histórico busca fornecer uma base sólida para compreender as dinâmicas contemporâneas deste local.

O tópico 4 apresenta uma densa etnografia que se debruça sobre a conjuntura atual de Ponta Grossa, evidenciando as múltiplas dimensões que compõem o cotidiano dessa comunidade. Nele, são analisados o desenvolvimento local e as dinâmicas que sustentam a coesão social, com destaque para o papel central da religião na promoção da unidade comunitária. Além disso, o capítulo explora as complexas relações familiares, os saberes e práticas associados à pesca artesanal, bem como o processo de expansão do turismo

comunitário, uma atividade que equilibra as demandas econômicas com os valores culturais e ambientais da região. Por fim, são discutidas as crescentes ameaças à exploração sustentável do território, fruto das pressões externas e internas, e como a comunidade articula estratégias para resistir a esses desafios.

O tópico 5 é dedicado à apresentação do percurso histórico que culminou no projeto de construção do MAPA, abrangendo quase três décadas de esforços e negociações. Nesse processo, destaca-se o papel central do Sr. Josué Crispim, cujo acervo de artefatos arqueológicos foi gradativamente integrado a uma visão mais ampla e coletiva de musealização. O acervo deixou de ser uma reivindicação individual para se tornar parte de um projeto que reconhece o território de Ponta Grossa como patrimônio cultural em sua totalidade. Essa transformação foi acompanhada pelo amadurecimento das práticas de gestão territorial e patrimonial na comunidade, consolidando o MAPA como um modelo museu de território (Scheiner, 2015), que articula a valorização do patrimônio material e imaterial com as especificidades locais.

O tópico 6 propõe o conceito de “museologia colaborativa”, inspirado pela “metodologia colaborativa” na Antropologia (Garrabé, 2022), para entender os museus comunitários como um processo dinâmico e não como resultados fixos ou pré-determinados. A análise problematiza a utilização de termos correlatos como “Museologia Social” (Moutinho, 1993; Chagas; Gouveia, 2014) e “Nova Museologia” (Desvallées, 2015), que, embora relevantes, muitas vezes parecem reforçar uma oposição simplista à “Museologia Tradicional”, sem necessariamente contribuir para uma renovação prática ou conceitual da área. Nesse sentido, a proposta de “Museologia Colaborativa” visa destacar um modelo de atuação horizontal, que prioriza o protagonismo das comunidades e a construção coletiva do conhecimento, contrastando com as práticas verticalizadas e normativas associadas à Museologia Tradicional.

O tópico 7 propõe-se a refletir criticamente sobre o viés econômico que permeia a atuação do turismo em museus comunitários, questionando a exploração mercadológica e os impactos dessa prática sobre as comunidades locais. Também apresenta uma análise crítica sobre o turismo de base comunitária em Ponta Grossa, com ênfase nas dimensões ambiental e econômica, no contexto do desenvolvimento sustentável. A partir da construção do MAPA, um dos principais objetivos é garantir a sustentabilidade do projeto local, considerando tanto a viabilidade econômica quanto os impactos ambientais do turismo. No entanto, é evidente que a questão ambiental assuma uma relevância central, dada à forte relação de Ponta Grossa com sua territorialidade, na qual a subsistência da comunidade está intimamente ligada à

exploração e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o capítulo expande a análise do fenômeno turístico, incorporando não apenas os aspectos ambientais, mas também os socioculturais e político-institucionais, alinhando-se ao conceito de desenvolvimento sustentável (Brasil, 2007). Esse alargamento permite uma reflexão sobre o dilema entre universalismo e particularismo ao problematizar como as ambições sustentáveis do TBC local se articulam e, ao mesmo tempo, se confrontam com as lógicas econômicas globais. O tópico busca, assim, provocar uma discussão mais ampla sobre as possibilidades e desafios do TBC como um agente transformador, capaz de integrar práticas locais sustentáveis com as demandas de um mundo globalizado.

Nas considerações finais desta tese, destacam-se os principais resultados obtidos ao longo da pesquisa, evidenciando como as práticas de turismo de base comunitária em Ponta Grossa refletem dinâmicas sociais, culturais e ambientais próprias da região. A análise etnográfica revelou a complexidade e a ambiguidade das relações entre os diversos atores envolvidos. Além disso, a pesquisa sugere caminhos para futuras investigações, como o aprofundamento na análise dos impactos do turismo de base comunitária em outras regiões, especialmente do nordeste brasileiro. A contribuição desta pesquisa para a Antropologia reside na ampliação do entendimento sobre os efeitos do turismo nas comunidades locais, oferecendo uma reflexão crítica sobre as relações entre natureza, cultura e práticas de sustentabilidade, fundamentais para o avanço dos estudos sobre o processo de musealização.

## 2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA: o estudo de campo

Uma educação em antropologia, portanto, faz mais do que fornecer-nos conhecimento sobre o mundo - sobre as pessoas e suas sociedades. Ao invés disso, ela educa a nossa percepção do mundo, e abre nossos olhos e mentes para outras possibilidades de ser (Ingold, 2011, p. 15).

Com a decretação da pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19/SARS-CoV-2) no Brasil em março de 2020 e as políticas de isolamento sociosanitário, pesquisas de campo sofreram readequações, principalmente as que adotavam métodos de estudos antropológicos. Como Pires (2008) dispõe, a “amostra” dos atores sociais pode modificar no transcorrer da análise, em relação ao esboço da pesquisa. Na maioria das circunstâncias, o campo profere quais caminhos se deve seguir, especialmente em contextos de exceção como o pandêmico. Essas mudanças são consideradas normais para Strathern (2014). Segunda a autora, “Aquilo que em casa fazia sentido como projeto de pesquisa em campo pode perder força motivadora; assumem o comando as preocupações das pessoas aqui e agora” (Strathern, 2014, p. 346).

Embora já tenha um considerável lastro de inserção em Ponta Grossa, é importante enfatizar que cada pesquisa de campo tem seu direcionamento próprio, cumpre demandas e objetivos específicos, não podendo atender transigentemente às necessidades deste atual estudo. No entanto, a base etnográfica desta pesquisa também está vinculada a outras pesquisas desenvolvidas por mim na mesma localidade. Os dados são provenientes das pesquisas realizadas na graduação, mestrado e doutorado. Para esta tese, foram obtidos dados entre os anos de 2018 a 2023, com a inserção de pesquisa de campo em maio de 2018 e junho de 2021. Fiquei hospedado, como sempre aconteceu nas viagens à praia de Ponta Grossa, no chalé do Sr. Josué, sem nenhum custo. Quando o chalé estava ocupado por turistas, me alojei na antiga casa do Sr. Josué, onde outrora era acondicionado o acervo.

O artifício para uma maior inserção foi usar o “estar lá” mais vezes, visto que o “eu já estive lá”, de certa forma, não garantiu integralmente a realização desta pesquisa. Isso porque, mesmo com minha presença estabelecida na comunidade, o fato de “voltar para casa”, relembra em mim e nos moradores locais que eu não “pertenco” àquele lugar, que sou um personagem que, possivelmente, “irá embora” – pelo menos até aqui sou um passageiro que constantemente retorna, como um familiar distante.

Sobre as técnicas de “coleta” dos dados do campo, entendo o antropólogo como uma espécie de montador criativo, ou melhor, um *bricoleur* (Lévi-Strauss, 1989), por isso a intenção foi a combinação de métodos. A base empírica, da qual também fizemos releitura, foi

construída por meio especialmente da observação participante, entrevistas semiestruturadas (Bauer; Gaskell, 2005) e diário de campo. Além da etapa de revisão da base etnográfica<sup>13</sup>, foram adotados os métodos de revisão bibliográfica e documental (leis, matérias de revistas e jornais, fotografias, etc.). Boa parte do material documental já coletado foi zelosamente reunido e conservado pelo Sr. Josué, além de disponibilizado durante a pesquisa no mestrado. Comungo do princípio de que “todo bom antropólogo aprende e reconhece que é na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia” (Peirano, 1995, p. 45).

As escalas (Revel, 1998) de interesse da população de Ponta Grossa sobre o projeto do Museu são variáveis. Para uma parte, principalmente ligada ao turismo como fonte de renda, percebe-se no empreendimento a possibilidade de Ponta Grossa atingir e se inserir num circuito turístico mais visível, especialmente em nível nacional; por outro lado, há pessoas, mesmo trabalhadoras do setor turístico, que veem a construção do Museu como uma reação negativa por afrouxar, com a introdução maior de turistas, a especulação capitalista cada vez mais assediadora. As tensões entre inserção em cenários cada vez mais visíveis e reação ao mercado predatório do turismo também estão presentes na visão das instituições envolvidas, apesar do primeiro desejo parecer mais atrativo para a maioria dos moradores, o que mostra um olhar paradoxal nesse contexto. Mas como afirmam Law (2004) e Latour (2012), a rede de atores não é estável. Como visto, é exatamente esta aparente contradição que está localizada de forma central na problemática da pesquisa.

O contexto do campo da pesquisa antropológica não é homogêneo, mas diversificado. Os atores sociais sempre terão relações parciais com o todo, já que é impossível participar da totalidade, e como trabalhamos, geralmente, com escalas menores (microanálise), essa perspectiva recusa também a totalidade (Revel, 1998). O acervo, o próprio Museu e o território de Ponta Grossa estão presentes nas mediações ao influenciarem e receberem agência na/da rede. Os objetos e as tecnologias estão presentes, mas não devemos esquecer que os não humanos jamais podem ser referenciados para a execução de práticas dos humanos – os artefatos arqueológicos não podem ser entrevistados, por exemplo. A musealização dos artefatos iniciada pelo Sr. Josué agora foi incorporada pela comunidade aos patrimônios territoriais de Ponta Grossa: o arqueológico, que não somente a cultural material, mas os

---

<sup>13</sup> Para Ingold (2011), a etnografia é a descrição com “precisão” e uma aguçada sensibilidade através da observação minuciosamente detalhada e da experiência em primeira mão. A etnografia é tomada como a análise descritiva e comparativa após a realização da pesquisa de campo.

próprios sítios arqueológicos; e ao patrimônio ambiental como o bioma da mata de tabuleiro<sup>14</sup>, as dunas, falésias e fauna.

As relações sociais não possuem uma ordem na qual estão os humanos (ativos) em primeiro plano e em segundo os não humanos (passivos), mas uma rede de relações em que há conexão e ação a depender da mediação, como é o caso do MAPA, no qual museu, território e moradores medeiam e influenciam a rede. “Com isso, a rede não se liga pela intencionalidade subjetiva de pessoas, mas na capacidade do ator em influenciar, induzir e ou modificar outros atores da rede, impulsionando novas ações” (Rodrigues, 2018, p. 40.). É exatamente isso que justifica o esforço de Latour (2012) em afirmar que não há simetria entre humanos e não humanos. Para ele, a simetria proposta busca, acima de tudo, evitar uma assimetria entre a ação intencional dos humanos e um “mundo material” regido por relações de causalidade.

Como mantendo boas relações com muitos moradores de Ponta Grossa, não padeci mais daquela dependência que tinha do Sr. Josué no início das pesquisas de campo em 2014, sendo ele o único “interlocutor”. Ainda que atores como Josué Crispim, constituidor do acervo, Talyta Crispim, formanda em Hotelaria e proprietária do Chalé Jabarana, em Ponta Grossa; e Eliabe Crispim, turismólogo, presidente do Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí (GDTUR) e presidente da Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), tenham sido imprescindíveis na articulação local para o desenvolvimento do estudo, a pesquisa não se pautou mediante um único interlocutor. Essa é a justificativa para não seguir a frequente tendência de apresentar somente um único “interlocutor” como o representante de sua cultura por meio do qual os processos sociais gerais são revelados (Clifford, 2002). Por isso, em Ponta Grossa, os moradores que colaboraram com a pesquisa possuem perfis socioeconômicos diversificados: pescadores, donos de estabelecimentos turísticos e alimentícios, hoteleiros, turismólogos, professores, estudantes de níveis técnico e superior, lideranças políticas e religiosas, entre outros.

Assim, de acordo com Thompson (1998), a experiência de vida das pessoas de todo o “tipo” pode ser utilizada como matéria-prima, atribuindo à história uma nova dimensão. Nessa concepção, entende-se que as evidências históricas não devem ser exclusivamente restritas a líderes políticos, intelectuais ou sociais, é necessário que se permita a criação de uma multiplicidade original de pontos de vista. O intuito foi variar os discursos, ouvir e

---

<sup>14</sup> Os tabuleiros são superfícies planas que se encontram sobre os sedimentos da Formação Barreiras, estendendo-se em uma faixa costeira paralela à linha do litoral e avançando para o interior por várias dezenas de quilômetros (Meireles, 2016). “As matas de tabuleiro são importantes fontes de recursos naturais para as comunidades costeiras, que delas extraem frutos, produtos medicinais (ervas, cascas de árvores) e madeira para confecção de artes de pesca (manzuás), casas e embarcações” (Moretz-Sohn, 2019, p. 68).

perceber as diferentes formas de pensar desses sujeitos. Desde então, e enfatizo a afirmação, muitos dos contatos que mantenho transladam a relação pesquisador-atores sociais. São contatos mantidos mesmo longe nesse momento, contatos estruturados na afeição entre pessoas.

De forma geral, a facilidade de contatar as pessoas se deu pelo desafio que foi estabelecer a confiança em mim e nos trabalhos realizados, pois, como é trivial em alguns campos de estudo, o terreno foi desestabilizado por outros pesquisadores que não partilham das dimensões éticas, não retornando com os resultados das pesquisas realizadas ou utilizando os dados disponibilizados para outros objetivos que não aqueles acordados, por exemplo. O não retorno da maioria desses trabalhos terminou por gerar uma onda de descontentamento e desconfiança nos moradores da comunidade. “Os problemas que o pesquisador iniciante enfrenta em campo não tendem a ser acadêmicos ou intelectuais: são práticos e têm causas evidentes” (Wagner, 2010, p. 31).

As pesquisas da monografia, dissertação e tese são inéditas no que diz respeito às análises já desenvolvidas em Ponta Grossa, o que, aliada ao compromisso que tenho com os moradores, possibilitou a construção de um elo de mútua confiança; sendo uma das minhas mais genuínas aspirações o desejo que a construção do museu em Ponta Grossa seja realizada com o Sr. Josué em vida. Aliás, em Ponta Grossa, tenho relações que considero amizades potentes. Alguns membros como Sr. Josué e sua família, por exemplo, frequentam a minha própria casa – aquela na qual resido não apenas como pesquisador. Com efeito “ser afetado não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia, qualquer que seja o sentido em que se entende esse termo” (Favret-Saada, 2005, p. 158). Como afirma Favret-Saada (2005), de modo geral, os autores tendem a ignorar ou negar o próprio envolvimento na experiência humana.

Quando o reconhecem, ou é para demonstrar que os afetos são o mero produto de uma construção cultural, e que não têm nenhuma consistência fora dessa construção [...]; ou é para votar o afeto ao desaparecimento, atribuindo-lhe como único destino possível o de passar para o registro da representação [...] (Favret-Saada, 2005, p. 155).

Com isso, compreendi que, para os atores sociais, o objetivo é converter - fundamentando-se na cooperação - o pesquisador em um “aliado político” ou “representante diplomático”. A negociação se firma no momento em que os nativos aceitam se objetivar perante o pesquisador que também aceite representá-los de modo adequado diante de outras realidades, construindo o que chamam de “pacto etnográfico” (Kopenawa; Albert, 2015) – no

qual os sentidos político e científico sobre o termo “representação” se coincidem. Não nos esquecemos de Ingold (2011) ao afirmar que a Antropologia se distingue das outras ciências pelo fato de não ser um estudo “de”, mas um estudo “com”. Nós estudamos com pessoas, não sobre pessoas, e é por isso, portanto, que Ingold (2011) apresenta a Antropologia como educação. Essa educação nos oferece mais do que conhecimento “sobre” o mundo, é sobre a educação da “percepção” do mundo que se trata. Ela nos mostra outras possibilidades de ser.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada [...] (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Como forma de manter contato e realizar a observação participante, estrategicamente participei de alguns encontros comunitários (discussões de pautas internas entre moradores); atividades voltadas à construção do MAPA; reuniões realizadas na comunidade pela Prefeitura Municipal; formações, capacitações e eventos locais sobre TBC; apresentação pública das pesquisas que realizei em Ponta Grossa; e encontros informais com moradores da comunidade. Também busquei posicionamentos de profissionais das áreas de Turismo, Antropologia, Museologia e Arqueologia, presentes no decorrer do texto. Assim como integrantes da Prefeitura Municipal de Icapuí, em especial os que compõem a Secretaria de Cultura e Turismo de Icapuí (Sectur) e os técnicos do Iphan/CE, também foram acionados durante a investigação do estudo. Os contatos aconteceram nas estruturas ligadas à Prefeitura Municipal, com gabinete da Sectur, nos encontros na comunidade de Ponta Grossa e em conversas virtuais.

O método da observação participante foi utilizado nas presenças em palestras, rodas de conversa, reuniões comunitárias, em apreciações cotidianas da dinâmica social da comunidade, em visitas às casas das pessoas e nas entregas de cópias da monografia de graduação e dissertação de mestrado<sup>15</sup> (que funcionavam para estreitar diálogos) e também nas próprias entrevistas há estimulação da observação participante, como já exposto. Mas, seguindo os conceitos de Bauer e Gaskell (2005), existem algumas limitações em relação às entrevistas. O entrevistador se apoia nas informações passadas pelo informante; em alguns casos o entrevistador não consegue absorver a “linguagem local”; como também o

---

<sup>15</sup> Todos os moradores que participaram da pesquisa diretamente receberam uma cópia dos respectivos trabalhos, como forma de agradecimento e por acreditar que se trata de uma postura minimamente ética e comprometida.

entrevistado pode omitir detalhes que são importantes, seja isso feito por diversos motivos; além do fato de o informante expor situações e informações diferentes daquelas da realidade. Ou seja, as entrevistas tornam acessíveis os relatos das práticas e não as práticas em si. A observação pode habilitar descobrir como algo “realmente” acontece (ou pelo menos próximo da realidade). Esses fatos podem levar o pesquisador a realizar falsas conclusões. Para fugir dessas armadilhas, o trabalho de campo, em sua totalidade, constitui a maior parte das fontes da pesquisa.

Diferentemente de comparação, propus realizar contrapontos e diálogos do caso em Ponta Grossa com outras realidades, como as praias de Canoa Quebrada e Redonda, refletidas aqui como exemplos de localidades que deixaram, gradativamente, de praticar o TBC, graças ao assédio da especulação imobiliária, dando lugar ao turismo predatório e à exploração desequilibrada do território. Outros exemplos marcantes desse fenômeno poderiam ser citados, como as vilas de pescadores de Pipa, no município de Tibau do Sul, Rio Grande do Norte; e no município de Jijoca de Jericoacoara, no Ceará. Locais que se transformaram em destinos de destaque no turismo internacional globalizado e massificado (Lima, 2018); mas, mediante à proximidade geográfica e às relações socioafetivas que os moradores de Ponta Grossa sustentam com as parias de Canoa Quebrada e Redonda, optei por realizar tal recorte.

Apesar de Barth (2010) refletir sobre comparatividade, utilizei as concepções desse autor para analisar contrapontos e diálogos pensados aqui. Isto é, “a diferença e a diversidade podem ser conceptualmente transformadas em um campo de variabilidade, levando progressivamente à construção de um conjunto de dimensões de variação para facilitar a descrição de qualquer forma observada” (Barth, 2010, p. 193). A variação das dimensões abre caminho para investigar como determinadas características tendem à covariância, sendo interdependentes ou interconectadas (Barth, 2010). Esse mapeamento da diversidade e variação locais, segundo o autor, nos ajuda a observar e descrever com maior precisão as particularidades do que estamos investigando.

Para cumprir tais demandas, a inserção na comunidade, iniciada em 2014, foi utilizada como um dos métodos para analisar os dados etnográficos sobre Ponta Grossa construídos ao longo dos últimos dez anos. Minha aproximação com Ponta Grossa se estreita há uma década, quando, em 2014, fiquei por cerca de um ano na comunidade, participando de um projeto de inventariação museológica do acervo arqueológico montado pelo Sr. Josué. A ação se constituiu como parte de uma oportunidade de trabalho gerada pelo “Programa de Resgate Arqueológico na Área do Sítio Morro dos Ventos, Objeto de um Plano de Ação da Superintendência do IPHAN no Ceará – Icapuí – Ceará”, executado pela empresa

ArqueoSocio. Esta foi uma empreitada desenvolvida na condição de estudante de Museologia, na qual a utilizei como objeto de estudo para meu trabalho de conclusão de curso da graduação. A monografia tem como título “A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-Ceará)”<sup>16</sup>, orientada pelo professor Renato Athias. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar e descrever os passos técnicos que produziram a documentação museológica sobre o acervo e analisar as representações e significações construídas sobre os objetos musealizados pelo formador do acervo.

Como citado, também desenvolvi uma dissertação de mestrado<sup>17</sup> com a orientação da professora Laure Garrabé, sobre a relação de poder entre o conhecimento acadêmico (normativo) e o conhecimento autodidata (do Sr. Josué Crispim) no procedimento de coleta de artefatos arqueológicos e sua gestão no processo de musealização do acervo constituído em Ponta Grossa. O intuito foi analisar e refletir sobre a apropriação positiva da produção do conhecimento autodidata, apontando para a sua valorização e aproveitamento, desmistificando o monopólio que regulamenta a propriedade e a difusão do conhecimento normativo acadêmico. Foi a partir dessa abordagem desenvolvida na dissertação que surgiu esta proposta de pesquisa de doutorado. A pesquisa da dissertação justifica as hipóteses colaborativas empregadas na criação do MAPA.

Em 2020, investiguei, no trabalho de monografia do Curso de Pós-graduação em Especialização em Museus, Identidades e Comunidades, da Escola de Inovação e Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco – EIPP/Fundaj, em Recife, a contribuição do turismo de base comunitária (TBC) na interseção com os museus comunitários, tomando como experiência o projeto colaborativo de construção do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa. Buscou-se, nesse trabalho, problematizar que algumas experiências e realidades buscam ser mais abertas ao público externo, e questionou-se o enfoque da literatura na Museologia que considera os museus comunitários dispositivos voltados quase que integralmente para o seu interior. A pesquisa, ainda não disponível no repositório da Fundaj, foi orientada pela professora Teresa Scheiner.

Um episódio de campo foi de extrema importância para que a minha relação com os moradores de Ponta Grossa se potencializasse. Na minha primeira estadia de campo, em 2017,

<sup>16</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41265>. Acesso em: 10 dez. 2024.

<sup>17</sup> “A história não é só minha, a história é de todos nós, de toda a humanidade”: a disputa de conhecimentos no Acervo Josué Pereira Crispim (Ponta Grossa, Icapuí-Ceará). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32651>. Acesso em: 12 dez. 2023.

especificamente no meu primeiro dia, a Prefeitura Municipal de Icapuí, representada pelo então Secretário de Cultura e Juventude, Manuel de Freitas Filhos (historiador), me procurou - já com a ciência de eu ter participado do projeto de inventário e construído minha monografia da graduação sobre o acervo montado pelo Sr. Josué. O objetivo da conversa foi o de me propor a realização de uma exposição com o acervo, que estava, e ainda permanece, acondicionado na antiga igreja de Ponta Grossa. Pelo fato de a empresa licitatória não ter dado continuação ao projeto, como veremos à frente, julguei, junto às lideranças de Ponta Grossa, que a proposta era inviável. Sugerí algo mais concreto e efetivo: lançar uma proposição de parceria entre a Prefeitura Municipal de Icapuí e o Iphan/CE para a construção do museu em Ponta Grossa, que foi aceita prontamente pelo Secretário.

Como descrito na dissertação (2018), me comprometi em auxiliar em tudo que fosse tocante a esse assunto, de forma voluntária, pelo comprometimento na construção do Museu. No entanto, como o Sr. Josué Crispim havia me estabelecido no seu chalé na praia de Ponta Grossa sem nenhum custo para mim, juntando a isso o fato de que ocuparia por um mês esse espaço, impossibilitando o aluguel para os clientes, resolvemos que a minha hospedagem ficaria por conta da Prefeitura como moeda de troca pela prestação dos meus serviços enquanto museólogo.

De certa forma, o Termo de Cooperação Técnica pode ser considerado, junto com a articulação dos moradores, fruto de provocações levantadas durante a minha pesquisa de mestrado realizada em Ponta Grossa entre os anos de 2016 e 2018. Participo, como museólogo colaborador, da construção da proposta do MAPA, reivindicado pela comunidade de Ponta Grossa. O atual projeto da criação do Museu surgiu a partir da nossa sugestão ao Governo Municipal em lançar uma proposição de parceria ao Iphan/CE para a constituição do empreendimento. Ao recebermos sinalização positiva do Iphan/CE, me comprometi em auxiliar em tudo que fosse tocante ao Museu, de forma voluntária. Uma das minhas primeiras preocupações nesse trabalho foi envolver a comunidade de forma imediata no projeto do Museu. Havia um receio da comunidade no que se referia à construção desse espaço, por acharem que o Museu seria única e exclusivamente pertencente ao Sr. Josué e pelo fato de que há mais de dezenove anos que promessas são feitas sobre um possível museu.

A imersão dos moradores e a garantia da relação simétrica entre as autoridades envolvidas no projeto de construção do Museu não foram firmadas por minha causa, sou apenas mais um ator da rede, um coadjuvante que se tornou um aliado dos pontagrossenses, que são os verdadeiros protagonistas da iniciativa. “Se há algo que cabe de direito à antropologia, não é certamente a tarefa de explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar

nosso mundo, ‘povoando-o de todos esses expressidos que não existem fora de suas expressões’’ (Viveiros De Castro, 2002, p. 132, grifos do autor). O fato de se posicionar socialmente ao lado dos atores sociais nas relações de poder não quer dizer que este pense ontologicamente através desse local epistémico. No entanto, foi mediante a abordagem desenvolvida na dissertação, ao questionar a relação de poder sobre as coletas arqueológicas feitas pelo Sr. Josué, que surgiu esta proposta de pesquisa de doutorado. Os resultados obtidos na dissertação justificam as hipóteses colaborativas defendidas neste texto e empregadas no projeto de criação do MAPA. Pois, da mesma forma como buscamos descentrar o etnógrafo da situação etnográfica, os profissionais acadêmicos também não dever ser inseridos no centro da situação museológica colaborativa.

A seriedade dessas reflexões está diretamente ligada aos modos de engajamento e ativismo na relação simétrica entre os diferentes atores que realizam e desenvolvem o projeto de criação do MAPA. Como argumento na dissertação (2018), não há espaço, portanto, para protagonismo acadêmico e coadjuvação de realidades não acadêmicas. Bem como afirma Viveiros de Castro (2015), entre o antropólogo e os atores sociais deve existir um “pacto etnográfico”, no qual o antropólogo é considerado esse aliado político. Como agente engajado na localidade, pude cooperar ao explicitar, a partir da perspectiva de práticas colaborativas, que o papel dos acadêmicos atuantes é apresentar (diferente de impor) possibilidades para concretude. À vista disso, comprehendo esta pesquisa não como um produto acusatório ou de denúncia sobre práticas menos ou mais sustentáveis no turismo desenvolvido em Ponta Grossa; como também não foi meu objetivo omitir dados ou análises por conveniência. A partir daí, a participação e colaboração ativas da comunidade se tornaram condições exigidas pelos próprios moradores durante as reuniões que ocorreram com a Prefeitura Municipal e o Iphan/CE. Eles entenderam que a apropriação comunitária do “seu” patrimônio é uma importante ferramenta de afirmação coletiva, salvaguarda e defesa das suas referências culturais.

Em 2018, durante as ofertas de disciplinas eletivas para cumprir os créditos do Doutorado (PPGA/UFPE), a professora Laure Garrabé ministrou a disciplina “Debates Chaves da Virada Ontológica em Antropologia”, e foi dessa formação que as críticas sobre as bases metodológicas da Antropologia que esta pesquisa aborda foram embasadas. Ainda em construção, a virada ontológica não pertence somente ao campo de conhecimento antropológico, há contribuições em diversos campos e debates chaves. Essa virada é considerada um conjunto de perspectivas fundamentadas a partir da reconstituição das bases antropológicas na guinada do século XX para o XXI. Reconfigurando a noção de “ontologia”,

o seu lugar na disciplina, suas definições e naturezas enquanto campo de conhecimento, parte de um lugar oposto daquilo que é chamado de pós-modernismo. Para mim, a melhor das contribuições dos pós-modernos é a capacidade que tiveram de levantar algumas questões importantes, apesar de não terem oferecido respostas também interessantes para boa parte delas. Podemos entender que tal postura foca demasiadamente na epistemologia, precisamente, fazendo com que dialoguem mais entre si (intelectuais acadêmicos) e com os próprios códigos, do que ser relevantes para as sociedades de uma forma mais concreta, obliterando a realidade de sua diversidade.

Esta tese não adota a dimensão colaborativa em sua metodologia de escrita. A dimensão colaborativa está presente no projeto de construção do Museu que a pesquisa analisou, através de uma negociação entre os atores no processo de gestão colaborativa, ou mesmo co-gestão, da instituição museológica. Um momento marcante para o amadurecimento que me permite ter ferramentas que possam analisar um fenômeno colaborativo foi a minha inserção no Projeto de Extensão “A ‘realidade’ da dimensão colaborativa em projetos colaborativos. Um olhar antropológico”, coordenado pela professora Laure Garrabé (PPGA/UFPE). O projeto, iniciado também no segundo semestre de 2018, visou problematizar a diversidade das perspectivas colaborativas, inclusivas, comunitárias, participativas, desenvolvidas em projetos de iniciativas acadêmicas e/ou não acadêmicas, não importando a disciplina, a cultura, a prática ou a natureza do produto idealizado como resultado ou ação.

### 3 UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE PONTA GROSSA

#### 3.1 DAS OCUPAÇÕES PRÉ-COLONIAIS AO ATUAL TOPÔNIMO “PONTA GROSSA”

A Praia de Ponta Grossa é situada no município de Icapuí, no estado do Ceará, que possui uma área de 421,440 km<sup>2</sup> e população de 21.433 habitantes (IBGE, 2022), o que resulta numa densidade demográfica de 50,86 habitantes por quilômetro quadrado. O município é localizado no extremo leste do estado do Ceará, na microrregião do baixo Jaguaribe, fazendo divisa com o estado do Rio Grande do Norte, e, no Ceará, limite com Aracati – município de onde Icapuí foi desmembrado em 15 de janeiro de 1985 (Decreto Lei 11.003). Icapuí é caracterizado climaticamente como uma região semiárida (Zamboni; Nicolodi, 2008 *apud* Moretz-Sohn, 2019), possuindo 64 km de linha de costa divididos em 16 praias e está organizado administrativamente em três distritos: Icapuí (sede municipal), Ibicutaba e Manibú.

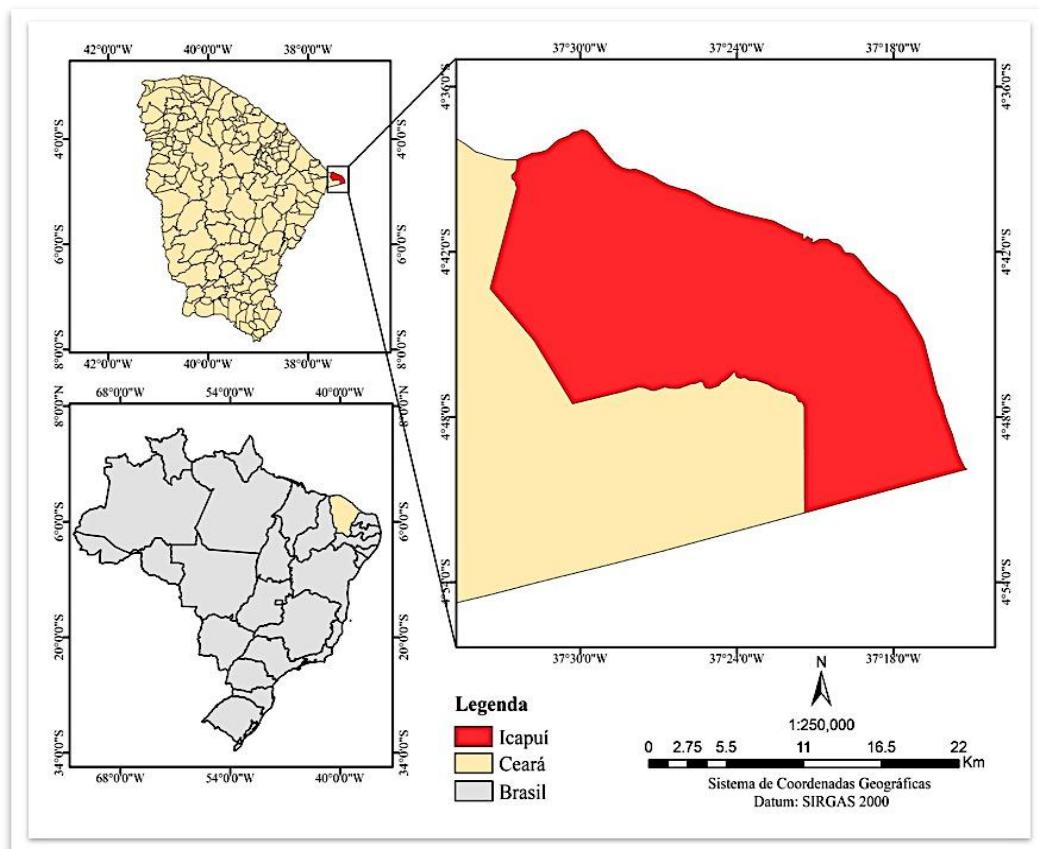
Já Ponta Grossa está a 201,9 km de Fortaleza, capital do Estado, e é centrada numa área onde há uma forte presença de vegetação densa em sua faixa praiana, além de pequenas formações de mangue. Conta com grandes paredões de falésias multicoloridas e dunas fixas<sup>18</sup> e móveis<sup>19</sup> com formas sempre alteradas graças ao trabalho do intemperismo. Por se localizarem próximas ao mar, sofrem transformações diárias por conta das ações das marés. Sua enseada é composta por trechos sempre irregulares, dando à praia características ainda mais singulares.

---

<sup>18</sup> As dunas fixas “são caracterizadas pela imobilidade atual dos sedimentos que as compõem, a partir da colonização por vegetação costeira, a qual, por sua vez, pode alcançar até um porte arbóreo” (Pinheiro *et al.*, 2013, p. 598).

<sup>19</sup> “Especificamente, as dunas móveis caracterizam-se por um transporte permanente dos grãos de areia, resultando em uma permanente migração das formas dunares. [...] Além disso, vale informar que as dunas móveis caracterizam-se pela ausência de vegetação ou pela fixação de um revestimento pioneiro [...]” (Pinheiro *et al.*, 2013, p. 596).

Figura 1 – Escalas municipal, estadual e nacional de Ponta Grossa



Fonte: Viviane Gomes (2018).

Fotografia 1 – Paredão de falésia multicolorido e dunas



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

O topônimo “Ponta Grossa” se deve, de acordo com os conterrâneos, pela saliência das dunas que existe em cima de uma parte do paredão das falésias (ver fotografia 2). Os navegadores - e ainda hoje os pescadores da região - usaram essa área de dunas como principal ponto de geolocalização, já que é um dos pontos de maior visibilidade para os que chegam à costa daquela região. Antes, Ponta Grossa foi denominada de Cabo de Jabarana. Para a história oral desse local, seguindo as afirmações de Oliveira (2012), Jabarana era o etnônimo de uma antiga etnia indígena que ali habitava.

Segundo a narrativa, um homem não indígena apareceu na costa do litoral procurando água potável e um local para se abrigar, encontrando, assim, tal etnia indígena na região que hoje leva o nome de Ponta Grossa. Depois de alguns dias, procurou contato com uma indígena, que costumeiramente vinha pegar água nas nascentes que jorravam do sopé das falésias; era o início de uma paixão entre a indígena denominada Macura e o homem não indígena europeu. A relação era mantida em segredo, mas, acometido o homem por uma enfermidade, foi descoberto por todo o grupo indígena, que decidiu vitimá-lo. Macura estava à espera de um filho do relacionamento. “No ano de 1630, aconteceu a invasão Holandesa. Ao desembarcarem nessa costa os invasores chegaram até a tribo Jabarana onde encontraram entre os índios um loiro branco que falava somente a língua nativa tupi-guarani” (Oliveira, 2012, p. 19). Macura é, para os moradores de Ponta Grossa, a fundadora precedente da comunidade.

Posteriormente, a região foi denominada de “Santa María de La Consolación”, pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, segundo historiadores que investigaram esta área<sup>20</sup>. De acordo com Abreu (2014, p. 17), “Desde o século XVI os espanhóis reclamaram como seu o descobrimento do Brasil [...]. A tese é que os navegadores espanhóis aportaram na costa brasileira meses antes - em dezembro de 1499 ou janeiro de 1500 - do também navegador, o português Pedro Alves Cabral, desembarcar em Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 1500. As dúvidas e pontos não esclarecidos são muito presentes, e não se pode negá-los, isto é, a viagem de Pinzón tem autenticidade inconcusso, segundo o autor. Apesar da certeza da autenticidade da viagem liderada por Pinzón, as dúvidas recaem sobre dois pontos, especialmente: o ponto exato de partida da viagem e o ponto exato de chegada dela.

---

<sup>20</sup> Entre eles: Freitas Filho (2003); Oliveira (2012); e Pompeu Sobrinho (1980).

Fotografia 2 – Duna sobre parte do paredão de falésias em Ponta Grossa<sup>21</sup>



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Alguns historiadores defendem a tese de que Pinzón, na verdade, aportou em terras pernambucanas, mais especificamente no Cabo de Santo Agostinho – hoje, região metropolitana do Recife, capital do estado. Já outros afirmam que a “descoberta” foi realmente no que hoje se entende por Ceará, mas não em Ponta Grossa, e, sim, no porto de Mucuripe, em Fortaleza (Abreu, 2014). Não são apenas as ocupações europeia e nativa que sofrem com essa caleidoscopia de contradições. Para Albuquerque (2012), a ocupação por grupos humanos da região que hoje representa o estado do Ceará não é suficientemente analisada. Assim se questiona Abreu (2014, p. 20): “Quem pode decidir no meio de tantas afirmações contraditórias?”. Embora de certa forma relegadas no contexto da literatura histórica oficial, as missões marítimas pré-cabralinas podem ser constituídas como ponto pacífico na historiografia dos “descobrimentos” (Freitas Filho, 2003) – a qual, considerado aqui, invasão e, posteriormente, conquista (no sentido de tomada).

Durante os séculos XV, XVI e XVII estes locais foram visitados por corsários franceses e espanhóis que navegavam em direção ao Caribe. Se observarmos as recorrentes notícias da presença francesa, espanhola e holandesa nesta costa, encontraremos as referências dessas áreas desde 1500, quando teria passado Vicente

---

<sup>21</sup> Considerado o cartão-postal da praia. Detalhe para a grande saliência que inspirou o topônimo “Ponta Grossa”.

Yanes Pizon e seu irmão Afonso Pizon pela Ponta Grossa (Jabarana ou Retiro Grande) e Mucuripe (Oliveira, 2012, p. 46).

Segundo Freitas Filho, ao avistar e tocar pela primeira vez os solos que mais tarde seriam o Brasil, Pinzón avistou “uma ponta alta e verdejante, que entrava mar adentro, cercada de dunas de areias muito clara” (Bueno, 1998, p. 12 *apud* Freitas Filho 2003, p. 30); sendo a Praia de Ponta Grossa o local que mais se aproxima dessa descrição. Além disso, se desprezarmos as correntes marinhas e considerarmos uma viagem correta em linha reta, o litoral cearense é, de fato, o ponto geográfico mais próximo do continente europeu (Oliveira, 2017)<sup>22</sup>. E, pelo fato de Ponta Grossa ser uma das saliências mais acentuadas da costa do Ceará, aumentaria exponencialmente a probabilidade de ancoragem dos navegadores para este litoral; da mesma forma como dispõe Pompeu Sobrinho, ao afirmar que a enseada avistada por Pinzón e sua tropa corresponde

... ao antigo Cabo Corso<sup>23</sup>, agora denominado Ponta Grossa ou Jabarana... no litoral do município de – Icapuí – neste Estado [do Ceará]. Tanto mais quanto para confirmar a identificação, um pouco mais a leste, está representada uma praia relativamente uniforme, onde se lê: Motas arenosas, justamente no lugar onde se eleva uma série de morros agora conhecidos pelos nomes de Cajuaz, Manibú, Tibau<sup>24</sup>, etc (Pompeu Sobrinho 1980 *apud* Freitas Filho, 2003, p. 31).

Segundo Freitas Filhos (2003), por considerarem o local hostil, dada a presença de indígenas, as tentativas de aproximação sem sucesso por parte dos europeus e as características figuradas na paisagem árida e de vastidão costeira, os expedicionários decidiram deixar o local, seguindo “por entre o poente e o norte”. Após alguns dias, aportaram, dessa vez um pouco mais longe do mar e cercado por montanhas cobertas por vegetação, num pequeno rio denominado “Hostro Hermoso” (posteriormente identificado como Mucuripe, 10 quilômetros do centro da capital do Estado do Ceará). Seguindo viagem, zarparam e tocaram, provavelmente, o “Golfo do Maranhão”, se deparando com o rio Amazonas, que de acordo com Freitas Filhos, seria denominado de “Santa Maria de la Mar Duce”. Por não terem tido êxito econômico em nenhum dos aportos, Pinzón decidiu retornar à

<sup>22</sup> Entrevista com Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

<sup>23</sup> De acordo com Freitas Filho (2003), existem algumas hipóteses para essa denominação, mas a afirmação de Orville Derby parece ser a mais plausível, que segundo ele “a toponímia *Cabo Corso*, denominando a Ponta Grossa, surge pela primeira vez em 1519 no mapa de Moiollo (*Cauo Corso*)” (Derby *apud* Freitas Filho, 2003, p. 49, grifo do autor).

<sup>24</sup> Comunidades pertencentes ao município de Icapuí.

Espanha, visto que, de riqueza, Pinzón só obteve a captura de indígenas, já que, “para não retornar sem ganho [pois, fora os aborígenes], outra coisa [Pinzón] não achou” (Anghiera, *apud* Freitas Filhos, 2003, p. 40), os levou como único material de comércio. O que Freitas Filhos (2003) tenta nos mostrar é que Pinzón atravessou boa parte do litoral nordestino do Brasil, desde a Ponta Grossa (Cabo de Santa María de la Consolación) ao Cabo Orange (rio Amazonas), “fazendo descobrimentos, nomeando os mais consideráveis pontos geográficos, cravando marcos e, cuidadosamente, observando as terras que apenas previamente adentrou” (Freitas Filho, 2003, p. 40).

Para muitos, o Tratado de Tordesilhas de 1494, que delimitava as possessões portuguesas e espanholas nas terras que viessem a ser descobertas, impossibilita a tese de que Pinzón almejava colonizar aquela costa. Seguindo a lógica desta linha demarcatória, a expansão espanhola não poderia ultrapassar as 370 léguas a Oeste de Cabo Verde, ou seja, toda a costa brasileira. “Nesse sentido, Vicente Pinzón jamais se firmaria enquanto Governador e General das terras que infelizmente descobria (a costa brasileira) [...]” (Freitas Filho, 2003, p. 40-41). Contudo, o historiador Almir Leal de Oliveira (comunicação pessoal, 2017) afirma que a exatidão geográfica naquela época não poderia ser levada tão à risca, tendo em vista as tantas confusões geográficas tão comuns de outrora, possibilitando um possível desejo de conquista por Pinzón, mas que, por outro lado, não se concretizou.

De qualquer modo, são identificações que provam o quanto foram visitadas nossas praias no primeiro século do descobrimento do Brasil. Por elas navegadores, piratas e aventureiros de toda a espécie rondavam em ciclo quase intermitente. Alguns com sentimento patriótico de estabelecer domínio para as suas estremecidas pátrias; outros, a procura da presa fácil, expondo-se aos riscos pelo mero amor e audácia, na expectativa frenética de efetivas transações suspeitas, na calada de clandestinos refúgios (Freitas Filhos, 2003, p. 54).

Os sítios e artefatos arqueológicos atribuem ainda mais abertura para a defesa dos moradores de Ponta Grossa de afirmar que foi exatamente nesta praia que o “descobrimento” anterior a Cabral se deu. Nayane Crispim, moradora de Ponta Grossa, técnica em segurança do trabalho, 33 anos, ao falar sobre os artefatos arqueológicos reunidos pelo Sr. Josué Crispim, afirma que: “A importância é que [o acervo] vai mostrando, então, assim, as pessoas vão procurar ver pra saber que aqui foi onde, foi [o lugar] primeiro [visitado por europeus]. [No acervo] tem umas peças que provam que aqui foi onde foi descoberto o Brasil”<sup>25</sup>. Apesar de a comunidade sempre afirmar que não é objetivo lutar contra os outros territórios que se

---

<sup>25</sup> Entrevista de Nayane Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 25 de abril de 2017.

autoproclamam como área “descoberta” por Pinzón, ela manifesta o reconhecimento de Ponta Grossa como uma região historicamente importante para a conquista, ocupação e formação do país desde séculos atrás. Também considera os testemunhos arqueológicos locais como evidências materiais para se reescrever e reinterpretar a história da conquista europeia no Brasil.

Rapaz, é o seguinte, pra ninguém brigar com a Bahia, mas é um dos\_\_ focos teóricos que nos norteiam, que a\_ se não foi descoberto aqui, mas houve algum problema por aqui com esse pessoal [europeu]. Ou seja, com os primórdios do descobrimento do Brasil. Se não foi diretamente aqui, mas eles passaram alguma ‘chuva’ por aqui. [...] Eu não li, mas já disseram que o escritor Barão de Studart<sup>26</sup> comprova que foi aqui<sup>27</sup>.

De acordo com Oliveira (2012), Ponta Grossa, graças a sua localização geográfica privilegiada, foi ponto estratégico de ocupação sazonal, tanto em tempos pré-históricos quanto nos momentos de passagens de navegadores desde o início do século XVI. Segundo esse mesmo autor, naquela região passou um conjunto de grupos étnicos indígenas “que explorava recursos naturais, ocupava o alto de dunas em acampamentos, confeccionava seus artefatos e marcava o seu território diante de outros grupos” (Oliveira, 2012, p. 13). Conforme Oliveira (2012), a localidade também foi o aporto dos primeiros navegadores europeus que denominaram o território como “Novo Mundo” em princípios do século XVI, aparecendo nas primeiras narrativas que buscavam definir os contornos da América. As marcas causadas pelas guerras entre os indígenas e europeus visando o domínio da região são registradas pelos vestígios materiais que existem naquela área. Ainda para o autor, no século XVIII, Ponta Grossa era o mais importante porto de comércio da capitania do chamado Siará Grande. “Daí a riqueza variada dos materiais encontrados por lá. Os registros da vida indígena, com os seus artefatos variados, são um dos mais ricos do litoral brasileiro” (Oliveira, 2012, p. 14).

Durante o século XVII (Oliveira, 2012), intensificou-se o contato com os europeus, de maneira especial os dos Países Baixos e os portugueses. Relatos sobre naufrágios e as chegadas e partidas de diversas embarcações, registros de guerras entre as diversas culturas e povos são, para Oliveira (2012, p. 14), muito aceitáveis: “como um marco tanto da conquista como da colonização da região na qual Ponta Grossa se insere sob os domínios dos Impérios Português e Neerlandês no Atlântico”. Continua:

---

<sup>26</sup> Médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará em meados do século XIX.

<sup>27</sup> Entrevista de Dam Crispim (morador de Ponta Grossa e professor do município de Icapuí) concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 21 de abril de 2017.

Os barcos chegavam carregados de farinha de mandioca, produtos industrializados, aguardente, ferragens, dentre outros produtos e eram recarregados com fardos de carnes secas produzidas nas charqueadas de Aracaty [atual Aracati]. A partir de Ponta Grossa ganhavam o mundo, via o porto de Recife, e abasteciam cidades litorâneas da América Portuguesa, como Salvador. Também atravessavam o Atlântico rumo a Portugal e África (Oliveira, 2012, p. 14).

Fotografia 3 – Sr. Josué Crispim observando os artefatos arqueológicos presentes na superfície de sítios em Ponta Grossa



Fonte: José Israel Abrantes (2011).

Além disso, em Ponta Grossa são encontrados diversos locais com a presença de fósseis e artefatos arqueológicos, testemunhos do que é tido como as primeiras presenças tendo povoado o local, assim lhe atribuindo certa geocultura marcada pelo processo histórico de colonização europeia em região indígena. Em toda parte, podemos encontrar artefatos que são testemunhos das ditas três matrizes culturais brasileiras: indígena, europeia e africana - testemunhos do que é tido como as primeiras presenças de povoamento do local (ver fotografia 3). O Morro dos Ventos (ver fotografia 4), um sítio arqueológico localizado nas dunas de Ponta Grossa, sentido Praia da Redonda, é um dos exemplos da presença de grande quantidade de material arqueológico na superfície do terreno. Nessa localidade, pode-se encontrar “material lítico (quartzo e silexitos) e grande concentração de vestígios malacológicos (conchas grandes)” (Oliveira, 2012, p. 29), como também relata o Sr. Josué:

[...] ali onde nós andamos pertinho [próximo ao Morro dos Ventos], lá tem um canto que é tipo uma oficina de material: aquele lítico, aquela calcedônia, aquele quartze. Meu irmão, tá lá aqueles pedaços de todo tamanho. [...] Quer dizer, ali foi um canto, uma oficina deles [grupos antecedentes], fazer os instrumentos deles lá. E muita coisa tá enterrada [artefatos]. Muita gente já pegou, já levou<sup>28</sup>.

Fotografia 4 – Parte do sítio Morro dos Ventos e enseada da praia da Redonda ao fundo



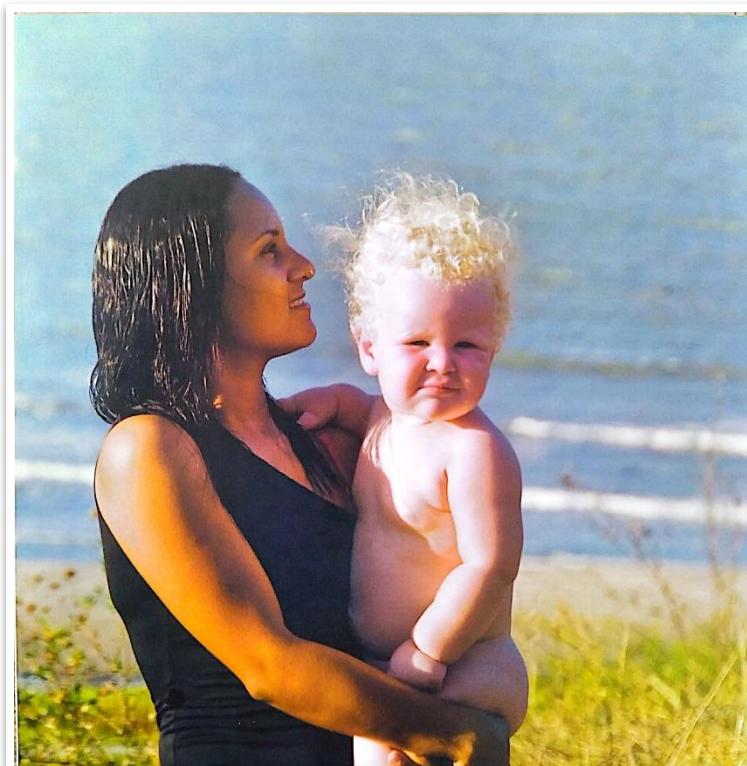
Fonte: Gilvanildo Ferreira (2014).

Ao investigar a arqueologia na região, é também comum ouvir relatos de que Ponta Grossa é uma comunidade descendente direta de holandeses; tal relato é embasado, principalmente, pela ocupação holandesa no Brasil; e, segundo os mesmos, esse poderia ter sido o principal cenário de uma possível colonização holandesa (ver anexo C). Em consequência de casamentos internos (entre o núcleo familiar Crispim), os moradores são considerados, popularmente, descendentes de holandeses (ver anexo D), havendo um “biótipo” bastante específico, singularizado por uma “identidade” própria (Freitas Filho, 2003). Porém, Freitas Filho (2003) nos possibilita uma leitura lúcida do seu ponto de vista sobre essas características do que ele chama de “nórdico-fisiológicas”. Para o autor, essas particularidades não podem ser consideradas essencialmente “como sendo resultado direto da presença daquele povo [holandês] em um determinado local ou região, mas sim, a um longo

<sup>28</sup> Entrevista do Sr. Josué Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 22 de abril de 2017.

processo gestativo que ultrapassou fronteiras, perpassou etnias e grupos sociais, difundindo a herança genética de uma matriz há muito desfeita” (Freitas Filho, 2003, p. 62).

Fotografia 5 – Diversidade contemporânea de biotipos entre os moradores de Ponta Grossa<sup>29</sup>



Fonte: José Israel Abrantes (2011).

Os ditos traços étnicos limitados em Ponta Grossa podem estar relacionados a um fenômeno que provavelmente é fruto de um incidente passível de ocorrer em qualquer minoria racial. Na verdade, essa afirmativa é considerada uma narrativa inventiva entre grande parte da população de Ponta Grossa, disseminada por diversos indivíduos externos, mas que detém pouco respaldo entre os moradores atualmente. Freitas Filho (2003) afirma que, apesar de não existir nenhum respaldo “oficial”, essa ideia dispunha de “clara aceitação local”. Mas atualmente o que observamos foi que, de acordo com os próprios moradores, a maioria não se sente representada por essa ideia de “holandesidade”, muito menos se autoproclamam descendentes desse povo.

Se ocorreu realmente o contato com holandeses em Ponta Grossa, o que houve, talvez, foi uma presença e não uma colonização holandesa em terras cearenses, o que Freitas Filho (2003) chama de “confusão terminológica”. “A aventura holandesa no Ceará fora infortuita

<sup>29</sup> Nayane Crispim e Max William Crispim.

[sic], em nada contribuindo para a posse ou melhoramento da terra” (Freitas Filho, 2003, p. 57). Durante os séculos XVII e XVIII, a crescente presença de corsários holandeses e franceses aumentou de forma significativa as afrontas contra a ordem imposta pela Coroa Portuguesa. Nesse momento, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, tropas de mercenários ávidos por enriquecimento eram destinadas pela Holanda para atacar a costa da colônia portuguesa (Brasil). Apesar disso, de acordo com Freitas Filhos (2003), nesse momento a Holanda ainda não era considerada uma nação unificada; portanto, como seria colonizadora? O evento que houvera no Ceará “não pode ser visto como uma ação colonizadora, em virtude, sobretudo, do espírito restritamente comercial que alimentava, em nada influenciando nos aspectos demográfico, econômico, cultural, social, político e religioso” (Freitas Filho, 2003, p. 58). E, diferente do que acontece em outras regiões do litoral cearense, em Ponta Grossa não existiram construções de fortificações ou qualquer tipo de empreendimento similar, o que mostra que não houve relação, pelo menos de forma intensa e/ou permanente, entre holandeses e Ponta Grossa.

Por motivos diversos, a hipotética colonização holandesa em Ponta Grossa não poderia ter passado de eventualidade, como a represália portuguesa contra os considerados ocupantes “ilegítimos” no território, ou seja, procuravam terras seguras para se abrigarem. Quais interesses esses holandeses desgarrados, e em quantidade ínfima, teriam além de se refugiarem das investidas lusas de repeli-los do território brasileiro? Indaga-nos Freitas Filho (2003). No entanto, muitos moradores da comunidade ainda defendem e afirmam a tese de que realmente são descendentes diretos de europeus - não necessariamente holandeses - graças às provas materiais dos artefatos arqueológicos excessivamente presentes em todo território, e especialmente pelo acervo constituído pelo Sr. Josué Crispim.

Apesar dos artefatos coletados pelo Sr. Josué não serem passíveis de contextualização arqueológica, pudemos saber - a partir das análises arqueológicas executadas durante a inventariação do acervo - a procedência europeia de muitos artefatos, como: faiança inglesa; faiança portuguesa; cachimbo português; cachimbo holandês; garrafa de grés com inscrições estrangeiras (procedência holandesa e escocesa); e moedas estrangeiras, considerados, desse modo, provas materiais da ocupação europeia em território indígena. Embora a afirmativa que contextualiza muitos artefatos como europeus, não se pode assegurar por quem foram transportados até Ponta Grossa. A garrafa de grés com a inscrição “Amsterdam” pode ter sido deslocada por conquistadores de outros países, como franceses ou ingleses, por exemplo. O

mesmo acontece com a cultura material<sup>30</sup> na globalização atual, no conjunto de vestimentas que usamos, cada peça pode ser oriunda de um país diferente. Ou seja, apesar de muitos artefatos do acervo em Ponta Grossa terem sido confirmados como de procedência inglesa, não quer dizer que ali estiveram ingleses (Rodrigues, 2017)<sup>31</sup>. O que se pode afirmar é a procedência da produção, mas não o deslocamento entre continentes. Além disso, as garrafas de grés parecem não ser de tempos tão remotos assim, pela sua fabricação e cunhagem se assemelharem a técnicas indústrias “e não exatamente do tosco ofício da manufatura” (Freitas Filho, 2003, p. 63).

O próprio sobrenome “Crispim” nos atenta para a possibilidade da peculiaridade local ser

construída ou configurada, em virtude não somente, de uma postulada regência étnica que se pretende ali tenha ocorrido (no caso a holandesa), porém, como consequência da incorporação de múltiplos traços, originários, quiçá, de outras nacionalidades (além, claro, da portuguesa), que se fundiram, reconstruindo as estâncias que viabilizou sua existência segundo o contexto de sua interação (Freitas Filho, 2003, p. 64).

Segundo Freitas Filhos (2003), o “Crispim” é de origem francesa. Já para alguns moradores de Ponta Grossa, o sobrenome francês seria “Crispam”, não “Crispim” como afirma o autor. “Crispam”, na leitura dos moradores, significaria “alguém que pratica jogo sujo”, “aquele que não é honesto”. Essa conclusão pode ser embasada historicamente pelas próprias afirmações de Freitas Filhos (2003), quando expõe as iniciativas de corsários holandeses e franceses na costa cearense. Dessa forma, poderíamos interpretar os exercícios dos corsários como “trambiqueiros” (enganadores), ou seja, “Crispam”. Outra designação que pode ter sido usada é “Crispyn”, tipicamente holandês, de acordo com Freitas Filho (2003), mas que não foi falado por nenhum morador de Ponta Grossa durante as idas para a pesquisa de campo. Para esse mesmo autor, o contexto local pode ter assumido uma nova combinação morfológica até chegar ao sobrenome “Crispim”. Mas, perpassados mais de cinco séculos desde os primeiros contatos registrados com os europeus, não é tarefa fácil construir uma análise histórica – ou quem sabe até genealógica – desses personagens que habitam a Praia de

<sup>30</sup> “A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado” (Meneses, 1998, p. 100).

<sup>31</sup> Entrevista de Vanessa Rodrigues concedida ao autor em Recife, em 15 de dezembro de 2017. Graduada em turismo e mestra e doutoranda em arqueologia pela UFPE, em 2014, participou como arqueóloga do projeto de inventário do acervo em Ponta Grossa.

Ponta Grossa. Freitas Filho (2003, p. 65) conclui afirmando que “as respostas ainda não são conclusivas e desafiam explicações”.

### 3.2 A CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIOCULTURAL PONTAGROSSENSE

A comunidade que habita Ponta Grossa é dividida em duas partes: na praia, onde ficam as pousadas e restaurantes, moram poucas pessoas; e na área que os moradores chamam de “serra” - borda do tabuleiro pré-litorâneo (Moretz-Sohn, 2019) - se localiza a maioria dos habitantes, sem estabelecimentos turísticos. Essa divisão foi feita a partir de um episódio histórico. Em 1920, nos primórdios da ocupação em Ponta Grossa realizada por algumas famílias dos núcleos familiares “Crispim” (advinda de outras regiões de Icapuí) e “Pindú” (nativa do território, localizado mais no interior, no meio da mata, em uma área conhecida como “Refúgio do Povo”) usufruíam de uma área muito maior do que a de hoje. Os Crispim são um grupo de famílias que vieram da região de Mutamba e da praia da Redonda para Ponta Grossa junto com os Pindú. De acordo com diversos relatos de moradores, o sobrenome “Pindú” já não consta mais nos registros de nascimento das últimas gerações da comunidade. A família do Sr. Neu Pindú, no início dos anos 1900, é considerada a primeira família a habitar a praia que levaria o nome de Ponta Grossa, junto com a família Crispim, um pouco depois. As primeiras famílias habitavam, além da praia, uma grande extensão de terras acima das falésias, na “serra”.

De acordo com os moradores, com a venda do território que pertencia à família “Porto”, de Aracati - que era proprietária desde o século XIX<sup>32</sup> - na década de 1970, os novos proprietários “cercaram e vetaram o acesso, indenizando os moradores pelos cajueiros plantados e expulsando-os da área privada” (Moretz-Sohn, 2019, p. 78). A empresa Cascaju Agroindustrial<sup>33</sup>, pertencente ao Grupo Edson Queiroz<sup>34</sup>, é a atual proprietária. Não se sabe exatamente ou de forma documentada como se deu esse movimento de migração humana vertical, deslocamento das comunidades da borda do tabuleiro pré-litorâneo para a praia e vice-versa (Moretz-Sohn, 2019). O fato é que, nesse período, toda a população de Ponta Grossa se localizava integralmente na parte de baixo do terreno. Neste trabalho, retificamos a

---

<sup>32</sup> Os moradores de Ponta Grossa podiam habitar e manusear o território durante a posse da família Porto (Moretz-Sohn, 2019).

<sup>33</sup> Empresa de produção de produtos alimentícios com sede localizada no município de Cascavel, Ceará. A extração petrolífera está paralisada, mas também já foi realizada na área.

<sup>34</sup> Grupo que detém um conglomerado de empresas.

informação atestada na pesquisa de dissertação (Ferreira, 2018) ao afirmar que a migração humana da região se deu pela venda do território pelos próprios moradores ou pela própria intrusão executada pelos fazendeiros da época.

Com o movimento de migração, ocasionando o abandono de casas e roçados, muitas famílias se deslocaram para outras comunidades. As famílias que saíram do tabuleiro para a faixa de praia passaram “a ocupar áreas de risco, sujeitas à erosão. Esse aspecto aumentou a condição de vulnerabilidade social e gerou-se impactos negativos em relação à segurança alimentar e autonomia econômica devido à ausência de áreas para cultivo” (Moretz-Sohn, 2019, p. 79). Durante a década de 1980, o mar transgrediu a ponto de destruir casas e a vegetação, chegando ao ápice de “quebrar” em praticamente todo o paredão das falésias (ver figuras 2 e 3), fazendo os moradores se abrigarem em seus sopés (Moretz-Sohn, 2019).

As famílias se organizaram e reivindicaram, junto com a comunidade do Retiro Grande, praia vizinha ao oeste de Ponta Grossa, e que também estava sofrendo com o problema da transgressão do mar, uma pequena porção de terra na parte superior do tabuleiro da antiga fazenda Retiro Grande, local mais protegido das ações erosivas do mar. Retiro Grande possui o maior conjunto de falésias da América Latina (Guia turístico de Icapuí, 2020) e nota-se que nessa área ainda persiste a transgressão da maré, fazendo com que praticamente todas as casas na orla ou próximas das falésias fossem abandonadas por risco de desabamento.

A comunidade de pescadores de Retiro Grande está localizada no topo das falésias e no tabuleiro, com algumas residências nas escarpas e nos patamares intermediários. A erosão costeira associada à erosão pluvial das falésias tem colocado algumas dessas residências em situações de risco, sendo algumas delas já abandonadas (Moretz-Sohn, 2019, p. 81).

Nesse período, começo da década de 1990, a comunidade se articulou, criando a Associação de Moradores de Ponta Grossa, com o intuito de solicitar às autoridades estaduais o requerimento aos “proprietários” das terras reivindicando alguns hectares do terreno que outrora lhes pertencia. O pedido foi atendido em fins da década de 1990, após muito conflito e negociação, tendo lhes sido doados cerca de dezoito hectares para posterior divisão e construção das casas. Cabe acrescentar que Retiro Grande também conseguiu o terreno solicitado, cerca de quinze hectares; assim como afirma o relato do pescador aposentado e presbítero da congregação da comunidade, o Sr. João Crispim:

Nossa comunidade [Ponta Grossa] começou aqui, porque aqui tinha uns problemas aqui com as marés. Há muito, nossos avós, nossos bisavôs viveram aqui embaixo [na praia]. Mas aí a maré de vez em quando vinha, derrubava, eles iam pra outro canto, e o lugar nunca crescia. [...] Aí, nos anos de 70 pra cá foi que a maré veio ali [nas casas perto da praia], derrubou umas [casas], mas ainda ficou uma tira e tal, uma ‘grôa’, como diz, e um pessoal ficou morando por lá. Aí foram lá no Grupo [Edson Queiroz], que é dos Queiroz, e eles deram aqui 18 hectares de terra. [...] Aí, o pessoal tá morando aqui. [...] Tá crescendo [...]. Muita casa tá sendo construída<sup>35</sup>.

A luta fundiária é historicamente marcada no município de Icapuí. Nos dias atuais, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente e pesca de Icapuí (SEDEMA), há dois assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em Icapuí, localizados às margens da CE-206: o Projeto de Assentamento Redonda e o Projeto de Assentamento São Francisco. Juntos, os dois assentamentos beneficiam cerca de 300 famílias com concessão de uso da terra e/ou titularidade de sua propriedade. A principal atividade produtora e geradora de renda dos dois assentamentos é a cajucultura, sendo esses locais os responsáveis pela maior produção de caju do município.

Fotografia 6 – As duas partes da comunidade (praia e “serra”) de Ponta Grossa vistas por satélite



Fonte: Google Maps (2024).

---

<sup>35</sup> Entrevista do Sr. João Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 23 de abril de 2017.

Fotografia 7 – Vista mais ampla de Ponta Grossa, por satélite, integrando a comunidade, dunas e a mata de tabuleiro



Fonte: Google Maps (2024).

Na “serra”, a terra é coletivamente habitada e individualmente apropriada, pois houve um processo de loteamento por parte dos moradores, em que cada família pôde ter sua área delimitada. Até 2020, um trecho dessa terra parcialmente loteada se encontrava ainda não apropriada por conta da grande presença de artefatos arqueológicos na superfície. Mas, a partir de então, algumas casas foram e estão sendo construídas nessa área, o que acaba gerando opiniões divergentes na comunidade: aquelas pessoas que defendem a análise dos artefatos antes das construções; e aqueles que afirmam que a omissão das autoridades competentes desse âmbito impede o avanço da comunidade. Na parte de baixo, na praia, ficaram poucas pessoas, que estão construindo suas casas na “serra” e se mudando aos poucos. Na praia funciona basicamente o setor turístico, porém, ainda com a presença de cerca de 50 moradores.

Fotografia 8 – Vista panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa na praia



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Fotografia 9 – Técnicos do Iphan/CE analisando área com presença de objetos arqueológicos na “serra” de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2018).

Como citado anteriormente, o acordo comunitário que determinava a proibição da venda de terras dentro da comunidade para pessoas que não sejam da comunidade está sendo findado gradativamente. A medida tinha sido tomada e respeitada por muitos anos para evitar que a especulação imobiliária – demasiadamente presente na região - de fato, transformasse a localidade em um grande centro turístico, destruindo as relações e as infraestruturas comunitárias, como ocorreu em Canoa Quebrada. A comunidade de Canoa Quebrada, até o início dos anos 2000, era uma praia formada por poucas famílias, que não suportaram o assédio da especulação imobiliária e venderam suas terras e estabelecimentos, principalmente para empreendedores estrangeiros. É preciso destacar que existe uma comunidade integrada à Canoa Quebrada que é considerada uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)<sup>36</sup>, chamada Vila do Estevão, constituída no início da década de 1930. Nesse território, encontra-se uma estrutura de turismo de base comunitária (Takahashi, 2016), como será explorado posteriormente nesta pesquisa.

O deslocamento de turistas, motivado pelas atividades de lazer, acaba os transformando em migrantes com a aquisição de segundas residências nas regiões turísticas, o que gera conflitos pelo uso do território nas comunidades receptoras desse fenômeno (Fonseca; Janoschka, 2018). Esse estilo de vida implica “na aquisição de novos bens imobiliários em localidades distintas da vida habitual, muitas vezes em áreas turísticas com amenidades naturais, contribuindo para desencadear novos processos de urbanização” (Fonseca; Janoschka, 2018, p. 55). Por isso, para Fonseca e Janoschka (2018), os processos globais acentuam os conflitos de ordem local.

Se por um lado os processos globais contribuíram para novas formas de integração e interação sócioespacial, por outro lado tem gerado novos conflitos decorrentes da valorização do uso do solo propiciado pela dinamização do mercado imobiliário decorrentes das práticas do lazer e do turismo (Fonseca; Janoschka, 2018, p. 53).

Aparentemente, o casamento interno acontecia, prioritariamente, por conta desse acordo sobre a território, mas ao conversar com as pessoas da comunidade, a maioria afirma que não há nenhuma relação com essa hipótese. Esse tipo de relacionamento, para os moradores, se deu por uma herança histórica, ou seja, apenas por preservarem essa prática com o passar do tempo, de geração em geração. Isso fica reforçado ao imaginarmos que em outros tempos, quando não existia o acordo comunitário de não venda das terras, o casamento interno era ainda mais comum. Com efeito, podemos perceber também que outros indivíduos

---

<sup>36</sup> Uma unidade de conservação que protege ecossistemas de importância regional ou local.

relacionam a preocupação de evitar que suas terras sejam apropriadas por pessoas “estrangeiras” à lógica do casamento entre família de Ponta Grossa.

Olha, essa questão da família [do casamento], de manter-se muito dentro da própria família, que é casamento primo com primo, isso aconteceu em umas gerações passadas, onde nós não tínhamos acesso à estradas, não tínhamos escolas fora da comunidade, então todo mundo estudava aqui, *nós não tínhamos estradas, acesso a outras comunidades, então ficávamos, assim, muito fechados, numa ilhada, na comunidade, então as pessoas viam os primos, viam as primas aqui mesmo e aqui mesmo casavam-se e formavam família. Então, não é regra e norma da comunidade.* Eu, principalmente, como morador da comunidade, eu defendo que o nativo procure uma pessoa de fora. E a nativa também case com uma pessoa de fora que venha a contribuir da forma comunitária, né? *Porque o que eu tenho medo é que as pessoas venham com outras visões de cidade pra dentro da nossa comunidade, que em vez de ajudar, vão atrapalhar.*

Então a gente se preocupa com isso, mas eu defendo que se casem com pessoas sem ser da família. Até mesmo por essa questão sanguínea, né? De primo com prima, né? *E eu sou uma pessoa que sou casado com uma prima e teve um problema com um filho meu, e procurei um especialista, que era um geneticista, e eles alegaram isso, né? Que era por causa sanguínea, família muito próxima*<sup>37</sup>.

Por conta dessa relação matrimonial endógena, como visto anteriormente, o ambiente populacional tem características particulares, pois, segundo os relatos dos conterrâneos, a comunidade é conhecida popularmente entre seus visitantes e vizinhos da região como a praia do “povo dos olhos azuis e cabelos loiros”. “Na Ponta Grossa, uma parcela notável da população, entre crianças e antigos moradores, faz-se herdeira de biótipos humanos bem específicos, que chegam a singularizar-se no panorama da formação e da própria identidade étnica local” (Freitas Filho, 2003, p. 62).

Na dissertação (Ferreira, 2018), afirmo que o alto índice de nascimento de crianças com deficiências físicas foi gerado exclusivamente por problemas genéticos pelos casamentos entre primos de primeiro grau. No entanto, com maior aprofundamento da pesquisa de campo, este atual estudo considera essa informação imprecisa. Outro importante motivo para o considerável número de moradores com alguma deficiência física foi a baixa taxa de vacinação contra o vírus da paralisia infantil. Nota-se que grande parte das pessoas com essa condição, hoje, estão com mais de 50 anos. O índice diminui abruptamente para as últimas gerações, que possuem melhores coberturas vacinais e, consequentemente, maiores taxas de vacinação. Os casamentos entre não primos acontecem por uma integração cada vez maior da comunidade, o que também colabora para essa diminuição.

Essas pessoas externas ao local são geralmente de regiões próximas, principalmente do próprio município de Icapuí. Sem dúvida, esse fenômeno é uma das características mais

---

<sup>37</sup> Entrevista de Adaia Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 14 de julho de 2017.

complexas de Ponta Grossa, cercada por diversas suposições e pontos de vista, formulados por pessoas de fora da comunidade e pelos próprios moradores. Contudo, é seguro afirmar que é a partir dessas relações “entre” os indivíduos do núcleo que a dita unidade comunitária da praia se estabelece e se conserva, pois é sempre discutida no âmbito familiar. Embora possamos ressaltar que os conflitos de interesse sobre a gerência do território em Ponta Grossa tem o potencial de desagregar a comunidade, também podem fortalecer a proximidade entre os moradores que são contrários à venda de terras. O debate sobre o território de Ponta Grossa se debruça perante duas perspectivas: manter os interesses comunitários acima dos interesses do mercado imobiliário, assumindo formas de resistências frente aos interesses hegemônicos ditados pelo mercado; ou evidenciar como os interesses do mercado se sobrepõem às questões identitárias e de pertencimento (Fonseca; Janoschka, 2018).

A religião é muito presente na organização comunitária. Cerca de 80% dos moradores são adeptos da religião evangélica. Seguindo as afirmativas de Freitas Filho, embasado na história oral proveniente de alguns moradores de Ponta Grossa,

[...] foi por volta de 1932, sob as ordens do Pastor Evangélico João Alves, natural de Areia Branca<sup>38</sup>, que a semente protestante foi lançada pela primeira vez no campo das almas do Cabo da Jabarana, conseguindo um massivo número de seguidores, que por volta de 1942 seriam assistidos por outro emissário protestante, o moradanovense<sup>39</sup> Pedro Freire de Brito, a quem se atribui o mérito da grande propagação da seita na região, compreendida, sobretudo, entre Barreiras e Mutamba [comunidades de Icapuí] (SOUZA *apud* Freitas, 2003, p. 63).

A fé na religião é tida por muitos como o grande ingrediente para o respeito e preservação da unidade familiar e comunitária, como afirma Dam Crispim<sup>40</sup>. Os nomes bíblicos são quase obrigatórios para as crianças que nascem em Ponta Grossa. A comunidade, a partir de arrecadação de verba própria, construiu uma igreja na “serra”, deslocando os cultos da antiga igreja, feita na década de 1960 (onde o acervo arqueológico ficou abrigado entre os anos de 2014 a 2023), localizada na parte de baixo da praia, para a parte superior. A igreja também tem o papel de auxiliadora nas eventuais necessidades de apoio financeiro e suporte emocional que algum integrante da comunidade venha a precisar. É perceptível que a religião e a igreja em Ponta Grossa não são tratadas apenas no campo da fé, elas organizam e ditam grande parte das dinâmicas da comunidade. Em relação também com o parágrafo anterior, o

---

<sup>38</sup> Município do estado do Rio Grande do Norte, cerca de 203 km de Natal, capital.

<sup>39</sup> Morada Nova é um município no interior do Ceará.

<sup>40</sup> Entrevista de Dam Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 21 de abril de 2017.

que pode ser percebido é que houve uma junção dos fatores histórico-religiosos com o atual protecionismo do território pelo núcleo familiar.

Fotografia 10 – Igreja Assembleia de Deus em Ponta Grossa<sup>41</sup>



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

[...] *Eu atrelo muito o sucesso nosso à religião.* Por exemplo, eu acho que você já presenciou nas mesas os passarinhos lhe atrapalhando [enquanto come]. Então, assim, tudo indica que é raro isso no município de Icapuí, e isso não houve nenhuma ruptura, não houve um processo. Você não vê crianças pedindo, você não vê crianças mal vestidas, diferente das demais comunidades. Então, isso eu atrelo aos conhecimentos vindos da religião. Porque, assim, nós temos um presbítero, como responsável pela [igreja]. A nossa religião diz o seguinte: nós temos um campo. O que é um campo? São várias congregações, não é? Em cada congregação dessa, dependendo do total de pessoas, tem um templo. Então, por exemplo, Ponta Grossa tem um presbítero que nós chamamos de pastor local, responsável por essas ovelhas. [...] Aí, nós temos um pastor que é responsável por todas essas congregações. Então nós, tanto nossos presbíteros como nossos pastores, eles ensinam de acordo com a bíblia. Então, a bíblia não só ensina religião, ela não só ensina, digamos assim, caminho para ir pro céu, não só ensina o espiritual, ensina também o prático. *E eu delego muito o sucesso nosso, como comunidade, a isso*<sup>42</sup>.

Quase todas as famílias de Ponta Grossa possuem veículos, sejam eles carros ou motos. As casas que estão sendo construídas na “serra” seguem um estilo específico: divididas em grandes espaços e cercadas com alpendres (ver fotografia 11). Quase sempre são construídas gradativamente, de acordo com a condição financeira de cada família. Apesar da existência de diferentes perfis socioeconômicos entre os moradores da comunidade, é motivo

<sup>41</sup> Construída com recursos da comunidade, sua fachada faz referência à vela de uma jangada.

<sup>42</sup> Entrevista de Dam Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa-Icapuí, em 21 de abril de 2017.

de orgulho e alívio de todos não haver pessoas em situação de rua, de não existir mendicância em Ponta Grossa - nenhum morador passa por dificuldades sérias, aparentemente. Da mesma forma, todas as crianças da comunidade estão matriculadas nos ensinos fundamental e médio<sup>43</sup>, e por não estar em funcionamento a escola localizada em Ponta Grossa - pela variedade de faixas etárias e suas devidas séries -, se deslocam para as escolas das praias de Redonda e Retiro Grande, próximas a Ponta Grossa (Icapuí é um dos municípios brasileiros com a menor taxa de crianças fora da escola). Como visto, o Centro de Educação Infantil construído na comunidade ainda não foi ativado.

Fotografia 11 – Casa típica da “serra” de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Mas nem sempre houve esse “bem-estar”, como podemos perceber no relato do Sr. Oliveira Crispim, 65 anos de idade, pescador e morador de Ponta Grossa. Para Marcos Junqueira, agricultor, nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, mas que mora há 38 anos na comunidade praiana, sendo o único forasteiro de Ponta Grossa de fato, o desenvolvimento de Ponta Grossa se deu a partir da busca do interesse comum entre os moradores.

---

<sup>43</sup> Em 1991, o município de Icapuí recebeu o Prêmio “Criança, Paz e Educação”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, em reconhecimento às políticas públicas exitosas na área da educação.

Rapaz, aqui era tão pouca gente. [...] *Tudo era casinha de barro.* ‘E tinha o quê?’ Aqui tinha umas sete casas, oito casas<sup>44</sup>.

*Todo mundo tem carro, moto...* E eu lembro quando começaram a chegar aqui as bicicletas, e hoje raramente você [vê] bicicleta. Até as crianças têm moto, quadriciclo. *Todo mundo estuda, todo mundo tá interessado em fazer faculdade.* Bem diferente das comunidades vizinhas, né? Agora, por quê que as pessoas são assim? Porque elas se influenciam umas às outras, porque elas foram buscar o seu crescimento, os seus interesses, dentro do próprio núcleo [comunitário], né?<sup>45</sup>.

A melhoria dos aspectos socioeconômicos da comunidade é recente, realizada graças ao desenvolvimento, primeiramente da pesca de lagostas e mais recentemente pelo turismo, como veremos no próximo subtópico. Contudo, os moradores de Ponta Grossa, assim como a comunidade icapuiense em geral possui uma considerável inclinação para a organização popular. Também são bem articulados e com grande experiência de associativismo, o que favoreceu consideravelmente essa prosperidade, visto que o associativismo foi fomentado durante a transformação de Ponta Grossa em núcleo receptor do TBC como forma de desenvolver o turismo e assegurar o ordenamento territorial. Eles também detêm uma relação muito próxima com a política municipal, possuindo alguns cargos comissionados na prefeitura, o que acaba gerando tensões entre os moradores que apoiam partidos e gestões de lados diferentes – apesar de uma estabelecida unidade comunitária, facções são presentes, mas nada fugindo totalmente da lógica local e familiar.

---

<sup>44</sup> Entrevista do Sr. Oliveira Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 23 de abril de 2017.

<sup>45</sup> Entrevista de Marcos Junqueira concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 21 de julho de 2017.

## 4 UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA PRAIA DE PONTA GROSSA ATUALMENTE

### 4.1 TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM PONTA GROSSA

Ponta Grossa também já foi uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada em 1998, pela Lei nº. 262/98<sup>46</sup>, e administrada pelo município de Icapuí, mas sua renovação não é feita há muitos anos. A APA de Ponta Grossa tinha o objetivo de regulamentar a ocupação e exploração da região, aliando preservação e desenvolvimento. Era dividida em duas zonas: a primeira, de preservação ambiental, incluía as praias, planícies de maré, lagoas costeiras, mangues e dunas; a segunda zona, de conservação ambiental, englobava as matas no alto das falésias do Retiro Grande (praia vizinha à Ponta Grossa). Além da APA de Ponta Grossa, atualmente desregulamentada, há mais duas APAs em Icapuí, municipal e estadual, respectivamente: APA Manguezal da Barra Grande<sup>47</sup> e a APA Berçários da Vida Marinha<sup>48</sup> – essa última é um berçário de espécies ameaçadas de extinção, como o peixe-boi, além de tartarugas marinhas e aves, como o maçarico-do-papo-vermelho.

Assim como toda planície costeira de Icapuí, Ponta Grossa está inserida no bioma da caatinga, “com complexos vegetacionais litorâneos específicos, amplamente representados pela mata de tabuleiro e ecossistema manguezal” (Atlas, 2012, p. 19). Apesar de comum no litoral cearense, atualmente a presença de coqueiros não é tão presente em Ponta Grossa, justamente devido à última grande transgressão do mar. O mangue também foi bastante afetado, restando ainda um trecho desse bioma. “As espécies que ocorrem no manguezal de Ponta Grossa são: mangue branco (*Laguncularia racemosa*), mangue ratinho (*Conocarpus erectus*) e mangue vermelho (*Rhizophora mangle*)” (Moretz-Sohn, 2019). Os últimos anos de estiagem também influenciaram no pouco desenvolvimento dos coqueiros e mangue, assim como a presença da árvore “nim” (*Azadirachta indica*), danosa a vegetais e até a animais por conta de sua substância repelente, que acelera o processo de desertificação da região. Dentre

<sup>46</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/9a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/diretrizes-ambientais/lei\\_apr\\_ponta\\_grossa.pdf](https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/9a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/diretrizes-ambientais/lei_apr_ponta_grossa.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

<sup>47</sup> Criada através da Lei Municipal nº 298/00 de 12 de maio de 2000, abrange uma área de 1.260,31 hectares. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/09/area-de-protecao-ambiental-do-manguezal-da-barra-grande/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

<sup>48</sup> Criada pelo Decreto Estadual nº 34.565, em 2022, e tem 3.230 ha de área total. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/gestao-de-ucs/unidades-de-conservacao-uso-sustentavel/areas-de-protecao-ambiental/apa-bercarios-da-vida-marinha/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

as importâncias “ecológicas dos manguezais podemos citar: proteção da linha de costa contra invasão do mar, controle de erosão, reciclagem dos nutrientes, manutenção da biodiversidade dos ambientes marinhos [...]” (Moretz-Sohn, 2019, 71). A degradação do manguezal e as ocupações irregulares estão modificando a dinâmica do lençol freático, sendo registradas nas cartografias como áreas de contaminação do aquífero por fossas (em locais onde não foram instalados canteiros bio-sépticos) e salinização da água doce, devido à ampliação dos baldes das salinas e das piscinas para a criação de camarão (Meireles, 2016).

Em épocas chuvosas – estação com noites e inícios de manhãs bastante frias –, lagoas costeiras de água doce se formam na praia (ver fotografias 9 e 10), evidenciando a presença de lençóis freáticos na região.

Em se tratando de precipitação, o Ceará apresenta dois períodos distintos quanto ao acumulado total, com o seu máximo sendo atingido entre os meses de fevereiro e maio, apresentando médias de aproximadas de 1.331,7 mm conforme aponta MEIRELES (2012), em contrapartida, o período que vai de julho a novembro é marcado pelos baixos índices pluviométricos (Barros, 2018, p. 43).

Neste período [de inverno] o estuário recebe maiores volumes de água doce proveniente das lagoas e dos vários exutórios e nascentes ao longo das falésias mortas (paleofalésias). Certamente, neste período do ano, os olhos d’água que joram água doce na Plataforma Continental (principalmente diante das comunidades de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Barreira da Sereia e Ibicuitaba) aumentam consideravelmente suas vazões, proporcionando vários pontos de água doce que são utilizados pelo peixe-boi-marinho (Atlas, 2012, p. 13).

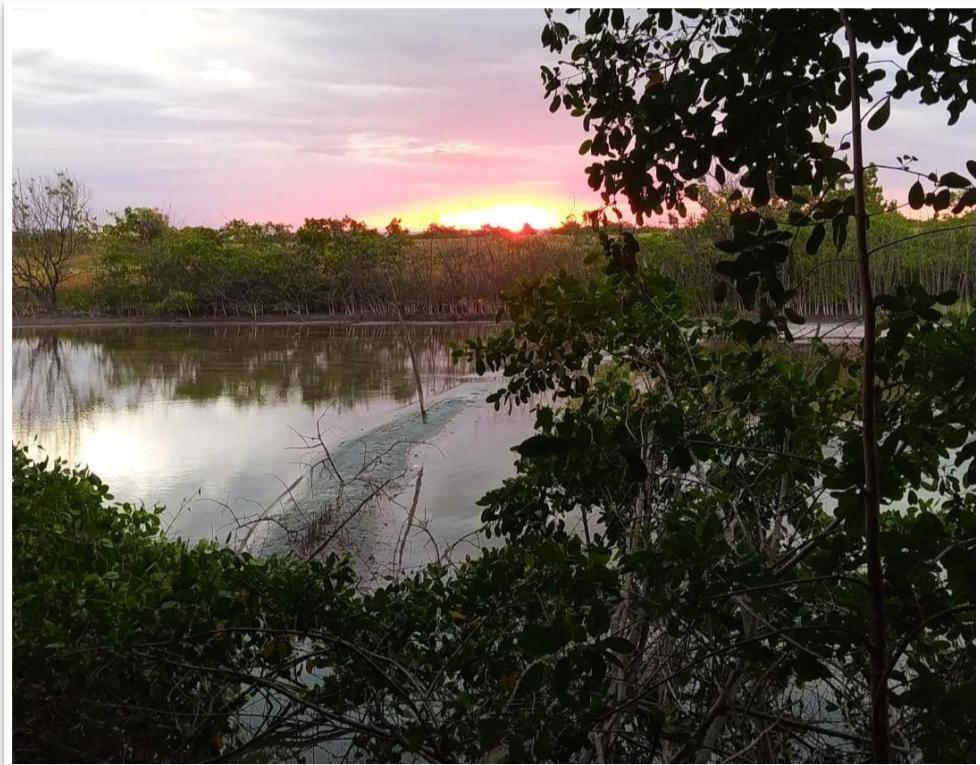
Depois de muitos anos sem invernos chuvosos, a partir de 2017 as chuvas foram consideradas mais presentes, trazendo, além do alívio sobre o forte calor, mais nutrientes para a cadeia alimentar da vida marinha. Seguindo as afirmativas do Sr. João Crispim, o inverno:

[...] é bom pra pesca porque aparece o peixe, aparece o camarão, a lagosta também. [...] Tudo é bom. [...]. O peixe aqui, quando tem muito inverno [chuva], aparece peixe ai que não tem quem acabe. [...] O pessoal [diz]: ‘não, a chuva só é bom pra terra’, no mar também é bom demais, porque ela traz as coisas boa pra pesca<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Entrevista do Sr. João Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 23 de abril de 2017.

Fotografia 12 – Trecho do bioma mangue e uma das lagoas costeiras de água doce que se formam na praia



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Os lençóis freáticos, conhecidos na localidade como “olhos d’água”, submersos no mar e sob as falésias e dunas, criam ecossistemas propícios para a lagosta e peixes que se adequam à baixa salinidade. São esses lençóis freáticos que abastecem a comunidade com água potável. As dunas móveis e fixas são “ambientes propícios ao acúmulo de águas pluviais, alimentando um dos principais aquíferos dentro do ambiente de zona costeira, corroborando sua importância hidro-geológica” (Pinheiro, 2009 *apud* Pinheiro *et al.*, 2013, p. 598). A presença de algas marinhas também é resultado desse fenômeno, atraindo muitas espécies de peixe e camarão por conta da complexa cadeia alimentar ali presente. Os “olhos d’água” também fornecem água doce para o peixe-boi marinho, presente nas águas de Ponta Grossa. Pesquisas e monitoramento desses animais são feitos nessa região. O peixe-boi-marinho é Patrimônio Natural de Icapuí através da Lei nº 655/2015<sup>50</sup>, sendo considerado um dos poucos municípios conhecidos onde reside uma população nativa da espécie no Ceará: “[...] por conta do capim agulha, das algas e das fontes de água doce no mar, o que torna Icapuí a principal área de ocorrência dessa espécie no Ceará” (Guia Turístico De Icapuí, 2020, p. 7).

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/leis.php?id=164>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Fotografia 13 – Evidência da presença de lençóis freáticos que formam lagoas na praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

A construção de fossas sépticas, através do projeto “De olho na água” da Fundação Brasil Cidadão, em 2009, mitigou impactos relacionados à ocupação por áreas residenciais em Ponta Grossa (Moretz-Sohn, 2019). Essa região foi a primeira comunidade do litoral icapuiense a ser totalmente saneada e com tecnologia de captação pluvial (Pereira, 2015). Foi construído um poço artesiano (na “serra”), onde a água para consumo humano é filtrada pelo dessalinizador, diminuindo a acidez da água. Existem dois chafarizes onde a comunidade pode retirar a água, um na “serra” e o outro na praia. Em outros tempos, a água potável era retirada pelos moradores de uma pedra no paredão das falésias, denominada de “Pedra do Cachorro”, numa área maior chamada de “Vertente” (ver fotografia 14). Havia uma “cacimba” (poço) com anéis de cimento e com o auxílio de bomba manual para retirar a água, reativada em 2021. Ponta Grossa, diferentemente de outras comunidades em Icapuí, não sofre com a falta de água potável.

Fotografia 14 – “Pedra do Cachorro” (à esquerda)



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Os “olhos d’água” também foram um dos principais motivos para o desenvolvimento da ocupação humana em Ponta Grossa. De acordo com Oliveira (2012, p. 46), alguns pontos do litoral do Ceará, graças à circunvizinhança “das correntes marítimas da costa possibilitavam contato oferecendo abastecimento de água e gêneros, as áreas mais próximas das correntes facilitavam o desembarque das naus para tomar provimentos e realizar comércio com os locais”. As principais áreas dessa ocupação eram, no estado do Ceará, em Ponta Grossa - Icapuí, na ponta do Mucuripe, Fortaleza, e mais ao Leste, na ponta de Jericoacoara (Oliveira, 2012).

O controle do avanço das dunas também não é executado. Por ser uma área com dunas fixas e móveis, e por consequência da movimentação da parte móvel, grande quantidade de areia se desloca em direção à comunidade todos os anos. Estudos e medidas contra esse avanço são de fundamental importância para essa área. Ações paliativas foram realizadas pela própria comunidade, como a inserção de vegetação na parte mais próxima entre as dunas e a população. A vegetação fixa razoavelmente o terreno de duna, e, nesse caso, foi usado o capim-açu, planta rasteira com raízes profundas, segundo Antônio Carlos Crispim (Bodó) morador, pescador e jangadeiro turístico da praia de Ponta Grossa (comunicação pessoal,

2017). Inclusive, o avanço das dunas móveis criou um debate entre os moradores desse local sobre a localização mais apropriada para construção do MAPA.

De acordo com os períodos de baixa e alta marés, as alterações dos níveis ditam a organização cotidiana da comunidade. Isso é decorrido do fato de as altas marés penderem nos paredões das falésias, impedindo, em alguns trechos, a passagem de pessoas e veículos pela praia. Atividades como a pesca e os passeios nas trilhas de *buggy*, por exemplo, dependem exclusivamente dessas alterações. Tudo funciona, ou não, a partir da maré, como: o banho de mar, o mergulho de jangada entre as pedras e o fluxo de turistas advindos de outros lugares pela praia. O nível do mar regrediu gradativamente por muitas décadas, mas recentemente voltou a subir. Para muitos moradores, o episódio vivenciado entre a década de 1970 e 1980, no qual a erosão costeira destruiu casas e a vegetação presentes, pode ter ocorrido outras vezes, já que consideram a transgressão do nível e seu posterior recuo um fenômeno natural e, portanto, permanente.

Processos geoambientais relacionados ao transporte sedimentar tem ocasionado períodos de erosão e sedimentação diferenciados nas localidades [praias de Ponta Grossa e Retiro Grande]. Esses eventos acarretam em mudanças no tamanho da faixa de praia e em determinados períodos houve destruição de casas levando os moradores a migrarem para o topo da borda do tabuleiro pré-litorâneo (Moretz-Sohn, 2019, p. 74).

Atualmente, por conta dos períodos de sedimentação, o nível do mar encontra-se bastante regredido em relação à área das casas, fazendo Ponta Grossa possuir uma extensa área de pós-praia, algo que muitos turistas reclamam pelo esforço físico de chegar às águas devido às grandes irregularidades do terreno de areia. Em outras praias, como Retiro Grande, Peroba, Barreiras da Sereia, Barrinha e Barreiras de Baixo, por exemplo, a transgressão do mar continua a destruir casas e comércios locais por conta da erosão costeira<sup>51</sup>. Para Barros (2018, p. 6), “todo o trecho da orla do município se encontra vulnerável à um cenário de elevação do nível do mar devido as suas características morfológicas”. Esse cenário se agravou após a emancipação de Icapuí como município, aumentando as ocupações humanas próximas ao litoral e o consequente aumento populacional, o que potencializa os riscos associados à influência das marés sobre as edificações.

---

<sup>51</sup> Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/01/20/avanco-do-mar-traz-prejuizos-aos-moradores-de-icapui-no-ce-prefeitura-planeja-espigao.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

A variação pluviométrica afeta o balanço sedimentar e a geomorfologia, que consequentemente influencia no desenvolvimento socioeconômico, podendo também impulsionar eventos de deslocamento populacional e modificação na organização espacial (Moretz-Sohn, 2019, p. 80).

Como resultado, o poder público tomou medidas de contenção nas áreas atingidas pelas erosões, que alteraram a dinâmica litorânea, agravando ainda mais o problema (Barros, 2018).

Devemos entender que se trata de um processo inerente à dinâmica costeira e que está ligado diretamente ao equilíbrio do ambiente praial, tendo como principais agentes influenciadores os fatores climáticos, fatores oceanográficos globais, fatores locais, como poucas áreas fonte de sedimentos e além disso, também pode ser ocasionada por interferências antrópicas que alteram a dinâmica natural e consequentemente os padrões de abastecimento para as praias, tornando o balanço sedimentar negativo (Barros, 2018, p. 19).

A apreensão não é apenas pelos riscos de desabamentos das construções, mas também pelos declives íngremes das contenções e restos de construções no pós-praia dificultarem o acesso à praia e às atividades de pesca em virtude da diferença de nível entre o topo da obra e a praia, por exemplo (Barros, 2018).

A maré é o principal processo costeiro atuante no trecho monitorado, devido a sua amplitude que pode atingir 4 m, associada à baixa declividade na faixa praia pode alcançar áreas mais distantes da linha de costa atingindo o patrimônio edificado construído e que se torna potencializada em períodos de alta energia (ressacas) (Barros, 2018, p. 6).

Fotografia 15 – Muro de contenção, enrocamento, contra a erosão costeira na orla da Praia de Barreiras de Baixo



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

A erosão costeira não é restrita ao Brasil, é constantemente evidenciada em diversas regiões litorâneas do planeta (Barros, 2018). No entanto, outros municípios do Ceará, além de Icapuí, também têm a erosão costeira como problema, como Caucaia (praias de Icaraí e Tabuda), Beberibe (Praia do Morro Branco) e Jijoca de Jericoacoara (Praia de Jericoacoara)<sup>52</sup>. Esse receio sobre a maré virou música composta em Ponta Grossa pelo Sr. Joaquim Crispim, conhecido como “Dadá”, já falecido, chamada “Praia Nordestina”:

Vamos orar  
Pra essa maré se afastar  
Pra nossos prédios deixar  
Porque Deus o mar domina  
Também deixar esse lugar  
Santo do Santo  
Irmão prega e eu canto  
Nesta praia nordestina

Vamos orar  
Com o joelho no chão  
Contrito de coração  
Homem, mulher e menina

---

<sup>52</sup> Matéria disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2024/01/29/alem-de-icapui-outras-praias-do-ceara-tem-erosao-costeira.html>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Se nós orar e em Jesus confiar  
 Nós veja a maré deixar  
 A nossa praia nordestina.  
 (Praia Nordestina, 2004).<sup>53</sup>

Fotografia 16 – Maré alta “quebrando” no paredão das falésias e dunas



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Durante o entardecer, principalmente com a maré baixa, muitos moradores se deslocam até a praia para observar o pôr do sol, registrar imagens, se reunir, levar as crianças para brincarem nas piscinas naturais de águas mornas. Os pescadores aproveitam o tempo ameno do entardecer para fazer reparos em suas jangadas e consertos dos manzuás e redes. É hora também de os pescadores retirarem as armadilhas, redes e manzuás colocados no início do dia. Para quem acha que o cotidiano poderia trivializar e naturalizar as belezas de Ponta Grossa aos olhos dos seus moradores, está bastante enganado. O fim de tarde presencia o envolvimento da comunidade no seio da praia. Mulheres e crianças, principalmente, são mais presentes nas subidas às dunas: as crianças menores correndo pela praia e se banhando e o futebol que é realizado fielmente todos os dias (ver fotografia 17) são as atividades de diversão mais estimadas na comunidade.

---

<sup>53</sup> CD “Icapuí 20 anos”.

Fotografia 17 – Futebol realizado na praia todos os dias no fim da tarde



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

#### 4.2 PESCA ARTESANAL E PREDATÓRIA E OUTROS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Ocorre uma espécie de migração da ocupação do trabalho na comunidade nos últimos anos. Muitos pescadores artesanais que praticam essa atividade há décadas estão deixando-a para investir na pesca predatória ou, de forma mais preponderante, como veremos mais à frente, no setor do turismo. Assim como afirma Eduardo Brasil (2013, p. 27) sobre todo o município de Icapuí, em Ponta Grossa o fim dessa prática não representa “somente a perda ambiental, como também política e cultural, podendo o modo de pesca artesanal acabar, e assim acabando também toda uma forma de organização política, econômica e cultural”.

Muitos jovens estão se profissionalizando também. A proximidade com instituições de ensino técnico e superior, além da democratização do acesso a esses espaços fizeram com que muitos jovens de Ponta Grossa priorizassem os estudos ao invés de continuar a tradição da pesca artesanal. Já existem profissionais do turismo e hotelaria formados e trabalhando em Ponta Grossa e região, além de muitos outros que estão em formação. A maioria dos jovens que hoje frequenta o ensino técnico e superior não planeja atuar na própria comunidade, devido sua limitação de mercado, mas para outras regiões vizinhas. Alternativas

econômicas tiveram que ser inventadas e se tornaram um perigo, como afirma Marcos Junqueira:

*Então, a gente foi criando outras economias que foi substituindo a lagosta, a pesca, né? Que foi a apicultura, e depois o turismo, e aí entrou dinheiro e dinheiro. Quando começa a entrar dinheiro, as pessoas ficam loucas pelo dinheiro (risos). E hoje, sinceramente, eu percebo que a comunidade, infelizmente, eu não gosto disso, ela tá muito mais voltada com seu externo, com o lá fora<sup>54</sup>.*

Diversos motivos levam os pescadores para essa escolha e os principais são: a escassez de peixes, lagostas e a praticidade do trabalho turístico. O furto de ferramentas de pesca que ficam nas embarcações, executado por pessoas de outras praias, a competitividade e a falta de união entre os pescadores das praias vizinhas também são fortes motivos para a frustração de muitos pescadores de Ponta Grossa. É importante salientar que a pesca excessiva e a prática predatória, a carcinicultura (criação de crustáceos), as salinas e a ocupação não planejada do território são fatores diretamente associados e responsáveis pela degradação ambiental, principalmente das áreas antes ocupadas por manguezais, que consequentemente produzem a insuficiência da riqueza marinha.

Ponta Grossa, assim como Icapuí, não é apenas conhecida por suas belas paisagens, praias e pelos artefatos arqueológicos, a pesca de lagosta realizada na região também lhe atribui certa importância. De acordo com Eduardo Brasil (2013, p. 31), o estado do “Ceará é o maior produtor de lagostas do Brasil [...], e Icapuí é um dos grandes produtores do Estado”. No Ceará, a pesca de lagosta teve início em 1995 com embarcações artesanais e baixo rendimento por conta das limitações tecnológicas de captura (Nascimento, 2006). Na década de 1960, inicia-se a entrada do segmento industrial na atividade, o que acarretou um crescimento exponencial das áreas de exploração. A pesca da lagosta se inicia em Ponta Grossa, segundo o relato de alguns moradores, em 1957, quando Icapuí ainda era distrito de Aracati (Nascimento, 2006).

A atividade pesqueira da lagosta oportunizou novas possibilidades de ocupação e renda, possibilitando um relativo padrão de qualidade de vida em Ponta Grossa. A pesca e comercialização desse crustáceo eram realizadas de forma mais acanhada, mas muito mais lucrativa do que hoje. Quem mais usufruiu nessa época foram os comerciantes estrangeiros que possuíam grandes embarcações, como afirma o Sr. Josué Crispim. O baixo preço de comercialização da lagosta vem fazendo com que muitos pescadores não vendam seu produto,

---

<sup>54</sup> Entrevista de Marcos Junqueira concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 21 de julho de 2017.

preferindo consumir, por acharem mais vantajoso. Relatos entusiasmados de como era o lucro da lagosta outrora é normal entre os pescadores de Ponta Grossa. Muitos afirmam que chegaram a lucrar tanto que não sabiam o que fazer com o dinheiro arrecadado. Arrependimentos por não terem se planejado e investido o lucro também são falas desalentosas durante essas rememorações.

Esse negócio da lagosta começou em 57, 58 [1957-1958], mas o foco mesmo foi 60 [1960]. *Isso vinha gente de todo canto*, americano pra cá especular, trazia barco pra ir pescar crustáceo. *Trazia barco de fora*.

Rapaz, aqui de 60 [1960] pra frente começou a vender lagosta pra fora. [...] Aí, terminou [acabou], tinha uma armadilha que botava a rede para pegar a lagosta. Essas redes pegavam muito, só que destruía metade da vida da lagosta. Pegava pequeno, matava, pegava peixe demais<sup>55</sup>.

Segundo dados da SEDEMA<sup>56</sup>, o relatório anual de pesca e aquicultura desenvolvido pelo Departamento de Pesca apontou que o setor pesqueiro e aquícola de Icapuí movimentou cerca de R\$ 129 milhões em 2023, com destaque para lagosta, camarão, tilápia e atum como os produtos mais lucrativos. Esse mercado é voltado principalmente para o exterior. Atualmente, ainda de acordo com a SEDEMA, a pesca em Icapuí opera com 3.800 pescadores e 1.800 embarcações, sendo 800 destas para pesca da lagosta. Já a aquicultura de Icapuí contabiliza três fazendas de carcinicultura, três laboratórios de produção de pós-larvas marinhas e cinco produtores de tilápias. A carcinicultura tem experimentado um crescimento notável nos últimos anos em Icapuí, aproveitando as condições favoráveis do litoral icapuiense.

Boa parte dos pescadores de Ponta Grossa pratica ainda a pesca artesanal, o que colabora com a sustentabilidade da fauna marinha. Porém outra parte realiza a prática predatória, assim como acontece em todo o litoral de Icapuí. De acordo com Nascimento (2006), em Ponta Grossa, o uso de marambaia voltada prioritariamente para pesca da lagosta partiu de pescadores da própria comunidade em 2002.

A marambaia é um tipo de pescaria onde o pescador leva para o mar tambores de ferro, amassados, podendo conter restos de materiais tóxicos, depois os fixando no fundo do mar em posições marcadas, como se fossem corais artificiais, facilmente encontrados por GPS. Esses tambores atraem lagostas com maior facilidade, e acabam proporcionando uma pesca predatória. Por conter materiais tóxicos nos tambores, esse tipo de pesca acarreta poluição, pode provocar queimaduras e intoxicação nos pescadores, e ainda corre o risco de comercialização de lagosta contaminada (Brasil, 2013, p. 34-35).

---

<sup>55</sup> Entrevista do Sr. Josué Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 22 de abril de 2017.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/informa.php?id=1733>. Acesso em: 30 dez. 2024.

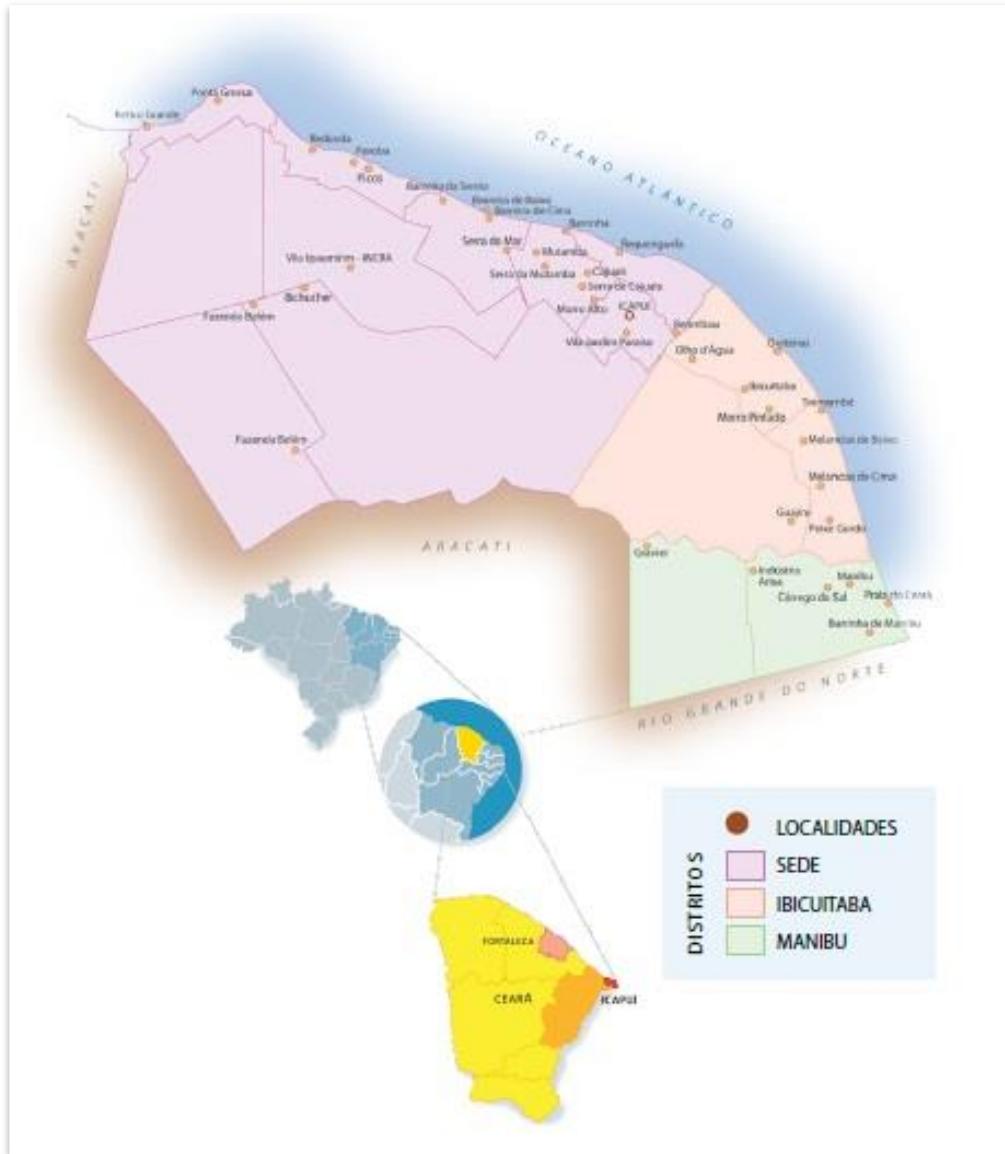
Verifica-se que o uso da marambaia teve início em Ponta Grossa no período em que não havia estudos de impacto ambiental suficientes sobre a utilização desse método predatório e artificial. Ao longo dos anos, a prática se mostrou não sustentável por conta do uso desordenado das pescarias, e ecologicamente desequilibrada, por conta do grande volume de lagostas juvenis capturadas; assim como economicamente inviável, pois houve uma grande redução de rentabilidade financeira.

O sucesso das primeiras pescarias trouxe grande esperança de melhorias na renda dos pescadores pioneiros [da pesca com marambaia]. Esta notícia logo se espalhou na comunidade e fez com que houvesse um grande interesse por parte dos outros pescadores em instalar sua própria marambaia. A partir daí, houve um “bloom” de marambaias instaladas na praia de Ponta Grossa, desde áreas mais próximas à costa a áreas mais profundas, passando a existir dificuldades de controle sobre o uso das mesmas (Nascimento, 2006, p. 16).

A maioria das outras 16 praias do município de Icapuí prioriza a pesca industrial, considerando menos a preocupação com a sustentabilidade do que com a maximização e rapidez do produto da pesca. As praias que compõem o litoral de Icapuí, dependentes da exploração dos recursos costeiros como fonte de renda e subsistência (Moretz-Sohn, 2019), são: Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Picos, Barreiras da Sereia, Barreiras de Baixo, Barrinha, Requenguela, Placa, Quitérias, Tremembé, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Peixe Gordo e Manibú. As consequências da pesca predatória e ilegal são a escassez da diversidade marinha, especialmente da lagosta, considerada a maior riqueza do mar daquela região. Para muitos pescadores, a pesca já não vale mais a pena, pois é muito trabalho para pouca recompensa, por isso a migração para o setor turístico. Essa prática parece estar sendo deixada de lado por um caminho sem volta.

Reivindicação de uma área onde só se possa pescar de modo artesanal, o agravamento do conflito por falta de lagostas – ocasionando um estado de miséria na pesca artesanal –, somado a outros fatores agravantes, como poluição, pesca em momento de defeso e de uma fiscalização ineficaz são características que envolvem o conflito socioambiental que se desenrola em Icapuí, Ceará (Brasil, 2013, p. 16.).

Figura 2 – Localização geográfica de Icapuí e a distribuição dos seus distritos, comunidades e praias



Fonte: Atlas de Icapuí (2012).

Os pescadores artesanais de Ponta Grossa utilizam embarcações simples e de pequeno alcance. O manzuá, o bote/jangada e a vela são instrumentos característicos da pesca artesanal na comunidade. Em Ponta Grossa, é comum a presença de diversos manzuás espalhados pela praia (ver fotografia 18), sejam eles ainda utilizáveis ou não na medida em que os pescadores procuram reciclar o material que pode ainda ser aproveitado. O manzuá é uma armadilha fixa

de formato hexagonal e estrutura de madeira, revestida com tela de arame [ou nylon] [...]. Na parte lateral possuem uma abertura quadrada denominada de sanga, de aproximadamente 10 cm de lado [...]. [...] Existem variações de dimensões e formatos, tendo em consideração os hábitos das diversas regiões (Castro e Silva; Lira Cavalcante, 1994 *apud* Brasil, 2013, p. 34).

Na pesca artesanal é usado o manzuá, enquanto que na pesca predatória são utilizados a marambaia e o compressor para o mergulho. De acordo com Brasil (2013, p. 2), os pescadores artesanais “acusam os industriais de contaminarem a lagosta e o mar com materiais tóxicos, e de não respeitarem o período de desova, nem o tamanho mínimo da lagosta, ocasionando o gradual desaparecimento desse crustáceo do litoral de Icapuí”. Em contrapartida, os pescadores industriais argumentam que a pesca artesanal não é mais lucrativa.

[...] na pesca sustentável, que é a pesca artesanal, um barco que poderia pescar os seis meses e produzir duzentos (200), trezentos (300) quilos que sustentaria uma família bem, né? *Um barco que não pesca artesanal, que é a pesca de mergulho, pega mil (1.000) em um dia. Mil (1.000) quilos, quinhentos (500) quilos, então tá um desequilíbrio grande e tá causando [problemas], tá tirando a sustentabilidade das praias, dos moradores, dos pescadores, da família, [dos] que vivem diretamente da pesca*<sup>57</sup>.

Fotografia 18 – Manzuás na Praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

O período da desova da lagosta, a época do “defeso”, é definido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Segundo Eduardo Brasil (2013, p. 46), trata-se de “uma medida

---

<sup>57</sup> Entrevista de Adaias Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 14 de julho de 2017.

que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento”. Ou seja, o período do defeso valoriza a conscientização da sustentabilidade impondo restrições para o transporte, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização no momento em que os crustáceos estão mais vulneráveis à captura por estarem reunidos em cardumes. O atual período de defeso das lagostas vermelha, verde e pintada vai de 1 novembro de 2023 a 30 de abril de 2024, ficando proibida a pesca durante a reprodução da espécie. Nesse caso, em Ponta Grossa, todos aqueles pescadores que integrarem a Associação de Pescadores da Comunidade e o Sindicato de Pescadores recebem um salário mínimo mensal durante os seis meses. Essa norma<sup>58</sup> foi instituída por ato do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no art. 1º da Instrução Normativa nº 206 de 14 de novembro de 2008 do IBAMA. Contudo, diversos alertas sobre o não cumprimento da portaria, influenciado pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis, são sempre feitos em toda região de Icapuí, incluindo em Ponta Grossa.

Durante o período do defeso, os pescadores, tendo a garantia ínfima do salário mínimo garantido pelo MPA, procuram realizar outras atividades pesqueiras diferentes da captura da lagosta. Enquanto dura esse período, atividades como a confecção de manzuá, rede de pesca e consertos das embarcações são priorizadas por esses trabalhadores. Assim como afirma Eduardo Brasil (2013, p. 14) assertivamente, entre outros elementos do meio ambiente natural, “o tempo das espécies pescadas atingirem a idade adulta ou a fase de reprodução está totalmente entrelaçado com o tempo do pescador artesanal, orientando sua jornada de trabalho com o tempo da natureza”. A rotina de trabalho em Ponta Grossa é um pouco diferente da imposição capitalista do mundo “ocidentalizado”. Um episódio exposto pelo Sr. Josué chama bastante atenção: há alguns anos, um jornalista se hospedou em Ponta Grossa por alguns dias para realizar uma matéria turística. Segundo Sr. Josué, este jornalista afirmou que Ponta Grossa seria o melhor lugar para viver, pois ninguém trabalhava. Numa visão liberal, considerou sua experiência de trabalho como o modelo padrão hierárquico a ser seguido, como única e exclusiva forma da definição de trabalho.

Na comunidade há um sentimento forte de coletividade e solidariedade entre os moradores, que também são familiares. E é a partir desse modo de “ser” e experienciar a vida que outros níveis sociais como o trabalho, por exemplo, são organizados. É comum os moradores conversarem sempre em grandes grupos de pessoas, de fazerem almoços coletivos

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/legislacao/lagosta/instrucao-normativa-ibama-no-206-de-14-11-2008.pdf/view>. Acesso em: 21 jan. 2024.

em suas casas, conectados à *internet* sempre que possível, especialmente acessando as mídias sociais e deitarem nas muitas redes espalhadas em toda a comunidade. E por conta do alto índice de calor, os moradores preferem não se deslocar demasiadamente, optando pelas varandas e terraços de suas casas. Nas “barracas”, por exemplo, se encontram praticamente todo o núcleo familiar do estabelecimento, fazendo suas refeições ao lado dos clientes. Nesses exemplos dados, podemos observar que o fato de grande parte da comunidade trabalhar no setor turístico requer delas uma presença constante nos estabelecimentos, e como o fluxo de clientes varia de acordo com o horário, dia e época, é costume ficar descansando em redes penduradas nas árvores e conversar entre grandes grupos.

Já os pescadores, por terem uma rotina de trabalho que se inicia muito cedo, chegando a começar às 03:00 horas da manhã, encerram o expediente antes do meio dia para evitar ainda mais o calor do sol, estando sempre pela praia durante e depois do almoço em tendas cobertas por palhas de coqueiro confeccionadas pelos pescadores para se abrigarem do sol e armazenar alguns instrumentos de pesca. Entre o grupo, existe o alcoolismo em índice considerado baixo na comunidade. Pescadores que fazem uso de bebidas alcoólicas afirmam que as ingerem para suportar o árduo trabalho no mar, mas percebe-se que ultrapassam essa esfera, migrando também para aspectos sociais, como a ociosidade de muitos na pós-pescaria. O alcoolismo é um pouco recriminado dentro da comunidade, apesar de não ser proibido nem entre os religiosos, desde que não haja exagero, mantendo-se a moderação. O consumo acontece também constantemente com a presença de turistas na relação com alguns moradores de Ponta Grossa.

Para Adaia Crispim, o trabalho em Ponta Grossa é realizado como forma de subsistência, sem ganância ou intuito de concentração de renda – argumentamos, mais à frente, que essa visão não se aplica para todos os moradores. A impressão de uma população ociosa que alguns visitantes têm sobre os moradores de Ponta Grossa é derivada por conclusões superficiais influenciadas pela própria experiência capitalista.

É como [se] a comunidade ainda fosse um pouco ‘primitiva’. As pessoas se contentam com pouco, né? Então, o pescador vai pela manhã para o mar, pelas 04 horas da manhã, retorna às 09 horas. Traz o peixe para comer com a família, e um peixe a mais para vender. Com isso ele fica conformado, passa o resto do dia brincando, de baixo dos coqueiros, conversando. *Mas desde que a geladeira tenha o que comer, né? As contas tão pagas.* E, com isso, eles ficam só, simplesmente, dessa forma. Tem dia que ele vai para o mar, faz uma diária de quinhentos (500) reais. Porque é imprevisível o mar. Tem dia você vai e faz cinquenta (50) reais, tem dia que faz quinhentos (500). Então, ele fica pagando a bodega, que é o comércio local, mercearia, e fica se mantendo, entre a família. *Mas todos se vestem bem, paga*

*energia e a geladeira tem o que comer. E, com isso, eles se contentam. Não tem essa ganância<sup>59</sup>.*

Fotografia 19 – Pescador artesanal volta de atividade na Praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

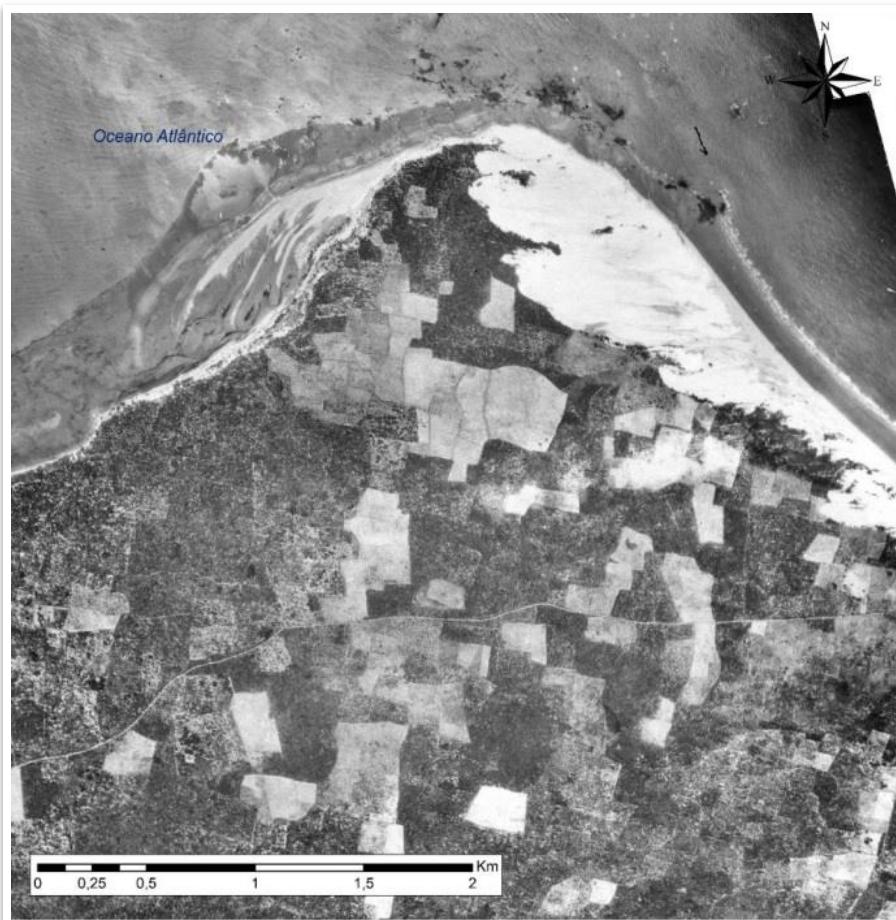
Nos relatos dos mais velhos, há algumas décadas, os moradores praticavam a caça e plantio de roçado para a subsistência e o excedente, por necessidade da compra de outros produtos, era comercializado em pequenas quantidades. A agricultura e a caça tiveram que ser “forçadamente” abandonadas, pois, com a apropriação dos novos proprietários da Fazenda Retiro Grande, aos moradores de Ponta Grossa só restou a área à beira mar, terreno não propício para essas atividades, além de não ter espaço suficiente para executá-las. É possível constatar essa afirmativa observando imagens aéreas do território ocupado pela comunidade de Ponta Grossa em 1968, com a presença de uma quantidade considerável de roçados existentes no tabuleiro (ver fotografia 20). Excetuando a pesca, Ponta Grossa destoa um pouco da economia geral do município de Icapuí (Barros, 2018), voltada às atividades agropecuárias (bovino e caprino) e tradicionais do litoral leste cearense (plantações de coco, caju, mandioca e milho). Outras atividades economicamente relevantes ao município é a

---

<sup>59</sup> Entrevista de Adaia Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 14 de julho de 2017.

exploração de petróleo, iniciada em 1990 na Fazenda Belém, as salinas, a carcinicultura, os frigoríficos e os beneficiamento de coco e de algas marinhas.

Fotografia 20 – Roçados ocupado pelos moradores de Ponta Grossa em 1968



Fonte: INCRA (1968 *apud* Moretz-Sohn, 2019).

Assim como na dissertação (Ferreira, 2018), realizar uma análise histórica e etnográfica de Ponta Grossa foi imprescindível. Antes, a importância se deu pelo ineditismo de organizar um capítulo sobre o tema; agora, pelas atualizações que demonstram um alarmante processo de fracionamento das relações comunitárias sobre o turismo e o território em Ponta Grossa. Continuamos a acreditar que só é possível compreender o contexto do que hoje é chamado de Ponta Grossa se entendermos as dinâmicas históricas desde alguns séculos atrás. Por isso, trouxemos apreciações de autores locais, como Freitas Filho (2003) e outros pesquisadores que desenvolvem trabalhos há algum tempo naquela região, como Oliveira (2012), além dos mais clássicos: Abreu (2014); Holanda (1997); Pompeu Sobrinho (1980); e Puntoni (2002). Além dessa análise histórica, mais uma vez é neste capítulo que a etnografia é apresentada de forma mais densa e minuciosa. Esse cuidado foi tomado, além de uma

prioridade de metodologia e apresentação do texto, pelo fato de não haver, além dos trabalhos de Freitas Filho (2003), que destinou um capítulo do seu livro, e da minha monografia da graduação (Ferreira, 2015) e da dissertação (2018), outros trabalhos dedicados a analisar os impactos atuais sobre a especulação imobiliária e ambiental em Ponta Grossa, além de problematizar os avanços da pesca e do turismo predatórios.

## 5 MUSEALIZAÇÃO, COLABORAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NA PRAIA DE PONTA GROSSA

### 5.1 DA SALVAGUARDA À INTUIÇÃO MUSEOLÓGICA: constituição e musealização do acervo arqueológico de Ponta Grossa

Para compreender a concepção do projeto de construção do MAPA, é preciso entender, além do extenso trajeto percorrido por quase três décadas (Ferreira, 2015, 2018, 2020), a constituição do acervo arqueológico, durante 39 anos, que inicia o desejo museológico em Ponta Grossa a partir de 1998. Foi nesse cenário longínquo que o Sr. Josué ficou conhecido em Icapuí, de forma jocosa, como “doido/catador de caco velho”, pois, desde muito jovem, se sentiu atraído por escavar e coletar os artefatos arqueológicos existentes na comunidade. Um pescador que continuamente deixava de realizar seu trabalho na pesca para catar “coisa velha” era visto, logicamente, como alguém intempestivo, especialmente por essa ação não ter retorno financeiro. Entretanto, essa lógica foi subvertida; e o processo de transformação do *status* ainda está em curso. O Sr. Josué deixou um pouco a esfera do “desvairado” para adentrar no campo do prestígio científico – de certa forma.

[...] Enquanto ele fazia as coletas [as pessoas diziam]: ‘lá vem ele com mais coisa velha, lá vem ele com mais pedaço de coisa velha’. E hoje, como você mesmo viu, alguns [moradores] já [o valorizam]<sup>60</sup>.

Em 2018, a história do Sr. Josué foi retratada em um documentário através do “Concurso Nacional de Histórias”, na sexta edição do projeto “Revelando os Brasis”, uma iniciativa de formação e inclusão audiovisual para municípios de até 20 mil habitantes, realizado pelo Instituto Marlin Azul, com patrocínio da Petrobras e apoio do Canal Futura. Eliabe Crispim, responsável pela inscrição da proposta para narrar a trajetória do Sr. Josué Crispim, foi o diretor. Com a participação de diversos moradores de Ponta Grossa na produção, o documentário de 15 minutos tem o título de “O pescador de memória” e foi lançado na comunidade de Ponta Grossa<sup>61</sup>.

Durante os quase 40 anos de coleta arqueológica, o Sr. Josué afirma que o primeiro e grande incentivador para o ato de colecionar esses artefatos foi o seu próprio pai, Francisco

---

<sup>60</sup> Entrevista de Ricardo Arruda concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 16 de abril de 2017.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.revelandoosbrasis.com.br/cinema-conta-historia-do-pescador-de-memorias-em-icapui-ce/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Sobrinho Crispim (ver fotografia 21), antigo pescador artesanal das praias de Ponta Grossa e Redonda falecido em 2006. Por saber de sua iniciativa em colecionar materiais arqueológicos, Francisco Sobrinho Crispim, em suas caminhadas e pregações religiosas, sempre que podia, indicava onde havia objetos, ou até mesmo os trazia, para que pudesse fazer parte da sua coleção (Ferreira, 2015).

*Meu pai, ele saía, falava do meu trabalho por aí. Ele era evangélico, trabalhou muito aqui no evangelho, era pregador, pregava, assim, o evangelho nas pessoas que não sabiam, não conheciam a bíblia [...]. Aí, ele falava esses assuntos, e, de repente, uma senhora, alguma pessoa: ‘rapaz, eu tenho uma moeda velha ali’. Ele trazia para mim, aí eu guardava. Ele passava muito ali naqueles sítios, e trazia [o que] ele chamava ‘curisco’, aquelas pedras machados: ‘Josué, trouxe um curisco para você!’ [...]<sup>62</sup>.*

Fotografia 21 – Sr. Francisco Sobrinho Crispim posando numa rede



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Josué Crispim (2000).

Antes mesmo dos estímulos dados pelo seu pai, o Sr. Josué iniciou a montagem do acervo. A iniciativa de colecionamento surgiu a partir da curiosidade sobre a procedência de

---

<sup>62</sup> Entrevista do Sr. Josué Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

uma garrafa de grés<sup>63</sup> pertencente ao seu avô, Manoel Pindú, também falecido. Na garrafa, havia a inscrição “Amsterdam” (ver fotografia 22), algo que lhe fez questionar sobre como aquele artefato, situado em um país longínquo, pôde chegar naquela localidade. Para ele, se a análise do deslocamento espacial deste artefato o auxiliaria a entender uma fração do passado, a reunião de outros possibilitaria, portanto, o entendimento sobre a história dos seus ascendentes. Consideramos que o Sr. Josué adotou procedimentos que vão além da coleta e da patrimonialização<sup>64</sup>, realizando também a comunicação museológica, como veremos. No processo, houve agregação de valor pessoal, significações individuais, mas não só. O que se percebe nesse debate é uma tensão entre a relação de poder entre conhecimentos, quem está e pode ser autorizado. Entende-se que a condição dos artefatos está ligada diretamente às atividades humanas, manifestando usos, técnicas, costumes, distinções e valores entre diferentes épocas e culturas. Produzidos socialmente, esses artefatos podem testemunhar e nos falar sobre as diversas formas da presença do ser humano em seu meio ambiente (Cândido, 2006).

---

<sup>63</sup> “Segundo PILEGGI, os objetos em grés cerâmico apresentam uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados a vitrificação total. Aproximam-se das porcelanas” (Zanettini, 1986, p. 121). Ou, na visão de Medeiros (2005, p. 90).: “O grés pode ser caracterizado como uma louça vitrificada na parte externa, apresentando coloração variada, nas tonalidades creme, branco e marrom, além da cor azul, que está associada à impressão de marcas e decorações em alto relevo”.

<sup>64</sup> Para fins de definição, entendemos que o processo de patrimonialização atinge apenas a salvaguarda e a pesquisa, dois dos três pilares da musealização: salvaguarda, pesquisa e comunicação. Por isso, não consideramos, por exemplo, que bibliotecas ou arquivos realizam musealização ou sejam museus.

Fotografia 22 – Garrafa de cerâmica vitrificada, do tipo grés, utilizada para transporte de bebidas destiladas nos séculos XVII a XIX com a inscrição “Amsterdam”



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2014).

De acordo com o Sr. Josué, ao colecionar e montar o acervo, seu objetivo era preservar os objetos que ele considerava resquícios da cultura material de povos antecedentes (Ferreira, 2015). Nesse empreendimento, ele se esforçou numa tentativa de interpretação dos sentidos sobre os artefatos para entender a dinâmica social de grupos ancestrais, considerando os artefatos como provas materiais dessa ocupação humana. Assim como Funari (2003), o Sr. Josué acredita que os objetos se apresentam como o “meio de relação” entre as pessoas “que vivem em sociedade, como forma peculiar de inter-relação, pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (Furnari, 2003, p. 33), aplicando-se também essa lógica a grupos antepassados. As iniciativas de coleta surgiram, posteriormente, por conta do risco de destruição que os artefatos corriam nas dunas.

A maioria dos artefatos arqueológicos foi coletada pelo próprio Sr. Josué em regiões do município de Icapuí. Mas também estão presentes no acervo objetos derivados de suas viagens a distintos municípios e estados. Outros foram provenientes de doações feitas principalmente por moradores de Ponta Grossa. Algumas pessoas o procuravam para negociar a “permuta” de artefatos arqueológicos encontrados, pois sua fama de coletor de “caco e coisas velhas” percorria toda a comunidade. Não é só o artefato (material produzido pela humanidade) que é considerado arqueológico. Para Funari (2003), artefato arqueológico é a

porção da totalidade material que vai além da restrição ao produto do trabalho humano (ver fotografia 23). Para além dos artefatos, os ecofatos e biofatos, vestígios do meio ambiente e restos dos animais, respectivamente, também são aqui considerados objetos arqueológicos, pois são associados e apropriados pelos seres humanos (Funari, 2003).

É interessante notar que Ponta Grossa não é somente uma rica área arqueológico em terra firme, no fundo do mar também estão guardados possíveis tesouros do que podemos chamar de “arqueologia subaquática”<sup>65</sup>. Artefatos especialmente relacionados à atividade marítima são encontrados por pescadores locais em seus trabalhos de pesca. A gestão e proteção são encargos da Marinha do Brasil. Para Ferreira (2011, p. 59), essa competência é duvidosa “pelo fato de a Marinha não ser o Ministério próprio para a preservação e proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico”. No acervo constituído pelo Sr. Josué, há artefatos provenientes do mar, como uma âncora, anzóis, pesos para anzol, cavilhas e cravos (esses dois últimos fazem parte da construção de embarcações) (ver fotografia 24). Os sítios arqueológicos marinhos são ainda pouco explorados, visto que a arqueologia subaquática se encontra em processo de desenvolvimento no país (Ferreira, 2018).

---

<sup>65</sup> Para detalhes, ver Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986, “que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L10166.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L10166.htm). Acesso em: 01 fev. 2024.

Fotografia 23 – Peixe fossilizado: exemplo de biofato do acervo arqueológico em Ponta Grossa<sup>66</sup>



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

---

<sup>66</sup> Segundo o arqueólogo Igor Pedroza (comunicação pessoal, 2018), trata-se de um fóssil da Formação Santana.

Fotografia 24 – Conjunto de cravos holandeses e português de ferro fundido



Fonte: Gentil Barreira (2011).

Como demonstrado, apesar das coletas de artefatos realizadas pelo Sr. Josué terem sido consideradas inadequadas perante a normativa imposta - afirmativa que tensiona o argumento da dissertação (Ferreira, 2018) ao nos posicionarmos contrariamente -, por negligência ou ausência de estrutura dos órgãos de proteção do patrimônio arqueológico, essa foi a única alternativa encontrada pelo Sr. Josué para salvaguardar os artefatos, visto que muitos sítios arqueológicos em Ponta Grossa são localizados em áreas de trilhas de *buggy*, sujeitos à constante destruição, principalmente nas dunas. De acordo com o professor Almir Leal de Oliveira (comunicação pessoal, 2017), as dunas são denominadas como “novas” ou “velhas”.

As dunas “velhas” ou paleodunas são formações geológicas que representam antigas dunas de areia que se consolidaram ao longo do tempo, estão acima do que foi o nível do mar outrora, são mais avermelhadas, mais altas, e bastante presentes em Ponta Grossa. Elas geralmente se formam quando os sedimentos de areia, transportados pelo vento, são depositados em uma área e, ao longo dos milênios, passam por processos de cimentação e compactação. Esse processo resulta em camadas de sedimentos firmemente unidas, que formam uma estrutura mais sólida e estável. Já as dunas “novas”, conhecidas também como

“dunas móveis” são formadas em períodos mais recentes de atividade e caracterizadas pela sua morfologia ainda em processo de estabilização. Elas são geralmente mais instáveis e podem se encontrar em fase de colonização por vegetação, o que contribui para a sua estabilização ao longo do tempo. Em Ponta Grossa, por conta do intemperismo, elas descobrem vestígios arqueológicos diuturnamente, o Sr. Josué se sentia no dever de monitorar essas novas evidências que apareciam, e continuam a aparecer, a todo o momento. Destarte, “o ambiente de dunas compõe, por vezes, cenários de beleza singulares, utilizados muitas vezes pelas prefeituras municipais, como a principal porta de entrada para o turismo de estados como o Ceará” (Pinheiro *et al*, 2013, p. 599). As dunas podem ser um ponto interessante para explorar em Ponta Grossa, especialmente no contexto das dinâmicas ambientais contemporâneas. Isso pode incluir como as características das dunas antigas e mais recentes interagem com os ecossistemas atuais, as mudanças na paisagem ao longo do tempo e o impacto do turismo nessas áreas.

Atualmente, a própria gestão municipal, ao confeccionar o “Guia Turístico de Icapuí”, incentiva, sem sinalizar os riscos de atividades turísticas nesses ambientes, o passeio de *buggy* nas falésias e dunas da praia de Ponta Grossa; posicionamento diferente do que o adotado pelo então secretário de Cultura e Juventude de Icapuí, Manuel Freitas Filho, ao não recomendar passeios de *buggy* pelas dunas do município<sup>67</sup>. Ademais, Ponta Grossa integra a “Rota das falésias”, que inclui o litoral do Rio Grande do Norte e Ceará, um dos roteiros estruturados pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, desenvolvido em parceria com o Sebrae e o apoio do Sebrae-RN. O roteiro, que pode ser explorado de ônibus, carro, *buggy* e até de bicicleta, tem adesão de 13 municípios, que se estende por 240 km, e 45 praias. Segundo o MTur, no Ceará, são 8 municípios e 215 km ao longo do litoral leste: Aquiraz, Eusébio, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí.

Em 2023, o município de Icapuí obteve a renovação no novo Mapa do Turismo Brasileiro, cumprindo os critérios estabelecidos pela Portaria Ministerial nº 41/2021<sup>68</sup>. O Mapa do Turismo Brasileiro é uma política pública do Governo Federal, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, que permite ampliar a potencialidade do turismo em

---

<sup>67</sup> Matéria sobre a não recomendação de passeio de *buggy* pelas dunas de Icapuí disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/descubra-o-brasil/noticia/2020/11/07/icapui-no-ceara-e-terra-da-lagosta-e-oferece-falesias-dunas-e-piscinas-como-atracoes-naturais.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2024.

<sup>68</sup> Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>. Acesso em: 05 fev. 2024.

todo o território nacional e possibilita o desenvolvimento de ações, projetos e investimentos para a estruturação da atividade turística, de forma regionalizada e descentralizada<sup>69</sup>. Os critérios estabelecidos para inserção no Mapa são: a) existência de uma Secretaria ou Departamento de Turismo; b) Lei Orçamentária; c) prestadores de serviços turísticos de atividade obrigatória regular no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur); d) Conselho Municipal de Turismo ativo; e) entrega do termo de compromisso e preenchimento da aba referente à atividade turística do município; e f) existência de uma instância de governança regional no turismo, como um Conselho, Fórum, Comitê ou Associação. O Mapa do Turismo Brasileiro elege cinco categorias (A, B, C, D e E) com o intuito de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios. Icapuí foi classificado na categoria C.

A ocupação desordenada do meio ambiente e de áreas costeiras “incitou a ação de mecanismos legais, a fim de proteger e organizar a ocupação da zona costeira, dentre elas as áreas de dunas que cobrem grandes porções da costa brasileira, incluindo o Estado do Ceará” Pinheiro *et al.*, 2013, p. 599). Ainda que a Constituição do Estado do Ceará não disponha sobre as dunas como áreas de preservação (Pinheiro *et al.*, 2013), no nível federal, a proteção destas está presente na resolução nº 341, de 25 de setembro de 2003, do Ministério do Meio Ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente)<sup>70</sup>, que “Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira”. Como adverte a Constituição Federal Brasileira de 1988, a competência dos entes federativos é descentralizada em relação à proteção do meio ambiente, passando também a responsabilidade para os estados e municípios (Pinheiro *et al.*, 2013).

Mesmo que a Lei nº 12.651/2012, que institui o Novo Código Florestal, não tenha traçado normas gerais mais objetivas sobre áreas de preservação permanente de dunas, assim como o fizera a resolução nº 341, ainda consideramos que as dunas continuam de fato e de direito sendo áreas de preservação permanente. Junta-se a essas resoluções o fato de Ponta Grossa ter sido uma APA, além da existência de sítios arqueológicos<sup>71</sup> em todo o território da

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 5 fev. 2024.

<sup>70</sup> Disponível em: [https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&view=reuniao&id=1820](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&view=reuniao&id=1820). Acesso em: 24 jan. 2024.

<sup>71</sup> De acordo com o Artigo 3º Lei nº 3.924, “São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas” (grifos da legislação).

praia, particularmente na superfície das dunas móveis, fortalecendo ainda mais Ponta Grossa como um ambiente legalmente protegido de atividades que pratiquem qualquer tipo de ameaça ambiental e arqueológica. Ainda assim, as dunas e os sítios da Praia de Ponta Grossa não são integralmente preservados, muito menos possuem alguma forma de fiscalização permanente de órgãos, a não ser do próprio Sr. Josué. Com efeito, “o regime de proteção das APPs é bastante rígido: a regra é a da intocabilidade, admitida excepcionalmente nos casos de utilidade pública ou interesse social legalmente previstos” (Pinheiro *et al.*, 2013, p. 601).

Ao longo dos anos, a fiscalização ineficiente sobre as dunas tem resultado na “extinção e descaracterização morfológica das dunas, importantes feições para o equilíbrio ambiental, ao longo do litoral cearense” (Pinheiro *et al.*, 2013, p. 605). Para Albuquerque (2012), a ocupação por grupos humanos da região que hoje representa o estado do Ceará não é suficientemente analisada, principalmente do ponto de vista arqueológico, apesar de alguns estudos terem sido realizados, o rápido processo de ocupação nos últimos anos produz um grande risco aos sítios arqueológicos dessa região.

Recentemente o movimento das areias tem colocado em exposição vestígios de antigas ocupações indígenas, trazendo um efetivo risco de que tais documentos materiais daqueles povos venham a ser destruídos com a ocupação ou mesmo com a exploração econômica daquelas terras. Faz-se, portanto, necessário promover o salvamento daqueles bens arqueológicos sob risco de destruição (Albuquerque, 2012, p. 22).

Para garantir que as diretrizes sobre a proteção das dunas e sítios arqueológicos fossem cumpridas, os integrantes do “Projeto Resgate” acionaram o Iphan/CE, a Prefeitura Municipal de Icapuí e até mesmo o Ministério Público Federal (MPF), mas sem retornos considerados satisfatórios. Também houve solicitação à Procuradoria da República do Ceará/Limoeiro do Norte - MPF para garantir a exequibilidade legal da proteção dessa área e orientar a Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada sobre as leis de proteção de sítios arqueológicos (ver anexo E), já que eram os integrantes dessa associação os maiores responsáveis pela circulação de veículos nos locais mencionados. Como resposta, o Ministério Público Federal solicitava a intervenção das atividades econômicas nas dunas, mas a Prefeitura Municipal de Icapuí afirmava que a proteção da área já existia (ver anexo F). O contra-argumento do Ministério Público Federal foi que, apesar de já se ter estabelecido por lei, o município não tinha tomado nenhuma atitude; cobrança que foi, supostamente, acatada pela prefeitura (ver anexo G), mas não concretamente. Por conta disso, como dito, Ricardo

Arruda<sup>72</sup>, cineasta independente, solicitou também ao Ministério Público Federal a orientação à Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada quanto às leis sobre a preservação das dunas. A solicitação, a princípio, era sobre as orientações e requerimento do não uso econômico da área das dunas.

Para fins de contextualização, o Projeto Resgate era uma iniciativa que visava à catalogação de artefatos arqueológicos provenientes das escavações que seriam realizadas no município de Icapuí, em especial de Ponta Grossa, e seus registros a partir da produção de audiovisual. Consegiu aprovação na Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à cultura), do Ministério da Cultura (Minc), em 2005, mas devido a algumas burocracias, acabou não arrecadando a verba, avaliada em cerca de dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00). Tinha como coordenador geral Ricardo Arruda, com assessoria arqueológica e histórica, que contava, dentre outros, com a participação de Almir Leal de Oliveira, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), que acompanha o trabalho realizado pelo Sr. Josué desde 2004 (Ferreira, 2018).

O principal agente de degradação dos sítios arqueológicos continua sendo o turismo nas trilhas de *buggy* (ver fotografia 25). Em 2022, foi criada a Associação de Bugueiros de Icapuí com o objetivo de realizar passeios pelo litoral de Icapuí e região, incluindo as falésias e dunas de Ponta Grossa, onde estão localizados importantes sítios arqueológicos. A comunidade de Ponta Grossa tem consciência de que a presença de *buggy* nas dunas é danosa, mas por essa atividade levar muitos turistas aos seus estabelecimentos, os moradores locais eram inseridos num dilema: de um lado, a preocupação em preservar seu patrimônio; de outro, a necessidade de subsistência.

Por muito tempo, o turismo foi visto principalmente como uma ameaça à preservação de sítios históricos e patrimônios culturais. Contudo, a partir dos anos 2000, começou-se a reconhecer a importância de desenvolver sistemas de gestão adequados para cada sítio ou patrimônio (Barreto *et al.*, 2023a). “O sistema deve descrever a organização e o nível de propriedade, autoridades, coordenação, ameaças, monitoramento e medidas de mediação” (Barreto *et al.* 2023a, p. 77). Por isso um pedido para a construção de uma trilha única para os *buggies* também foi feito ao Iphan/CE pela comunidade de Ponta Grossa, mas este foi negado por considerar que a grande riqueza arqueológica presente nas dunas impossibilitava delimitar, pelo mínimo que fosse, uma área destinada a essa atividade. Toda essa problemática

---

<sup>72</sup> Natural de Redenção, município da região metropolitana de Fortaleza, um dos poucos “forasteiros” que moram em Ponta Grossa, casado com a nativa Amanda Crispim e estabelecido em residência na “serra” da praia.

foi mantida, as trilhas continuam existindo sem praticamente nenhuma fiscalização. A figura do Sr. Josué foi, por muito tempo, a única fiscalização existente (ver fotografia 25).

Fotografia 25 – Rastros deixados nas dunas pelos *buggies*



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

O Sr. Josué prestou serviços à Prefeitura Municipal de Icapuí através da Secretaria de Cultura, entre os anos de 1998 a 2019, sendo o encarregado de vigiar e proteger permanentemente o patrimônio arqueológico da Praia de Ponta Grossa e de todo o município (sua prestação de serviço era vitalícia, mas, por questões de saúde, se aposentou). Para ocupar esse cargo, participou de uma licitação aberta pela prefeitura – após solicitação do Ministério Público Federal - para executar a proteção desses bens, e como era concorrente único, a quase “obrigação” de já tê-lo contratado ficou ainda mais fácil. A contratação foi fundamentada na própria Constituição Federal de 1998, já que garante a obrigação dos poderes públicos de protegerem seu patrimônio arqueológico<sup>73</sup>, mas é importante discorrer que essa iniciativa não foi “espontânea” da prefeitura. Mais uma vez, Ricardo Arruda teve papel fundamental ao exigir a abertura da licitação municipal via Ministério Público Federal.

<sup>73</sup> Entendemos por patrimônio arqueológico “[...] o conjunto de expressões materiais referente às sociedades indígenas, pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato interétnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações do futuro” (Morais; Morais, 2002, p. 84 *apud* Almeida, 2003, p. 281).

Fotografia 26 – Sr. Josué Crispim e Ricardo Arruda expondo a bugueiro sobre a proibição da circulação em sítio arqueológico nas dunas de Ponta Grossa



Fonte: Marcus Davis (2010).

No início das coletas, o Sr. Josué não sabia da existência do Iphan/CE e nem de que coletas arqueológicas espontâneas não eram permitidas. Tudo que ele realizou até então tinha sido guiado por intuição em salvaguardar. Embora grande parte daqueles que fazem a arqueologia desconsidere qualquer tipo de coleta que não siga os métodos normativos de contextualização e a Lei nº 3.924<sup>74</sup>, de 26 de julho de 1961 - que dispõe sobre os monumentos históricos e pré-históricos, em seu artigo 8º -, afirmar que o direito de coletas ou escavações arqueológicas constitui-se mediante a permissão do Governo da União (poder político e de propriedade), sob risco de pena civil pelo não cumprimento, o Sr. Josué considerou suas iniciativas como única forma para a salvaguarda daqueles artefatos expostos à destruição.

Como já havíamos afirmado na introdução deste trabalho, houve uma “denúncia” de coleta espontânea de artefatos arqueológicos que originou esse impedimento, e foi feita por uma matéria jornalística (ver anexos A e B). Toma-se, oficialmente, essa matéria como a

---

<sup>74</sup> Primeira lei que passou a regrer, de fato, o patrimônio arqueológico nacional. De acordo com Funari e Robrahn-González (2008, p. 16), “Até hoje ainda é a única lei federal explícita sobre a proteção ao patrimônio arqueológico”.

descoberta por parte do IPHAN/CE sobre a existência das coletas realizadas pelo Sr. Josué. No entanto, segundo relatos, o órgão já tinha noção das coletas. O órgão solicitou ao Sr. Josué que paralisasse imediatamente as atividades e que posteriormente seriam tomadas as atitudes necessárias para o tratamento do acervo, a proteção das dunas, as escavações arqueológicas em áreas previamente analisadas e a construção de um museu para abrigar este acervo (ver Anexo H).

Esse embate foi analisado na dissertação (Ferreira, 2018) ao refletir sobre as concepções metodológicas de diferentes atores (detentores de conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos), que impedem tanto o reconhecimento das iniciativas autodidatas do Sr. Josué quanto a sua prática por considerá-las desordenadas (sem metodologia) e incapazes de produzir conhecimento. Com isso, não afirmamos que o processo de musealização não esteja ligado a um conjunto de procedimentos técnicos que são específicos da Museologia; muito menos queremos argumentar que todo e qualquer indivíduo possa realizar esse tipo de trabalho. O que se pretende é dialogar com essas práticas consideradas destoantes das regras e métodos estabelecidos, considerando que o capital científico (Bourdieu, 1997), nesse sentido, é capaz de estabelecer uma ponte de reconhecimento necessário para que outras epistemes possam ser vistas como contribuintes. Abordagens como a bricolagem de Lévi-Strauss (1987), o senso comum considerado sistematizado por Geertz (2001) e a experiência e prática de Merleau-Ponty (2006) e Ingold (2010) são algumas possibilidades para a relação entre as diferentes epistemologias e ciência<sup>75</sup>, visando a construção de outros conhecimentos (não acadêmicos ou universitários), aos quais possa se atribuir um estatuto epistemológico.

De fato, o acervo montado pelo Sr. Josué possui notoriedade em esfera que translada as memórias locais; são provas da relação e conquista de povos europeus sobre populações nativas e sua consequente colonização. O contato entre as diversas matrizes que formam o que hoje chamamos de Brasil está presente em cada artefato do acervo constituído pelo Sr. Josué em Ponta Grossa: “[...] você só pode explicar a história do Brasil conhecendo a incorporando a história desse território [região que engloba Ponta Grossa]<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Para maiores detalhes sobre relação de poder entre conhecimentos, consultar Ferreira (2018).

<sup>76</sup> Entrevista de Almir Leal de Oliveira concedida ao autor em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

## 5.2 O PROJETO COLABORATIVO PARA A CRIAÇÃO DO MAPA: uma análise sobre os 27 anos de articulação museológica em Ponta Grossa

Você quer me matar? Tire o acervo daqui. Talvez, eu morresse na hora. Eu não quero! No dia da inauguração do museu, talvez eu fique emocionado<sup>77</sup>.

O primeiro acordo para a construção de um espaço museológico para abrigar o acervo arqueológico em Ponta Grossa se arremete ao ano de 1998, por meio do contato oficial do Iphan/CE com o Sr. Josué. A partir de então, a construção desse espaço tornou-se pauta em Ponta Grossa (ver anexos I, J e K). Passados 15 anos sem respostas práticas satisfatórias, o Sr. Josué e Ricardo Arruda acionaram o MPF, sendo o próprio Iphan/CE denunciado por não estar tomando as devidas providências, como brevemente elencado na introdução. Não houve processos jurídicos contra o Sr. Josué por coleta irregular de artefatos pertencentes à União, mas uma ordem para que ele suspendesse imediatamente as coletas.

Devemos lembrar que, antes desse episódio, o Iphan/CE executou, em 2009, uma tentativa frustrada de catalogação do acervo, mas só uma parte do material lítico e cerâmico foi rasamente analisada e com a adoção de métodos desconhecidos de catalogação. A tentativa de inventariação foi feita por uma equipe enviada pelo Iphan: Projeto de Inventariação de Coleções Arqueológicas Particulares, Icapuí – CE. No entanto, não temos muitas informações sobre esse projeto, apenas um relato sucinto e informal do Iphan/CE sobre os objetivos, além da consulta das fichas de catalogação executadas nesse projeto (Ferreira, 2015).

De acordo com um artigo publicado em jornal (ver anexo L), a superintendente do Iphan/CE, na época em que o Sr. Josué foi impedido de continuar as coletas, expôs que, apesar de não ter imposto obstáculos, caso a Prefeitura Municipal de Icapuí desejasse construir um museu para abrigar o acervo, o museu poderia ser edificado com o aval do órgão de proteção. Por outro lado, segundo Túlio Muniz, a forma como o Sr. Josué acondicionava e construía a exposição dos artefatos transformava o acervo “em objeto de curiosidade, desprovido de valor científico”. Continua ao alegar que: “Se quer explorar, tem que seguir a lei, tudo tem que ser comunicado ao IPHAN que no momento devido envia o arqueólogo”, como podemos comprovar no anexo citado. Porém, como explanado, esses compromissos nunca foram efetivados, quase nada do que foi anunciado, desde 1998, foi realmente realizado, exceto o impedimento do Sr. Josué de coletar os artefatos arqueológicos.

---

<sup>77</sup> Entrevista do Sr. Josué Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Também houve promessas e tentativas de instituições privadas, professores universitários, pesquisadores, amantes do colecionamento de muitas partes do mundo e de órgãos competentes que foram realizadas. “Dezenas de pessoas que chegaram na cabeça desse cara [Sr. Josué] prometendo coisa [relacionada à construção de um museu]. [...] Era muita gente prometendo”<sup>78</sup>. Além disso, em 2005, foi criada a Lei nº 457/2005, que dispõe sobre a criação do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa” e dá outras providências (ver anexo M), aprovada na Câmara de Vereadores de Icapuí e pelo então prefeito, José Edilson da Silva. Essa lei fora o resultado da iniciativa de reivindicação tomada pela comunidade de Ponta Grossa para realizar a construção do Museu Comunitário com garantia financeira de sua manutenção. Contudo, como sinalizado, a lei não foi executada.

Podemos elencar, entre as diversas tentativas de construção de um museu, mais dois casos, distintos entre si. Em 2014, o Iphan/CE apresentou uma proposta de planta arquitetônica de um museu à comunidade de Ponta Grossa, que foi prontamente recusada pelos moradores que estavam presentes na reunião. A elaboração não colaborativa, sem a participação local, gerou um hiato entre os nativos e a tentativa fracassada da Superintendência em criar uma conexão do projeto arquitetônico com a própria concepção desse equipamento museológico. A proposta não atendia às demandas estruturais e conceituais do modelo de museu apresentado.

O outro caso é sobre a mobilização para a construção da Casa de Cultura Pindú (ver figura 3). Organizado por Augusto Cesar Bastos Barbosa e escrito por Almir Leal de Oliveira, Marcos Albuquerque, Roberto Airon Silva e Soraya Geronazzo, o livro-catálogo “Praia de Ponta Grossa: vestígios arqueológicos da ocupação humana”, publicado em 2012, tinha o objetivo de reverter os recursos da venda dos exemplares para a construção da Casa de Cultura Pindú na comunidade de Ponta Grossa, abrigando o acervo coletado pelo Sr. Josué Crispim. Contudo, apesar da iniciativa não ter prosperado, destacamos que os moradores de Ponta Grossa participaramativamente da pesquisa para a publicação do livro quanto da concepção do espaço, como observei em algumas conversas em Ponta Grossa.

---

<sup>78</sup> Entrevista de Ricardo Arruda concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 16 de abril de 2017.

Figura 3 – Perspectiva de planta arquitetônica da Casa de Cultura Pindú



Fonte: Artenova Arquitetos (2012).

A princípio, a musealização dos patrimônios que o MAPA irá abrigar não foi concebida de forma coletiva, mas individual, o que não a fez perder a potência, já que a entendemos enquanto processo e não produto. O fluxo contínuo desta musealização foi se construindo colaborativamente ao passo que os atores sociais começaram a se apropriar e agenciar o processo. Mesmo que o Sr. Josué tenha adotado seleções e interpretações de acordo com seu entendimento pessoal e sua pretensão individual para a constituição do acervo, esse conjunto de artefatos, além de representar somente sua “identidade”, representa, mesmo que subjetivamente, o grupo social que faz parte da comunidade de Ponta Grossa.

A fase de seleção realizada pelo Sr. Josué, seguindo as concepções de Stránský (1974 *apud* Bralon Soares, 2018), possibilita a identificação do potencial de musealidade<sup>79</sup> dos objetos. Ou seja, a musealização do acervo em Ponta Grossa, em seu início, não se apresentou como uma experiência museal tradicional; um processo de musealização que foi iniciado sem museu (museu imaginado em todas as suas possibilidades) e que posteriormente iria abranger um espaço de exposição idealizado como museu; e agora toma dimensões que extrapolaram a vontade individual, transformando-se em coletiva e, mais importante ainda, colaborativa, marcada pela presença de moradores em qualquer demanda relacionada à construção de um museu na comunidade. Dois episódios transformaram drasticamente esse horizonte do

<sup>79</sup> Trata-se do ato de atribuir valor específico aos objetos “de” museu (diferente de objeto “no” museu, ou seja, que não se limita ao museu tradicionalmente pensado) (Stránský, 2008). Já para Bralon Soares (2018, p. 202), musealidade é o “estado sublime constituído pelo ritual, por meio do qual as coisas do real adquirem novas qualidades imateriais [...]”.

reconhecimento em Ponta Grossa: a chegada da empresa ArqueoSocio, como instituição que se destinou à organização de todo o acervo; e, recentemente, o planejamento da construção do MAPA.

Com o advento do projeto de inventário do acervo executado pela ArqueoSocio (2014) e posteriormente a articulação para a construção do Museu, as pessoas potencializaram a percepção, que já estava em construção há algum tempo, da importância daqueles artefatos, pois houvera iniciativas geradas por instituições em salvaguardar e otimizar o acervo. Seguindo as concepções de Bourdieu (1997), esse aumento do reconhecimento por parte da comunidade de Ponta Grossa se deu por conta do “capital científico” que detêm os pesquisadores financiados por agentes estatais, como as universidades, o Iphan/CE e a Prefeitura Municipal de Icapuí<sup>80</sup>. Também é pertinente salientar que o projeto executado pela empresa ArqueoSocio foi paralisado em dezembro do ano de 2014 por ter excedido o tempo limite para a finalização dos trabalhos, fazendo com que a verba destinada a esse projeto retornasse para a União.

Destaco que uma importante deliberação realizada pela empresa ArqueoSocio, e acatada pelo Iphan/CE, foi primordial para o princípio de apropriação do patrimônio arqueológico de Ponta Grossa por parte dos moradores: a permanência do acervo na comunidade durante a efetuação do projeto. A empresa poderia ter transportado todo o acervo para a sua sede, localizada em Fortaleza, facilitando toda a intricada logística que foi o deslocamento para Icapuí de uma equipe formada por profissionais de muitos estados do país. Com isso, toda a comunidade de Ponta Grossa pôde acompanhar os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos. Havia o receio de que, caso o acervo saísse de Ponta Grossa, jamais retornaria à comunidade, ficando permanentemente na reserva técnica do Iphan/CE, em Fortaleza. Nesse sentido, a pesquisa e a consequente compreensão maior sobre os objetos ganham outra perspectiva a partir de 2014 com o tratamento do acervo realizado pela ArqueoSocio.

---

<sup>80</sup> Para maiores informações sobre o patrimônio na relação entre Estado, detentores do capital científico e comunidade, ver Ferreira (2018).

Fotografia 27 – Apresentação do projeto executado pela empresa ArqueoSocio à comunidade de Ponta Grossa<sup>81</sup>



Fonte: Ricardo Arruda (2014).

Considerando que a pesquisa perpassa toda a cadeia da musealização, a delimitação foi realizada pelo fato de o Sr. Josué ter iniciado a etapa de seleção dos objetos com óbvia intenção, mas sem o acompanhamento da pesquisa, contrariando Bralon Soares (2018), quando afirma que a definição de uma intenção só pode acontecer diante de pesquisa, seja esta teórica ou empírica. No caso do Sr. Josué, ele iniciou a coleta por curiosidade ou pelo “dom” de colecionar. A sistematização do trabalho catalográfico sobre a coleção já existente evidenciou a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, que passou a ser implementada. Lembremos aqui que a musealização é o princípio criador de coleções e museus, e não o inverso (Stránský, 1995 *apud* Bralon Soares, 2018, p. 204), e que “muitas coleções individuais são verdadeiros ‘mini-museus’ (Stránský, 1995, p. 29), criados dessa vontade à musealização que antecede qualquer tipo de institucionalização museal” (Bralon Soares, 2018, p. 204).

A partir do advento da catalogação em 2014, por questões espaciais e sistemáticas, o acervo foi armazenado numa antiga igreja da comunidade de Ponta Grossa, que foi utilizada como laboratório das ações (ver fotografia 28). O acervo ficou nesse local até dezembro de 2023, pois, como dito, a Prefeitura Municipal de Icapuí condenou a estrutura do espaço, que

<sup>81</sup> Da esquerda para à direita: Aline Castro, Luís Mafrense, Jouldes Duarte, Igor Pedroza e eu.

corre risco de desabamento –, também apontado exaustivamente por mim desde 2014, quando o acervo estava em deslocamento para o edifício. Atualmente, este se encontra no Centro de Educação Infantil de Ponta Grossa (CEI Antônio Cirspim) (ver fotografia 29), sob tutela do Iphan/CE, não mais pertencendo ao Sr. Josué, embora este seja o encarregado de proteger o acervo. Por certo, esse fato nos mostra também que, se é permitido o acesso e contato com o acervo, o episódio comprova a importância do conhecimento que o Sr. Josué detém sobre ele. Para além de uma relação afetiva, o que encontramos aqui é um conhecimento veladamente reconhecido.

Fotografia 28 – Laboratório onde eram realizadas as análises do inventário



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2014).

O Sr. Josué Crispim já manteve o acervo em alguns lugares na praia de Ponta Grossa. Antes da licitação da ArqueoSocio, ele acondicionava os achados em dois locais: sua antiga casa, onde a maioria dos objetos estava localizada e exposta, e uma menor quantidade em sua atual residência. Desde o princípio da coleção, o Sr. Josué gostava de expor os artefatos à vista das pessoas que se interessavam em apreciá-los. A primeira exposição foi realizada num antigo prédio que funcionava numa loja de itens de banho de praia em Ponta Grossa. Esses espaços que abrigavam parte dos artefatos eram denominados, pelo próprio Sr. Josué,

moradores e pessoas externas à comunidade, como “museuzinho” ou “minimuseu” (ver fotografia 30).

Fotografia 29 – Centro de Educação Infantil da Praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Fotografia 30 – Sr. Josué Crispim segurando uma mão de pilão (almofariz) feita de um bloco de granito polido<sup>82</sup>



Fonte: Autor Desconhecido (2000).

A maioria das visitas à exposição ou aos locais onde era acondicionado e exposto o acervo era feita por pessoas de fora da comunidade, como turistas e professores. O Sr. Josué afirma que um dos objetivos de expor os artefatos era contribuir com uma educação não formal e/ou transdisciplinar para suprimir as lacunas sobre o conhecimento da história local. O Sr. Josué também sempre procurou provocar nas pessoas o desejo de preservar os bens culturais que nos pertencem, principalmente nas crianças, que, segundo ele, são os herdeiros iminentes do patrimônio cultural.

De forma geral, a atribuição de valor sobre o acervo é bem variável entre os moradores da comunidade. Existem aqueles que dizem valorizar - que hoje são maioria - e aqueles que admitem não saber bem do que se trata aquele material, não mantendo nenhum tipo de relação com os artefatos, como o caso de Mizael Crispim, proprietário de chalé e mercearia na comunidade, que afirma não reconhecer no material arqueológico importância significativa; mas enxergam o Sr. Josué como um representante, um guardião do patrimônio arqueológico de Ponta Grossa. De acordo com Gonçalves (2007), em desapego, o olhar se torna desinteressado, desatento por consequência da proximidade, pela feição familiar que esses

---

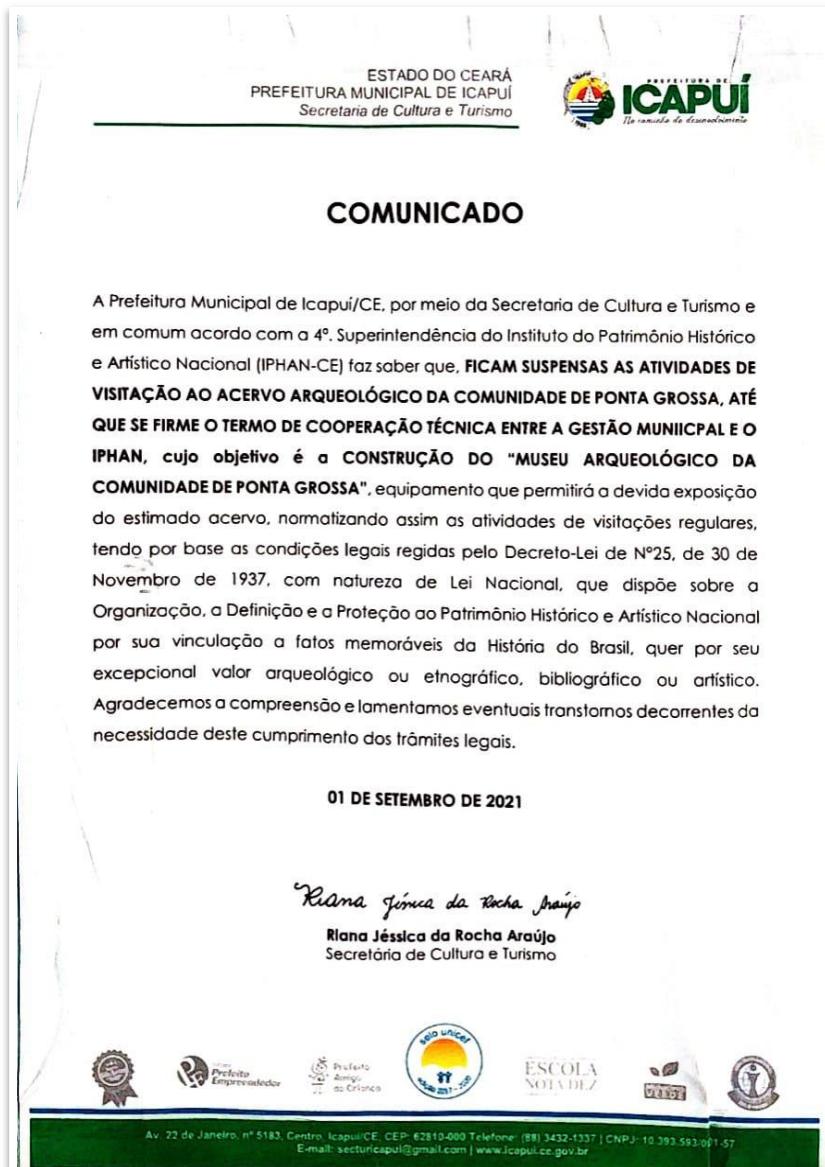
<sup>82</sup> Atrás encontra-se parte do acervo em um dos seus antigos locais de guarda, na Praia de Ponta Grossa.

processos assumem. Ou seja, esse fenômeno implica uma “naturalização das modernas categoriais ocidentais de ‘sujeito’ e ‘objeto’, cuja problematização parece ser a condição mesma para uma reflexão antropológica” (Gonçalves, 2007, p. 15).

Durante o inventário do acervo, enquanto a equipe da ArqueoSocio estava presente, algumas visitas ao local aconteciam. Foi acordado com o Sr. Josué que apenas pessoas autorizadas poderiam visitar o espaço para evitar a publicação de notícias distorcidas sobre a condição do acervo e do próprio Sr. Josué. Com a descontinuidade do projeto, ele passou a receber o público no acervo de maneira menos restrita, mas de forma tão ampla como anteriormente, por entender que o material, apesar de ser o responsável por salvaguardar, não o pertencia efetivamente.

Com a reeleição da atual gestão municipal, a pasta da cultura e turismo do município (antes Secretaria de Cultura e Juventude) não continuou com Manuel de Freitas Filho. A nova titular passou a ser Riana Rocha, natural de Fortaleza. Esse episódio não marca somente a troca de titularidade da secretaria que intermedeia o projeto de construção do MAPA com a prefeitura, mas significa, de certa forma, uma fissura na articulação iniciada em 2017, já que a secretaria não havia participado das discussões anteriores. Em reunião comigo, Sr. Josué e Eliabe Crispim, Riana Rocha expressou o interesse em o acervo receber público visitante irrestrito, o que prontamente foi sinalizado por nós como uma iniciativa que poderia ocasionar consequências desagradáveis, considerando o histórico complexo com o Iphan/CE e o fato de o inventário do acervo não ter sido concluído. Essa posição foi imposta pelo Iphan/CE, em reunião posterior, pela mesma justificativa que defendíamos (ver fotografia 31). Sobre essa reunião, fui impedido de participar, pois a secretaria considerou que eu, colaborador inicial da atual proposta de construção do MAPA, não me qualificava enquanto ator endógeno – o que demonstra, aparentemente, um incomodo com a participação de agentes técnicos que não fazem parte do governo municipal ou outro órgão envolvido.

Fotografia 31 – Comunicado da Prefeitura Municipal de Icapuí sobre a suspensão das visitas ao acervo arqueológico de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Como já apontado na metodologia, a conjuntura do projeto para a constituição do MAPA começa em 2017 com o contato do então secretário Manuel de Freitas Filho. Logo após os pormenores do acordo envolvendo a comunidade de Ponta Grossa, fizemos uma primeira reunião na comunidade, com a presença de Freitas Filho. Ficou encaminhada nesta reunião a confecção de uma carta-recomendação feita de forma coletiva para encaminhamento ao prefeito do município. Nos encarregamos de montar um modelo da carta-recomendação listando possíveis pontos e justificando a importância da construção do Museu em Ponta Grossa, através das sugestões dos moradores, para apreensão e acréscimo na reunião seguinte, que aconteceu alguns dias depois (fotografia 32).

Fotografia 32 – Primeira reunião de articulação do MAPA entre moradores de Ponta Grossa e Secretaria de Cultura e Juventude de Icapuí



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Nessa nova reunião, o quantitativo de pessoas aumentou consideravelmente e esse documento foi finalizado. A comunidade se percebeu protagonista desse projeto, se viu inserida dentro dele, e a expectativa aumentou porque a terceira reunião foi com a presença do prefeito do município, Lacerda Filho, realizada na própria comunidade de Ponta Grossa (ver fotografia 33). O encaminhamento desta reunião foi a apresentação da proposta, feita pela prefeitura junto com uma comissão local de Ponta Grossa, ao Iphan/CE, em Fortaleza. Isto aconteceu após algumas semanas, tendo o Iphan/CE acatado o pedido de parceria (cooperação técnica). Mais algumas reuniões entre comunidade e prefeitura aconteceram durante todo o resto do ano de 2017, com a presença do Iphan/CE em algumas delas.

Fotografia 33 – Apresentação da carta-recomendação para a construção do MAPA ao prefeito de Icapuí, Lacerda Filho, em Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Em 2018, a comunidade de Ponta Grossa debateu a localidade onde o MAPA deveria ser construído. Preliminarmente, havia três possibilidades elencadas pelos moradores: a) Ao lado do então Centro Comunitário não finalizado e hoje Centro de Educação Infantil também não finalizado; b) Trecho localizado ao centro do terreno na “serra” da comunidade; e c) Solicitação à Cascaju Agroindustrial para a doação de terreno fora dos limites da comunidade. Com a indecisão, foi sugerido que eu, na condição de museólogo do projeto, deliberasse pela escolha. Oportunamente, fiz a recomendação para que fosse realizado pelo Instituto Municipal de Fiscalização (IMFLA) um estudo técnico dos solos apresentados (ver fotografia 34). Como resultado, as três opções estavam aptas para a construção do Museu. Em comum acordo, foi escolhida a primeira opção, pela compreensão de que o MAPA poderia ser integrado ao Centro Comunitário, e também para as autoridades investirem em contenção e desvio do avanço das dunas móveis, já que um investimento público seria realizado numa ferramenta cultural próxima às dunas móveis. Posteriormente, o mesmo terreno foi analisado também por técnicos do Iphan/CE (ver fotografia 35). É importante destacar que a comunidade não é a detentora oficial da área onde o MAPA será construído, o trecho pertence à empresa Cascaju

Agroindustrial. A empresa, informalmente, assinalou que irá realizar a doação do terreno para a exclusiva construção do MAPA.

Fotografia 34 – João Paulo, então Secretário do IMFLA, apresentando estudo técnico sobre as localizações apontadas para construção do MAPA



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2018).

Fotografia 35 – Técnicos do Iphan/CE analisam terreno escolhido pela comunidade de Ponta Grossa para a construção do MAPA



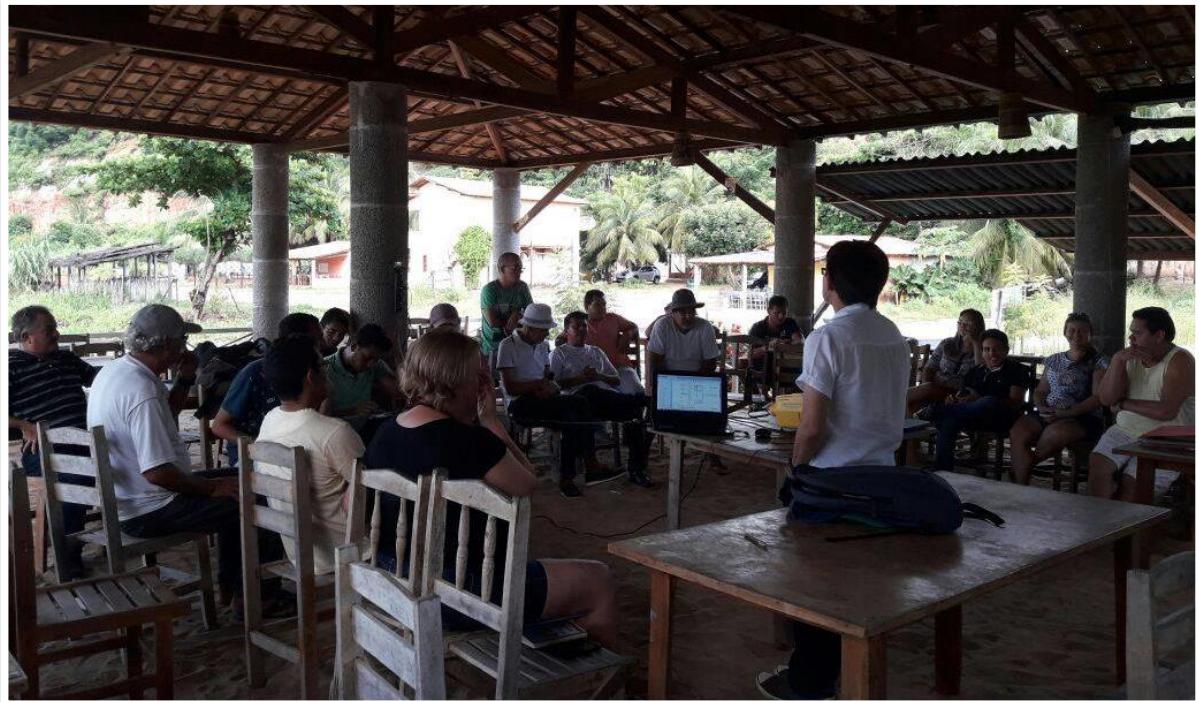
Fonte: Ricardo Arruda (2018).

Ainda em 2018, após a escolha e os estudos do local para a construção do MAPA, foram realizados alguns encontros com a participação de moradores de Ponta Grossa, integrantes da Prefeitura de Icapuí e técnicos do Iphan/CE com o objetivo de debater e construir, colaborativamente, o projeto arquitetônico<sup>83</sup>, apresentado de forma definitiva após observações - incluindo supervisão e sugestões técnicas sinalizadas por mim, logo após a própria comunidade me incumbir essa demanda - o projeto arquitetônico do MAPA<sup>84</sup> (ver figura 4).

<sup>83</sup> Matéria sobre a elaboração do projeto arquitetônico do MAPA disponível em: <https://www.icapui.ce.gov.br/informa.php?id=236>. Acesso em: 29 jan. 2014.

<sup>84</sup> Matéria sobre a versão final do projeto arquitetônico do MAPA disponível em: <https://icapui.ce.gov.br/informa.php?id=301>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Fotografia 36 – Apresentação do projeto arquitetônico desenvolvido pelo Iphan/CE aos moradores de Ponta Grossa



Fonte: Ricardo Arruda (2018).

Até o presente momento, além da escolha e análise técnica do terreno para a construção do MAPA, apresentação da planta arquitetônica e discussão sobre o plano de trabalho, ainda não foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Icapuí, Superintendência do Iphan no Ceará e comunidade de Ponta Grossa. Apontamos como fator crucial as consequências do período pandêmico sobre um município que tem no setor turismo sua maior fonte de renda, assim como a troca na titularidade da secretaria que intermediava o projeto do MAPA com a gestão municipal.

Figura 4 – Planta arquitetônica do Museu Arqueológico e Comunitário de Ponta Grossa



Fonte: Superintendência do Iphan/CE (2018).

Fotografia 37 – Reunião de debate do plano de trabalho do projeto de construção do MAPA<sup>85</sup>



Fonte: Assessoria do deputado federal José Airton Cirilo (2018).

A Prefeitura de Icapuí continua em contato com a empresa Cascaju Agroindustrial para oficializar em documento a doação do terreno. Porém um evento pode ter provocado uma significativa adversidade.: em Ponta Grossa, existia uma trilha ecológica na mata de tabuleiro, arborizada e bastante diversificada, que tinha início próximo ao terreno sugerido para a construção do MAPA com o início “Cajueiro da vovó”, como conhecido localmente. A trilha, que foi criada para representar os ecossistemas, suas diversidades morfológicas, de fauna e flora locais, rasgava a mata de tabuleiro e dava acesso à praia pelas dunas móveis e fixas sentindo praia da Redonda. Um grupo de empreendedores do turismo da comunidade abriram a trilha e a transformaram em trilha para *buggies* sem autorização ou conhecimento da empresa proprietária (ver fotografia 38). Como resposta, a Cascaju Agroindustrial fechou o acesso à trilha e contratou seguranças particulares para garantir que os moradores não tenham acesso à extensão. A trilha, que não é mais ecológica, foi transferida para uma área ao lado, mais próxima das falésias. O episódio abalou a relação da comunidade com a empresa, que pode não facilitar a negociação para a doação do terreno ao MAPA. A Prefeitura de Icapuí segue intercedendo para facilitar o processo.

---

<sup>85</sup> O encontro contou com a participação de moradores de Ponta Grossa, do prefeito Lacerda Filho, do então secretário Freitas Filho, do deputado federal José Airton Cirilo e de técnicos do Iphan/CE na sede da Superintendência em Fortaleza.

Fotografia 38 – Trilha já modificada para a circulação de *buggies* em terreno da empresa Cascaju Agroindustrial



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Para o MAPA, também foram articuladas estratégias financeiras para a manutenção do museu, tendo como principal fonte os recursos advindos da Prefeitura Municipal de Icapuí a partir do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura do município e da atualização e execução da Lei de criação do Museu em Ponta Grossa, como apontado anteriormente. Outras fontes são as leis de incentivo à cultura nas esferas estadual e federal, além da criação da Associação de Amigos de Museus<sup>86</sup>. Nossa preocupação não deve ser direcionada apenas ao esforço de construção dos museus, é preciso dimensionar o custeamento para que os equipamentos possam ter vida útil e se sustentarem. Instituir esse planejamento é uma forma de garantir que o museu possa cumprir os objetivos definidos, e é bastante benéfico a partir do momento que se reflete o comprometimento dos incentivadores, no qual o protagonismo dos gestores do museu e seus agentes presentes no entorno pode ser assegurado. Os museus comunitários são

---

<sup>86</sup> A Associação de Amigos de Museu é uma instituição não governamental e sem fins lucrativos que tem como intuito apoiar e colaborar com as atividades de museus. No entanto, cuidados devem ser tomados no ato instituinte dessa parceria para que as relações sejam traçadas e executadas de forma participativa e democrática para que a autonomia do núcleo gestor do museu seja respeitada e valorizada. Para maiores informações, ver: Instrução Normativa nº 1, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre as relações entre os museus e as associações de amigos de museus, no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-n1\\_17maio2018\\_Associacoes-de-amigos-de-Museus.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-n1_17maio2018_Associacoes-de-amigos-de-Museus.pdf). Acesso em: 29 jan. 2024.

processos continuados, e um dos problemas recorrentes é o questionamento de como mantê-los vivos mesmo com a modificação dos atores presentes na experiência (seja por questões políticas, pessoais ou mudança de geração) (Varine, 2014). Sem isso,

Há somente duas possibilidades abertas para nós: ou esse museu comunitário não conseguirá sobreviver à sua geração fundadora (e então desaparecerá ou se tornará um museu institucional), ou terá que aceitar sua própria reciclagem a cada 20 ou 30 anos, de modo a permanecer relevante (Varine, 2014, p. 32).

Meu papel em Ponta Grossa, enquanto pesquisador e colaborador atuante e comprometido, é apresentar (no sentido de provocar mais do que instruir) as diversas formas de como o MAPA pode ser realizado, abrindo um conjunto de possibilidades no qual os atores locais possam decidir o desenvolvimento desse equipamento de referência cultural. A imersão dos moradores e a garantia da relação simétrica entre os poderes envolvidos e a comunidade de Ponta Grossa na construção do projeto do MAPA não foram firmadas por minha causa, sou apenas mais um ator da rede (Latour, 2012), coadjuvante que se tornou aliado dos verdadeiros protagonistas do processo: os moradores de Ponta Grossa. Como agente engajado na localidade, pude cooperar ao explicitar, a partir da perspectiva da museologia colaborativa, que as práticas devem tomar a comunidade e os seus indivíduos como os principais atores das definições e exercícios de apoio à musealização.

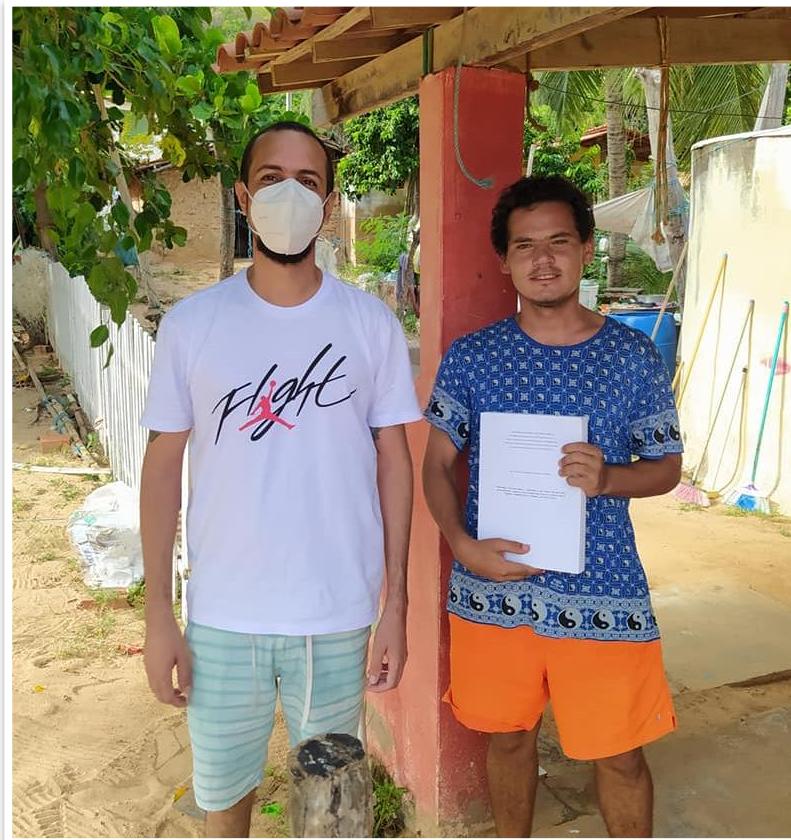
Fotografia 39 – Defesa da dissertação de mestrado no PPGA/UFPE<sup>87</sup>



Fonte: Ricardo Arruda (2018).

<sup>87</sup> Da esquerda para a direita: Por videochamada, Professor Almir Leal (Examinador Externo, UFC), Professora Laure Garrabé (Orientadora), Sr. Josué Crispim, Professora Ana Cláudia Rodrigues (Examinadora Interna, UFPE) e eu.

Fotografia 40 – Entrega de cópias da dissertação de mestrado a moradores de Ponta Grossa<sup>88</sup>



Fonte: Eliabe Crispim (2021).

Neste capítulo, percebemos que o projeto do MAPA tem um papel importante na base da construção do sentimento de pertencimento de indivíduos a uma coletividade e a musealização que abrange a construção do museu não mais entende os museus como instituições, mas como fenômenos. Também translada a noção de espaços pautados no estudo e na conservação da cultura, pois trabalha no desenvolvimento/transformação, caminha para a crítica e o abandono das concepções etnocêntricas e, portanto, não colaborativas. Os patrimônios musealizados em Ponta Grossa, além de simbolicamente demarcarem ou expressarem identidades culturais, podem organizar e constituir o modo pelo qual os moradores se apropriam do próprio território. O processo de musealização deixou de ser reivindicado individualmente e de abranger apenas os artefatos arqueológicos: agora contempla o território de Ponta Grossa como patrimônio, assim como a experiência do MAPA tomou o modelo do museu de território (Scheiner, 2015), colaborativo para si, ao passo que a comunidade se percebeu protagonista na sua construção. Pois o fenômeno Museu pode ser representado de diversas formas, seguindo as preferências das sociedades (Scheiner, 2015).

---

<sup>88</sup> Eu e Agabo Crispim.

## **6 POR UMA MUSEOLOGIA COLABORATIVA E PRAGMÁTICA: novas abordagens aos museus comunitários**

No Brasil, as políticas para museus acompanharam as articulações e ações internacionais. Em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus. Dois anos depois, surgiu o Comitê Brasileiro do ICOM, que tem como objetivo promover a cooperação, a assistência mútua e o intercâmbio de informação entre seus membros, profissionais de museus e instituições culturais. “Desde então, seus profissionais foram cada vez mais atuantes na defesa desse campo profissional, reconhecendo esta como uma área importante do conhecimento” (Russi; Abreu, 2019, p. 30).

De acordo com Russi e Abreu (2019), desde meados e fim do século XX, observa-se dentre as tendências da museologia brasileira aquelas mais progressistas que enfatizam diálogo estreito do museu com a comunidade. Nesse período, a crítica da Museologia sobre a representação dos museus tradicionais toma força, assim como acontecia em outras disciplinas, a partir da década de 1960 (Gouveia; Pereira, 2016). Essa “crise da representação” (Clifford, 2002) – descentralização das ciências – culminou e consolidou-se entre os anos 1980 e 1990 com o advento da “pós-modernidade” e sua virada epistemológica, exigindo a necessidade, como visto, de uma postura radical e crítica sobre a reflexividade dos profissionais acadêmicos.

Gouveia e Pereira (2016) usam como exemplo às críticas os estudos sobre os campos culturais de Bourdieu e Darbel (2003) ao afirmarem que estes evidenciaram que o público visitante dos museus de arte na Europa se limitava a determinados perfis sociais que formavam as elites locais. Nota-se que, embora abertos a qualquer público, as pessoas que visitavam os museus atendiam “a um capital cultural correspondente àquilo que estava sendo oferecido pelos museus. Ainda que a gratuidade do ingresso levasse a crer que as instituições fossem para o público em geral, o hábito da visita mostrava o contrário” (Gouveia; Pereira, 2016, p. 729). É nesse sentido que alguns dos movimentos da Museologia são influenciados por proposições sobre a necessidade de os museus atuarem ainda mais nos problemas sociais onde se inserem. Aqui, o conceito de Museu Integral, considerado por Scheiner (2012) fundamentado não apenas na musealização do conjunto patrimonial de um território e suas práticas comunitárias, mas na capacidade de qualquer museu em trabalhar junto com os grupos sociais, é passível de diferenciação.

Tomando como base outro estudo (Ferreira, 2020), embora concorde que as práticas museológicas, independentemente de suas matrizes, são voltadas para o social, percebemos que os museus comunitários estabelecem relações de colaboração, enquanto os museus tradicionais interessados nessa abertura, em sua maioria, se situam através da participação – entendendo também que há uma diferença considerável entre os termos “colaboração” e “participação”. A dimensão participativa é entendida como forma básica de colaboração, mas o participante não detém poder de liderar ou direcionar aquilo com que trabalha, não fugindo integralmente à representação. Já com a colaboração, o agente pode tomar a liderança de forma compartilhada e sugerir direções sobre o que está sendo tratado, ou seja, é um ator ativo no processo. Pois,

‘participação é uma forma básica de colaboração na qual o pesquisador trabalha com organizações locais ou movimentos sociais acompanhando suas missões sem liderá-las ativamente’, mas que ‘uma pesquisa colaborativa pode tomar a forma da liderança compartilhada do projeto de pesquisa’ (Low; Merry 2010, p. 209 *apud* Garrabé, 2022, p. 69).

É preciso compreender a musealização como um método dinâmico e fluido, sem engessamentos ou normativas, “mas como um processo de transformação simbólica envolvendo a criação de enunciados performativos” (Brulon Soares, 2018, p. 2016). A musealização “está sujeita às mais diversas mudanças nos valores em negociação por meio das disputas por regimes de valor que são, em última instância, regimes pela verdade e pela vontade de controlar as realidades sociais em que são aplicados” (Brulon Soares, 2018, p. 203). Essa é um importante pista para a reflexão do caso em Ponta Grossa, já que se funda na atualização da prática museal, isto é, um processo de musealização que se deu de maneira individual, visando a representação de si (Sr. Josué representando todo o universo da comunidade), e se transformou de modo coletivo através de uma rede variada de atores, uma autorrepresentação coletiva (apropriação dos moradores).

O fenômeno Museu se faz representar de diferentes maneiras, no tempo e no espaço, de acordo com as sociedades que os criam. Essas diferenças de representação geraram, na teoria museológica, modelos teóricos. Um desses modelos, atrelado ao projeto de construção do MAPA, discutido durante as reuniões em Ponta Grossa, é o Museu de Território (museus comunitários que trabalham enfaticamente a territorialidade), cuja gênese remonta ao final do século XVIII, mas que se desenvolveu essencialmente a partir da segunda metade do século XIX, chegando, no século XX, a múltiplas representações, entre as quais está o museu comunitário (Scheiner, 2015). Nesse caso, o território pode ser compreendido e assumido

como um processo museológico ao ser apropriado numa ação de musealização que busque oferecer formas de salvaguardar e comunicar o patrimônio. O que se nota é que, no desenvolvimento da Museologia, novas abordagens e experiências potencializam o modo como os museus se relacionam com as comunidades. Esse movimento na disciplina, se referindo ao museu comunitário, “prolonga e reforça as diversas formas de atividade museológica, acrescentando-lhes uma abertura original nunca vista antes” (Brulon Soares, 2012, p. 61). Ou seja:

O museu se manifesta na própria comunidade, que passa a ser ela mesma o Museu manifestado através das relações que esta estabelece com o real, preservando a memória, os valores e as experiências de forma integral e democrática (Brulon Soares, 2012, p. 61).

Segundo Brulon Soares e Scheiner (2009), as transformações que afetaram o museu fizeram com que a Museologia o repensasse em suas origens, funções e formas. Movimentos como a “Nova Museologia” e “Museologia Social” foram algumas das tentativas de organização teórica dessas mudanças, sendo alguns desses caminhos frutíferos, como o alargamento de conceitos e definições da Museologia e ativação da colaboração dos atores locais onde os museus atuam, por exemplo.

A noção de um patrimônio comunitário somada ao surgimento do pensamento de que comunidades se fazem museus preservando e valorizando a memória nas relações cotidianas, além de redefinir a percepção que se tinha do patrimônio e do museu, fizeram eclodir, entre os especialistas, interrogações quanto a tudo aquilo que se almeja preservar, mas que não se pode guardar na vitrine ou proteger fisicamente nas praças públicas (Brulon Soares; Scheiner, 2009, p. 16).

Os deslocamentos no campo museológico criaram outra configuração teórica/prática, do “edifício-coleção-público” para o modelo “território-patrimônio-população”, o que exige outras práticas dos profissionais de museus. Isto é, se trata de uma virada epistêmica com reflexos diretos na prática museológica. As inovações teóricas e metodológicas são direcionadas para pensar o museu para além das paredes, abrangendo o território como referência patrimonial e passível de musealização. Na segunda metade do século XX, esta configuração incorpora diferentes formas de gestão desse patrimônio. Trata-se de refletir sobre a noção de que a participação comunitária não se limita apenas ao público visitante, mas estende-se à colaboração direta na gestão museológica. É claro que, assim como afirma Santos (2017), essas prerrogativas colaborativas entre atores locais e museus podem e devem estar presentes em qualquer forma de museu e entendidas enquanto compromissos políticos,

já que “qualquer museu fundamenta-se numa nítida proposta social: a de aproximar o indivíduo dos processos e produtos da natureza e da cultura” (Scheiner, 2012, p. 19). As práticas que caracterizam essa forma de pensar os museus (alargamento da concepção de patrimônio, colaboração, etc.) detêm potência ao adentrar nos museus tradicionais: nesse contexto, possivelmente de forma menos radical (de público representado a gestor), mas que busquem a auto-avaliação para a abertura de mudanças nas próprias atuações.

É nesse sentido que as definições de “Nova Museologia” ou “Museologia Social” são, ao meu ver, reivindicações e reações às práticas não colaborativas da Museologia, e não outras museologias, como colocadas em diferentes ocasiões. Por isso o esforço em conceber o termo “Museologia Colaborativa”, um modelo epistêmico que contrasta a chamada “Museologia Tradicional”, desenvolvida através de formas de atuação normativa e verticalizada. Não desconsidero a importância dos modelos denominados “Nova” e “Social” na Museologia – compreendendo a diversidade de aportes e perspectivas que lhe constituí (Brulon Soares; Magaldi, 2020) -, mas questiono os posicionamentos de que estas seriam outras museologias.

Gomes (2021) consolida o que denomina de “Museologia Indígena” uma categoria nativa que busca reconhecer, valorizar e integrar as perspectivas dos povos indígenas na construção e gestão de processos museológicos dos seus patrimônios culturais. Ele destaca a importância de uma abordagem que não apenas represente as culturas indígenas, mas que também permita que os próprios grupos participem ativamente das narrativas culturais oriundas de um emaranhado de diálogos interétnicos. A Museologia Indígena envolve o reconhecimento dos direitos desses povos sobre suas próprias histórias e patrimônios, promovendo um diálogo entre culturas e contribuindo para a descolonização dos espaços museais. Também enfatiza a necessidade de descolonizar os processos museológicos tradicionais, respeitando as práticas e saberes indígenas e desafiando narrativas eurocêntricas que frequentemente dominam os museus. Porém Gomes (2021) insiste sobre o fato de que a construção dessa categoria não se trata da Museologia normativa, nem da Nova Museologia - mas dialoga com ambas, absorvendo e reinventando seus conceitos, antropofagizando-as.

A Museologia Indígena não é uma derivação do campo da Museologia Social e nem da Sociomuseologia. Nos questionamos se há sentido denominá-la, mesmo, de “museologia”, termo já tão diversamente compreendido e carregado de disputas em sua definição. Seu uso se justifica por um único motivo: sujeitos estão falando em uma “museologia indígena”, em seus próprios termos - é, portanto, uma categoria nativa (Gomes, 2021, p. 421).

Embora não seja o caso da “Museologia Indígena” (Gomes, 2021), com efeito, temos ciência de que o exagero de tantos termos correlatos, em muitos casos, transporta o receio de que essas afirmações caíam na armadilha pós-modernista e se transformem em teses “tagarelas” que tentam construir sua própria imagem de forma heroicizada. Parte dessa dualidade é uma “dualidade imaginada” por alguns teóricos, pois pode não corresponder às realidades da prática museológica. Como elencam Bralon Soares e Magaldi (2020), o Brasil sempre se destacou como uma potência no campo da Museologia, com o pensamento brasileiro desempenhando um papel crucial na consolidação das bases profissionais e epistemológicas da disciplina no final do século XX.

Atualmente, entretanto, enfrentamos dificuldades que fazem parte de um processo necessário de amadurecimento científico, que está ligado à diversidade de abordagens existentes nos diferentes contextos onde a Museologia é produzida no território nacional, bem como à ausência de consensos no seio de um campo que ainda precisa se reconhecer como tal (Bralon Soares; Magaldi, 2020, p. 13).

A percepção de Bralon Soares e Magaldi (2020) aponta para o lugar acadêmico da Museologia. Vinculada à adoção de metodologias interdisciplinares, está alicerçada em um vasto histórico de reflexões que deram forma a esse campo por meio de estudos prévios e interpretações que, muitas vezes, seguiram caminhos distintos. Nesse cenário, a Museologia contemporânea se depara com um desafio: equilibrar a exposição de suas divergências internas com a busca por consensos em um campo que ainda está em plena expansão (Bralon Soares; Magaldi, 2020).

Tais desafios, de normatizar um campo cujos objetos de estudo são dinâmicos, constitui uma contradição central para a disciplina Museologia: a da busca por uma unidade metodológica e conceitual para lidar com uma multiplicidade de fenômenos e experiências identificados pelo termo genérico museu (Bralon Soares; Magaldi, 2020, p. 13).

O termo “museologia colaborativa”, usado aqui, é diretamente influído pela “antropologia colaborativa”, uma importante iniciativa de sistematização do campo antropológico da pesquisa colaborativa, movimento recente do início do século XXI (Garrabé, 2022). No início dos anos 2000, observa-se um interesse “crescente em iniciativas acadêmicas incluindo de forma participativa atores não-acadêmicos na elaboração, participação e realização de projetos visando ações participativas direcionadas a estes mesmos atores, ou comunidades determinadas” (Garrabé, 2022, p. 61-62). A dimensão colaborativa, nessa

perspectiva, é antropológica, não etnográfica. Não considero a Antropologia como equivalente à etnografia, muito menos como sinônimos que usamos para evitar repetição verbal (Ingold, 2011). Inversamente ao entendimento convencional, a Antropologia é associada ao trabalho de campo e à observação participante; já a etnografia é tomada como a análise descritiva e comparativa após a realização da pesquisa de campo, mudando da investigação para a descrição. Em outras palavras, “a etnografia é um fim em si, e não um meio para atingir fins antropológicos” (Ingold, 2016, p. 26).

Assim, o termo adotado nesta tese não se configura epistemologicamente com a expressão cunhada como “museologia compartilhada” (conceito que abrange experiências de “exposição compartilhadas” e “curadorias compartilhadas”), que pode ser entendida como um ato de inclusão e diálogo com grupos cujos seus objetos encontram-se musealizados, principalmente em instituições tradicionais. Essa iniciativa “compartilhada”, refletida especialmente com remanescentes de povos originários, fomenta, no final do século XX, algumas “demandas, desde o desejo de repatriação de objetos a interferências e reformulações de exposições a partir das leituras dos próprios interessados sobre suas culturas” (Russi; Abreu, 2019, p. 20-21).

Ainda que escassa, a literatura brasileira sobre a Museologia Colaborativa (Tomé, 2016; Russi; Abreu, 2019; Cury, 2022), ou a colaboração em museus, se atém ao histórico comprometimento com a defesa dos povos indígenas (Oliveira, 2004 *apud* Garrabé, 2022). Ou seja, o “compartilhamento” tende a repensar as práticas e produção de colecionamento da cultura material, documentação e exposição a partir de pesquisas etnográficas (Russi; Abreu, 2019) na prática museal. Apesar de ambas as definições corroborarem “o sentido dos museus de representações sobre os ‘outros’ para representações com os ‘outros’” (Russi; Abreu, 2019, 23), não basta a Museologia Colaborativa imaginada trabalhar com ou para. Assim como na Antropologia, “o projeto colaborativo se define pela co-teorização oriunda de práticas constantes de co-conceptualização (Rappaport, 2008) ao longo da pesquisa compartilhada” (Garrabé, 2022, p. 63).

No Brasil, assim como em muitos outros países, essas iniciativas de sistematização são escassas pelo recente reconhecimento em nível global quanto tal. A fragmentação metodológica das práticas colaborativas é responsável por essa carência na medida em que outras disciplinas se apropriaram de métodos clássicos do trabalho colaborativo. Como debatemos no projeto de extensão sobre a realidade da colaboração, pensando nas exigências à base da metodologia antropológica na dimensão colaborativa, essa apropriação não evidenciou a descrição dos mecanismos e especificidades da metodologia agregada, nem

elaborou uma crítica reflexiva. Encontramos um dos maiores desafios para delinear metodologicamente as ações colaborativas em resposta às exigências “éticas” travadas entre parâmetros institucionais (nível “global”) e os parâmetros particulares às comunidades (nível local). Seja na Antropologia ou na Museologia, a dimensão colaborativa trabalha e desenvolve “temáticas diferentes impedindo olharmos para elas como homogêneas e sobretudo, com equivalência em seus projetos políticos subjacentes” (Garrabé, 2022, p. 63). Nas palavras de Garrabé:

As principais problemáticas atuais da perspectiva colaborativa, na realidade, já estavam em questão antes da própria disciplina se caracterizar por sua metodologia, e no cerne da qual já encontrávamos problemas de enunciação e dos efeitos da alteridade, marcados por discursos e práticas em aparente ‘incompatibilidade’ e por pressões tecnicocráticas ameaçando qualquer projeto de conhecimento compartilhado (Garrabé, 2022, p. 66).

Independentemente das convergências e divergências entre as matrizes teóricas, se trata de uma ação dentro da Museologia, que facilita, como bem coloca Scheiner (2012), as interconexões entre o que já existe e as novas abordagens. Assim como afirma Santos (2017), trata-se de “um movimento e não uma ‘nova museologia’”, já que a Museologia é “uma ciência e, processo, em permanente construção, uma base a partir da qual surgiram diversas ramificações, diversos ‘caminhos’” (Santos, 2017, p. 62 *apud* Santos, 2008, p. 21). Para ser ciência, é preciso base teórica conciliada, o que não quer dizer que na Museologia toda aplicação é universal – uma Museologia normativa e assimétrica se torna ineficaz e inaplicável para um mundo que não busca mais somente representação museológica. A inovação impulsionou e contribuiu para o enriquecimento do campo museológico nas últimas décadas.

As reflexões em torno do papel dos museus [...], do seu papel pedagógico e da sua relação com o público, foram acontecendo, em um processo gradual, provocadas pelas mudanças na sociedade como um todo, refletindo no interior das instituições (Santos, 2008, p. 84 *apud* Santos, 2017, p. 149).

O fechamento para si caracteriza, aparentemente, um movimento de proteção contra possíveis perdas de referências, um abrigo contra mudanças. Esse movimento é denominado de “complexo da concha” por Scheiner (2008 *apud* Bralon Soares e Scheiner, 2009). O fechamento acaba por impedir o reconhecimento e a consequente aproximação sincrônica entre a Museologia e novas formas de se pensar a disciplina; movimentos esses pensados,

inicialmente, por museólogos com formação tradicional, faz-se importante frisar. O valor dos profissionais de museu, mesmo os de formação tradicional, mas comprometidos com a dimensão participativa e colaborativa da Museologia, é importante, como foi na Conferência de Santiago (1972), originada não por um movimento de base, mas pela sintonia às posições adotadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), de acordo com Scheiner (2012).

Em outras palavras, as reivindicações foram levantadas por profissionais de museus latino-americanos, não por comunidades locais. A conferência em Santiago (1972), como um exemplo, já propunha relacionar “a eficácia do engajamento social dos museus com a participação dos seus profissionais” (Scheiner, 2012, p. 23). Concomitantemente, do mesmo modo que valorizam a participação dos profissionais comprometidos, as novas abordagens das práticas museológicas relativizavam a centralidade profissional e defendiam o compartilhamento e a tomada de decisões entre os agentes locais, os indivíduos que detêm o protagonismo, processo no qual a ação se transforma, alinhando práticas museológicas e sociais. Isto permite o desenvolvimento de “métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos” (Scheiner, 2012, p. 25). Portanto:

Na experiência comunitária de âmbito local, não é imprescindível a aprovação de agentes externos: o importante é o que sente e faz a própria comunidade. Isso não significa desenvolver-se à margem da legislação ou das influências do mundo, mas concentrar a ação no próprio espírito, nos valores e nas dinâmicas da cultura local, relativizando os insumos trazidos por outros atores, especialmente os da Academia (Scheiner, 2012, p. 28).

Nesta pesquisa e na concepção do projeto de construção do MAPA, utilizamos a definição de museu comunitário - que supera a condição de grupo local, geograficamente falando - como uma ferramenta para a construção coletiva de indivíduos, ao mesmo tempo em que as comunidades o apropriam para fundamentar e enriquecer as relações em seu interior e desenvolver a consciência da história local (Lersch; Ocampo, 2004). O termo “comunitário” foi adotado depois que apresentei outros correlatos, e suas definições segundo a literatura especializada, aos moradores de Ponta Grossa – assim como “arqueológico”, sugerido por técnicos do Iphan/CE e também acatado pelos pontagrossenses. Dessa forma, museu comunitário é um espaço “do” local e feito “pelo” local, não um espaço “sobre” e “para”. Consequentemente, por ser um instrumento de geração, apropriação ou fortalecimento de consciência, esse modelo de museu se constrói como um instrumento que convoca os indivíduos à ação, para intervirem em sua realidade e transformá-la.

Aqui é importante observar a distinção entre nomeação, conceptualização e realização – consideramos essa advertência como um enorme potencial de desenvolvimento epistemológico para a Museologia. Há experiências que levam o nome de comunitárias ou colaborativas e que não são conceitualmente definidas; como também existem experiências conceitualmente comunitárias ou colaborativas que não levam esses termos. Apesar de o conceito requerer alguns critérios estabelecidos, a relevância está presente menos na teorização do que na realização das práticas concebidas. Isso não significa impor limites para as formas de atuação dos museus comunitários: essas iniciativas “podem ter uma vida curta ou longa, transformar-se em outras ações, extinguir-se ou até mesmo transformar-se em museus clássicos [...]” (Varine, 2015 *apud* Santos, 2017, p. 125). A dinâmica depende dos atores e do engajamento aplicado, e precisamos lembrar que os conceitos são mais dinâmicos do que as instituições, além de perceber que esse movimento não pode ser definido apenas através de conceitos ou conjuntos de métodos, pois possuem definições processuais e transitórias (Moutinho, 2014 *apud* Gouveia; Pereira, 2016, p. 731).

O debate sobre o coletivo que representa a totalidade dos integrantes de uma comunidade é complexo, carecendo de olhares não ilusórios e não romantizados. Por isso a gestão é pensada de forma relativa - dificilmente toda comunidade pode ou deseja participar do museu; assim como o termo comunidade, adotado e entendido não como uma entidade estável, uma unidade de grupo, mas o sentimento de pertencimento e experiências relativamente comuns sobre uma ação coletiva (Cardoso, 1983 *apud* Santos, 2017). Concordando com Bralon Soares (2014), é difícil atingir integralmente uma comunidade nos processos museológicos. Não se trata de um todo homogêneo, sua base é, pelo contrário, conflitante. Como na memória, o que será musealizado ou não também passa pelo jogo da escolha e silenciamento. “A memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva” (Chagas, 2002, p. 44). É por isso que “memórias são silenciadas o tempo inteiro nas escolhas dos discursos e ações museológicas, e isso independe da tipologia de museu ao qual possamos nos referir” (Santos, 2017, p. 117). Entre a memória e o esquecimento, há o poder, semeador e promotor desse processo (Chagas, 2002). Os museus são herdeiros, ao mesmo tempo, da memória e do poder, por isso podem ser espaços celebrativos da “memória do poder” ou ferramentas interessadas no “poder da memória”. Pensar museus comunitários e comunidades como fenômenos harmoniosos é concebê-los como realizações autossuficientes (Bralon Soares; Scheiner, 2009).

Para além de se olhar no espelho, as práticas colaborativas da Museologia precisam abrir as janelas e portas dos museus: “Museus comunitários são olhares específicos e

complexos sobre o mundo, são formas particulares de se lançar ao cosmos sem deixar de habitar a casa terrestre” (Brulon Soares; Scheiner, 2009, p. 16). O processo de autocrítica na observação e debate dos museus comunitários se torna imprescindível para não se fecharem como movimento que se distancia do real. A preocupação é para que, com o passar do tempo, essas experiências idealizadas como comunitárias não se invalidem enquanto iniciativas colaborativas, passando pelas seguintes situações:

(a) se institucionalizam, assemelhando-se cada vez mais aos museus tradicionais – é o caso em que as lideranças assumem, em nome do grupo, seu papel norteador da ação (seja por delegação natural, por sedução ou imposição); (b) se compartmentam, fazendo um discurso destoante da ação – o discurso fala de escolhas do grupo, a ação mostra claramente que apenas alguns decidem; o discurso fala dos processos culturais, a ação museológica se exerce prioritariamente sobre os produtos (objetos, cenários); (c) se autoconsomem, num movimento que a biologia nomeia de ‘fagocitação’ – esgotando suas propostas num incessante fluxo de debates, votações e assembleias, que paralisam no todo ou em parte a ação (aqui, o projeto político ‘fagocita’ o interesse pelo patrimônio); (d) se extinguem, seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência, por ‘desmusealizarse’, seja por transformação, quando se tornam definitivamente museus tradicionais a céu aberto (aqui, exerce um papel importante a influência de lideranças externas ao grupo) (Scheiner, 2008, *apud* Brulon Soares; Scheiner, 2009, p. 3).

A colaboração, além de incentivada, é indispensável para a concepção de museu comunitário. Por isso, durante as reuniões sobre o projeto de construção do MAPA, foi acordada a formação de uma comissão local e rotativa (para evitar a concentração de poder em um grupo limitado) formada por moradores de Ponta Grossa e encarregada de representar a comunidade em suas demandas sobre o Museu (junto com a então Secretaria de Cultura e Juventude de Icapuí da qual também faço enquanto comissão) (ver fotografia 41). Embora seja concebido fisicamente na forma de um museu tradicional (um prédio com objetos recolhidos do mundo), o MAPA não atua como um museu tradicional. A estrutura física do museu pode definir seu modelo conceitual como tradicional, mas não o impede de ter uma essência de prática comunitária - são duas dimensões diferentes, assim como também nem todos os museus comunitários são de território, por exemplo.

Fotografia 41 – Apresentação da versão final do projeto arquitetônico do MAPA à comissão de moradores de Ponta Grossa na Superintendência do Iphan/CE, Fortaleza



Fonte: Eliabe Crispim, 2018.

O Museu em Ponta Grossa visa a uma atuação ampliada, interagindo e valorizando as diversas escalas locais, com todas as etapas idealizadas em conjunto. Como museu comunitário que trabalha com o território (museu de território), o MAPA tem uma sede no modelo do museu tradicional ortodoxo<sup>89</sup>. A aproximação com o modelo tradicional de museu se reflete somente na concepção da sede, sua gestão é colaborativa e compartilhada. Por ser desenvolvido através de um Termo de Cooperação, as instituições participantes também irão compor o quadro da gestão: junto com Ponta Grossa, também estão a Prefeitura Municipal de Icapuí e o Iphan/CE. Como foi debatido, a necessidade de formar um grupo de Ponta Grossa se fundamenta na possibilidade de protagonismo da comunidade em todas as ações do MAPA. A iniciativa em Ponta Grossa é inédita no município de Icapuí por diversos motivos, mas principalmente pela colaboração que o faz ser a primeira e única instituição museológica comunitária da região.

De acordo com a Rede de Identificação de Museus do IBRAM, no Ceará existem 170 instituições museológicas, dentre elas 13 são experiências museológicas comunitárias<sup>90</sup>. O Cadastro Estadual de Museus do Ceará, que faz parte do Sistema Estadual de Museus - SEM/CE, iniciou um processo de recadastramento e mapeamento em 2023. No entanto,

<sup>89</sup> Na planta arquitetônica do MAPA (ver Anexos N e O) são previstos: duas salas de exposições (permanente e temporária), reserva técnica, laboratório, auditório, biblioteca, loja/recepção, depósito/copa, banheiros e mirante.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://renim.museus.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

embora 103 museus estejam inscritos atualmente, não há uma contagem exata e definitiva do número de museus, visto que o processo ainda não foi finalizado<sup>91</sup>. O Cadastro é um projeto vinculado à Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE) e foi criado para promover a integração entre os museus do estado, incentivando políticas de preservação e valorização cultural

É imprescindível evidenciar a Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC)<sup>92</sup>, criada em 2011, sendo a primeira organização do tipo no país, integrando atores de movimentos sociais, representantes de museus e membros de comunidades de todo o estado do Ceará que participam de processos museológicos e/ou promovem iniciativas comunitárias voltadas para a memória. Destacamos a presença do Sr. Josué e Ricardo Arruda representando a iniciativa museológica de Ponta Grossa na fundação da Rede em 2011. Dentre as experiências pioneiras que antecederam e articularam a criação da RCMC, destaca-se o Projeto Historiando<sup>93</sup>, fundado em 2002, com a finalidade de promover, por meio de um programa de educação histórica e patrimonial, a reflexão sobre a construção social da memória a partir da perspectiva de movimentos e organizações comunitárias (Gomes; Vieria Neto, 2014).

Um dos principais objetivos dessa articulação em rede foi o fortalecimento coletivo de seus integrantes e a superação de uma situação de isolamento (inclusive no que se refere ao reconhecimento dessas experiências para além das fronteiras estaduais), em que até então se encontravam as iniciativas comunitárias de memória no Estado (Gomes; Vieria Neto, 2014, p. 400).

De forma unânime, entre os estudiosos do cenário museológico brasileiro, o Ceará se destaca como pioneiro nas mobilizações e ações museais comunitárias. Essa posição de vanguarda é confirmada por diversos projetos realizados, pela variedade de organizações de museus e redes, além das publicações, pesquisas e eventos de formação promovidos na área (Gomes; Vieira Neto, 2014). De acordo com Santos (2017), duas das principais iniciativas de fomento e criação de processos museológicos comunitários, especialmente os indígenas, são a RCMC e o Projeto Historiando.

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2024/05/Relacao-de-Museus-SEM-CE-2024.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2024.

<sup>92</sup> Para maiores informações, consultar: <https://museuscomunitarios.wordpress.com/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

<sup>93</sup> Para maiores informações, consultar: <https://projetohistoriando.wordpress.com/about/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

No município de Icapuí, há mais três experiências museológicas efetivadas: a Casa-Museu Maria da Conceição Rebouças, a Casa da Memória Latino-Americana e a Casa-Museu Mestre Gilberto Calungueiro. A Casa-Museu Maria da Conceição Rebouças<sup>94</sup> (ver fotografia 42), localizada na comunidade de Morro Pintado, foi fundada pelos irmãos Luis Paulo e Marcos Paulo, em 2008. A casa histórica, de 1915, pertenceu à Maria da Conceição Rebouças e é aberta para visitas, onde é possível observar, através da arquitetura, mobília e elementos históricos, como era o modo de vida das comunidades e os seus costumes. Já a Casa da Memória Latino-Americana (ver fotografia 43) fica no centro de Icapuí e é organizada pelo Padre Lopes. Possui uma exposição permanente de quadro sobre fatos políticos e sociais da América Latina, bem como um acervo de livros, vídeos e documentários. Inaugurada em 2022, a Casa-Museu Mestre Gilberto Calungueiro (ver fotografia 44) é localizada na zona urbana do município. O espaço museológico, apoiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, é dedicado à salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste<sup>95</sup> e homenageia o Mestre Gilberto Calungueiro, reconhecido como Mestre da Cultura do Ceará, com mais de 70 anos de dedicação à manifestação cultural.

---

<sup>94</sup> Em 2017, desenvolvi um plano de atividades museológicas para a Casa-Museu Maria da Conceição Rebouças, solicitado pela Prefeitura de Icapuí.

<sup>95</sup> Registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. Inscrito no Livro de Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Brasileiro desde 5 de março de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1206/teatro-de-bonecos-do-nordeste-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Fotografia 42 – Exposição da Casa-Museu Maria da Conceição Rebouças<sup>96</sup>



Fonte: Ricardo Arruda (2017).

Fotografia 43 – Padre Lopes recebendo a visita do museólogo Mário Chagas na Casa da Memória Latino-Americana



Fonte: Cultura Viva Icapuí (2013).

---

<sup>96</sup> Da esquerda para direita: Marcos Paulo, Manuel Freitas, Josué Crispim e eu.

Fotografia 44 – Fachada da Casa-Museu Gilberto Calungueiro



Fonte: ABTB (2023).

Os museus comunitários existem e são realizáveis independentemente de modelos: podem acontecer através de qualquer que seja a tipologia de museu presente em uma comunidade (Brulon Soares; Scheiner, 2009). Quer dizer: não existe uma forma para o museu comunitário, sua concepção vai de acordo como este se volta às vivências da comunidade, de como cumpre as demandas ali presentes e pretende comunicar seus patrimônios. “O museu se torna um catalisador da evolução social, com suas ações focadas no cotidiano” (Brulon Soares; Scheiner, 2009, p. 9). Mas para atingir o desenvolvimento local (Varine, 2014), é indispensável a colaboração estrita da população nas tomadas de decisão, “com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade” (Varine, 2014, p. 27). Devemos “[...] reconhecer os novos paradigmas de pensamento que influenciam os museus e a Museologia, já que não é mais possível perceber o Museu sob os paradigmas de uma extinta Modernidade [...]” (Scheiner, 2011, p. 31). Não podemos esquecer que “O Museu é Um, mas se revela à sociedade humana como Múltiplo: forma simbólica em permanente construção, transcende a materialidade dos objetos, relacionando-se a todas as práticas, valores e experiências humanas” (Scheiner, 2011, p. 33).

Como abordaremos no próximo capítulo, uma das “contradições” principais da criação do MAPA é ser um museu comunitário gerido através de um Termo de Cooperação Técnica e

estar contra o turismo predatório e/ou querer ampliar o turismo para desenvolver mais o capital na localidade. Esse posicionamento vai contra abordagens clássicas da globalização (Friedman, 2002). Segundo Friedman (1990), a fragmentação intelectual e cultural minou as tentativas de interpretar de forma única a atual situação global, ou melhor dizendo, o “caos” entre, por exemplo, o mercado mundial e as identidades culturais, os processos globais e locais, não permitindo a descoberta das lógicas mais gerais sobre o processo de globalização. O objetivo de Friedman (2002) é exatamente debater a exploração do consumo como um aspecto de estratégias culturais mais amplas. É por isso que alguns grupos podem consumir a modernidade para se fortalecerem, construir bens tradicionais para se criarem, produzir personalidade para si mesmos e edificar individualidade para os outros. Essas disparidades entre as estratégias acima não podem ser explicadas as referindo aos diferentes paradigmas culturais estáveis, pois devemos levar em consideração que mudanças radicais ocorrem de formas amplas e despadronizadas, como fluxos. É preciso um olhar mais acurado e não procurar linearidade em mudanças. Os grupos não podem ser julgados como unidades fechadas, homogêneas, com funcionamentos denominados por fronteiras, logo, por exclusão (Friedman, 2002).

## **7 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: turismo de base comunitária e predatório**

### **7.1 TURISMO E MUSEUS COMUNITÁRIOS: uma interseção não contraditória**

A comoditização no mercado “de bens simbólicos e linguísticos posta em ação pelo *trade* turístico leva ao fenômeno de uma tomada de consciência, por parte dos grupos étnicos” (Oliveira, 2014, p. 60). E, apesar de parecer paradoxal à primeira vista, a globalização pode ser também entendida como fortalecimento local, pois: “Se a universalização e a globalização são as forças organizativas estruturantes da contemporaneidade, isso não significa que os localismos não adquiram grande significado” (Anico, 2005, p. 71). Isto porque, concomitantemente, a arena global se configura como um espaço de fluxos, que promove um intenso contato entre eles, ao mesmo tempo em que contribui para o “renascimento”, ou mesmo o fortalecimento local. Este processo conduz ao florescimento “de diversas formas de localismo cultural e que, muitas vezes, resultam na construção de novos referentes simbólicos de filiação coletiva através da valorização das memórias e do patrimônio local” (Oliveira, 2014, p. 61). Embora esteja acontecendo o fluxo contrário em Ponta Grossa, os processos de reorganização tradicional das comunidades podem demonstrar a sua força face às pressões da lógica capitalista trazida pelo turismo massificado. Ou seja, sã:

novos pragmatismos e rationalidades econômicas fazendo com que a turistificação de culturas, etnicidades e patrimônios, além de fenômeno de mercado, constitua-se também num instrumento político poderoso na arena das lutas de afirmação identitária (Oliveira, 2014, p. 60).

É nesse sentido que, para Comitre e Ortigoza (2016), o turismo passou a se adaptar às novas exigências globais para superar a crise e aumentar seu crescimento econômico em um cenário marcado pela competitividade – o que também pode ser observado em Ponta Grossa em relação às demandas de um turismo cada vez mais global. Os autores esclarecem que, dentre as muitas mudanças incorporadas pelas comunidades locais, junto com o poder público e em parceria com o setor privado no espaço turístico, as principais ações são as possíveis melhorias de infraestrutura e o aprimoramento da imagem local. A partir da comoditização, o patrimônio histórico-cultural passou a ser percebido, agora cada vez mais, pela possibilidade de atrair investimentos e consumidores. Torna-se ainda mais evidente, segundo esses autores, a relação da economia e cultura. Por outro lado, essa condição está atrelada, em alguns casos, ao turismo de massa, que detém pontos negativos, como impactos sobre o meio ambiente e dinâmicas sociais locais, caso não seja realizado de forma sustentável.

Considera-se que o turismo de massa ainda não foi rejeitado (pelo contrário, se encontra cada vez mais incentivado e estruturado, por dois motivos, pelo menos: a primeira econômica, já que promove um considerável intercambio entre países; e, a segunda, sócio psicológica, já que muitos turistas gostam das vantagens do turismo de massa, como por exemplo, não procurarem hospedagem ao chegar ao destino, não precisarem aprender outros idiomas para desfrutar de bens e serviços, usufruírem de certo conforto e não serem obrigados a gastar muito tempo ou dinheiro para alcançar seus objetivos (Butler, 1990 *apud* Torres Júnior *et al.*, 2020, p. 4).

De acordo com Comitre e Ortigoza (2016) e Huyssen (1994), a relação dialética entre patrimônio e mercadoria aumentou graças à aceleração do processo de globalização, já que se busca simultaneamente a diferenciação das particularidades locais e a transformação mediante os ideais globais de consumo. A institucionalização “da cultura” ainda ganha das comunidades locais as suas singularidades – “sua cultura”. Não há só capitalismo e lucro em jogo, há consolidação dos poderes e, portanto, das desigualdades (não só econômicas) para que permaneçam os modelos centrais. Para mim, dependendo dos objetivos traçados, a relação turismo e museus, mesmo que aparentemente superficial, pode ser interpretada de maneira positiva, se assim se cumprem as demandas internas planejadas por aqueles que gerem os museus. Quer dizer, se o trabalho desenvolvido entre a Museologia e o patrimônio nos consente a experiência das matrizes culturais, não há somente consumo comercial nos museus. De uma forma ou de outra, a apreciação do valor cultural é presente, seja ela objetiva ou subjetivamente experimentada.

O turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Brasil, 2006, p. 13)”, e é considerado um dos segmentos com maior crescimento global, tendo como exemplo símbolo o Museu do Louvre em Paris (França), que recebeu, nos últimos anos, cerca de 10 milhões de visitantes (Godoy; Morettoni, 2017). É importante destacar que, no turismo, há uma “segmentação de termos que é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado” (Brasil, 2006, p. 3).

Tomando o caso brasileiro, ainda é necessária uma ação conjunta entre o poder público, profissionais de museus e de turismo com o objetivo “de mudar o quadro de baixo índice de visitação dos museus brasileiros e o estágio embrionário do turismo nessas instituições” (Gomes, 2011 *apud* Godoy; Morettoni, 2017, p. 140). O processo de qualificação dos museus para abertura ao turismo é classificado como “turistificação” (Godoy, 2010), que é a implantação, implementação e/ou suplementação das atividades

turísticas nos espaços turísticos ou que detêm potencial turístico. No cenário atual, no qual quantidade é sinônimo de qualidade, construído a partir de lógicas liberais, é fundamental pensar essa relação não apenas na esfera dos benefícios realizados pelo aumento do público (muitos inegáveis), sejam econômicos ou socioculturais, “mas também em uma esfera da prática da atividade turística que se efetiva nos museus, no que se refere às demandas que a ampla inserção de turistas, nesses espaços, suscita para as instituições museológicas” (Godoy; Morettoni, 2017, p. 135-136).

Os índices de visitação dos museus são compreendidos como parâmetros de sucesso das ações e gestão das instituições museológicas desde o século XX (Godoy; Morettoni, 2017). Não por caso, há uma inquietação por parte dos moradores de Ponta Grossa envolvidos no projeto sobre o quanto é importante o MAPA ser um equipamento cultural altamente visitado. Embora desconsidere as especificidades de cada museu, esse tipo de direcionamento é tido como um importante fator que influencia a disponibilização de orçamento para os espaços museológicos, por exemplo. “Isso faz com que muitos museus queiram atrair turistas e visitantes antes mesmo de possuírem as condições adequadas para o atendimento a públicos variados” (Godoy; Morettoni, 2017, p. 140), mesmo que a maioria dos museus brasileiros não disponha de estruturas para receber grande número de turistas, especialmente os turistas estrangeiros. As autoras apontam não somente a carência dos museus no que toca o recebimento de visitantes, mas também à própria gestão das instituições, como a falta de execução nas normas e diretrizes disponibilizadas pela legislação nacional e internacional para museus – aqui, não acionamos a institucionalização dos museus como uma ferramenta imprescindível, apenas apontamos que, para os museus que pretendem utilizar o grande fluxo turístico como objetivo, há a necessidade de garantir o bom funcionamento e segurança, tanto dos próprios museus quanto dos turistas e visitantes.

Parte dos moradores de Ponta Grossa, inclusive, é contra o desenvolvimento do turismo na localidade, evidenciando que apenas uma parcela dos membros está envolvida nas atividades do turismo. Fabrino, Nascimento e Costa (2016, p. 187,), nesse sentido, comentam que o TBC “não necessariamente envolve toda a comunidade, mas grupos, eventualmente pequenos, de moradores. [Mas] O controle efetivo das atividades relacionadas ao turismo pela comunidade local é uma condição *sine qua non* dessa proposta”. A conclusão dos autores é que essas organizações estão menos relacionadas a modelos de gestão coletiva/cooperativa e mais próximas de mecanismos regulatórios que visam organizar, regular e fiscalizar as atividades turísticas praticadas no território, pelos mais diversos meios, como diretrizes e normas de convivência e operação. São essas organizações locais, no caso do TBC, que serão

responsáveis por estabelecer “acordos comunitários e instituições sociais que ampliem as oportunidades de inserção e fixação de membros da comunidade na atividade turística” (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016, p. 187).

Embora a construção do MAPA seja um projeto complexo, essa estratégia tem potencial transformador, utilizando as ferramentas disponíveis sem meramente reproduzir a influência liberal da economia da cultura (Yúdice, 2007 *apud* Lima, 2014). Os discursos e fazeres museológicos pautados na gênese de projetos progressistas não podem ganhar, como Lima (2014) tenta atestar, um sentido instrumental e despolitzante. A ideia de gestão colaborativa não se volta exclusivamente para uma questão técnica, também é uma condição política. Modos de gerenciamento simétricos não estão relacionados com política? Na nossa perspectiva, os propósitos desenvolvimentistas nos museus comunitários não podem ser simplesmente remetidos à lógica das agências de financiamento transnacionais. Esse valor “utilitário” é apenas uma das partes que podem integrar os objetivos dos museus - em muitos casos sequer é acionado. Os museus comunitários comprometidos desenvolvem lutas contra as condições que estruturam as desigualdades.

As iniciativas comunitárias que realizam parceria com o setor estatal ou privado e que incentivam o empreendedorismo, como na experiência de Ponta Grossa, não subtraem as aspirações transformadoras dos movimentos da Museologia. Isto é possível desde que se reflita sobre a “lógica compensatória” dessa relação, instrumentalizando-a e utilizando-a de acordo com as demandas locais. Como aponta Lima (2014), é preciso atenção para que o discurso crítico à lógica liberal não seja somente uma sofisticada embalagem progressista. As estratégias de reapropriação são válidas, não como forma da capacidade da narrativa liberal em se adaptar, mas de instrumentos disponíveis para o seu enfrentamento. O Reformismo também é uma opção viável para a desestruturação. As variações das escalas e formatos do percurso podem ser finalizadas em produtos que diferem da ordem excludente, podendo ser emancipatórias enquanto processo. É nesse processo que a desnaturalização dos conceitos comuns ao fazer museológico, citada por Lima (2014), se torna possível. Tal apontamento não significa que estamos defendendo a mera “inclusão na ordem vigente”, mas um modo real de acessar as entradas do atual modelo de institucionalidade.

Controvérsias, conflitos, aproximações e distanciamentos da relação entre turismo e museus são comuns, como apontam Godoy e Morettoni (2017). São impactos que devem ser levados em conta, principalmente pelo fato de o turismo ter se desenvolvido e amadurecido enquanto atividade econômica. De acordo com Richards (2009 *apud* Godoy; Morettoni, 2017) podemos considerar que a relação entre o turismo e a cultura é marcada por certa dependência

mútua: “Enquanto o turismo pode promover crescimento econômico da comunidade local e representar fonte de recursos para o incentivo à cultura, os bens culturais são atrativos essenciais para o turismo e a motivação dos turistas” (Godoy; Morettoni, 2017, p. 138). Como destacado anteriormente, a atividade turística é capaz de promover transformações positivas quando “redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço”, adotando “modelos que considerem as características internas como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações” (Caracristi; Albuquerque, 2015, p. 120). No entanto, hoje, as reflexões sobre o desenvolvimento do turismo superam a noção de economia como atividade única do fenômeno. Houve a ampliação com a inclusão de aspectos ambientais, socioculturais e político-institucionais, que acabaram abrindo espaço para o conceito de desenvolvimento sustentável<sup>97</sup> (Brasil, 2007), como discutiremos no próximo tópico.

Este subtópico pretendeu refletir que as diferentes formas constroem modelos teóricos, alguns mais próximos de métodos colaborativos e outros menos, como são os casos dos museus comunitários e dos museus tradicionais ortodoxos. Em ambos, embora que atualmente haja uma mudança de paradigma do espaço e público, que não são mais tomados somente como edifício composto por visitantes passivos, é no paradigma colaborativo/comunitário que esse público se torna gestor do patrimônio e que agora também é o território. A crítica construída sobre a concepção de “outras museologias” não é realizada com o intuito de invisibilizar os debates sobre a Museologia Social e a Nova Museologia. As definições que procuram indicar outras museologias são consideradas neste trabalho reações às práticas não colaborativas realizadas pelos museus não colaborativos ou participativos. Ainda que a crítica sobre a representação seja importante, não podemos tratá-la como outra disciplina, mas como parte da disciplina que critica (como movimento, modelo ou paradigma) um refinamento teórico e prático.

Com os museus comunitários na centralidade, procuramos analisar as reflexões sobre a aproximação das produções teóricas e das experiências existentes para entender esses processos desencadeados pelo fenômeno turístico como um importante subsídio para o planejamento equilibrado e sustentável das localidades receptoras. Compreendemos que o projeto de construção do MAPA não pretende negar uma lógica do capital existente, muito menos reproduzir as bases liberais da economia (Lima, 2014), mas aproveitar essa ordem a partir de uma relação “glocal” (Robertson, 2003). Robertson (2003) introduz a glocalização

---

<sup>97</sup> Para aprofundamento sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, ver a “Agenda 2030”, da Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

como uma forma de compreender como contextos específicos respondem e se adaptam às forças globais. Para ele, a globalização não implica a homogeneização cultural; pelo contrário, o modo global é continuamente reinterpretado e adaptado para se encaixar nos contextos locais. A ideia da glocalização reconhece que, ao mesmo tempo em que as economias, tecnologias e culturas se tornam cada vez mais interligadas globalmente, há também uma forte adaptação e resistência por parte das culturas locais. Podemos exemplificar esse posicionamento em áreas como o *marketing* e a produção cultural, cujas empresas e instituições adaptam suas estratégias para atender às preferências e particularidades locais, mesmo operando em uma escala global. Como será explanado a seguir, ao tentar incorporar esse sistema a uma ordem própria da comunidade local, os moradores receptores podem acessar o universal (mercado e as influências globais) sem perder sua particularidade (ontologia).

## 7.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E AS INTERAÇÕES GLOBAIS EM PONTA GROSSA

Por muito tempo, o turismo em Ponta Grossa não foi explorado pela comunidade. Isso se deu pelo acesso precário de estradas de barro e o ingresso exclusivo à comunidade pela praia, pelo menos de automóveis. Os moradores “escalavam” as falésias por subidas irregulares – algumas delas ainda existem e são usadas. Por conta do nível da maré, a chegada a pé e de automóvel pela praia não era possível a todo o momento. Com as melhorias das estradas que dão acesso à Ponta Grossa e com a construção de uma rampa (ver fotografia 45), em 1994, para acesso de automóveis, o turismo começou a ser implantado e desenvolvido. Graças a essa rampa, o acesso de materiais de construção se tornou mais prático, possibilitando a criação dos estabelecimentos e casas na parte de baixo de Ponta Grossa, além da instalação de energia elétrica e água potável de qualidade em 1997. Ou seja, a rampa foi uma necessidade local, que também foi usada para o turismo, como afirmam Agabo Crispim, 30 anos, morador de Ponta Grossa, formado em Hotelaria e proprietário da coquetelaria ambulante Rastharmam; e o Sr. Josué:

Para a civilização chegar aqui, demorou. [...] Para chegar carro, internet, tudo isso... demorou... Essa ladeira aqui foi feita, só tinha acesso pela praia, só essa estrada mesmo aí. A estrada foi feita pelo prefeito Zé Airton [hoje Deputado Federal do Ceará]. Não tinha acesso nenhum. O pessoal era nômade mesmo.  
As nossas ladeiras são essas ladeiras de serra, sabe? Aqui ainda têm várias. Não tinha essa rampa. Aí, foi feito essa rampa, o projeto de Dedé Teixeira [hoje

Deputado Estadual do Ceará]. Dedé Teixeira, o prefeito aqui [na época], queria fazer um arco, entrou nas comunidades e perguntou o que nós precisávamos. Aí, reivindicamos uma rampa pra descer. *Porque, vinha um material de construção, ou vinha uma feira pra bodega, qualquer coisa, tinha que descer nas costas*<sup>98</sup>.

Não tinha ambição aqui, não. *Aqui era fechado, sabe?* O que tinha era só um caminhãozinho, não tinha estrada de andar carro. Era só burro, jumento, jegue. Aí o quê que nós fazíamos? Só tinha um canto pra vender [comida] na Redonda ou no Retiro Grande<sup>99</sup>.

Fotografia 45 – Rampa de acesso à Praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

De acordo com Pereira (2018), o litoral brasileiro ganha propensão como espaço para atividades turísticas em meados do século XX, período em que o turismo também chega a Fortaleza, capital do Ceará, e estende-se a outros municípios litorâneos do estado, chegando a Icapuí. “O processo de valorização dos espaços litorâneos implica além do valor econômico, a utilização de novos símbolos e costumes que passam a considerar a natureza objeto e mercadoria” (Pereira, 2015, p. 22). A partir da década de 1980, políticas públicas são fomentadas para a valorização do turismo nas áreas de praia do Ceará, dotando essa região

<sup>98</sup> Entrevista de Agabo Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 26 de abril de 2017.

<sup>99</sup> Entrevista do Sr. Josué Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 22 de abril de 2017.

com atividades turísticas diversas. A Secretaria do Turismo do Ceará (Setur) foi criada pelo Governo do Estado em 1995 (Governo do Estado do Ceará, 2018).

Ao refletir esse processo de valorização e ocupação do litoral cearense, Coriolano (2006 *apud* Pereira, 2015) afirma que:

No caso específico do Ceará, até meados do século XX, a região costeira não era valorizada em termos de espaço urbano para o turismo. Apenas as atividades portuárias e de pesca artesanal ocupavam esse lócus, além das ocupações de residências e de atividades oficialmente marginalizadas, como boemia, trabalho e cultura popular. Com a valorização do litoral e implantação de projetos financiados pelas agências financeiras internacionais e nacionais, a partir da década de 1980, o litoral foi redirecionado para lazer e turismo (Coriolano, 2006, p. 167 *apud* Barros, 2015, p. 22).

Segundo Silva (2013), até a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, havia poucas iniciativas relacionadas ao planejamento da atividade turística. Com o surgimento desta, por meio do Decreto-lei 55/66, foram estabelecidos pela primeira vez diversos dispositivos legais que marcam o início de uma política nacional de turismo. A autora ainda afirma que, no início, o papel dessa empresa se limitava à consolidação do mercado interno e à atração da demanda externa por meio de campanhas publicitárias. Apenas na década de 1990, a empresa se tornou um elemento central na formulação de políticas públicas voltadas para o setor turístico. Aproveitando que a região Nordeste conta com cerca de 1.500.000 quilômetros quadrados e é composta por nove estados costeiros, possuindo aproximadamente 3.300 km de litoral, a extensa faixa litorânea ofereceu um grande potencial natural para o turismo, combinando os atrativos de sol e praia, os quais têm sido cada vez mais explorados pelos governos estaduais com o objetivo de intensificar o turismo na região (BNB, PRODETUR – NE, 1995 *apud* Silva, 2013).

Foi nesse contexto de instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990 que foi concebido e estruturado o novo modelo de turismo do Nordeste e do Ceará (conhecido como turismo de sol e mar), que tenderiam a criar e manter modalidades de apropriação privada de espaços públicos, como praias e mananciais, acentuar as desigualdades de renda, numa região pobre e desprovida de investimentos públicos para a implementação de uma infraestrutura, ao mesmo tempo em que opera por meio de vultosos gastos públicos, sem uma consulta à sociedade e integração aos interesses e vontades da maioria da população (Lima, 2018, p. 100-101).

No presente, o turismo se consolidou “ao ser compreendido como mecanismo de desenvolvimento nacional, regional e local e contribuir com o Produto Interno Bruto - PIB de diversos Estados” (Pereira, 2015, p. 74). Em 2023, o turismo representou 8,5% do PIB do

país<sup>100</sup>. O setor está em uma recuperação constante pós-pandemia, com um crescimento impulsionado tanto pelo turismo doméstico quanto pela retomada do turismo internacional. Os dados do M tur, disponíveis até setembro de 2023, apontam que o acumulado entre janeiro e setembro de 2023 registrou uma variação positiva de 7,9%, e a geração de empregos foi reforçada com 132,5 mil novas vagas criadas<sup>101</sup>.

Já no Ceará, em 2023, o turismo teve um papel importante na economia, com destaque para o primeiro trimestre, quando o setor cresceu 15,2% em relação ao ano anterior, superando a média nacional de 11%. Esse avanço representou uma movimentação significativa, que incluiu um total de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão gerados pela atividade turística ao longo do ano. Esse valor inclui despesas de viagem, como hospedagem e alimentação, que fortaleceram a economia estadual e contribuíram para a geração de empregos e renda na região<sup>102</sup>. Foi também na década de 1990 que as iniciativas de TBC no Brasil começaram a se desenvolver, impulsionadas por comunidades tradicionais e organizações não governamentais (Barreto *et al.*, 2023a). Porém, no caso das práticas ligadas ao TBC, de acordo com Barreto et al. (2023a), o país ainda não conta com uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária que defina diretrizes, regulamente e forneça os instrumentos necessários para a gestão e financiamento.

Mesmo sendo quase isolada, a comunidade de Ponta Grossa recebe turistas do mundo inteiro, o que se denomina de “turismo emissivo” (IBRAM, 2013), quando residentes viajam a outro país; mas também conta com a presença forte do “turismo doméstico” (IBRAM, 2013), quando turistas residentes no país – no caso de Ponta Grossa, principalmente do próprio estado do Ceará -, viajam dentro dos limites do mesmo.

Assim como suas águas - que mudam sua tonalidade de acordo com a incidência de luz, variando entre o azul turquesa e se aproximando do verde - rasas e serenas, durante quase todo o tempo, Ponta Grossa é tomada por uma “onda” de tranquilidade quebrada somente pelo barulho de automóveis, motocicletas e as ondas do mar “quebrando” na praia. É comum passear por toda orla de Ponta Grossa e não encontrar ninguém além dos pescadores em suas

<sup>100</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministro-do-turismo-reafirma-compromisso-de-alcançar-ate-2027-a-marcas-de-10-milhoes-de-turistas-estrangeiros-por-ano-no-brasil#:~:text=%E2%80%9CA%C3%A9m%20de%20toda%20demanda%20represada,%25%2C%20muito%20acima%20do%20esperado>. Acesso em: 10 fev. 2024.

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-setembro-turismo-movimentou-r-38-bilhoes-na-economia-brasileira>. Acesso em: 26 dez. 2024.

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2023/06/05/turismo-no-ceara-cresce-152-no-primeiro-trimestre-de-2023/> e <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2023-ceara-atraiu-720-mil-viagens-movimentando-cerca-de-r-1-7-bilhao-na-economia-estadual>. Acesso em 26 dez. 2024.

jangadas. O dia acaba cedo<sup>103</sup> na comunidade. A partir das 17:00 horas, os moradores se recolhem para suas casas ou para o culto na igreja. Um silêncio absoluto domina o ambiente no período noturno. O fluxo de pessoas aumenta nos fins de semana e feriados, o que acaba rompendo esse aspecto de quase isolamento da comunidade - mesmo sendo quase isolada, a comunidade recebe turistas do mundo inteiro.

Fotografia 46 – Tonalidade azul turquesa do mar na praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Esse “isolamento” pode ser interrompido a qualquer momento, principalmente durante o horário do almoço, quando podem chegar dezenas de turistas advindos das trilhas na praia. Grandes grupos de cinquenta ou setenta pessoas geralmente agendam de forma antecipada as suas chegadas para que o estabelecimento onde serão atendidos possa se planejar. Entretanto, em alguns casos, não há agendamento, o que torna a recepção quase que caótica. Às vezes passam-se dias sem que grandes grupos apareçam. Em outras ocasiões, a presença é constante. Tudo varia, nada é previsível. Obviamente, os não agendamentos não são bem vistos pela comunidade: pela surpresa, pela possibilidade de não se ter os ingredientes em quantidades suficientes e principalmente pela “afobiação” inesperada.

<sup>103</sup> Diversos casos de turistas que acabaram ficando sem ter nada para se alimentar durante a noite, por não saberem dessa rotina, são sempre ditos pelos moradores.

Existem quatro restaurantes de médio porte, que lá levam o nome de “barracas”, são eles: Barraca Canaã, Barraca Macura, Barraca Pantanal e Barraca do Sidrack. Há também algumas pequenas lanchonetes, que, na maioria das vezes, funcionam como anexo das pousadas e chalés para o café da manhã dos visitantes. A maioria dos estabelecimentos são pousadas e chalés. Praticamente todas as famílias de Ponta Grossa possuem pelo menos um estabelecimento. Esse comércio do turismo em Ponta Grossa segue uma lógica de não competição entre os estabelecimentos. Isto é, o discurso afirma que a comunidade “atua mais com boa vontade do que com capital e não tem lucro como objetivo principal, mas complementação de renda e defesa de identidades locais” (Coriolano; Pereira, 2018, p. 90-91).

[...] A gente trabalha, somos todos parentes um do outro, e é bem distribuído o turismo, né? Toda as barracas têm seus clientes, *ninguém corre atrás do cliente de ninguém*. Ninguém coloca ninguém em esquina pra tá agregando mais turista numa do que na outra. *Todo mundo fica no seu ponto esperando alguém chegar*<sup>104</sup>.

Fotografia 47 – Restaurante e Café Garfo com Letras: estabelecimento de pequeno porte localizado em Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

<sup>104</sup> Entrevista de Adaia Crispim concedida ao autor em Ponta Grossa - Icapuí, em 14 de julho de 2017.

Essa “tradição” culinária local (ver fotografia 49) representa o principal vetor do desenvolvimento turístico de Ponta Grossa. É a partir dessa demanda nas barracas que os moradores ampliam as possibilidades de lucro (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016). É importante frisar que Ponta Grossa segue os princípios norteadores apontados pela literatura do TBC ao ter controle das atividades econômicas que estão associadas ao turismo (Brasil, 2010 *apud* Fabrino; Nascimento; Costa, 2016). Os empreendimentos e serviços são de propriedade dos moradores e gerenciados por eles, como também os empregos gerados pelo setor turístico são exclusivamente dedicados a esses membros, evitando assim a participação de agentes externos.

Fotografia 48 – Restaurante e Pousada Refúgio Canaã: estabelecimento de grande porte em Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

Fotografia 49 – Lagosta ao alho e óleo, prato mais tradicional da culinária de Ponta Grossa



Fonte: Adaias Crispim (2024).

O desenvolvimento turístico no território de Ponta Grossa iniciou-se logo após a experiência empreendedora das atividades turísticas na Praia de Redonda. Era comum que passeios de *buggy* saíssem de Canoa Quebrada levando turistas para visitar e almoçar em Redonda, passando por Ponta Grossa no caminho. Durante esses passeios, os turistas apreciavam a praia e as paisagens, mas seguiam diretamente para Redonda, sem consumir ou utilizar qualquer serviço em Ponta Grossa. Com o tempo, a comunidade local percebeu o potencial de oferecer serviços aos visitantes em trânsito e começou a comercializar iguarias na praia. Foi então que os bugueiros sugeriram aos moradores de Ponta Grossa que construíssem barracas de praia, garantindo que, com essa estrutura, passariam a trazer os turistas para a área (Braga, 2015). Segundo Agabo Crispim, essas primeiras barracas foram organizadas por Jeová Crispim, Sidrack Crispim, Franscisco Crispim e Antoniel Crispim (comunicação pessoal, 2024). Até hoje, os serviços turísticos realizados por barracas acontecem no trecho conhecido como “Parque das Pedras” ou “Morro da Vertente”, com *drinks* (Agabo Crispim), espetinho de camarão (Ângelo Crispim), espetinho de lagosta (Fábio Crispim) e mergulho (Antônio Carlos Crispim).

Fotografia 50 – Barraca de praia Rastharmam, de Agabo Crispim, em Ponta Grossa



Fonte: Agabo Crispim (2020).

Como muitos moradores dizem, Ponta Grossa funciona como um apêndice de Canoa Quebrada. A maior parcela de pessoas que frequenta Ponta Grossa é definida como “excursionista”, ou seja, pessoas que se deslocam individualmente ou em grupos para um local diferente de sua residência por período inferior a 24 horas sem realizar pernoite (Souza; Corrêa, 1998). Segundo o turismólogo Elinildo Marinho<sup>105</sup>, esta é a definição da Organização Mundial de Turismo (OMT), aplicada também, no caso brasileiro, pelo Ministério do Turismo (MTur).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) assim conceitua o turismo: ‘as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e em lugares diferentes de seu lugar habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o fim de ócio, negócios e outros’ (OMT, 1998 *apud* IBRAM, 2013, p. 47).

---

<sup>105</sup> Comunicação pessoal ao autor (2024).

Nesse caso, os excursionistas<sup>106</sup> vêm de Canoa Quebrada pelas trilhas de *buggy*, passeio muito comum naquela região. O setor turístico da culinária de Ponta Grossa é o maior beneficiado desse fluxo, já que os turistas fazem deste local uma parada quase que obrigatória para as refeições ao meio-dia. Já os turistas que permanecem na comunidade, geralmente, são do próprio estado do Ceará e, em menor escala, de pessoas de fora do país. Muitas das vezes esses turistas já são clientes de um determinado estabelecimento, reservando os chalés ou pousadas antecipadamente.

Comumente, são famílias ou grupos de pessoas que procuram no turismo comunitário - mas também sustentável, familiar e étnico, que não são sinônimos, mas cumulativos em alguns momentos em Ponta Grossa, dependendo da circunstância exigida pelos turistas - sua grande atratividade. A chegada desses turistas traz um espírito de alegria aos moradores donos de estabelecimentos, pois são momentos de reencontro de velhos clientes e a garantia da renda durante os dias que ali estarão. Isso fica ainda mais claro quando os turistas vão embora, principalmente depois de passarem muitos dias na comunidade: o movimento de pessoas diminui drasticamente e a rotina se “normaliza” mais uma vez. Algo bastante curioso é que muitas pessoas donas de pousadas e chalés os ocupam durante o dia, quando não há turistas na comunidade, passando mais tempo nesses locais do que em suas próprias casas.

Percebemos que existe uma tentativa de unir as lógicas globais do capitalismo e a manutenção da identidade local. Nesse sentido, influenciado por Lima (2018), acredito que o TBC deve ser concebido e desenvolvido de maneira não homogênea, mesmo diante da globalização. Isso se deve às diferenças, contradições e segmentações internas que conferem a esse fenômeno um caráter diversificado, instável, que é criado situacionalmente e fragmentário. Assim como a identidade étnica, o TBC não funciona como uma totalidade, nem como uma uniformidade ou padronização.

Segundo as concepções de Sahlins, ameaças de um capitalismo globalizante e homogeneizador às culturas locais podem ser relativizadas, pois, da mesma forma, os povos nativos “se recusam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós” (Sahlins, 1997a, p. 11-12). Para este autor, essa lógica hoje é feita “[...] em um intercâmbio dialético do global com o local. Pois ficou bem claro agora que o imperialismo não está lidando com amadores nesse negócio de construção de alteridades ou de produção de identidades” (SAHLINS, 1997a, p.11-12; 1997b, p. 133,). No caso de Ponta Grossa, o que se percebe é que há um empobrecimento material e cultural desse grupo, não conseguindo manter-se como um

---

<sup>106</sup> Nesse caso, são turistas de Canoa Quebrada, por contemplarem a definição da OMT, mas excursionistas em Ponta Grossa.

exemplo de fortalecimento e resistência culturais na nova ordem ao se inserir nessa lógica capitalista. Nota-se que, a partir da dinâmica organizacional de comunidades que se inserem na atividade turística, há “implicações que o turismo gera em comunidades tradicionais pesqueiras, com atividades produtivas importantes que impõem às comunidades novas formas de organização, em detrimento das tradicionais utilizadas pelos moradores” (Pereira, 2015, p. 18).

As consequências que o turismo pode acarretar nas comunidades receptoras assolam os moradores contrários ao desenvolvimento globalizado do turismo em Ponta Grossa. Para muitos deles que não trabalham no setor, o turismo é visto como desagradável, principalmente pela movimentação de estranhos e pelas construções de algumas barracas, consideradas por essas pessoas como descaracterizadas, descontextualizadas, que tornam o ambiente menos “natural”, sendo consequência também de uma espécie de especulação imobiliária interna, em que alguns comerciantes desejam o acúmulo de empreendimentos. Entendem que o desenvolvimento socioeconômico se impõe “como necessidade do mundo moderno que, contraditoriamente, adota modo de viver e produzir marcado pela competitividade, consumismo, degradação ambiental, poluição e ameaça à vida humana” (Coriolano; Pereira, 2018, p. 91).

Podemos dizer, assim, que vivemos em uma sociedade que se transforma pelo conflito (Touraine, 1989). Uma maneira de analisar estes conflitos é por meio da definição de atores sociais. Estes atores sociais constituem-se em grupos com projetos distintos, mas de nenhuma maneira são grupos homogêneos ou monolíticos. Os projetos coletivos, da mesma forma, são compreendidos de forma diferente por diferentes indivíduos, que terão ações diferenciadas nas arenas configuradas pelos conflitos (Silveira, 2008, p. 20).

As práticas não sustentáveis desse tipo de atividade ameaçam o território e suas paisagens, ou seja, o modo de ser do pontagrossense. Esse é um dos principais motivos que fazem muitos moradores da comunidade serem contrários ao turismo na localidade. Em muitas conversas com Azarias Crispim, pescador tradicional de Ponta Grossa e irmão de Josué Crispim, nota-se a preocupação sobre as práticas turísticas asfixiar a convivência tradicional (quebra das formas tradicionais de interação social) e a consequente modificação da paisagem. “A sociabilidade criada pelo turismo cria outros parâmetros de status social e conecta os moradores ao universo urbano-industrial dos turistas, fato que pode ser percebido de forma evidente na crescente urbanização do local” (Silveira, 2008, p. 23). Percebi, em algumas oportunidades, uma nostalgia do período no qual o turismo ainda não tinha se

instalado em Ponta Grossa, hiato temporal que se tornou um referencial central na construção de uma identidade de “morador tradicional” (Silveira, 2008).

Como afirma Berque (2010), há uma relação intrínseca entre a existência humana e a territorialidade. Segundo o autor, metade “do nosso ser é, concretamente, constituída pelo nosso meio social (sendo a outra “metade” o nosso corpo individual), que como um sistema eco-tecnosimbólico, excede às limitações dos corpos individuais tanto no tempo como no espaço (Berque, 2010, p. 11). Isso explica, por outro lado, o motivo que os moradores se identificam com o território como fazendo parte de seus próprios corpos. “Nesse sentido, cada qual à sua maneira, estabelece laços com certos lugares. Aqueles da infância parecem indestrutíveis; mais do que nos marcar, fazem parte de nosso ser” (Berque, 2010, p. 12).

Os da infância, por exemplo, parecem ser indestrutíveis; eles não apenas nos marcam, mas se tornam parte essencial de quem somos. No entanto, a perspectiva ocidentalizada tende a considerar esses laços como algo exclusivo do nosso mundo interior – experiências que vivenciamos, mas que não fazem parte da “realidade” objetiva. Para Berque (2010), chamamos isso de lembranças, que supostamente ficam guardadas em nossas mentes, e talvez também nas mentes de outras pessoas que viveram experiências semelhantes. Não consideramos, nesse sentido, que elas residam nos objetos e ambientes ao nosso redor. Esse modo de pensar reflete o dualismo e o individualismo característicos da modernidade, continua o autor. Contudo, as ciências sociais nos mostram que essa visão é um fenômeno específico dentro da história modernista da humanidade, que, em sua maior parte, se deu em contextos de relações distintas entre as pessoas e os lugares, as sociedades e seus territórios (Berque, 2010).

Fotografia 51 – Azarias Crispim em sua casa, localizada na parte com menos acesso turístico em Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

Conforme Berque (2010), a ideologia dominante do mundo contemporâneo é marcada principalmente pelo liberalismo de mercado, que promove uma “globalização” caracterizada pela circulação de indivíduos e objetos em um espaço neutro. Assim, podemos descrever este fenômeno como um mecanismo de mercado. No que diz respeito aos vínculos que os seres humanos criam com os objetos que habitam este espaço neutro - vínculos que se formam em territórios e locais específicos -, são vistos como meras projeções subjetivas, sem conexão com a realidade objetiva. Isso beneficia o sistema capitalista, uma vez que os consumidores são tratados como seres essencialmente subjetivos. Uma observação fundamental sobre esse tema é que os territórios humanos nunca são neutros, independentemente da área ou da escala considerada (Berque, 2010). A ideia de que os territórios sejam espaços neutros, e que nossas conexões com eles sejam meras projeções subjetivas, representa uma interpretação que ignora a essência de qualquer territorialidade.

Se as atividades turísticas globais podem de fato transformar a comunidade de Ponta Grossa e seu ambiente, podemos considerar que essa territorialidade humana afeta também diretamente a ontologia de ser morador da localidade. Isto é, pessoas como Azarias Crispim experenciam a apreensão de que sua comunidade se metamorfose radicalmente e que os seus, incluindo ele, não mais possam se reconhecer enquanto “pontagrossenses”. Portanto,

“Significa que a territorialidade humana é uma coisa diferente do animal; pois ela não é apenas ecológica, mas, também, necessariamente, técnica e simbólica. Isto mostra [...] que ela é histórica ou cultural, não apenas evolucionária ou etológica” (Berque, 2010, p, 19). É por isso que as formas de habitar o mundo não são universais, mas eventuais contingentes (Berque, 2017).

Fotografia 52 – Ramificações estruturais da Barraca Pantanal: ampliação da infraestrutura dos equipamentos turísticos de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

O acordo comunitário, citado anteriormente, entre os moradores, que determinava a proibição da venda de terras dentro da comunidade para pessoas que não sejam da comunidade, visava garantir a não transformação drástica da paisagem e das relações socioculturais. Essa medida foi tomada para evitar que a especulação imobiliária - demasiadamente presente na região - de fato transformasse a localidade em um grande centro turístico, destruindo as relações e as infraestruturas comunitárias, como ocorreu em Canoa Quebrada, praia mundialmente conhecida, localizada a poucos quilômetros dali, situada no município de Aracati, distante 160 km de Fortaleza. Considerada o primitivo destino turístico do Ceará durante a década de 1970, atraia quem buscava as belezas “intocadas” do litoral

cearense (Souza, 2015). Em decorrência do crescimento do turismo no litoral cearense, surgem sérias ameaças à posse das terras e à expulsão forçada das comunidades tradicionais de seus territórios, resultando em conflitos fundiários (Lima, 2018).

Nos anos de 1980 iniciou-se uma crescente atuação, violenta e truculenta, dos grileiros em associação aos especuladores imobiliários, e surgiram vários lançamentos imobiliários e a construção de empreendimentos turísticos que tornaram tumultuada e desgastante a realidade cotidiana das comunidades que sofrem com a violação de seu direito de residir em paz, que passa a ser ameaçado e retirado (em alguns casos, as casas foram tomadas ou compradas a baixos preços), na justificativa da construção de empreendimentos turísticos que prometem além da geração de emprego e renda, a ilusória ideia de que desenvolverão [sic] um projeto sustentável na região (Lima, 2018, p. 99-100).

Como já explanado, a ênfase oportunizada ao meio ambiente neste trabalho – consequentemente também à territorialidade - é concedida por considerarmos que toda a dinâmica comunitária de Ponta Grossa é aparelhada através da relação dos moradores com a exploração sustentável das riquezas naturais disponibilizadas no território, estando eles diretamente ligados ao desenvolvimento local. Por isso a dimensão ambiental em Ponta Grossa foi elevada à condição de patrimônio pelo fato de os moradores reunirem as preocupações com o meio ambiente e os objetivos culturais de preservação (BO, 2003). Mas, de antemão, assim como será explanado no próximo subcapítulo, é preciso assumir a complexidade do uso do termo “sustentabilidade” na questão ambiental, paradoxal e ambíguo em muitos sentidos.

### 7.3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO: desafios e inovações nas práticas turísticas atuais

Embora o termo “turismo sustentável” apresente avanço em sua definição nos últimos anos, ainda persiste certa nebulosidade. No entanto, pode-se afirmar que a “sustentabilidade do turismo, por sua vez, relaciona-se com a garantia da prática da atividade no longo prazo, o que não necessariamente implica que seja de forma sustentável” (Körössy, p. 64, 2008). A sustentabilidade aplicada ao turismo não está relacionada somente com a questão da proteção do meio ambiente, mas com a habilidade em manter o fluxo de determinado destino turístico sempre ativo. A respeito disso, o desenvolvimento sustentável é a atividade que harmoniza o “crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio

natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras” (Brasil, 2007, p. 18).

Segundo Körössy (2008), a definição do que vem a ser “turismo sustentável” passa fundamentalmente “pelo entendimento do que é o desenvolvimento sustentável que, por sua vez, está em estreita associação com a emergência das preocupações relativas ao meio ambiente” (Körössy, 2008, p. 59). Para o autor, “o turismo sustentável não é uma tipologia de turismo (como o turismo rural, ecoturismo, turismo de aventuras, etc.), mas uma forma diferente de promover turismo” (Körössy, 2008, p. 64-65). Da mesma forma, como comumente é atrelado, o ecoturismo não é o mesmo que o turismo sustentável, e nem está associado à sustentabilidade, mas ao turismo na natureza (Körössy, 2008) - sendo realizado também pelo turismo convencional. Independentemente da tipologia de turismo ou destino turístico adotado, para ser considerado sustentável, necessita que seja adotado o tripé do desenvolvimento sustentável: “justiça social, proteção dos recursos naturais e eficiência econômica” (Körössy, 2008, p. 65).

A criação, em 1937, da Organização Mundial do Turismo (OMT), orientou a atividade turística, além de tomar para si a “promoção da atividade com responsabilidade, sustentabilidade e acessibilidade” (Godoy; Moretti, 2017, p. 138). A expressão também se refere a um modelo de turismo responsável, que ajuda a reduzir os impactos negativos e potencializar os positivos, transformando a prática turística em um benefício para a comunidade, o setor público, o mercado e os turistas (Barreto *et al.*, 2023a). Segundo Barreto *et al.* (2023b), no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a ONU reformulou o conceito de sustentabilidade, que era visto como “excessivamente focado em questões ambientais”, para incluir uma abordagem de “responsabilidade”, com ênfase no pilar sociocultural da sustentabilidade.

Em 1999, durante sua assembleia geral realizada em Santiago do Chile, a OMT adotou o Código Mundial de Ética para o Turismo<sup>107</sup>. Essa diretriz foi baseada em diversas declarações e normas de conduta, como a Agenda 21, por exemplo. Em 2019, o Código de Ética foi transformado na Convenção da OMT sobre Ética do Turismo, com o objetivo de aumentar sua eficácia. A convenção direciona a sustentabilidade no turismo para uma nova perspectiva, destacando a responsabilidade de todos os agentes e partes envolvidas, sendo o

---

<sup>107</sup> Para a consulta completa do código mundial de ética para o turismo: [https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo\\_de\\_etica\\_mundial\\_para\\_o\\_turismo\\_UNWTO.pdf](https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo_de_etica_mundial_para_o_turismo_UNWTO.pdf). Acesso em: 24 dez. 2024.

artigo 10 dedicado à aplicação dos seus princípios: aplicação dos princípios do código ético mundial para o turismo (Barreto *et al.*, 2023a).

A interseção entre “sustentável” e “responsável” nas atividades turísticas coloca a ética no centro das relações humanas e enfatiza a necessidade de aplicar os princípios de sustentabilidade em todas as formas de turismo, incluindo o turismo de massa, e não apenas nas modalidades consideradas “alternativas” ou eticamente superiores, para Barreto *et al.* (2023b). Assim, busca-se corrigir uma certa imprecisão sobre a sustentabilidade e o turismo sustentável, que são interpretados e aplicados de formas distintas conforme os interesses envolvidos. A sustentabilidade reflete a diversidade de interesses, que muitas vezes entram em conflito entre si. Entretanto, assim como nesta tese, no cenário internacional, o termo “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” continuou a ser priorizado em detrimento de “responsabilidade” ou “desenvolvimento responsável”.

A OMT (2019a), enquanto agência especializada das Nações Unidas e principal organização internacional do turismo, é responsável por promover o turismo responsável, sustentável e acessível a todos(as). Ela tem em sua mira o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] (Barreto *et al.*, 2023, p. 27)<sup>108</sup>.

Logo, comprehende-se que a sustentabilidade pode ser aplicada a diversas formas de organização e gestão do turismo. Existem várias dimensões que podem influenciar a atividade turística de um destino, incluindo a vigilância sanitária, a prevenção da exploração de crianças e adolescentes no turismo, a segurança pública, as relações de consumo, a defesa civil, o transporte de turistas e a comunicação eficaz que deve ser compartilhada entre todos os participantes das relações turísticas, por exemplo. Dessa forma, não deve ser interpretado como um segmento turístico, mas como uma diretriz que incentiva a atuação consciente e responsável na criação de espaços destinados ao turismo e na promoção de experiências turísticas (Barreto *et al.*, 2023a).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se une a essa discussão, pois se apresenta como formas de gestão do turismo que colocam a comunidade receptora no centro dos processos decisórios referentes ao desenvolvimento turístico, em busca do cumprimento de objetivos coletivos locais [...] (Barreto *et al.*, 2023a, p.13).

---

<sup>108</sup> “O turismo foi particularmente incluído como meta nos Objetivos 8, 12 e 14: crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e uso sustentável de oceanos e recursos marinhos, respectivamente. Entretanto, ele tem o potencial para contribuir, direta ou indiretamente, com todos os Objetivos [...]” (Barreto *et al.* 2023b, 28).

O indicativo de os moradores de Ponta Grossa possuírem um bom nível de escolaridade, serem articulados politicamente e com grande experiência de associativismo se torna mais uma ferramenta para auxiliá-los no desenvolvimento estratégico sobre a sustentabilidade do território. Mas, apesar disso, e do valor dado aos aspectos da preservação comunitária, algumas iniciativas, como o projeto de compra de alguns *buggies* e a construção de estabelecimentos horizontais de médio porte na comunidade, divide opiniões entre os moradores. Concomitantemente, existe o cuidado em manter tanto a sustentabilidade socioambiental quanto satisfazer o setor turístico. Alguns moradores, inclusive, são contrários às trilhas de *buggy* nas dunas de Ponta Grossa, já que impedem que os turistas a façam a pé, tornando desnecessário o trabalho dos guias da comunidade na trilha ecológica de Ponta Grossa. No entendimento deles, os *buggies* de Canoa Quebrada, ao mesmo tempo em que trazem os turistas para Ponta Grossa, retiram a possibilidade deles nas trilhas a pé, passeios realizados por guias turísticos do lugar.

Além disso, por Ponta Grossa ser uma área com dunas, esse tipo de trilha é legalmente proibido, juntando ainda o fato de em toda extensão das dunas existirem diversos sítios arqueológicos, gravemente danificados por essa prática turística. Mas como não há fiscalização por parte dos órgãos competentes, e levando em consideração a necessidade desse fluxo de turistas para movimentar a economia de Ponta Grossa, as trilhas de *buggy* são bastante comuns e famosas. Isso demonstra que os interesses das comunidades tradicionais, como citado por Silva (2013), são frequentemente apresentados como opositos ao desenvolvimento. Essa visão surge de quem não reconhece a relevância da preservação histórico-cultural e do espaço geográfico moldado pela vivência de uma população. A ocupação econômica produtiva dessas comunidades entra em conflito com a expansão da economia de mercado.

Assim como outras comunidades pesqueiras tradicionais, Ponta Grossa se assume como núcleo receptor de turismo comunitário. Essas “comunidades asseguram o ordenamento do território com a criação de associações, cooperativas e sindicatos, tendo em vista ações tomadas em conjunto que atendam as necessidades e o fortalecimento comunitário” (Coriolano; Pereira, 2018, p. 97). Ponta Grossa, alguns anos atrás, era conhecida popularmente em Icapuí como “República de Ponta Grossa”, devido aos cargos, envolvimento

e grande influência na política local. A comunidade dispõe de quatro associações ativas<sup>109</sup>: Associação Comunitária de Ponta Grossa (ACPG); Associação dos Apicultores do Município de Icapuí (APIC); Associação de Turismo, Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC) e; Associação Busca no Deserto de Ponta Grossa<sup>110</sup>. Há mais uma associação, mas esta se encontra inativa por motivos burocráticos: a Associação Pesqueira de Ponta Grossa (APPG). Também existe o Conselho Deliberativo de Ponta Grossa (CDPG), no qual os presidentes, secretários e tesoureiros das associações se reúnem mensalmente - ou pelo menos deveriam se reunir - para discutirem assuntos referentes às políticas voltadas para a comunidade.

Chamo atenção para a ASTUMAC, uma organização local que tem como foco principal o turismo de base comunitária, desenvolvido, a princípio, de maneira integrada às questões de conservação ambiental e cultural. Essa organização foi fundada em 1998, em um período no qual o turismo começava a ganhar força em Ponta Grossa. De um lado, a comunidade enfrentava a necessidade de diversificar as fontes de renda, devido à redução progressiva da pesca, especialmente da lagosta. Do outro, o turismo emergia como uma oportunidade promissora, impulsionado pelo desenvolvimento dessa atividade em regiões próximas, o que gerava um fluxo crescente de visitantes na área. Foi por meio da ASTUMAC que Ponta Grossa destacou-se como referência nacional, especialmente no litoral do Nordeste e do Ceará, pelas suas práticas de TBC e pelas contribuições nas discussões sobre o tema (Braga, 2015). A Associação é formada por membros da comunidade, principalmente empreendedores do setor de turismo local, como proprietários de pousadas, restaurantes, barracas, lanchonetes e outros prestadores de serviço. Alguns também atuam na pesca, enquanto outros conciliam suas atividades com funções complementares.

Integram algumas iniciativas não governamentais a Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí (GDtur), que atua no desenvolvimento do turismo no município de Icapuí; a Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente (FBC), qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que concentra suas ações no município de Icapuí, promovendo o desenvolvimento sustentável como a implementação, em Ponta Grossa, de fossas sépticas e a estação ambiental nos lençóis freáticos para o peixe-boi-marinho; e a Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (Aquasis), que tem por objetivo a proteção de espécies ameaçadas e *habitats* importantes para a conservação da biodiversidade do estado do Ceará, em Ponta

---

<sup>109</sup> Todas as diretorias das associações ativas de Ponta Grossa estão com o período de eleição vencido. No entanto, a não realização de nova eleição em tempo hábil não caracteriza inatividade da associação.

<sup>110</sup> Associação ligada à Igreja Assembleia de Deus em Ponta Grossa.

Grossa, trabalhando diretamente com o monitoramento do peixe-boi-marinho. O município de Icapuí conta com uma rica biodiversidade, reconhecido também como um Sítio da Rede de Reservas de Aves Limícolas do Hemisfério Ocidental (WHSRN), um destino atraente para observadores de aves (Licarião *et al.*, 2023).

Também faz parte a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum, organização que promove a articulação de 13 comunidades espalhadas pelo litoral leste e oeste, que se propõem a realizar o TBC no litoral do estado do Ceará. A Rede Tucum começou a se formar em 2003, sendo oficialmente lançada em 2008 durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza - CE. Composta por grupos comunitários localizados no litoral do estado, a rede conta com o apoio de organizações não governamentais e tem como objetivo promover o turismo comunitário, fortalecendo a conexão entre sociedade, cultura e natureza. Outro aspecto relacionado ao surgimento da Rede Tucum é que o turismo não deve se tornar a única ou a atividade econômica mais relevante da região (Lima, 2018). Nesses territórios, predominam ecossistemas sensíveis, como bancos de algas (ver fotografia 53), recifes de corais, manguezais, campos de dunas, falésias e corpos d'água. Isso demanda esforços para garantir uma atuação eficaz e eficiente em sua proteção, além de promover o uso e a ocupação de forma sustentável.

Fotografia 53 – Forte presença de algas marinhas em trecho da Praia de Ponta Grossa



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

A Rede Tucum desempenha um papel importante não apenas como uma instituição de apoio que orienta as atividades de turismo comunitário, mas também por promover uma maior conexão entre as comunidades. A articulação da rede entre as comunidades e as instituições envolvidas nas atividades, tanto nacionais quanto internacionais, é crucial para a concretização de uma rede organizada de turismo comunitário (Takahashi, 2016). Observa-se uma estrutura bem planejada de articulação, que possibilita a conexão entre as comunidades, evidenciando como funciona o turismo de base comunitária, ao mesmo tempo em que permite identificar problemas, desafios, modelos e soluções comuns. Segundo Takahashi (2016), antes do surgimento da Rede Tucum, as comunidades que ofereciam turismo comunitário no Estado do Ceará atuavam de forma isolada, e foi com a criação da rede que as comunidades passaram a compartilhar objetivos comuns.

Além de Ponta Grossa, em Icapuí, outras duas comunidades também integram a Rede Tucum: Tremembé e Requenguela. A praia de Tremembé é conhecida pelo seu ecossistema bem conservado e pela sua população de pescadores, com um coqueiral denso ao longo da costa e a Serra dos Cajuais de fundo. É também um fundeadouro para as embarcações pesqueiras de Icapuí. No início dos anos 1990, um grupo de italianos visitou a comunidade de Tremembé com o objetivo de conhecer a região e desenvolver um projeto de turismo responsável. Essa ideia foi integrada aos desafios enfrentados pela comunidade, como a pesca predatória e a ocupação do território por grandes empreendimentos turísticos e pelo turismo sexual<sup>111</sup>. Em 1993, teve início a construção da Pousada Tremembé, com a proposta de promover o desenvolvimento local por meio de um turismo no qual os moradores fossem os principais gestores e ocupantes do seu território. Dando sequência a esse movimento, foi criada em 2000 a Associação Caiçara de Promoção Humana, que não apenas fomenta projetos de desenvolvimento local sustentável, mas também administra a pousada. Em 2008, a comunidade se uniu a outras iniciativas para formar a Rede Tucum, consolidando ainda mais sua visão de um turismo socialmente justo e ambientalmente sustentável (Instituto Terramar, 2017).

Na Praia da Requenguela foi implantado o projeto “Estação Ambiental Mangue Pequeno”, o primeiro Parque Ambiental Costeiro do Ceará (ver fotografia 54). O parque, com foco no turismo sustentável através do meio ambiente, oferece passarelas suspensas e um observatório para a vida selvagem. A iniciativa conta com o apoio do Programa Petrobras

---

<sup>111</sup> Lima (2018, p. 10) identifica “um conjunto de mobilizações e ações que esses movimentos sociais têm realizado no campo da denúncia e do monitoramento do ‘turismo sexual’ e da exploração sexual de mulheres e meninas no Estado do Ceará”.

Ambiental, promovido pela Fundação Brasil Cidadão. Além de promover projetos de educação ambiental com estudantes e professores da região, a Estação também se dedica à preservação do manguezal, à conservação do banco de algas e à disseminação de práticas e tecnologias populares de saneamento, como o canteiro biosséptico (Instituto Terramar, 2017). Requenguela também se destaca por ter a maior vazão de maré da região. Na maré baixa, o mar recua cerca de três quilômetros, permitindo que os visitantes caminhem até o banco de algas e apreciem as diversas espécies que habitam o local.

Fotografia 54 – Passarela da Estação Ambiental Mangue Pequeno



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2021).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), as áreas protegidas do mundo cobrem cerca de 17% dos ecossistemas terrestres<sup>112</sup>. Esses números representam áreas reservadas para a conservação da biodiversidade, mas muitos países têm metas para aumentar essas porcentagens até 2030. As áreas protegidas estão sendo estabelecida, nas últimas cinco décadas, “por muitos países em diferentes biomas e correspondem, hoje, a uma das principais estratégias de conservação da biodiversidade in situ

---

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/mundo-cumpriu-meta-de-areas-protegidas-em-terra-mas>. Acesso em: 28 dez 2024.

e de proteção dos territórios das sociedades tradicionais em todo o mundo” (Cardoso *et al.*, 2020, p. 12).

Canoa Quebrada, praia mundialmente conhecida, localizada há poucos quilômetros de Icapuí, situada no município de Aracati, é o grande exemplo do que Ponta Grossa e as outras praias da região que praticam o turismo sustentável não querem se tornar. A praia de Canoa Quebrada foi um dos primeiros destinos turístico da região a experenciar o processo de transformação da paisagem litorânea pelo turismo, desenvolvido através da descoberta de um “paraíso intocado”, “passando pela consolidação no imaginário turístico do local como ‘Éden’, até a transformação total da paisagem local com a perda da paisagem ‘rústica’ e a implantação de loteamentos convencionais e infraestrutura (Macedo 1993, p. 71 *apud* Souza, 2015, p. 64).

De acordo com Souza (2015), até o final dos anos 1970, as atividades predominantes em Canoa Quebrada eram a pesca artesanal e a produção de uma renda típica da região, conhecida como “labirinto”. O excedente dessa produção era vendido em Aracati, onde se adquiriam outros bens de consumo. “Em meados da década de 1970, a comunidade foi descoberta por jovens do movimento de contestação pós anos 60, iniciado na juventude americana e europeia, que se expandiu por todo o mundo, o chamado movimento hippie” (Souza, 2015, p. 66-67). O autor relata que o processo de urbanização acelerada ocorrido na década de 1980 foi impulsionado pelo interesse econômico gerado pelo turismo, o que motivou a construção de uma estrada de acesso. Embora essa estrada tenha ofertado benefícios significativos para a comunidade, também resultou em um aumento substancial de turistas (ver fotografia 54), iniciando um ciclo de crescimento desordenado que trouxe sérias consequências sociais, ambientais e paisagísticas. Atualmente, entre as estratégias para impulsionar o turismo na região, destaca-se a adaptação do Aeroporto de Aracati para receber voos comerciais.

A transmutação dessa região praiana [de Canoa Quebrada], em um espaço do turismo nacional e internacional, trouxe um número cada vez mais elevado de empreendimentos comerciais como hotéis, pousadas e restaurantes administrados por não nativos – brasileiros e estrangeiros, principalmente argentinos, italianos, portugueses, holandeses, franceses e alemães (Silva, 2013, p. 104).

A especulação imobiliária tornou-se uma prática comum, resultando em uma configuração espacial desorganizada. Tanto os moradores locais quanto os empreendedores que se estabeleceram em Canoa Quebrada começaram a construir e a vender casas e estabelecimentos comerciais de maneira descontrolada, o que deu início a um processo de

loteamento e urbanização acelerado e sem planejamento na praia (Silva, 2013). A população nativa de Canoa Quebrada vivenciou um processo de “reterritorialização”, no qual houve a necessidade de redefinir as formas de habitar locais diante dos novos atores trazidos pela especulação imobiliária e a relação com o território onde vivem. Ocorre aqui uma transformação nas comunidades, que se territorializam de forma crescente em torno das atividades voltadas à prestação de serviços para os turistas. A territorialidade dos nativos foi se transformando à medida que interagiam com outros grupos culturais de diferentes locais.

A visão mercadológica das autoridades de então, associada à lógica destrutiva do capital, baseada na busca ilimitada da elevação da taxa de lucros, levou à concessão de facilidades aos grandes empreendimentos, inclusive com a aprovação de relatórios de impactos ambientais, visivelmente não recomendáveis, em detrimento dos interesses das comunidades locais e do meio ambiente (Silva, 2013, p. 83).

Fotografia 55 – Orla de Canoa Quebrada com grande fluxo e presença de muitos turistas



Fonte: Gilvanildo Ferreira (2017).

O principal destino turístico da região se organiza em torno da Avenida Dragão do Mar, conhecida popularmente como “Broadway de Canoa Quebrada”. No início da década de 2010, o poder público realizou uma requalificação dos espaços livres ao longo dessa via, transformando-a em um calçadão para pedestres, com piso desenhado para refletir a identidade visual da área. Ao longo do calçadão, concentram-se os estabelecimentos

comerciais mais requintados da região, muitos com nomes que evocam destinos internacionais, sugerindo, em alguns casos, a origem estrangeira dos proprietários (Souza, 2015). No entanto, como bem aponta Souza (2015), à medida que nos afastamos da rua principal, observa-se um gradiente no qual a qualidade da infraestrutura diminui proporcionalmente à distância percorrida, começando pela coleta de esgoto, que está presente apenas nesta via e em poucas outras. Além da ausência de saneamento, a pavimentação também se torna menos elaborada e, eventualmente, desaparece por completo. Em áreas de urbanização mais tradicional, ruas estreitas com construções inacabadas explicitam-se como áreas marginalizadas. Esse processo não é incomum e já foi documentado em outras áreas litorâneas com características semelhantes.

A introdução do turismo nas regiões periféricas do mundo favorece a proliferação de ‘ilhas de prosperidade’, criando um circuito privilegiado de consumo e produção, mas essas benesses restringem-se a poucos, pois as condições de vida das populações nativas pouco se modificaram. De modo geral, a população local não se beneficiou e não se beneficia com o ‘progresso’ que o turismo oferece (Silva, 2013, p. 60-70).

Como exposto por Silva (2013), o modelo de turismo promovido e financiado pelo Governo do Estado do Ceará, nas últimas duas décadas, insere-se no contexto da economia globalizada, apresentando características semelhantes aos adotados em países da América Central, como México e no Caribe. Esse tipo de desenvolvimento resulta em exclusão social, elitização e privatização de espaços públicos, homogeneização cultural e a criação de “não-lugares” (Augé, 1992), desprovidos de vida comunitária e de vínculos identitários. Esse modelo tende a favorecer a apropriação privada de áreas públicas, como praias e fontes de água, acentuando as desigualdades de renda em uma região já marcada pela pobreza e pela falta de investimentos em infraestrutura. Além disso, opera com grandes gastos públicos, muitas vezes sem consulta à sociedade ou alinhamento com os interesses e desejos da maioria da população.

Canoa Quebrada se estabeleceu como um portal de entrada para o turismo no Ceará e passou a integrar a rota turística do estado. Para Silva (2013), essa inclusão fez parte de um novo mapa delineado pelos interesses políticos e econômicos que buscam a dominação do Estado, resultando em novas estruturas socioeconômicas que visam atender aos recentes arranjos nas fronteiras do turismo, promovendo, dessa forma, a globalização do local. Como consequência, regiões como Canoa Quebrada, em pouco tempo, são acarretadas por diversos impactos negativos resultantes de uma abordagem voltada exclusivamente à exploração do

turismo, como a degradação ambiental dos destinos, elevação do custo de vida para a população local, perda de aspectos da identidade cultural, aumento da criminalidade, entre outros (Barreto *et al.*, 2023a).

Canoa Quebrada dispõe de uma infraestrutura significativa voltada para o turismo convencional, com o objetivo de atender às necessidades de turistas nacionais e internacionais. Por outro lado, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Vila do Estevão, que está localizada próxima a Canoa Quebrada, desenvolve atividades turísticas de base comunitária. Segundo Takahashi (2016), a ARIE da Vila do Estevão teve início com a prática de atividades tradicionais, como a pesca artesanal, utilizando a jangada – embarcações de madeira com vela, que são ícones do Nordeste – além da produção de rendas de labirinto, que se destacam no artesanato cearense. A referida ARIE está situada sobre as falésias, com o mar à sua frente e as dunas, tanto móveis quanto fixas, localizadas no topo das falésias. Atualmente, a vila abriga cerca de 400 moradores (Takahashi, 2016). A região apresenta uma grande diversidade paisagística, incluindo praias, falésias e campos de dunas, além de atividades culturais que são parte essencial da identidade local, como a pesca artesanal, a construção de jangadas e o artesanato de labirintos. Esses elementos possuem grande potencial turístico, especialmente na planície litorânea do Ceará.

Embora Canoa Quebrada e a ARIE da Vila do Estevão estejam geograficamente próximas, as duas comunidades seguiram caminhos distintos em relação ao turismo ao longo do tempo. Enquanto Canoa Quebrada se consolidou como um dos destinos turísticos mais renomados do Brasil, a ARIE da Vila do Estevão preserva um turismo mais restrito, buscando manter-se fiel às suas características originais. Contudo, a atividade turística de Canoa Quebrada exerce influência sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais da ARIE da Vila do Estevão, destacando-se a luta pelo território, que levou à criação de uma associação de moradores e à regulamentação da Área de Relevante Interesse Ecológico (Takahashi, 2016).

Ao fazer analogia à Canoa Quebrada, em Icapuí acontece, numa proporção menor, algo parecido na Praia da Redonda, vizinha a Ponta Grossa. Em Redonda, praia com estrutura urbanística, os índices de violência, prostituição infantil e tráfico de drogas aumentaram exponencialmente depois que empresários construíram empreendimentos, segundas residências e casas de veraneio, como em Canoa Quebrada. Essa mobilidade humana na aquisição de propriedades em localidades turísticas é destacada como um importante fenômeno global a ser debatido, pois essas pessoas são “ora abordadas como turistas, ora como migrantes por passarem longas temporadas nas destinações turísticas, muitas vezes adquirindo propriedades nestas localidades (segundas residências)” (Fonseca; Janoschka,

2018, p. 55). Essa “migração por amenidade” está relacionada ao deslocamento de pessoas que procuram “lugares com grande valor paisagístico e atributos naturais valorizados, frequentemente associadas às destinações turísticas” (González, Mantecón, 2014 *apud* Fonseca; Janoschka, 2018, p. 55).

A realidade pacata de outros tempos deu lugar a problemas sociais complexos, que ameaçam outras comunidades, inclusive Ponta Grossa. Essa incidência atende a uma lógica de “produção imobiliária associada a atividade turística em localidades geralmente dotadas de amenidades naturais” (Fonseca; Janoschka, 2018, p. 52). O desenvolvimento do mercado imobiliário associado à expansão do turismo em Ponta Grossa pode gerar conflitos socioespaciais na comunidade. Os efeitos da transformação do território de algumas praias de Icapuí em mercadoria adquirido por empreendedores europeus e veranistas residentes em Fortaleza e no Rio Grande do Norte, sobretudo vindos de Mossoró, gerou uma “grande especulação imobiliária, fazendo com que os moradores fossem prejudicados pois contribuirão para expansão desse turismo desenfreado, onde sobressaem as atividades capitalistas” (Costa, 2010 *apud* Torres Júnior *et al.*, 2020, p 8). Lima verificou, nos últimos 30 anos,

em toda a extensão de 573 km de zona costeira cearense, vários pontos onde os conflitos de terras acontecem em virtude da intensa especulação imobiliária, onde estão segundas residências (o que levou a uma diminuição do número de casas de pescadores, que depois foram reformadas e se transformaram em segundas residências dos veranistas de Fortaleza e de outras localidades do Estado e do País) (Lima, 2018, p. 99).

A praia de Maracaípe, no município pernambucano de Ipojuca, Região Metropolitana do Recife, pode ser elencado como um exemplo no estado que tem sofrido impactos ambientais e socioculturais significativos nos últimos anos, principalmente devido à urbanização e às tentativas de privatizações de áreas comuns potencializados pelo início do turismo massificado na região. Vale destacar que, devido à grande quantidade de pessoas que frequentam a praia vizinha, a de Porto de Galinhas (localidade receptora do turismo excessivamente massificado), Maracaípe vem sendo escolhida pelos turistas como um dos principais locais do turismo de sol e mar do estado.

Estruturas como muros, localizados na foz do Rio Maracaípe, foram originalmente justificados como uma medida contra a erosão costeira, mas investigações do Ibama revelaram que a alegação era infundada. Pelo contrário, a construção desses muros tem causado graves impactos no ecossistema e na vida dos moradores da localidade. Esse cenário

torna a situação de Maracaípe preocupante, com implicações tanto para a conservação ambiental quanto para o uso público do espaço, já que os muros também dificultam o acesso à praia para comerciantes, moradores e turistas.

Entre os principais danos, estão a poluição ambiental, a interrupção na deposição natural de sedimentos na praia e a obstrução da passagem de tartarugas marinhas, que utilizam a área para desova. Além disso, a vegetação de restinga foi danificada e a poluição por resíduos plásticos na região aumentou. O estuário de Maracaípe, uma área de proteção ambiental<sup>113</sup>, também foi afetado, colocando em risco tanto a biodiversidade quanto às comunidades que dependem do turismo sustentável<sup>114</sup>. Esses problemas evidenciam a falta de um estudo de impacto ambiental adequado e a falha das autoridades em regular de forma eficiente as intervenções no local, exacerbando os danos ao meio ambiente e às atividades econômicas locais, como o turismo e a pesca. Em decisão recente, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a demolição de um muro com mais de 500 metros de extensão, construído em 2023, alegando que a obra comprometeu o acesso das pessoas, além de ter prejudicado o valor estético da praia, um importante ponto turístico da região. Em 2023, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) havia concedido autorização para a construção de um muro de 250 metros, renovada após um ano. Em maio deste ano, após uma audiência pública, a CPRH voltou atrás na autorização para a construção<sup>115</sup>.

Para atingir a dimensão sustentável, qualquer projeto turístico deverá ser “planejado e orientado visando ao envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio” (MTur, 2007, p. 10 *apud* Godoy, 2015, p. 2). O desenvolvimento do turismo acima das possibilidades locais pode gerar consequências danosas para a comunidade receptora, “como congestionamento no trânsito, ruídos em excesso e poluição do ar, podendo criar um clima de resistência da população em relação à atividade turística e, evidentemente, representar uma queda na qualidade de vida” (Brasil, 2007, p. 59).

<sup>113</sup> “A União Internacional de Conservação da Natureza – IUCN define área protegida, num sentido mais estrito, como o espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” (Cardoso *et al.*, 2020, p. 14).

<sup>114</sup> Para mais informações, consultar: <https://marcozero.org/muro-de-maracaipe-oculta-grilagem-e-impactos-ambientais-apontam-autoridades-federais/> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-06/muro-em-maracaipe-gera-poluicao-em-area-turistica-de-pernambuco>. Acesso em 24 dez 2024.

<sup>115</sup> Para mais informações, consultar: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/10/24/justica-de-pernambuco-determina-derrubada-imediata-de-muro-que-dificulta-acesso-a-praia-no-pontal-de-maracaipe.ghtml>. Acesso em 24 dez 2024.

Todos os conflitos descritos até aqui surgiram devido aos diferentes interesses que entraram em confronto nos diversos setores sociais, relacionados ao uso de recursos naturais, econômicos e humanos, à distribuição dos benefícios gerados ou à repartição das externalidades negativas que podem resultar disso (Lima, 2018). O turismo deve ser compreendido como um espaço que gera ou intensifica conflitos sociais, tanto os que já existem e serão exacerbados quanto os novos que provavelmente surgirão. Isso se dá em relação à abordagem de gestão e à escolha do modelo turístico, que competirá, por um lado, com atividades já estabelecidas que podem ser desincentivadas e, por outro, com outras iniciativas turísticas em desenvolvimento na região (Lima, 2018).

Em diversos territórios onde o turismo convencional se consolidou, a população local foi marginalizada, resultando em periferias empobrecidas ao redor de estruturas e serviços turísticos voltados para turistas e investidores externos. Isso agravou as desigualdades econômicas, aumentou a dependência financeira e levou à privatização de terras e espaços comunitários, reduzindo as áreas disponíveis para moradia e trabalho. Pode-se observar, portanto, que a expansão do turismo gera consequências significativas, alterando a dinâmica da comunidade local, provocando mudanças nos costumes, na organização social do trabalho, nas relações interpessoais, familiares e, frequentemente, nas interações com os próprios turistas (Barreto, 2000 *apud* Silva, 2013).

Assim, concebemos que, além dos impactos sociais negativos, o turismo estritamente globalizado provoca significativas mudanças nas paisagens naturais, cujas características originais, como solo, vegetação, relevo e regime hídrico, se deterioram devido a essas atividades humanas insustentáveis. Essas práticas, frequentemente, não se harmonizam com o contexto social ao seu redor e não favorecem um contato verdadeiro do turista com a realidade local. Para obter resultados satisfatórios, é importante não concentrar a avaliação apenas nos resultados alcançados, é necessário estendê-la aos outros processos. “Por meio desses mecanismos de controle, os desvios podem ser detectados e é possível reprogramar atividades e fornecer elementos para as inevitáveis revisões” (Brasil, 2007, p. 64). Logo, no desenho dos planos e programas de turismo, o monitoramento e avaliação já devem estar previstos.

Esses instrumentos permitem que identifiquemos e avaliemos os resultados das ações desenvolvidas - não se pode esquecer, por outro lado, que a elaboração do planejamento deve ser integrada e colaborativa. O comprometimento oportuniza uma exploração equilibrada das atividades turísticas almejadas pelos programas desenvolvidos. Elaborar um planejamento integrado e participativo é tarefa árdua, mas é um importante instrumento para a

democratização do processo e para o aumento das possibilidades de engajamento das comunidades envolvidas. Com esse engajamento, sobem as expectativas da exploração equilibrada da atividade turística e das mudanças estruturais pretendidas pelos programas.

#### 7.4 A SUSTENTABILIDADE COMO UMA CATEGORIA QUE EXCDE O MEIO AMBIENTE

O termo sustentabilidade no turismo é frequentemente associado ao meio ambiente, em especial aos atrativos naturais, como demonstrado anteriormente. A categoria sustentabilidade não está ligada fundamentalmente à demanda ambiental, supera a condição conservacionista ao alargar sua definição para fluxo contínuo, como se percebe etimologicamente. Isto é, o desenvolvimento sustentável visa minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais. A sustentabilidade “refere-se à capacidade de se ‘atender às necessidades da geração atual, sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras’” (Mtur, 2007, p. 10 *apud* Godoy, 2015, p. 2).

Como fins de definição, as políticas “conservacionistas” se diferenciam das “preservacionistas”<sup>116</sup> (Pereira; Diegues, 2010). Para as últimas, embasadas por um projeto global, há dicotomia entre humanidade e natureza, necessitando proteger esta contra a interferência humana. Essa corrente considera a intervenção humana na natureza como algo negativo, abrangendo até mesmo as ações realizadas por comunidades chamadas de “tradicionalis”, caso não sejam estritamente planejadas (Narloch; Machados; Scheiner, 2019). O pensamento conservacionista é “um projeto de sociedade, como outros existentes, formulado e defendido em geral por atores sociais com seu *habitus* formulado no contexto dos centros urbanos, ou seja, sem uma história de vida relacionada ao uso direto das florestas” (Silveira, 2008, p. 20-21). Já para as primeiras, com pensamento influenciado pelo local, embora parta do princípio da proteção dos recursos naturais, pode-se associar as relações humanas à natureza, desde que a interferência seja feita de modo sustentável nos ecossistemas. “Este olhar global, necessidade construída na modernidade, talvez não tenha condições de se concretizar de forma absoluta, a não ser como uma multiplicidade de olhares globais que podem ser conflitantes entre si” (Silveira, 2008, p. 26). Isto é, o que se entende como local não deve ser visto como o oposto do global, mas como uma parte essencial que o compõe.

---

<sup>116</sup> Ou “socioambientalistas” (Cardoso *et al.*, 2020).

Silveira (2009) dispõe que a modernidade (Latour, 2013), com base na divisão ontológica entre natureza e cultura, traça fronteiras que possibilitam aos membros de diferentes campos disciplinares adotar políticas espaciais específicas para cada lado dessa separação. “As fronteiras entre o natural e o cultural passam, portanto, a ter existência na experiência vivida a partir do projeto moderno” (Silveira, 2009, p. 84). Para Latour (1994), a modernidade é uma construção que se baseia na separação entre natureza e cultura, e que não é efetivamente possível sermos modernos. De um lado, temos misturas entre gêneros de seres completamente novos: “híbridos” de natureza e cultura; de outro, “purificados”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas: a dos humanos e a dos não humanos. Assim como anuncia Silveira (2009), a manifestação de dimensões híbridas do mundo contemporâneo fez com que Latour (1994) afirmasse que essa divisão é uma ilusão: nunca fomos realmente “modernos” porque é possível separar efetivamente as esferas do social e do natural. Para Latour (1994), a “modernidade” não se define como um estado ou uma época que nos liberta de crenças ou nos torna “puros”. Trata-se, na verdade, de um conjunto de práticas que busca traçar limites entre o humano e o não humano, sem jamais conseguir realizar essa separação de forma definitiva.

A modernidade seria portanto uma ilusão? Não, é muito menos que uma ilusão, e muito menos que uma essência. É uma força acrescentada a outras, as quais por muito teve o poder de representar, de acelerar ou de resumir, mas a partir de agora não mais, não completamente (Latour, 1994, 45).

Silveira (2009) observa que a presença de híbridos na paisagem, decorrentes da divisão moderna entre natureza e cultura, é uma separação que se mostra insustentável como estratégia de uso do espaço. Sua pesquisa evidenciou que uma paisagem configurada por práticas que segregam áreas dominadas pela natureza daquelas sob influência cultural promove o surgimento de espaços e processos híbridos, que resistem ao processo de purificação. “Os fragmentos florestais [...] caracterizaram-se ao fim da pesquisa como híbridos de natureza e cultura, dificilmente decodificáveis a partir da purificação que os métodos tradicionais da ecologia implicavam” (Silveira, 2009, p. 91-92).

De uma forma bastante enfática, Latour (2004) levanta a hipótese de que a ecologia política não envolve tudo sobre “a natureza”: “[...] em algum momento de sua breve história, a ecologia política não tratou sobre a natureza, sobre sua defesa, sobre sua proteção” (Latour, 2004, p. 17). Continua o autor: “Esperamos que este desmame, mesmo que pareça um pouco brutal, tenha efeitos mais favoráveis do que manter forçadamente a noção de natureza como único objeto da ecologia política” (Latour, 2004, p. 17). Pode-se perceber que o que

impulsiona essa expectativa é, sobretudo, a perspectiva de um usufruto humano duradouro da natureza, em vez de uma preocupação com a preservação desta para um futuro em que a presença humana possa não ser garantida (Narloch; Machados; Scheiner, 2019).

É exatamente essa a crítica também construída por Fernandez, ao afirmar que é preciso esclarecer a diferença entre “cuidados com o meio ambiente” e “conservação da natureza”. No entanto, nem tudo o que é feito em favor do meio ambiente contribui para a conservação da natureza. O que se deve fazer, portanto, com a ecologia política? Segundo Latour (2004), não se tem uma resposta definitiva. A principal barreira que congela o desenvolvimento do discurso público é a natureza, como a distinção entre a prática dos movimentos ecológicos e a teoria dessa prática militante.

Se recorremos, entretanto, a esta perigosa distinção, é porque os movimentos ‘verdes’, querendo restituir a natureza uma dimensão política, tocaram no coração do que chamamos de Constituição moderna. Ora, por uma extravagância estratégica [...], *sob excusa de proteger a natureza, os movimentos ecológicos também conservaram a concepção da natureza que torna impraticável seu combate político*. Por que ‘a natureza’ é justamente feita [...] para eviscerar a política, não se pode pretender conservá-la jogando-a toda no debate público. Temos, pois, o direito, no caso curioso da ecologia política, de falar de um divórcio crescente entre sua prática abundante e a teoria que ela tem (Latour, 2004, p. 43, grifos do autor).

Grosso modo, para Latour (2004), a ecologia política, apesar de tentar falar sobre natureza, ao final, somente expõe sobre a participação (agência) humana nesse processo. Também almeja proteger a natureza ao abrigo do ser humano, o que significa, em todo caso, voltar “a incluir também os humanos, que intervém, ainda mais vezes, de forma ainda mais refinada, ainda mais íntima, e com uma aparelhagem científica ainda mais invasora” (Latour, 2004, p. 45). Há também, no uso do termo “sustentabilidade ambiental”, uma visão antropocêntrica, visto a preocupação apenas com os direitos de nossa própria espécie. Como Fernandez (2005, p. 13) nos lembrou, “nem tudo o que é feito em favor do meio ambiente contribui para a conservação da natureza”.

Cada vez mais, as missões sobre as quais a própria ecologia política se debruçou foram conduzidas pelo ser humano, “para o bem estar, o prazer ou a boa consciência de um pequeno número de humanos, cuidadosamente selecionados, que se chega a justificá-la [...]” (Latour, 2004, p. 45). De acordo com o autor, nós, leitores, talvez estejamos espantados com o que ele chama de paradoxo. A versão “popularizada” da ecologia profunda está presente na nossa cabeça, o movimento “que pretende reformar a política dos humanos em nome ‘dos equilíbrios superiores da natureza’” (Latour, 2004, p. 54).

Segundo Latour (2004), toda política é definida por sua relação com a natureza. Como consequência disso, não se tem a opção de escolher sobre o que podemos fazer ou não com a ecologia política, mas somente “de fazê-lo sub-repticiamente, distinguindo *as questões da natureza e as questões da política*, ou explicitamente, tratando-as como uma só questão que se propõe a todos os coletivos” (Latour, 2004, p. 11, grifo do autor). Essa ecologia política tem como preocupação fazer entrar a natureza na vida pública. Ecologia política esta que, para o autor, numa perspectiva conceitual, ainda duas décadas atrás nem tinha começado a existir. Em conformidade com esse pensamento, os termos ecologia e política meramente se conjugaram sem repensar absolutamente os componentes. “Acreditou-se, muito depressa, que bastaria reempregar tais ou quais conceitos antigos de natureza e de política, para estabelecer os direitos e as formas de uma ecologia política” (Latour, 2004, p. 13). Nesse sentido, a ecologia política era uma questão ultrapassada e incapaz de “reconciliar” o ser humano e a natureza, sendo que o movimento da ecologia depende grandemente das ciências para se tornar visível, com poucas exceções.

A ecologia política felizmente tornou-se *marginal* até hoje, porque não compreendeu ainda nem sua política, nem sua ecologia. Ela crê falar da Natureza, do Sistema, de uma Totalidade hierarquizada, de um mundo sem o homem, de uma Ciência garantida, e são justamente estes propósitos muito ordenados que a marginalizam, ao passo que os propósitos descolados de sua prática talvez lhe permitissem chegar, enfim, a maturidade política, se ela conseguisse alcançar-lhe o sentido (Latour, 2004, p. 48, grifo do autor).

O acionamento da sustentabilidade, em situações contemporâneas, remete a uma analogia comparativa e histórica - a sociedades consideradas sustentáveis. Temos noção da problemática afirmação de que as sociedades “primitivas” ou “pré-capitalistas” mantinham uma relação harmoniosa com a natureza. A assertiva é duvidosa pela sua generalidade e ranço evolucionista, que considera semelhantes tais sociedades, mas também pelo romantismo, “que sugere possuírem [...] um grau de consciência e atividade planificadas difícil de imaginar mesmo no caso de grupos pequenos” (Foladori; Taks, 2004, p. 324).

Obviamente, não está se afirmado que as sociedades citadas detêm a mesma influência negativa sobre a natureza que as sociedades capitalistas contemporâneas, mas que, mesmo em um nível orgânico menor, podem-se registrar consequências bastantes significativas. Nesse sentido, mesmo possuindo conhecimentos e práticas que acarretam à reprodução da natureza externa, as sociedades dispõem também de outros conhecimentos e práticas que ocasionam efeitos degradantes sobre os ecossistemas. De todo modo, a conclusão geral é a de que a natureza não pode ser considerada como algo externo, em que as sociedades

podem se adaptar, mas como um entorno de correlação, “no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa” (Foladori; Taks, 2004, p. 326).

No entanto, criticar o “pensamento ambiental romântico” não quer dizer ser indiferente às práticas tradicionais, consideradas, frequentemente, como ineficientes pela ciência hegemônica. Um bom exemplo é “o reconhecimento de que a propriedade coletiva dos recursos naturais não conduz necessariamente [...] a uma atitude negligente ou depredatória sobre o meio ambiente” (Foladori; Taks, 2004, p. 327). Portanto, podemos afirmar que não há prerrogativas e nos encontramos sem alternativas, já que a degradação se mostra como um comportamento cultural universal?

A desmistificação da “ecologia harmônica” não tira as importantes contribuições que a Antropologia Ecológica tem oferecido na relação entre as sociedades e a natureza, para que não se caia nas armadilhas do ambientalismo romântico, nem na apologia modernista do capitalismo. Chama-se “de antropologia ecológica o conjunto de estudos, institucionalmente marcados no interior da antropologia, que buscam conhecer a diversidade e as similaridades das experiências humanas [e não-humanas (Latour, 2012)] em relação a seus ambientes” (Foladori; Taks, 2004, p. 343). A Antropologia Ecológica possui inúmeras e diversificadas perspectivas, e não convergem para os mesmos objetivos. É fundamental destacar a importância desses estudos, que transpassam áreas como a geografia humana e cultural, as relações entre seres humanos, bio e geoambientais, além de englobar campos da ecologia pura: geomorfologia, geologia, entre outros.

A Antropologia está diretamente ligada à produção de conhecimento sobre a relação dos grupos e meio ambiente, o que não é surpresa, “já que, por seus antecedentes empíricos e metodológicos, ela está entre as ciências sociais mais bem situadas para entender a questão ambiental, abordando-a de um ponto de vista global e interdisciplinar” (Foladori; Taks, 2004, p. 323). A Antropologia, de fato, nasceu questionando-se sobre a transformação antrópica que os grupos lançaram em seu ambiente, sobre as diferenças e continuidades da espécie humana em analogia aos outros seres (protagonismo questionado por Latour (2012)). Como afirmam Foladori e Taks (2004), o advento da Antropologia no contexto colonial, no qual era ligada às políticas de controle e mudança social, consequentemente ainda a faz herdeira de uma vocação de análise e intervenção.

A historiografia, aponta Perrota (2024), indica que a questão ambiental começou a se consolidar como um problema público na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972.

Cardoso *et al.* (2020) descrevem que o tema da sustentabilidade passou a receber considerável atenção de antropólogos e outros cientistas sociais nos anos 1990 e ao longo da primeira década de 2000. Esse interesse crescente foi impulsionado, em grande medida, pela ascensão dos movimentos socioambientais e pela incorporação de questões ambientais nas pautas sociais; em especial, entre os povos indígenas e comunidades locais que enfrentavam projetos de desenvolvimento e eram impactados por iniciativas de conservação que afetavam seus territórios e modos de vida, como a criação de áreas de proteção.

Compreendemos que a antropologia pode e deve continuar a ter um papel central nos debates e atuações em conexões locais e globais sobre ambiente, ambientalismo e desenvolvimento sustentável, se debruçando sobre territórios destinados à proteção especial do Estado ou protegidos pelos povos e comunidades tradicionais, com fins de perpetuar diversos modos de existências (Cardoso *et al.*, 2020, p. 12).

A Geografia Humana, desde o século XIX, também se dedicou ao estudo e análise da diversidade e das similaridades da experiência humana nos biomas, ecossistemas ou nas configurações ambientais. É preciso refletir a alienação ambiental não apenas na dimensão técnica, mas também nas relações sociais de produção (Foladori; Taks, 2004). Independentemente dos casos industrial ou pré-industrial,

a avaliação dos impactos da mudança tecnológica exige um estudo do contexto, no qual as pessoas sejam distinguidas na qualidade de produtores ou de usuários, mais do que vistas exclusivamente como vítimas consumistas da tecnologia transferida (Foladori; Taks, 2004, p. 329).

Embora tenham se sucedido décadas desde que soaram os primeiros alertas sobre a questão ambiental, Perrota (2024) afirma que ainda assim não seguimos presenciando o agravamento da crise. Foram necessárias cinco décadas para o desenvolvimento passar a ser qualificado como sustentável. “E, se por um lado, nos vemos na urgência de vislumbrar saídas contra o fim do mundo, por outro, vemos que os projetos que servem para acelerá-lo continuam a pleno vapor e, inclusive, sendo pensados como promessas de novos mundos” (Perrota, 2024, p. 254). Apesar das várias pesquisas que evidenciam seus limites e insuficiências, em vez de ser reconhecido como um problema, esse elemento tem sido tratado como a solução para os desafios socioambientais que enfrentamos - e que ele próprio contribui para agravar. Como consequência, continuamos a assistir à aceleração do desenvolvimento e ao agravamento da crise ecológica (Perrota, 2024).

Além do idealismo, o desenvolvimento sustentável existe? Segundo estritamente a literatura especializada (Fernandez, 2005), a definição de sustentabilidade ambiental é, na prática, muitas vezes assumida, mas sem mesmo ser testada ou demonstrada. Para a sustentabilidade ambiental, o recurso natural renovável - população biológica de determinada espécie – necessita que o número de indivíduos retirados da população biológica seja menor do que a capacidade natural de se recompor, levando em consideração a mortalidade natural (Fernandez, 2005). De acordo com as afirmativas, o único modo “de saber se uma exploração é de fato sustentável é por meio de um monitoramento demográfico a longo prazo da população biológica em questão, que mostre conclusivamente que ela não está declinando” (Fernandez, 2005, p. 7).

Apesar de criticada por Fernandez (2005), há casos que propõem uma forma de exploração de recursos com impacto ecológico menor do que formas atuais mais devastadoras, embora o uso de recursos considerados menos danosos possam não ser, necessariamente, sustentáveis. Chamo atenção para diferenciar práticas de redução de danos ambiental e espúrias atividades sustentáveis. Faço essa ressalva por observar, em Ponta Grossa, como constantemente explicitado por alguns moradores, indícios de que nem todas as práticas turísticas na comunidade realmente seguem princípios sustentáveis. A implementação de um turismo de base comunitária genuíno exige não apenas o envolvimento direto da comunidade, mas também práticas que respeitem o ecossistema e que tragam benefícios duradouros para os moradores. No caso de Ponta Grossa, há sinais de práticas que podem prejudicar a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, como a evacuação de esgoto em mangue, o acúmulo financeiro e a construção de estabelecimentos que descharacterizam o local. São ações que causam impacto ambiental negativo, como poluição e destruição de áreas naturais, ou a adoção de práticas culturais superficialmente adaptadas para agradar o turista, mas que acabam por distorcer ou esvaziar o modo de existir da comunidade.

Nesses casos, o espaço natural é comunicado superficialmente, de maneira fragmentada ou descontextualizada de seus aspectos históricos, científicos, sociais ou culturais, geralmente sob a forma de estratégias de *marketing* voltadas à atratividade turística. Como efeito colateral comum a essas ações [...] observa-se frequentemente que sua implantação prioriza especialmente as expectativas econômicas (Narloch; Machado; Scheiner, 2019, p. 983-984).

Quando não são neutralizados por essas disputas, baseadas nas lógicas de competitividade e “sustentabilidade”, acabam sendo convertidos em elementos de atração, direcionados a incrementar o valor econômico (Narloch; Machado; Scheiner, 2019). Nesses

contextos, devemos inferir que o conhecimento demográfico - literalmente o estudo das populações - seja suficiente para demonstrar que as alternativas possam ser sustentáveis de fato. Muitas bandeiras sobre posturas ecologicamente melhores e mudanças em relação aos recursos naturais têm sido levantadas, o que precisamos agora é nos perguntar se essas mudanças são reais e se são, efetivamente, suficientes para a resolução dos problemas que enfrentamos.

Esse tipo de projeto “tem se estabelecido em uma posição privilegiada de poder nos últimos anos, quando a questão da conservação da biodiversidade e do uso racional dos recursos naturais ganhou legitimidade na arena da política internacional” (Silveira, 2008, p. 21) Como aponta Lima (2018), foi apenas nas três décadas que a dimensão ambiental foi elevada devido à crescente importância da ecologia na contemporaneidade, especialmente em um contexto marcado por desastres ambientais que afetaram vastas áreas e regiões do planeta. No entanto, esses potenciais benefícios nem sempre se manifestam nos destinos receptores, uma vez que a lógica capitalista ignora impactos significativos nesses contextos, como a alteração de usos e costumes locais, a estagnação ou eliminação de atividades tradicionais (como pesca e extração), a dependência econômica, a degradação ambiental e a desconsideração das culturas das comunidades que recebem os visitantes. Ao criar noções estereotipadas no contexto da globalização, acaba fomentando “a destruição das singularidades paisagísticas e culturais, estabelecendo uma integração seletiva e hierarquizada dos lugares, além de ampliar as condições de marginalidade econômica de muitas comunidades” (Lima, 2018, p. 108-109).

A proposta de Silveira (2008) é considerar que não há oposição entre interesses locais e globais quando se busca a conservação ambiental. Para o autor, os interesses locais não possuem um caráter mais “individualista” e não estão focados no uso dos recursos de uma área específica, sem considerar sua inserção em um contexto ambiental global; assim como os interesses globais, que também não abrangem uma perspectiva mais ampla sobre questões ambientais, compartilhada por grupos conservacionistas preocupados em preservar os recursos de áreas vistas como ecologicamente relevantes.

A principal consequência moral de se considerar absoluta esta oposição simplificadora é a justificação de políticas de conservação em que o interesse global sobressai sobre o interesse local, ou seja, que na defesa das questões ambientais globais muitas vezes é necessário passar por cima das questões sociais locais (Silveira, 2008, p. 20).

Essa “colonialidade” (Mignolo, 2005) segue uma lógica subjacente que estrutura o mundo moderno, transcendendo a experiência de colonização em si, abrangendo aspectos sociais, culturais, econômicos e epistêmicos que formaram o Ocidente e seus relacionamentos com o restante do mundo. É por isso que Mignolo (2005) afirma que a modernidade se desenvolveu a partir de uma visão eurocêntrica, em que práticas e saberes de povos colonizados foram desvalorizados, criando uma hierarquia global de conhecimento e poder. O resultado é que o capitalismo, assim como a modernidade, é visto como um fenômeno europeu, em vez de global, do qual todos fazem parte, embora ocupando diferentes posições de poder. “Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza” (Mignolo, 2005, p. 72). O hemisfério ocidental é abordado, pois, como o cenário no qual essa dinâmica se consolida e propaga, impactando as epistemologias e identidades dos países colonizados. “Consequentemente, só concebe o sistema mundo moderno do ponto de vista de seu próprio imaginário, mas não do ponto de vista do imaginário conflitivo que surge com e da diferença colonial” (Mignolo, 2005, p. 72).

Na concepção de Mignolo (2005), a emergência do movimento zapatista, a força do imaginário indígena e a difusão global de seus discursos nos levam a refletir sobre futuros possíveis que transcendem qualquer fundamentalismo - seja ele civilizatório, ideológico ou religioso. Esses fundamentalismos, tal como se configuraram hoje, são produtos históricos de uma “exterioridade interna” a que foram relegados (ou seja, submetidos) pela autodefinição do Ocidente e seu domínio sobre o hemisfério ocidental. O desafio da “ocidentalização” do planeta, para Mignolo (2005), reside no fato de que, nos últimos quinhentos anos, o mundo inteiro, sem exceção, teve de responder de alguma forma à expansão ocidental.

As pessoas e as coisas se movimentam através das fronteiras. Apesar do fascínio pelo hibridismo, é preciso um olhar mais acurado e desconvencionalizado (Wagner, 2010), e não procurar linearidade em mudanças. Os grupos não podem ser julgados como unidades fechadas, homogêneas, com funcionamentos denominados por fronteiras, ou seja, por exclusão (Friedman, 2002). Não seria um puro essencialismo afirmar que o mundo era uma espécie de mosaico no qual as unidades culturais eram separadas, mas que, com a globalização, essas unidades foram abertas e a cultura está hoje fluindo em todo o mundo, criando um processo de mistura referido como hibridismo? “Entre o global e o local, cabe considerar a diversidade na homogeneização, e passar, assim, a atentar não para totalidades, mas arranjar e ordenar textualmente fragmentos, relacionando sistematicamente as partes” (Grünewald, 2001, p. 27). Isso possibilita manter a compreensão de que o global se manifesta

e se consolida através do local, enquanto este se revela como uma particularização do global (Lima, 2018).

Da mesma forma como Trouillot (2018) aborda o Caribe como um espaço dinâmico e multifacetado, essencial para a compreensão da teoria antropológica contemporânea. Para ele, a região é descrita como uma “fronteira aberta”, devido à sua história de colonização, migrações e intensas trocas culturais, que deram origem a identidades híbridas e processos de resistência cultural. O autor destaca o Caribe como um espaço teórico essencial para o debate sobre globalização, transnacionalismo e diáspora, sublinhando a relevância de estudos que vinculem as experiências locais às dinâmicas globais.

Essa região, em que demarcações são notoriamente imprecisas, há tempos tem sido a fronteira aberta da antropologia cultural: nem centro nem periferia, mas uma espécie de terra de ninguém onde pioneiros se perdem, onde alguns pernoitam a caminho de melhores oportunidades, e onde outros ainda logram criar seu próprio “Novo” mundo, em meio à indiferença do Primeiro Mundo (Trouillot, 2018, p. 197).

A globalização é, na maioria dos casos, abordada de forma não tão otimista, no máximo é aceita como um fato “natural”. Da mesma forma, funciona o hibridismo, que deve ser percebido de forma específica, pois em alguns casos o que o antropólogo acusa de constituir como algo que se assemelhe ao hibridismo, a partir de sua perspectiva cultural, pode não ser designado pela localidade – é problema para nós, não para eles, talvez. Há uma tendência em confundir nossas próprias perspectivas com a noção êmica de pessoas que estamos tentando entender. O suposto hibridismo pode ser simplesmente apenas “nossa” identificação de uma matéria “fora” de lugar, aponta Friedman (2002). “Em todo caso, o verdadeiro debate não é sobre se a heterogeneidade existe, mas sobre onde situá-la e, literalmente, o que fazer com ela” (Trouillot, 2018, p. 209).

Encerramos esta subdivisão do texto afirmando concordar que o “ambientalismo utópico”, aquele discurso quase impraticável de um mundo ideal, não pode ser tomado como única alternativa, as práticas ambientais de baixo impacto devem ser levadas em consideração e potencializadas como forma de aproximação da dimensão sustentável; de outro, o que não pode ser aceito é o uso do termo “sustentabilidade” como forma de obter permissão para a exploração de recursos naturais, quando não há preocupação com a degradação. A utilização de expressões imprecisas como essas para fins de promoção, sem a devida evidência prática e a divulgação de informações adicionais sobre o manejo adequado dos resíduos produzidos tem sido adotada como práticas enganosas para transmitir uma imagem de compromisso com

a responsabilidade ambiental e obter vantagens competitivas no mercado (Barreto *et al.*, 2023a).

Isso não significa atender e defender os valores comuns à sociedade globalizada (Scheiner, 2017). O necessário é aproveitar as oportunidades geradas pela tendência global de intercâmbio de produtos, serviços e culturas para fortalecer e valorizar o que é local, promovendo um desenvolvimento real e reduzindo as desigualdades da globalização hegemônica (Lima, 2018). Em corroboração, Friedman (1990) afirma que as lógicas convencionais para decifrar as complexas formas de consumo não podem fornecer uma “receita” para a organização da vida social. Isso não passa de abstrações de produtos sociais, quer dizer, refletem só os produtos dos quais são abstraídos, mas não geram esses produtos. Para compreendê-los, é preciso observar a maneira específica como são constituídos. De acordo com Friedman (2002), esse fluxo é o atual estado de coisas em um mundo globalizado (pessoas, coisas, cultura e dinheiro).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enveredar por terrenos fronteiriços, corremos um duplo risco. O primeiro é o de, caminhando por regiões pouco conhecidas, ausentes nos mapas e guias, perdermos-nos em nossos caminhos. O segundo risco é o de sermos interpelados pelos soldados das fronteiras, prontos a vigiar as linhas demarcatórias dos territórios, barrando a entrada dos que não possuem autorização (Silveira, 2009, p. 83).

Para os atores envolvidos no projeto de construção do MAPA (moradores de Ponta Grossa, Iphan/CE e Prefeitura Municipal de Icapuí), o empreendimento turístico pode gerar, na comunidade local, um interesse mais robusto em relação à preservação dos patrimônios arqueológico e ambiental. Nesse contexto, o turismo, quando planejado e avaliado de maneira criteriosa, apresenta-se como uma ferramenta capaz de potencializar tais benefícios, promovendo a valorização cultural e ambiental da região. Para compreender essa perspectiva, realizamos uma análise histórica e etnográfica da Praia de Ponta Grossa, abarcando os vestígios arqueológicos e o território como elementos essenciais para desvendar a complexa relação entre os patrimônios da comunidade e as formas pelas quais seus habitantes interagem, habitam e exploram o meio ambiente no contexto do turismo sustentável.

Refletimos sobre os possíveis eventos que levaram o Sr. Josué a ser reconhecido como um filtro sociocultural em relação à comunidade de Ponta Grossa. Embora o arranjo do acervo refletisse anseios e concepções pessoais, ele o fazia em relação ao(s) Outro(s). Isso ocorre porque, mesmo quando centralizado no sujeito individual, o ato de colecionar dialoga com o coletivo (Meneses, 1998). Com o processo de musealização, o Sr. Josué buscava facilitar a compreensão das trajetórias dos antepassados. Seu interesse não se limitava às análises arqueológicas, mas incluía um esforço para interpretar e classificar o mundo por meio dos artefatos coletados e musealizados. Esse processo envolvia aspectos sociais e simbólicos, indo além das relações entre técnica e forma (Ribeiro; Van Velthem, 1992). Assim, o objetivo do Sr. Josué era investigar as origens e raízes, não apenas das matérias-primas e técnicas de produção dos artefatos, mas também do passado enquanto elemento fundamental para compreender as identidades que se formaram ali.

Dessa forma, a musealização do acervo em Ponta Grossa, em sua etapa inicial, não se configurou como uma experiência museológica convencional. Tratou-se de um processo de musealização que começou sem um museu físico, através da intuição museológica (Ferreira, 2021) - com o museu apenas imaginado em suas diversas possibilidades - e que, ao longo do tempo, evoluiu para a criação de um espaço expositivo idealizado como museu. Atualmente, esse processo ganhou dimensões que ultrapassaram a vontade individual, tornando-se uma

iniciativa coletiva e, mais importante ainda, colaborativa, marcada pela participação ativa dos moradores em todas as ações relacionadas à construção de um museu na comunidade. Isto é, o processo de musealização deixou de ser reivindicado individualmente e de abranger apenas os artefatos arqueológicos: agora contempla o território de Ponta Grossa como patrimônio, assim como a experiência do MAPA se consolidou como modelo de museu de território (Scheiner, 2015) e colaborativo, ao passo que a comunidade se percebeu protagonista na sua construção. Nesse contexto, o território pode ser entendido como parte de um processo museológico, sendo apropriado por meio de ações de musealização que visam preservar e comunicar o patrimônio. Essa transição reflete uma mudança paradigmática na Museologia, pois observa-se que, no desenvolvimento da disciplina, novas abordagens e experiências ampliam as possibilidades de interação entre os museus e as comunidades. Além disso, a análise reforça a ideia de que os museus e os processos de musealização são contextuais e dinâmicos. Eles não apenas abrigam coleções, mas também participam ativamente na construção de um senso de pertencimento e na valorização do patrimônio.

Reconhece-se que as práticas museológicas, independentemente de suas origens, possuem uma orientação voltada para o social. Contudo a análise deste trabalho permitiu observar que os museus comunitários tendem a operar por meio de relações colaborativas, enquanto os museus tradicionais que buscam maior abertura frequentemente recorrem a estratégias de participação (Ferreira, 2020). Nesse contexto, a crítica apresentada à concepção de “outras museologias” não pretende minimizar ou invisibilizar os debates em torno da Museologia Social e da Nova Museologia; pelo contrário, reconhece a relevância histórica e teórica desses movimentos, que buscaram organizar e dar sentido às transformações observadas no campo museológico. Tais movimentos contribuíram para a ampliação de conceitos e definições na Museologia, além de impulsionar práticas que valorizam a colaboração com atores locais nos territórios onde os museus atuam. Esses avanços evidenciam o potencial dos museus como espaços de diálogo, inclusão e transformação, destacando a importância de práticas colaborativas para o fortalecimento do papel social da Museologia Contemporânea.

Buscamos refletir criticamente sobre os modelos epistemológicos que fundamentam a Museologia Contemporânea, em especial aqueles usualmente categorizados como “Nova Museologia” ou “Museologia Social”. As definições desses conceitos podem ser compreendidas, em minha visão, mais como reivindicações e respostas às práticas não colaborativas da Museologia do que como propostas de outras museologias, conforme frequentemente interpretado. A partir dessa análise, propus o termo “Museologia

Colaborativa” como uma alternativa epistemológica que se contrapõe à chamada “Museologia Tradicional”, historicamente marcada por abordagens normativas e verticalizadas. Essa proposta não nega a relevância dos modelos conhecidos como “Nova” e “Social” na Museologia, ao contrário: reconhece e valoriza a diversidade de contribuições e perspectivas que os sustentam (Bralon Soares; Magaldi, 2020). No entanto, questiono a ideia de que esses modelos constituam formas distintas ou independentes de Museologia.

Buscou-se explorar o conceito de “Museologia Colaborativa” como uma proposta teórica e prática inspirada pela “metodologia colaborativa”, que tem se consolidado como uma importante vertente do campo antropológico no início do século XXI (Garrabé, 2022). Diferentemente da noção de “museologia compartilhada” - associada a iniciativas como exposições e curadorias compartilhadas, orientadas pelo diálogo e inclusão de grupos cujos objetos estão musealizados, especialmente em instituições tradicionais -, a Museologia Colaborativa apresentada aqui propõe um alinhamento epistemológico que vai além do mero diálogo, englobando práticas efetivamente colaborativas em todas as etapas do processo museológico. A escassa literatura brasileira sobre Museologia Colaborativa (Tomé, 2016; Russi; Abreu, 2019; Cury, 2022), ou sobre práticas colaborativas em museus, concentra-se principalmente no compromisso histórico com a defesa dos povos indígenas (Oliveira, 2004 *apud* Garrabé, 2022). Nesse contexto, o conceito de “compartilhamento” busca repensar práticas museológicas, incluindo a produção e o colecionamento de cultura material, a documentação e as exposições, a partir de abordagens fundamentadas em pesquisas etnográficas (Russi; Abreu, 2019).

Como discutido, o fenômeno museu pode se manifestar de diversas maneiras, refletindo as preferências das sociedades (Scheiner, 2015). Essas diferentes manifestações dão origem a modelos teóricos variados, alguns mais alinhados a métodos colaborativos, como os museus comunitários, e outros menos, como os museus tradicionais ortodoxos. Em ambos os casos, observa-se atualmente uma mudança de paradigma no que diz respeito ao espaço e ao público, que não são mais vistos apenas como um edifício habitado por visitantes passivos. As definições que buscam caracterizar outras museologias são entendidas, neste trabalho, como respostas às práticas não colaborativas perpetuadas por museus que não adotam tais abordagens. Ainda que a crítica à representação seja fundamental, não se deve tratá-la como uma disciplina à parte, mas como parte integrante da disciplina que a formula - um movimento, modelo ou paradigma, que contribui para o refinamento teórico e prático da Museologia.

Com esse argumento desmistificador, a pesquisa entende que os museus comunitários também são espaços de conflito e não se encerram em si mesmos, como se fossem autossuficientes (Brulon Soares; Scheiner, 2009). Entretanto, seus discursos e ações precisam estar alinhados a relações horizontais, evitando a concentração de poder que inviabiliza a colaboração. Há um receio de que a gestão colaborativa permaneça apenas no campo da utopia. Para superar essa limitação, os museus devem repensar sua condição tradicional de palácio ou templo (Santos, 2017) e adotar uma perspectiva contextualizada e sincrônica, substituindo a simples contemplação pelo agenciamento. A força desses museus reside na dinâmica que envolve os indivíduos que os conduzem, permitindo uma maior articulação no âmbito local. Assim, os museus comunitários podem se tornar experiências mais inclusivas e abertas, buscando dialogar também com públicos externos às comunidades. Eles representam processos vivos, modelos plurais que visam fortalecer os atores locais como protagonistas na missão museológica.

Com os museus comunitários no centro da análise, buscamos explorar as interações entre as produções teóricas e as experiências práticas, a fim de compreender os processos desencadeados pelo fenômeno turístico. Essa abordagem visou contribuir como um recurso essencial para o planejamento equilibrado e sustentável das localidades receptoras. No que diz respeito às iniciativas comunitárias, ainda há uma carência de ações integradoras que articulem os poderes públicos, os setores museológicos e o turismo. Ao contrário do que muitas vezes se argumenta, a institucionalização, o planejamento profissional ou as parcerias estabelecidas pelos museus comunitários não comprometem o potencial transformador do movimento colaborativo.

Uma das principais contradições observadas ao longo desta pesquisa reside na própria concepção do MAPA. O Museu, apesar de ser administrado por meio de um Termo de Cooperação Técnica, posiciona-se de forma explícita contra o turismo predatório. Ao mesmo tempo, adota o turismo como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico local, desafiando os paradigmas tradicionais associados à globalização, conforme discutido por Friedman (2002). No entanto, o projeto de criação do MAPA não se limita a rejeitar a lógica do capital vigente ou a reproduzir os fundamentos liberais da economia (Lima, 2014). Em vez disso, propõe uma abordagem alternativa que opera dentro de uma perspectiva “glocal” (Robertson, 2003), na qual o sistema econômico global é reinterpretado e ajustado às dinâmicas específicas da comunidade local. Essa postura evidencia um esforço em conciliar as contradições inerentes ao modelo global de desenvolvimento com os valores e necessidades da comunidade.

A pesquisa reafirma que os discursos e práticas museológicas baseados em concepções progressistas não podem ser reduzidos a um caráter instrumental e despolitzante, como bem argumenta Lima (2014). A gestão colaborativa, longe de ser meramente uma questão técnica, revela-se uma prática intrinsecamente política. Isso se deve ao fato de que modos de gerenciamento simétricos necessariamente dialogam com dimensões políticas mais amplas. Sob essa perspectiva, os objetivos desenvolvimentistas dos museus comunitários não devem ser confinados à lógica das agências de financiamento transnacionais. O caráter utilitário dessas iniciativas, embora presente, constitui apenas um aspecto de suas finalidades, muitas vezes secundário. Museus comunitários comprometidos assumem, de forma preponderante, um papel ativo na luta contra desigualdades estruturais, promovendo práticas que transcendem a lógica compensatória e instrumental.

As parcerias com setores estatais ou privados, como as observadas na experiência de Ponta Grossa, demonstram que iniciativas comunitárias podem articular-se com essas instâncias sem abdicar de suas aspirações transformadoras. No entanto, essa articulação exige uma reflexão crítica sobre as implicações dessas relações, especialmente no que se refere ao risco de reforçar narrativas liberais adaptativas. Conforme ressaltado por Lima (2014), é fundamental que o discurso crítico não se limite a uma roupagem progressista sofisticada, mas que se configure como uma estratégia para desafiar e desestruturar o sistema vigente. As reapropriações de ferramentas e narrativas institucionais, quando orientadas por demandas locais, têm o potencial de atuar como instrumentos de enfrentamento e emancipação. Nesse movimento, a desnaturalização dos conceitos hegemônicos no campo museológico abre espaço para a criação de práticas que rompem com lógicas exclucentes, assumindo um caráter transformador e emancipatório. Este processo, longe de se restringir à mera inclusão na ordem vigente, propõe a construção de formas reais de acesso e transformação das bases do modelo institucional contemporâneo. Assim, os museus comunitários se consolidam como agentes fundamentais de mudança, ampliando seu impacto para além de seus limites físicos e simbólicos.

As “controvérsias” relacionadas ao TBC e aos museus comunitários, destacadas neste trabalho, refletem o legado de uma visão que, por muito tempo, tratou o turismo apenas como uma atividade econômica (Godoy; Morettoni, 2017). Contudo, essa perspectiva tem evoluído, e o turismo passou a ser reconhecido como uma prática que integra dimensões ambientais, socioculturais e político-institucionais, configurando-se como uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2007). Durante a elaboração do texto, evidenciamos que uma das principais preocupações na construção do MAPA é assegurar a sustentabilidade do

projeto em suas diversas dimensões. Entre elas, a questão ambiental assume um papel central, especialmente ao considerarmos a relação intrínseca de Ponta Grossa com a territorialidade e a forma de subsistência atrelada ao uso sustentável dos recursos naturais. Como posto, Ponta Grossa se organiza por meio dos vínculos estabelecidos entre os moradores e a exploração sustentável das riquezas naturais do território, sendo que uma mudança dessa lógica pode implicar a desintegração de toda a cadeia local.

Em Ponta Grossa, foi possível identificar o início de um processo de empobrecimento material e cultural que afeta profundamente muitas comunidades receptoras do turismo. Esse fenômeno compromete a capacidade desses grupos resistirem às transformações impostas pela lógica capitalista. Ao se inserirem nesse sistema, suas práticas enfrentam dificuldades para se adaptar, o que representa um desafio significativo para a sustentabilidade de seu modo de vida. Essas dinâmicas revelam a necessidade de repensar as estratégias de turismo de base comunitária e as políticas públicas voltadas à proteção local, para que não sejam reduzidas a meros produtos culturais ou se tornem “invisíveis” no cenário de expansão capitalista. Essa reflexão se torna fundamental para assegurar a sobrevivência e a valorização das especificidades que constituem a riqueza de Ponta Grossa.

As repercussões do turismo nas comunidades receptoras de atividades destacam-se como um dos principais pontos de tensão e debate em Ponta Grossa. O estudo demonstrou que, para muitos moradores, especialmente aqueles que não estão diretamente inseridos no setor turístico, a expansão do turismo é percebida de forma predominantemente negativa. As queixas incluem o aumento do fluxo de visitantes desconhecidos e a construção de barracas que, por sua estética e funcionalidade, são vistas como descontextualizadas e comprometedoras da identidade local.

Ademais, o crescimento turístico foi frequentemente associado a dinâmicas de especulação imobiliária, nas quais comerciantes e empresários locais buscam expandir seus empreendimentos de forma desmedida, gerando impactos diretos sobre o território e os modos de vida da comunidade. Essa percepção reflete um sentimento de resistência ao modelo de desenvolvimento turístico globalizado, que não contempla de forma suficiente as especificidades culturais e ambientais do local. Esses resultados reforçam a necessidade de estratégias de planejamento turístico mais inclusivas e fundamentadas no diálogo com as comunidades receptoras, visando minimizar os impactos negativos e promover um turismo verdadeiramente sustentável e enraizado nos valores locais. Assim, conclui-se que a construção de um modelo de turismo em Ponta Grossa deve priorizar a preservação da

identidade cultural e o respeito às dinâmicas locais, reconhecendo as preocupações dos moradores como ponto central no desenvolvimento de políticas públicas e práticas do setor.

Portanto as atividades turísticas globais mostram seu potencial de transformar tanto a comunidade de Ponta Grossa quanto seu ambiente natural e cultural. Contudo, essas transformações ultrapassam os aspectos materiais, impactando diretamente os modos de existência dos moradores. Como observado ao longo da pesquisa, alguns moradores de Ponta Grossa expressam, em sua vivência, a angústia e a incerteza diante de uma metamorfose que ameaça redefinir as bases identitárias locais. Essa tensão entre a permanência e a mudança reflete um dilema fundamental: a possibilidade de que os próprios moradores deixem de se reconhecer como “pontagrossenses”, à medida que sua comunidade adquire novas configurações. Assim, ao estudar as dinâmicas contemporâneas do turismo em Ponta Grossa, esta tese revela não apenas os impactos socioeconômicos e ambientais, mas também as profundas transformações intersubjetivas que atravessam os habitantes desse território.

Ao longo das últimas duas décadas, o modelo de turismo promovido e financiado pelo Governo do Estado do Ceará tem refletido uma inserção na lógica da economia globalizada. Como aponta Silva (2013), esse modelo compartilha características com estratégias adotadas em países da América Central, como o México e na região do Caribe, evidenciando um padrão que privilegia interesses econômicos em detrimento de dinâmicas sociais e culturais locais. Os impactos desse tipo de desenvolvimento são profundos. Ele promove processos de exclusão social, elitização, privatização de espaços públicos e homogeneização cultural, marcados pela ausência de vínculos comunitários. Além disso, a apropriação privada de áreas públicas, como praias e fontes de água, agrava as desigualdades de renda em um contexto já vulnerável, historicamente caracterizado pela pobreza e pela falta de investimentos estruturais. Outro aspecto preocupante é o alto volume de gastos públicos empregados no incentivo a este modelo de turismo, frequentemente realizado sem consultas significativas à sociedade ou consideração dos interesses da população local. Essa abordagem não só perpetua desigualdades, mas também enfraquece as bases para um turismo de base comunitária, sustentável e integrador, que poderia ser um caminho alternativo para o desenvolvimento regional.

Somente por meio de um planejamento democrático e inclusivo será possível superar os desafios impostos por modelos de turismo excludentes e construir uma dinâmica que valorize as identidades locais e contribua para o bem-estar coletivo. Nesse contexto, os processos de reorganização tradicional das comunidades, potencializados pelo turismo, podem evidenciar sua resistência frente às pressões da lógica capitalista imposta pelo turismo de

massa. Para minimizar ou evitar impactos negativos, é essencial implementar uma gestão adequada, que faça uso de ferramentas como monitoramento e avaliação das atividades turísticas (Brasil, 2007). Esses procedimentos devem ser planejados de maneira a integrar as comunidades receptoras e seus agentes locais. Com essas estratégias, tornam-se instrumentos fundamentais para democratizar o processo e ampliar as oportunidades de engajamento das comunidades envolvidas. Além disso, esses indicadores desempenham um papel crucial na gestão, ao permitir a mensuração de mudanças nas características essenciais para a sustentabilidade de um produto turístico ou de uma região específica.

As análises comparativas (Barth, 2010) realizadas por esta pesquisa confirmam que, em diversos territórios onde o turismo convencional se consolidou, as populações locais frequentemente enfrentaram processos de marginalização, com a criação de periferias empobrecidas em torno de infraestruturas e serviços voltados para turistas e investidores externos. Esse fenômeno intensificou desigualdades econômicas, aumentou a dependência financeira das comunidades e estimulou a privatização de terras e espaços coletivos, reduzindo as áreas destinadas à moradia e ao trabalho comunitário. Essas alterações, como demonstrado ao longo da tese, não apenas alteram a configuração espacial, mas também impactam profundamente as dinâmicas sociais e culturais locais. Mudanças nos costumes, na organização do trabalho, nas relações interpessoais e familiares, além de interações entre moradores e turistas são recorrentes nesses contextos (Barreto, 2000, *apud* Silva, 2013).

O trabalho contribui para o debate acadêmico sobre o turismo de base comunitária ao destacar a necessidade de maior integração entre as produções teóricas e as experiências práticas, uma vez que a literatura sobre o tema ainda apresenta características ingênuas e irrealistas (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016). A Antropologia, ao compreender os processos desencadeados pelo fenômeno turístico, reafirma sua relevância ao oferecer subsídios para um planejamento mais equilibrado e sustentável das localidades receptoras. No contexto específico da construção do Museu em Ponta Grossa, a pesquisa demonstrou como o processo de edificação do espaço cultural impulsiona práticas organizacionais que se situam na interseção de perspectivas frequentemente “conflitantes”. Essa abordagem permitiu não apenas compreender os desafios locais, mas também observar e analisar como interseções semelhantes em outros cenários, tais quais as praias de Canoa Quebrada e Redonda, podem transformar irreversivelmente as comunidades e seus ambientes. Essas transformações estão profundamente vinculadas às dinâmicas globais de cultura e às novas tecnologias, que intensificam os fluxos turísticos (Lima, 2018).

A análise desenvolvida ao longo desta tese destaca que, embora a exploração de recursos com impacto ecológico menor possa ser uma alternativa às práticas mais devastadoras atualmente em uso, isso não equivale, necessariamente, à sustentabilidade. Como discutido, é crucial diferenciar entre métodos que apenas mitigam danos ambientais e aquelas que promovem uma verdadeira sustentabilidade. No contexto de Ponta Grossa, a pesquisa revelou que algumas das práticas turísticas adotadas, apesar de serem apresentadas como sustentáveis, não refletem, na totalidade, os princípios de um turismo de base comunitária genuíno. A implementação desse modelo de turismo exige mais do que um discurso de sustentabilidade; requer o envolvimento ativo da comunidade local, a adoção de práticas que respeitem o ecossistema e a geração de benefícios duradouros para os moradores. Contudo, apontamos para a existência de desafios significativos em Ponta Grossa, como o manejo inadequado de esgoto em áreas sensíveis como os manguezais, a concentração de recursos financeiros em poucas mãos e a descaracterização do ambiente local por construções inadequadas.

Práticas culturais ajustadas de forma superficial para atender às expectativas dos turistas, muitas vezes, distorcem e desvalorizam a identidade e o modo de vida da comunidade. Esses fatores não apenas comprometem a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, mas também fragilizam a relação da comunidade com sua própria cultura e território. Portanto, arremata-se que a busca por um turismo de base comunitária efetivo em Ponta Grossa exige esforços coordenados para superar tais desafios. É essencial que técnicas mais responsáveis sejam desenvolvidas e implementadas, garantindo a preservação do ecossistema local, a valorização da cultura comunitária e a distribuição equitativa dos benefícios econômicos gerados.

Um dos pontos centrais de nossa análise refere-se à dualidade entre a idealização de um “ambientalismo utópico” e as práticas concretas voltadas à sustentabilidade. Por um lado, o discurso de um mundo ideal quase inatingível não deve ser a única alternativa apresentada; pelo contrário, práticas ambientais de baixo impacto devem ser reconhecidas, incentivadas e promovidas como caminhos viáveis e necessários para a construção de modelos sustentáveis no contexto atual. Por outro lado, é fundamental problematizar o uso instrumentalizado do termo “sustentabilidade” como justificativa para a exploração desenfreada de recursos naturais, frequentemente desvinculado de uma preocupação genuína com a degradação ambiental. Como discutido, a adoção de termos vagos, sem comprovação prática ou transparência nas informações sobre o manejo adequado de resíduos, tem se consolidado como uma estratégia de mercado enganosa. Tal prática visa criar uma imagem de

responsabilidade ambiental que não corresponde à realidade, sendo utilizada para garantir vantagens competitivas, conforme apontado por Barreto *et al.* (2023a).

Este trabalho contribui para o avanço do conhecimento sobre a interação entre grupos politicamente organizados em pequenas arenas sociais, nas quais circulam simultaneamente diversos fluxos culturais, sejam eles regionais, nacionais ou transnacionais. No contexto de Ponta Grossa, esses fluxos já se fazem presentes, com um potencial significativo de expansão, possibilitando o envolvimento de um número crescente de agentes locais e de entidades de apoio. Esse processo é impulsionado pelo contínuo contato com os fluxos globalizados, promovidos pelas novas tecnologias e pelo turismo. A análise das dinâmicas locais e o impacto dessas interações ressaltam a importância de compreender as complexas redes de influências e as possibilidades de fortalecimento de práticas colaborativas, que podem resultar em novas formas de engajamento social e desenvolvimento regional.

Buscamos contribuir para o avanço da compreensão das dinâmicas sociais e ambientais em Ponta Grossa, especialmente no contexto das transformações geradas pelo turismo de base comunitária. A análise realizada neste trabalho oferece não apenas um panorama das mudanças sociais vivenciadas pela comunidade local, mas também propõe direções que podem servir de referência para outras comunidades receptoras de turismo de base comunitária, tanto no estado do Ceará quanto em outras regiões do Brasil. Ao analisar as particularidades da Praia de Ponta Grossa e suas interações com o turismo, espero colaborar com o avanço do conhecimento antropológico, especialmente no que tange à aplicação de modelos de turismo sustentável.

A partir desses dessa perspectiva, torna-se possível explicitar aquilo que talvez constitua um dos principais “achados” revelados por esta pesquisa: a musealização colaborativa só se realiza plenamente quando há correspondência entre o modo como uma comunidade produz sentido sobre si mesma e as formas pelas quais o processo museológico é organizado. O caso de Ponta Grossa demonstra que, quando o ato de musealizar emerge da própria dinâmica social (seja pela intuição museológica inicial do Sr. Josué, seja pelo engajamento coletivo que posteriormente redefiniu o MAPA) o processo deixa de ser apenas um método técnico e passa a operar como uma prática cultural situada. É precisamente essa constatação empírica que fundamenta a proposta de uma Museologia Colaborativa, pois ao invés de se apresentar como um modelo abstrato ou uma crítica genérica ao tradicional, ela se ancora em práticas concretas observadas em campo, mostrando que a colaboração não é um adjetivo ou uma etapa eventual, mas uma condição constitutiva para que a musealização cumpra seu papel social. Dessa forma, os resultados desta pesquisa não apenas tensionam

concepções existentes na literatura, mas também oferecem parâmetros objetivos, baseados na experiência de Ponta Grossa, para compreender como processos museológicos podem ser construídos de maneira compartilhada, territorializada e efetivamente alinhada às formas locais de produzir e preservar o patrimônio.

O estudo das lógicas locais e globais presentes no turismo de base comunitária em Ponta Grossa, sob a perspectiva colaborativa e sustentável do projeto de construção do MAPA, manifesta-se de grande relevância para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da região. A pesquisa destaca o ineditismo dessa abordagem, preenchendo uma lacuna significativa nos estudos sobre o tema, particularmente no contexto de Icapuí. A ausência de investigações sobre a temática, através de perspectivas conflitantes, demonstra a necessidade de aprofundamento nas práticas e impactos do turismo sustentável, que pode oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades locais. O MAPA, ao integrar aspectos colaborativos e sustentáveis, configura-se como um modelo promissor para a promoção de um turismo que respeite e valorize as especificidades culturais e ambientais de Ponta Grossa, contribuindo para a construção de uma visão mais holística e inclusiva do turismo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C de. **O Descobrimento do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2014.
- ALBUQUERQUE, M.; OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, R. A.; GERONAZZO, S. **Praia de Ponta Grossa**: vestígios arqueológicos da ocupação humana. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.
- ALMEIDA, L.; FERREIRA, T. Turismo e arqueologia: um diálogo possível? **Revista de Turismo Contemporâneo**. v. 5, n. 1, p. 136-155, 2017.
- ANICO, M. A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**. v. 11, n. 23, p. 71-86, 2005.
- AUGÉ, M. **Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris: Seuil. 1992.
- BANDUCCI JR, A.; BARRETTO, M. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.
- BARRETO, L. M. T. da S.; LANZARINI, R. **Turismo responsável - dimensão turismo sustentável**: levantamento e sistematização das políticas, programas e projetos desenvolvidos em âmbito nacional e estadual. Natal/Brasília: SEDIS-UFRN/ Ministério do Turismo, 2023b.
- BARRETO, L. M. T. da S.; LANZARINI, R. **Turismo responsável no Brasil**: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade - turismo de base comunitária e segurança turística. Natal: UFRN/SEDIS, 2023a.
- BARROS, E. L. **Erosão costeira no litoral do município de Icapuí-Ce na última década**: causas, consequências e perspectivas futuras. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, UFC, Fortaleza, 2018.
- BARTH, F. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010.
- BASTOS, R. L. **Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais**: uma proposta para o país através da análise da situação do Litoral Sul de Santa Catariana. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2002.
- BATISTA, J. B.; FILHA, V. R. A. A. **Projeto memória, narrativas e saberes tradicionais**: comunidade de Ponta Grossa-Icapuí (CE). Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BECKER, H. Conceitos. In: BECKER, H. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 2007, p. 145-187.

BERQUE, A. A cosmófania das realidades geográficas. **Geograficidade.** v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017.

BERQUE, A. Território e pessoa: a identidade humana. **Desigualdade & Diversidade.** n. 6, p. 11-23, 2010,

BRAGA, M. B. **Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas:** processos e resultados diferenciados. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

**BRASIL. Decreto-lei nº 262, de 18 de agosto de 1998.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da praia de Ponta Grossa e adota outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em:  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/262-437228>. Acesso em: 4 abr. 2025.

**BRASIL. Decreto-lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13924.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm). Acesso em: 4 abr. 2025.

**BRASIL. Decreto-lei nº 206, de 14 de novembro de 2008.** Dispõe sobre a proibição da pesca das lagostas vermelha e verde, anualmente, no período que menciona, nas águas sob jurisdição brasileira e revoga a Portaria do IBAMA nº 137, de 12 de dezembro de 1994. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em:  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/206-2008-438706>. Acesso em: 4 abr. 2025.

**BRASIL. Decreto-lei nº 341, de 25 de setembro de 2003.** Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em:  
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=99438>. Acesso em: 4 abr. 2025.

**BRASIL, E. do P. Guerra na terra e no mar:** um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em Icapuí – CE. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2013.

**BRASIL. Roteiros do Brasil:** turismo e Sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

**BRASIL. Segmentação do Turismo:** marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRULON SOARES, B. A experiência museológica: conceitos para uma fenomenologia do Museu. **Revista Museologia e Patrimônio.** v. 5, n. 2, p. 55-71, 2012.

BRULON SOARES, B. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **MANA.** v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015.

BRULON SOARES, B.; CARVALHO, L. M. de; CRUZ, H. de V. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES,

A. M.; BEZERRA, R. Z. (Orgs.). **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)**, 2014, p. 244-262.

BRULON SOARES, B.; MAGALDI, M. B. Museus e Museologia: aportes teóricos na Contemporaneidade. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 9, p. 12-19, 2020.

BRULON SOARES, B. Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. **Revista MUSAS**. n. 6, p. 28-45, 2014.

BRULON SOARES, B. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**. v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.

BRULON SOARES, B.; SCHEINER, T. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa. In: FREIRE, G. H. de A. (Org.). **Responsabilidade social da ciência da Informação**. João Pessoa: Idéia/ Editora, 2009. p. 2469-2489.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.

BUSTAMANTE, A. M. G. **Memória e identidade local em Icapuí, Ceará**. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em psicossociologia de comunidades e ecologia social) – Instituto de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 33-92.

CARACRISTI, M. de F. de A.; ALBUQUERQUE, J. C. de. Entre dois mundos: turismo de base local na comunidade de Ponta Grossa – Icapuí, Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. v. 17, n. 3, p. 112-127, 2015.

CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos. (Org.) **Memória Viva de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013.

CARDOSO, T. M.; ELOY, L.; FILHO, H. T. B.; SILVEIRA, P. C. B. Apresentação do Dossiê: Antropologia das áreas protegidas e da sustentabilidade. **Anuário Antropológico**. v. 1, p. 11-24, 2020.

CARVALHO, L. M. de.; RÚSSIO, W.; SCHEINER, T. Dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. **Museologia e Patrimônio**. v. 4, n. 2, p. 147-158, 2011.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEO**. v. 27, n. 1, p. 9-22, 2014.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. In: CHAGAS, M.; SANTOS, M. S. dos. **Museu e políticas de Memória**. Lisboa: ULHT, 2002. p. 43-81.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 17-62.

COMITRE, F.; ORTIGOZA, S. A. G. Mercantilização da cultura e a identidade do capital: as transformações no centro da cidade de Santos (SP). **Caminhos de Geografia**. v. 17, n. 57, p. 21-40, 2016.

CONTI, B.; ELICHER, M.J; LAVANDOSKI, J. **Revisão Sistemática da literatura sobre o Turismo Científico**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v.15 (2), p.1-22. 2021.

CORIOLANO, L. N.; PEREIRA, M. F. S. Turismo comunitário na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí, Ceará. **Revista da FAEEBA**. v. 27, p. 89-100, 2018.

COSTA, W. F. L.; FONSECA, M. A. P. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 13, n. 3, p. 92-104, 2019.

CURY, M. X. Narrativas museográficas e autorrepresentação indígena: a museologia colaborativa em construção. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**. v. 7, n. 2, p. 73-82, 2022.

DEVALLÉES, A. Museologia nova 1985 ou O nascimento da “nova museologia”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Tradução de Bruno Bralon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico nacional, v. 47, p. 33-40, 2015.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Arqueologia e público: pesquisas e processos de musealização da arqueologia na imprensa brasileira. **Revista Arqueología Pública**. n. 3, p. 33-48, 2008.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. **Gestão de Museus, Diagnóstico Museológico e Planejamento**: um desafio contemporâneo. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (Tradução de Paula Siqueira.). **Cadernos de Campo**. v. 13, p. 155-161, 2005.

FERNANDEZ, F. A. S. **Aprendendo a lição de Chaco Canyon**: do “Desenvolvimento Sustentável” a uma vida sustentável. Texto baseado em palestra proferida em 30 de junho de 2004 na Conferência Nacional 2004 - Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

FERREIRA, G. K. M. "A história não é só minha, a história é de todos nós, de toda a humanidade": a disputa de conhecimentos no acervo Josué Pereira Crispim (Ponta Grossa, Icapuí-Ceará). 2018. 279 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2018.

FERREIRA, G. K. M. **A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-Ceará).** 2015. 111 f. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2015.

FERREIRA, G. K. M. Conhecimento “com” ou “sobre” os outros? A horizontalização dos saberes inter-epistêmicos na pesquisa antropológica e escrita etnográfica. **Ciência & Trópico.** v. 46, n. 1, p. 67-84, 2022.

FERREIRA, G. K. M. **O Fenômeno Turístico como subsídio para os museus comunitários.** Uma análise a partir da proposta de criação do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa (Icapuí-Ceará). 2020. 90 f. (Especialização em Museus, Identidades e Comunidades) - Escola de Inovação e Políticas Públicas, FUNDAJ, Recife, 2020.

FERREIRA, M. R. A. **A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro:** o caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana.** v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004.

FONSECA, M. A. P.; JANOSCHKA, M. Turismo, mercado imobiliário e conflitos sócioespaciais no Nordeste brasileiro. **Sociedade e Território.** v. 30, p. 51- 67, 2018.

FREITAS FILHO, M. de. **Aldeia do Areal:** história e memória de Ibicutaba – Icapuí – CE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

FRIEDMAN, J. From roots to routes: tropes for trippers. **Anthropological Theory.** v. 2, n. 1, p. 21- 36, 2002,

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GARRABÉ, L. Sobre a realidade da colaboração nas metodologias colaborativas em Antropologia. **Revista AntHropológicas.** v. 33, n. 1, p. 61-95, 2022.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, C. **O saber local.** Petrópolis: Vozes, 2001.

GODOY, K. E. Controvérsias do turismo como atividade sustentável em museus. **Revista Museu.** Edição comemorativa do Dia Internacional dos Museus: Museus para uma sociedade sustentável, 2015.

GODOY, K. E.; MORETTONI, M. M. Aumento de público em museus: a visitação turística como realidade controversa. **Caderno Virtual de Turismo.** v. 17, n. 2, p. 133-147, 2017.

GODOY, K. E. Turistificação dos museus no Brasil: para além da construção de um produto cultural. **Anais do Museu Histórico Nacional**. v. 42, p. 197- 209, 2010.

GOLDMAN, M. O fim da antropologia. **Novos Estudos**. v. 30, n. 1, p. 195-211, 2011.

GOMES, A. O. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. 2012. 323 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2012.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Museologia e Patrimônio**. v. 3, n. 2, p. 42-55, 2010.

GOMES, A. O. Museus e Museologia indígena no Brasil: mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória. In: MOUTINHO, M.; PRIMO, J. (Orgs.). **Teoria e Prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED)/Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Catedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021, p. 375-434.

GOMES, A. O. **Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória**: um estudo antropológico. 2019. 959 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2019.

GOMES, A. O.; VIEIRA NETO, J. P. **A rede cearense de museus comunitários**: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Cadernos do CEOM**. v. 27, n. 41, p. 389-414, 2014.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes antropológicos**. v.11, n.23, p. 15-36, 2005.

GOUVEIA, I.; PEREIRA, M. A emergência da Museologia Social. **Revista de Políticas Culturais**. v. 9, n. 2, p. 726-745, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Projeto Ceará 2050**: Estudo Setorial Especial – Turismo. Parte I. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2018.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 80, p. 115-147, 2008.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**. v. 20, n. 1, p. 141-159, 2003.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó. In: BANDUCCI JUNIOR, A.; BARRETTO, M. (Orgs.) **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001. p. 127-148.

- HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografía**: métodos de investigación. Barcelona: Praidos, 2008.
- HOLANDA, S. B. de. A conquista da costa leste-oeste. **História Geral da Civilização Brasileira**. v. 1, n. 1, p. 213-226, 1997.
- HUYSEN, A. **Escapando da amnésia**. Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994.
- INGOLD, T. Anthropology is not Ethnography. In: INGOLD, T. **Being Alive**. London/New York: Routledge, 2011. p. 229-243.
- INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação como propósito da antropologia. **Revista Educação**. v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista Educação**. v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus e turismo**: estratégias de cooperação. Brasília: Ibram, 2013.
- INSTITUTO TERRAMAR. **Rede Tucum**: das ondas do mar aos quintais da vida. Ceará: Instituto Terramar, 2017.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.
- LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- LATOUR, B. Não é a questão. **Revista de Antropologia da UFSCar**. v. 7, n. 2, p. 73-77, 2015.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. Bauru: EDUSC, 2012.
- LAW, J. After method: an introduction. In: LAW, J. **After method**: mess in social Science research. London/New York: Routledge, 2004, p. 1-17.
- LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. El concepto del museo comunitario: Historia viviente o memoria para transformar la historia?. In: **Museos: Nuestra historia viviente**. Kansas City, Missour: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papirus, 1989.

LICARIÃO, C.; TOSCASO, I.; AMARAL, L.; ALBANO, C.; FREITAS, V.; BEZERRA, L. E.; FERNANDES-FERREIRA, H. **Turismo de observação de aves no Ceará**: zoneamento, biodiversidade e perspectiva. Fortaleza: FUNCAP, 2023.

LIMA, G. G. F. de. Museus, desenvolvimento e emancipação: o paradoxo do discurso emancipatório e desenvolvimentista na (Nova) Museologia. **Museologia e Patrimônio**. v. 7, n. 2, p. 85-106, 2014.

LIMA, J. J. S. **Etnoturismo comunitário na Lagoa Encantada**. Etnogênese JenipapoKanindé/Aquiraz-Ceará. 2018. 310f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEDEIROS, E. G. de M. **O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII**. 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2005.

MEIRELES, A. J. de A.; SANTOS, A. M. F. dos. **Atlas De Icapuí**. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MEIRELES, A. J. de A.; SOUZA, W. F. de; LIMA, A. P. da S. **Atlas socioambiental: cartografia social das comunidades de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2016.

MENESES, U. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENSCH, P. V. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 71-103.

MORETZ-SOHN, C. D. **Dinâmica de uso e ocupação em paisagens costeiras no Município de Icapuí-Ce**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza, 2018.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Museologia**. v. 1, n. 1, p. 7-9, 1993.

MURA, F. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. **Horizontes Antropológicos**. v. 17, n. 36, p. 91-125, 2011.

NARLOCH, C.; SCHEINER, T.; MACHADO, D. M. da C. Musealização da natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. v. 14, n. 3, p. 981-1002, 2019.

NASCIMENTO, R. C. do. **Impactos sócio-ambientais de marambaias para a pesca de lagosta:** o caso de Ponta Grossa, Icapuí-CE. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, A. L. de; ALBUQUERQUE, M.; SILVA, R. A.; GERONAZZO, S. **Praia de Ponta Grossa:** vestígios arqueológicos da ocupação humana. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

OLIVEIRA, L. A. Fronteiras e diálogos disciplinares: possíveis comunicações e trocas entre os campos de conhecimento da antropologia e do turismo. **Revista Iberoamericana de Turismo.** v. 4, n. 2, p. 54-66, 2014.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** v. 22, n. 1, p. 37-50, 2010.

PEREIRA, M. F. S. N. **Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/Ce.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional Em Gestão De Negócios Turísticos) - Centro de ciências e tecnologia, UFC, Fortaleza, 2015.

PERROTA, A. P. Posfácio. A antropologia diante do fim do mundo. In: A. C. R. da S.; H. M. N. (Orgs.). **Ambientes e conflito no Antropoceno.** v. 1, n. 1, p. 255-266, 2024.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego.** Escrito sob o heterônimo Bernardo Soares. Tradução de Richard Zenith. 1. ed. Lisboa: Quetzal, 1996.

PINHEIRO, M. V. A.; MOURA-FÉ, M. M.; FREITAS, E. M. N.; COSTA, A. T.; AGUIAR, A. C. S.; SOMBRA, E. T. P. Dunas móveis: Áreas de Preservação Permanente? **Sociedade & Natureza.** v. 25, n. 3, p. 595-607, 2013.

POMPEU SOBRINHO, T. **Proto-história cearense.** Fortaleza: Editora UFC, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ. **Guia turístico de Icapuí.** Icapuí: Associação Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí/Gdtur, 2020.

PUNTTONI, P. **A guerra dos bárbaros:** Povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Editora da Edusp, 2002.

REVEL, J. **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, G. L. Antropologias mundiais para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006.

ROBERTSON, R. Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidad heterogeneidad. In: MODEDERO, J. C. (Org.). **Cansancio del Leviatán:** problemas políticos de la mundialización. 2003, p. 261-284.

RODRIGUES, L. C. Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão do turismo no litoral do Ceará. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro: ABA, 2008.

RODRIGUES, M. C. **Cortejo Costurado**: dinâmicas de pessoas e indumentárias no Maracatu Almirante do Forte. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2018.

RUSSI, A.; ABREU, R. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horizonte Antropológico**. v. 25, n. 53, p. 17-46, 2019.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I). **Mana**. v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, S. da S. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. 764 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 2017.

SCHEINER, T. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: **Simpósio Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe**. Coro: Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 1999. p. 133-164.

SCHEINER, T. El Evento ‘Museo’: aportes sobre el campo teóricos de la Museología (1955-2015). **Complutum**. v. 26, n. 2, p. 77-86, 2015.

SCHEINER, T. Patrimônio, museologia e sociedades em transformação: reflexões sobre o museu inclusivo. In: **II Seminario de Investigación en Museología de los países de lengua portuguesa y española**. Buenos Aires: ICOM/ICOFOM, 2011.

SCHEINER, T. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SCHEINER, T. Reflexões sobre Museus, Turismo, Patrimônio e Sociedade. **Revista Iberoamericana de Turismo**. V. 7, n. 3, p. 6-25, 2017.

SILVA, L. G. de M. **A Vila do Estevão e a dinâmica do turismo em Canoa Quebrada - Aracati (Ceará)**: cultura, território e atividades econômicas. 2013. 215 f. Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, Rio Claro, 2013.

SILVA, W. D. A importância dos museus no processo de desenvolvimento turístico de Minas Gerais: uma análise do Museu Mariano Procópio. **Patrimônio & Turismo**. v. 6, n. 6, p. 35-45, 2009.

SILVEIRA, P. C. B. Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação. **Ambiente e Sociedade**. v. 12, n. 1, p. 83-98, 2009.

SILVEIRA, P. C. B. “Mal para nós, bem para o mundo?” - Um olhar antropológico sobre a conservação ambiental no Parque Estadual Turísitico do Alto Ribeira (PETAR). **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cárticas.** v. 1, n. 1, p. 19-28, 2008.

SOUZA, A.; CORRÊA, M. **Turismo:** conceitos, definições e siglas. São Paulo: Valer, 1998.

SOUZA, R. S. R de. Paisagem e turistificação: estudo de caso em Canoa Quebrada e Majorlândia, CE, Brasil. **Revista Científica ANAP Brasil.** v. 8, n. 11, p. 63-78, 2015.

STEIL, C. A. Antropologia do Turismo: comunidade e desterritorialização. *In: 24ª Reunião de Antropologia.* Olinda: ABA, 2004.

STENGERS, I. As ciências e seus intérpretes. *In: STENGERS, I. A invenção das ciências modernas.* Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 11-29.

STRÁNSKÝ, Z. Z. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). **Revista Museologia e Patrimônio.** v. 1, n. 1, p. 101-105, 2008.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac & Naif, 2014. p.

TAKAHASHI, S. **Estratégias da gestão turística de base comunitária em unidade de conservação:** a arie da Vila do Estevão, Aracati-Ce. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza, 2016.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOMÉ, E. J. G. **Museologia Colaborativa:** o Museu de Antropologia da Universidade da Colômbia Britânica. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UC, Coimbra, 2016.

TORRES JÚNIOR, P.; CARDOSO, M. R. C.; CARDOSO, G. C. C. A promoção do turismo sustentável e seus reflexos socioeconômicos na cidade de Icapuí/Ce. *In: XXII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente.* São Paulo: USP, 2020.

TROUILLOT, M. R. A região do Caribe: uma fronteira aberta na teoria antropológica. **Afro-Ásia.** v. 58, n. 1, p. 197-232, 2018.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VAILATI, A.; GODIO, M. Reconfigurando o meio ambiente. Reflexões sobre migrações e disputas ambientais na ilha de Santa Catarina. **Confluenze.** v. 12, n. 1, p. 285-303, 2020.

VARINE, H. de. Museus e Desenvolvimento Social: balanço crítico. *In: VARINE, H. de. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento:* propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: MAX/UFS, 2008, pp. 11-20.

VARINE, H. de. O museu comunitário como processo continuado. *In: Cadernos do Ceom.* v. 27, n. 41, p. 25-36, 2014.

VIVEIRO DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VIVEIRO DE CASTRO, E. Prefácio – O recado da mata. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-42.

ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**. v. 5, n. 1, p. 117-139, 1986.

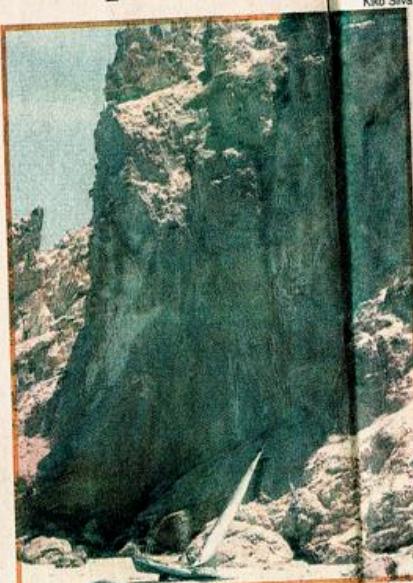
**ANEXO A – CAPA DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM  
E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS  
COLETAS**



**ANEXO B – CONTEÚDO DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS**

**Ponta Grossa fascina por seus mistérios e a multiplicidade de suas areias**

Kiko Silva



*As falésias e areias de Ponta Grossa guardam objetos históricos*

Para melhor definir uma opinião sobre as belezas naturais de Icapuí, é imprescindível visitar o pequeno lugarejo chamado Ponta Grossa. Nos últimos dois meses ficou bem mais fácil chegar na região famosa pela multiplicidade das cores de sua areia e pela versão não ortodoxa da chegada dos europeus ao Brasil. Há menos de três meses, foi construída uma rampa que facilita a descida de carro do morro que a protege até a praia, antes só possível a pé. O cuidado, no entanto, deve ser com os batimentos cardíacos tão logo o visitante se depara com a beleza do lugar, emoldurado por vasto coqueiral. A bucólica vila esconde mistérios sobre sua colonização.

O mar de Ponta Grossa que pode ser de um azul turquesa profundo, muda de acordo com a intensidade da luz. À tarde costuma ficar verde, mas mantém, a qualquer hora, a característica de um mar de águas limpidas e calmas. Na extensão da praia não faltam os visitantes de barge. Em toda a costa é possível andar de carro sem medo de imprevisto. A areia é firme devido ao avanço noturno e recuo diurno do mar.

O vermelho das falésias também muda. Dependendo da localização, pode se encontrar areias em diversos tons de marrom, vermelho e amarelo. Durante muito tempo os artesões da região não usavam corantes na fabricação das típicas garrinhas de areia. Somente com a multiplicidade das falésias era possível desenhar paisagens belíssimas.

Placas espalhadas pela praia alertam para a preocupação em preservar o paraíso que é Ponta Grossa. Os moradores querem preservar uma vista que de tão inexplorada parece nunca ter sido habitada.

Algumas pesquisas, ainda não comprovadas científicamente dão conta da chegada de embarcações espanholas ao lugar por volta do século 16. Seria uma expedição comandada por Vicente Pínzon. Lenda ou não, historiadores acreditam da vila.

O silêncio parece sagrado em Ponta Grossa. É bom não quebrar a tranquilidade do lugar com sons de carro em volume elevado. A comunidade agradece (JDD).

## ANEXO C – MATÉRIA SOBRE A SUPOSTA DESCENDÊNCIA HOLANDESA E SUA HERANÇA NO FENÓTIPO LOCAL

Com pouca movimentação turística, Redonda é um recanto de tranquilidade que além de linda, tem um cuidado com a preservação ambiental pouco visto nas praias cearenses. Na vizinhança, estão Ponta Grossa e Peroba. Juntas, compõem o principal trio de praias do município. Nelas, os encantos vão além da paisagem e chegam às histórias da comunidade local. Os moradores não se incomodam em abrir as portas para os visitantes, fazendo

de seus quintais um possível acampamento e da sala uma pousada improvisada.

Um dos moradores cuja história se mistura à de Icapuí é Josué Crispim. Nascido no município, mais precisamente na praia de Ponta Grossa, o ex-pescador divide o sobrenome com a maioria dos habitantes do povoado. O motivo é a descendência holandesa que deu àqueles nativos olhos azuis e cabelos para lá de aloirados. Josué é dali um dos que mais se in-

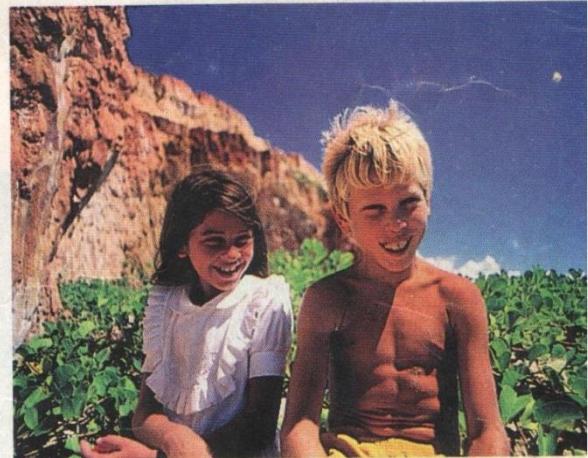
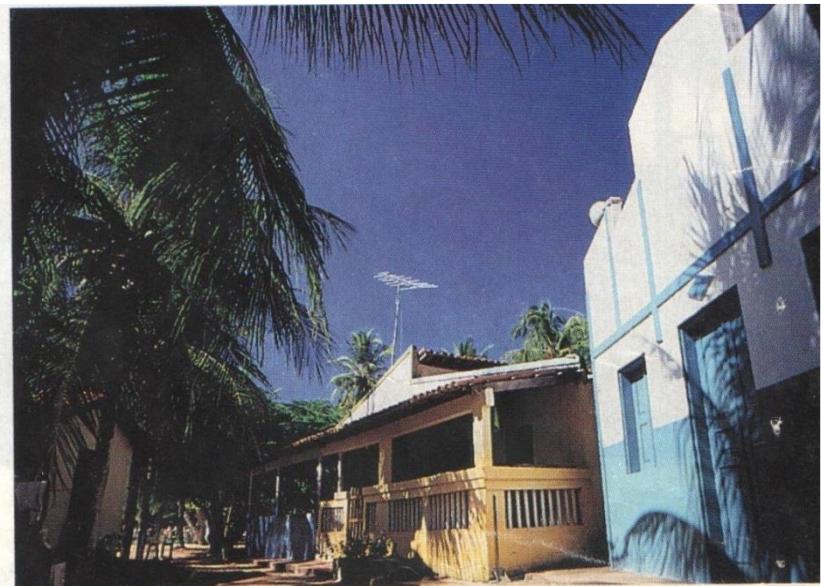
FOTOS EDIMAR SOARES



## ANEXO D – MATÉRIA SOBRE A “HERANÇA” LOIRA DE PONTA GROSSA

### HERANÇA LOIRA

*No vilarejo de Ponta Grossa, o traço mais evidente entre as crianças e os antigos moradores é a pele clara e os cabelos loiros. Tão amarelos quanto as formações de areia da selvagem e próxima praia de Lagoa do Mato.*



**ANEXO E – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO AO MPF PARA ORIENTAR A  
ASSOCIAÇÃO DE BUGUEIROS DE CANOA QUEBRADA SOBRE AS LEIS DE  
PROTEÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**

Ricardo Arruda – Coordenador

Para: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Ceará/Limoeiro do Norte.  
Dr. Samuel Arruda – Procurador  
(88) 3423 4842

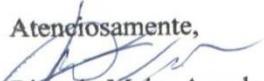
O Projeto Resgate Icapuí, cujo objetivo principal é resgatar e preservar nossa história através da conservação do Patrimônio Histórico Nacional, vem solicitar o apoio do Ministério Público no sentido de inicialmente orientar a Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada (situada na Praia de Canoa Quebra – Aracati), quanto às leis direcionadas a preservação e proteção das áreas onde ocorrem incidências de achados arqueológicos e sobre a importância do trabalho efetuado pelo nosso projeto, no tocante a preservação destes sítios.

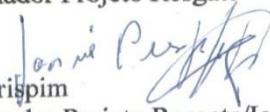
Sem critérios ou obediências a acordos firmados, a Associação vem constantemente invadindo as áreas que fazem parte do Patrimônio da União (dunas e falésias) em Icapuí com veículos utilizados para passeios turísticos.

Caso seja necessário, com o apoio do Ministério Publico, do IPHAN e de nosso corpo técnico, poderemos viabilizar cursos e capacitação na área de preservação do patrimônio para os filiados e membros da associação.

Solicitamos também que seja viabilizada uma barreira que possa barrar a passagem de outros veículos pelo local onde estão situados os sítios localizados na área denomina Pilões. A construção da mesma poderá ser recomendada à Prefeitura Municipal de Icapuí, que é nossa principal parceira.

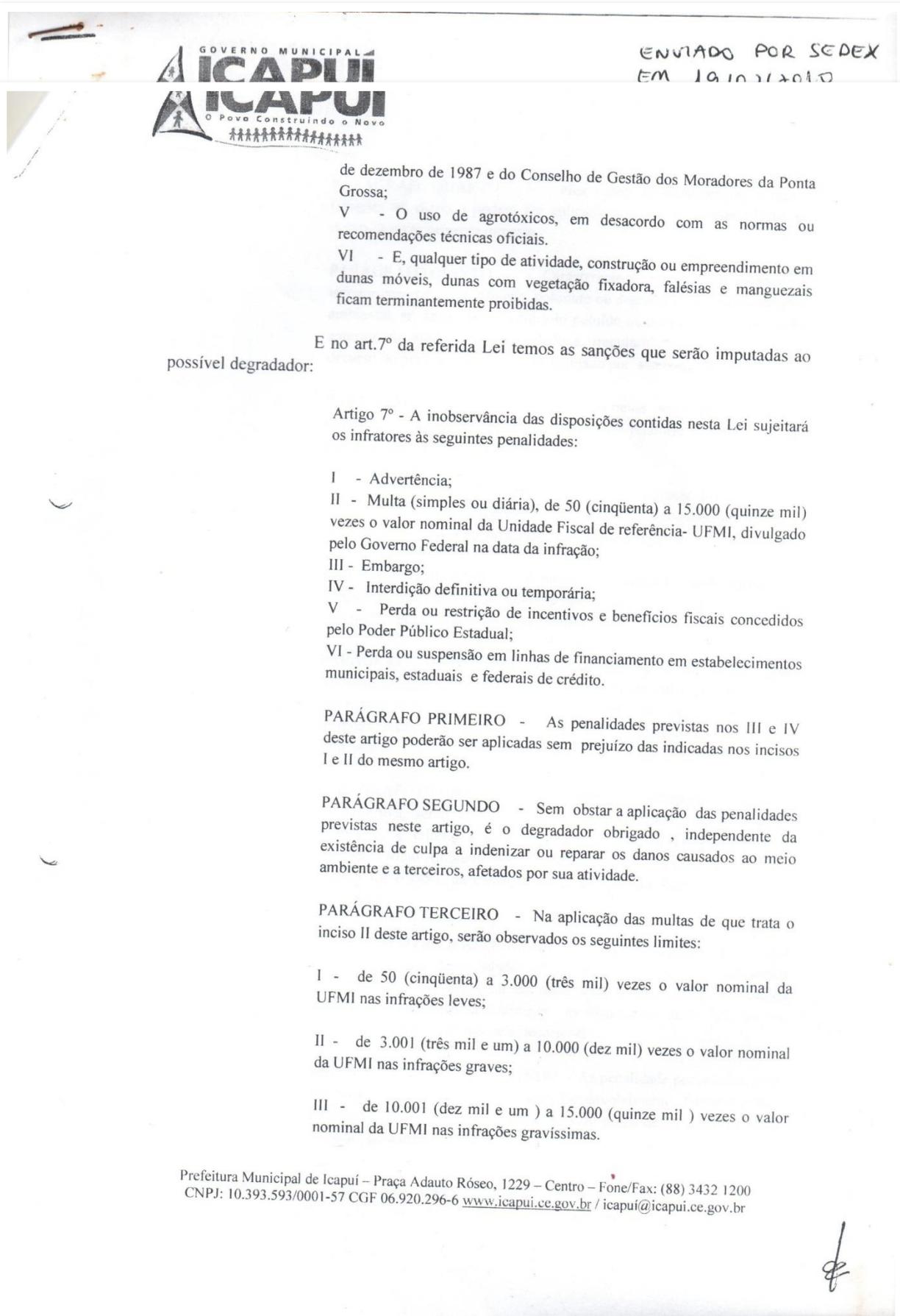
Atenciosamente,

  
Ricardo Meira Arruda  
Coordenador Projeto Resgate

  
Josué Crispim  
Coordenador Projeto Resgate/Icapuí

*Resgate Icapuí*

**ANEXO F – OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ EM RESPOSTA À  
COBRANÇA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO QUE SE REFERE À  
PROTEÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**





Decorrido o prazo de defesa, ou após o parecer oficializado ao autuado, não ocorrendo o pagamento do valor da multa imposta dentro do prazo de 05 (cinco) dias serão procedidas as medidas jurídicas de cobrança do débito, com inscrição na dívida ativa da Fazenda Pública e execução fiscal.

Os débitos de que trata este parágrafo, mesmo em execução fiscal poderão ser parcelados em prestações mensais sucessivas, em até 03 (três) vezes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Nos casos previstos nos incisos V e VI deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administração ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, conforme dispõe a Lei Federal nº 6.938 de 31.08.81.

Com base na Lei supracitada, observamos de forma notória que o Município de Icapuí já assegura a devida proteção às Áreas de Proteção Ambiental, inclusive não permitindo a realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas, quando essas iniciativas importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas regionais, protegendo assim os sítios arqueológicos lá existentes.

Desta forma, o Município de Icapuí já assegurava medidas de conservação, adotando providências necessárias de proteção à Área de Proteção Ambiental evitando inclusive a abertura de estradas, impedindo então a passagem de veículos na área, preservando os sítios arqueológicos lá existentes.

Assim sendo pede-se que seja oficiada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, inscrita no CNPJ 10.393.593/0001-57 situada na Av. Newton Ferreira, SN- Centro- Cep: 62810-000, Icapuí-CE, representada pelo Secretário Francinildo Nunes Rebouças, para dúvidas posteriores.

Atenciosamente,

JOSÉ EDILSON DA SILVA  
*Prefeito Municipal de Icapuí*

Ilmo. Sr.  
**Samuel Miranda Arruda**  
Procurador da República  
Ministério Público Federal – Procuradoria da República  
Rua Cel. Serafim Chaves, nº545- Bairro:Centro  
Limoeiro do Norte-CE CEP: 62.930-000

Prefeitura Municipal de Icapuí – Praça Adauto Róseo, 1229 – Centro – Fone/Fax: (88) 3432 1200  
CNPJ: 10.393.593/0001-57 CGF 06.920.296-6 [www.icapui.ce.gov.br](http://www.icapui.ce.gov.br) / [icapui@icapui.ce.gov.br](mailto:icapui@icapui.ce.gov.br)

**ANEXO G – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ICAPUÍ À SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO PARA VISTORIA DO SÍTIO  
ARQUEOLÓGICO MORRO DOS VENTOS, NA PRAIA DE PONTA GROSSA,  
ACATANDO O OFÍCIO DA PROCURADORIA**



**CORRESPONDENCIA INTERNA Nº 013/2010 - GAPRE**

Do: Gabinete do Prefeito/ASSEJUR  
Ao: Secretário de Obras

Icapuí, 10 de fevereiro de 2010.

Prezado Senhor,

Vimos, pelo presente, SOLICITAR que seja efetuada uma **vistoria** no Sítio Arqueológico Morro dos Ventos, em Área de Proteção Ambiental, localizado na localidade de Ponta Grossa, neste Município, no sentido de se averiguar a possibilidade de construção de algum muro de contenção que impeça o trânsito de veículos no local, bem como alguma outra medida que tenha o objetivo de impedir a depredação do Sítio.

Tal solicitação atende ao disposto no ofício nº. 314/2008 (reiterado pelo ofício nº. 088/2010), enviado à Prefeitura Municipal de Icapuí pela Procuradoria da República em Limoeiro do Norte, o qual requisita adoção de providências necessárias para a conservação de tal patrimônio, tendo em vista as reiteradas notícias de depredação do supracitado Sítio.

Segue em anexo cópias dos ofícios 314/2008 e 088/2010, ambos da Procuradoria da República em Limoeiro do Norte

Na oportunidade, expressamos votos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

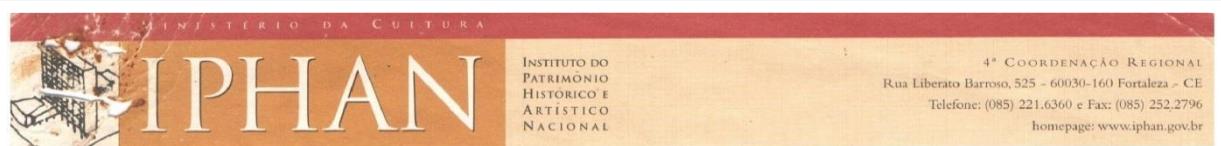
Alderlei Marins da Costa  
Chefe de Gabinete

*José Roberto  
10/02/2010*

Ao Sr.  
Secretário de Obras, serviços Públícos e Urbanismo  
Francisco Cirilo da Silva

Prefeitura Municipal de Icapuí – Praça Adauto Róseo, 1229 – Centro – Fone/Fax: (88) 3432 1200  
CNPJ: 10.393.593/0001-57 CGF 06.920.296-6 [www.icapui.ce.gov.br](http://www.icapui.ce.gov.br) / [icapui@icapui.ce.gov.br](mailto:icapui@icapui.ce.gov.br)

**ANEXO H – OFÍCIO DO IPHAN/CE SOLICITANDO AO SR. JOSUÉ CRISPIM A  
SUSPENSÃO IMEDIATA DE SUAS COLETAS ARQUEOLÓGICAS E  
PROMETENDO A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA**



Fortaleza, 13 de novembro de 1998

**OFICIO IPHAN/4ª SR/GAB/Nº 186/98**

**De:** Arq. Romeu Duarte Junior  
Superintendente da 4ª SR/IPHAN

**Para:** Sr. Josué Crispim

**Assunto:** Achados arqueológicos em Ponta Grossa

Prezado Senhor,

Cumprimentamos Vossa Senhoria, oportunidade em que expomos algumas considerações nossas quanto aos bens arqueológicos encontrados e coletados por Vossa Senhoria, conforme atesta reportagem do Jornal “Diário do Nordeste” de 13.11.98 (Caderno Turismo).

Reconhecendo e louvando o esforço e o zelo de Vossa Senhoria na organização do acervo em questão, temos a informar que as peças arqueológicas, por força de disposição constitucional, pertencem à União Federal e, nos termos da Lei. nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (ver anexo), compete ao IPHAN a guarda e proteção desse patrimônio. A Prefeitura Municipal de Icapuí já foi comunicada oficialmente acerca desta disposição constitucional.

Neste passo, solicitamos a compreensão e a colaboração de Vossa Senhoria no sentido da suspensão imediata dos trabalhos de coleta e da apresentação das peças à 4ª SR/IPHAN para que as mesmas possam ser periciadas por arqueólogo deste Instituto. As referidas peças deverão compor o acervo de um futuro museu municipal.

Certos da atenção de Vossa Senhoria ao que apresentamos, como parceiro do IPHAN na preservação do patrimônio cultural brasileiro, firmamo-nos.

Cordialmente,

Arq. Romeu Duarte Junior  
Superintendente da 4ª SR/IPHAN

RT: FAVOR ENTREGAR AO SR. JOSUÉ CRISPIM EM PONTA GROSSA

**ANEXO I – TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ICAPUÍ E IPHAN/CE PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA  
GROSSA**



Icapuí, 10 de agosto de 2006

Ofício N° 108 /2006

De: Prefeitura Municipal de Icapuí  
Gabinete do Prefeito  
Projeto Resgate Icapuí

Para: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

Att. Arq. Romeu Duarte  
Superintendente 4º Região

Prezado Senhor,

Informamos ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que fora detectada por nossos técnicos em nosso município, uma área que acreditamos ser adequada para a construção e instalação do museu “Memorial de Ponta Grossa” onde abrigaremos o material arqueológico coletado assistematicamente e também o material proveniente das escavações e coleta efetuadas durante o Projeto Resgate Icapuí. Referida área encontra-se dentro da Fazenda Retiro Grande pertencente ao Grupo Empresarial Edson Queiroz.

Ao verificarmos junto ao Grupo Edson Queiroz a possibilidade da doação para a construção do museu, nos foi solicitada uma cópia do Projeto Resgate e a solicitação da área, mas para tal necessário se faz um aval deste órgão parceiro nesta empreitada, onde se mostre a dimensão e a importância desta ação cultural. Após a demarcação dessa área iniciaremos o trabalho de levantamento topográfico para iniciarmos o processo do projeto arquitetônico e museológico seguindo as diretrizes estabelecidas em nossa parceiria.

Atenciosamente,

José Edilson da Silva  
Prefeito Municipal

Josué Pereira Crispim  
Projeto Resgate Icapuí

**ANEXO J – OFÍCIO DO IPHAN/CE AO GRUPO EDSON QUEIROZ SOLICITANDO  
A DOAÇÃO DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA  
GROSSA**



MINISTÉRIO DA CULTURA  
**IPHAN**  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

4<sup>a</sup> SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
Rua Liberato Barroso, 525 – 60030-160 Fortaleza – CE  
Telefone: (085) 221.6360 e Fax (085) 252.2796  
Homepage: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)  
Email: [4sr@iphan.gov.br](mailto:4sr@iphan.gov.br)

**OFÍCIO IPHAN /4<sup>a</sup> SR / GAB / Nº 367/06**      Fortaleza, 16 de agosto de 2006.

À  
**Superintendência do Grupo Edson Queiroz**

**Assunto: Museu Etnográfico e Arqueológico de Icapuí /Projeto Resgate**

Prezado Senhor,

O Município de Icapuí/CE é reconhecido nacional e internacionalmente pela beleza do seu litoral e pela riqueza do seu patrimônio cultural. Datando de eras pré-históricas e do período de contato entre os colonizadores e os primitivos habitantes do lugar, seu acervo arqueológico, de valor inestimável por expressar o processo histórico de formação e evolução da ocupação do território do Estado e do País, vem sendo zelosamente coletado em Ponta Grossa pelo Sr. Josué Pereira Crispim com a ciência e o apoio desta Regional e da Prefeitura Municipal de Icapuí- PMI. Também merece destaque a arquitetura vernacular local, famosa pelo conjunto das “casas alpendradas”, abrigo da mais expressiva comunidade da pesca artesanal do Estado.

A 4<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 4<sup>a</sup>SR/IPHAN e a PMI, conveniadas à Universidade Federal do Ceará - UFC, iniciam agora um amplo trabalho de pesquisa do patrimônio cultural icapuiense com vistas à conformação do acervo do Museu Etnográfico e Antropológico, equipamento este de fundamental importância para o Município, pois, como espaço voltado à exposição dessa coleção, servirá como instrumento para a realização de atividades culturais, científicas, educacionais, turísticas e de lazer, contribuindo assim, como relevante atrativo, para o desenvolvimento sócioeconômico e a elevação do padrão de qualidade de vida da comunidade.

O IPHAN, autarquia ligada ao Ministério da Cultura, através de sua 4<sup>a</sup> SR, é parceiro de primeira hora do Projeto Resgate Icapuí por reconhecermos a sua condição de significativo agente de valorização cultural e promoção social. Esta razão nos faz sugerir a V. Sa. a doação de gleba integrante das terras da Fazenda Retiro Grande para a implantação do equipamento na área, fazendo coro à



## ANEXO K – REUNIÃO EM PONTA GROSSA DOS INTEGRANTES DO PROJETO RESGATE

### **Arqueólogos e Historiadores visitam comunidade de Ponta Grossa**

Ribamar



**D**e 11 à 13 do corrente mês Ponta Grossa recebeu a visita de diversas autoridades no campo da arqueologia e da História. Estiveram integrando a comitiva Dr. Marcos Albuquerque, arqueólogo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Dr. Almir Leal, historiador da Universidade Esatadual do Ceará (UFC), Dr. Romeu Duarte, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Olga Paiva historiadora também representante do IPHAN e o Prefeito Ir. Edilson. O objetivo primordial da visita da comitiva a Ponta Grossa, fará parte

da elaboração de um plano de ações para criação de um museu etnográfico e arqueológico voltado para a preservação e pesquisa dos achados arqueológicos, que encontram-se sobre a guarda do historiador amador Josué Crispim na praia da Ponta Grossa, ainda tem como finalidade de viabilizar uma expedição arqueológica de grande porte que irá servir para pesquisas apartir da ocupação pré-histórica do município de Icapuí.

Por ocasião da visita da comitiva e como resultado encontro foi enviado ao superintendente do IPHAN-Ce, ofício requisitando a retomada do inventário das construções do conjunto

arquitetônico do município, solicitação outrossim de estudantes de arquitetura e história para devido estudo e ainda requisitando apoio financeiro para o levantamento histórico-documental do município.

Estiveram presentes Antoniete Amorim (Assessora do Departamento de Cultura do município) Eliabe Crispim (ASTUMAC), Ricardo Arruda (Assessor de Comunicação da Prefeitura de Icapuí) e produtor do Projeto Resgate, Verenice Holanda, Assessora de Mobilização Social, Aderbal Nogueira, produtor cinematográfico e demais autoridades presentes.

## ANEXO L – PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

### Reescrivendo a história com as próprias mãos

O trabalho de um pescador-arqueólogo ajuda a recontar o descobrimento e vai virar museu em Ponta Grossa

A história de José Crispim começa há 17 anos, mas bem pode ter início há 2.500 anos. Pescador e nativo de Ponta Grossa, ele começou a colecionar peças que atraíram ao solo de sua comunidade. Garrafas de cerâmica e vasinhos de porcelana, talheres e moedas de épocas e localidades diferentes (item até um religioso russo de 1945) compõem o extenso acervo que José recolheu ao longo dos anos. Do outro lado da arquibancada onde ele expõe suas descobertas há machados, curvas e panelas de pedra, vestígios do povoamento indígena na costa leste do Ceará, provavelmente dos Tremembé. Segundo ele a "panela" tem data estimada em 2.500 anos.

*A coleção de José*

Crispim registrou sinais da presença de portugueses, holandeses, espanhóis e franceses na escarpa da Ponta Grossa. Daí se confecciona como o "Mini Museu", expressão que pode tornar mais sentido a partir desse ano.

Em 98 José recebeu do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arístico-Nacional) uma comodidade com orientação para cursar suas atividades de arqueólogo-amador. Ele foi "descoberto" por ter saído uma foto sua no caderno de Turismo de um grande jornal da capital. Na época cordial o IPHAN faz referência à lei que protege os sítios arqueológicos e daqueles que envolvam técnicos para o local. Quase dois anos depois José não tinha esperava sua visita, que só agora deve acontecer.

O IPHAN e a prefeitura municipal de Icapuí se mostraram dispostos a fundar no local um Museu arqueológico.

Incorporando José e seu acervo. A ele preocupa a leitura dos órgãos públicos. "O Brasil tem o problema das coisas andarem lentas", diz um mês, que esclarecido pescador do interior do Ceará com a mesma firmeza com que explica a origem de um machado espanhol, uma colher alemã ou uma pedra de corte indígena. Seu leitor tem certo fundamento. No dia 20 de junho Ponta Grossa esperava a visita do superintendente do IPHAN no Ceará, o arquiteto Romeu Duarte, e o arqueólogo Mário Alvesquerque, que não se concretizou devido a falta de um veículo para o viagem. O secretário de Educação e Cultura de Icapuí, Luiz Osvaldo Soárez, informou que a expedição de técnicos só teria iniciado dia 22 de junho.

co apesar da negociação de convênio com o IPHAN. Luiz Osvaldo confirmou que a prefeita vai integrar José nas atividades do museu.

#### Sítios sítios

Romeu Duarte esteve em Aracati no dia 22 de junho, tratando de assuntos sobre o tombamento do centro histórico da cidade. Apesar das dificuldades sobre Ponta Grossa ele disse que tanto José quanto a Prefeitura "demoram muito tempo" em concretizar o mini-museu. A perspectiva é melhor para o ano 2001, já que o IPHAN contará com apoio financeiro da Petrobras para trabalhos arqueológicos. Icapuí tem de ir além porque os sítios estão aflomando", disse ele. Para Duarte, Ponta Grossa seria literalmente "a porta" de um trabalho mais amplo.

Existem sítios em praticamente todo o litoral de Icapuí

, onde são encontrados caixilhos, armas, moedas e ouro-níquel refinado. Duarte avverte que os sítios arqueológicos são patrimônios tão importantes que, por lei, não precisam sequer serem tombados. Ele defende um acompanhamento técnico específico e tomba o que acontece no final do ovo passado em Manaus, quando o início da construção de um conjunto habitacional trouxe à tona um sítio com umas funerárias indígenas com mais de 3.000 anos.

*A coleção de José Crispim*

Reportagem: Edna Meneguelli  
Foto: Wilson Machado  
Tatto Monteiro / Cartão Série



José e o Mini-Museu

tem resistência em trabalhar com os órgãos públicos, mas avverte: "Se formos parceiros em ação, mas se quiserem me botar para esconder em chumbo a imprensa". Vê como argumento principal o tratamento que ele próprio dispensou ao seu acervo ao longo desses anos.

José nunca vendeu qualquer peça (houve um visitante espanhol que ofereceu mil dólares em cada uma) nem nunca cobrou de nenhum turista que quisesse ver o museu. "Esta comercialização seria uma falta de respeito", diz o arqueólogo-amador que começou a colecionar garrinhas de cerâmica holandesa para o avô guardar sementes de cereais que sobreviveram de um ano para outro. Agora José Crispim quer ver crescer o trabalho ao qual se dedicou por tantos anos como se fosse um filho seu, mantendo-o em um dos quartos de sua casa.

Mas enquanto isso José reclama que estas informações não chegam até ele, que só fica sabendo das novidades quando recebe alguém da imprensa que teve contato com o IPHAN. Ele afirma que não

## **ANEXO M – LEI N.º 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL “MEMORIAL DE PONTA GROSSA” E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

### **O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ**

Faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

#### **L E I:**

**Art. 1º.** Fica criado o Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, com finalidades, atribuições e organização previstas nesta Lei, vinculado à Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Icapuí.

*Parágrafo Único* – O Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa” funcionará na localidade de Ponta Grossa neste Município.

**Art. 2º.** São os seguintes os objetivos do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”.

I – analisar, catalogar e preservar em acervo material antropológico, arqueológico, histórico e artístico;

II – pesquisar e registrar aspectos da cultura material e imaterial;

III – promover palestras e exposições voltadas para a comunidade;

IV – firmar convênios com instituições nacionais e internacionais;

V – promover ações educativas junto às escolas, universidades e afins.

**Art. 3º.** Os cargos de provimento efetivo, e os de provimento em comissão, do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, serão criados por lei específica.

**Art. 4º.** Com a finalidade de se administrar o Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, dentro de normas específicas, será instituído o Regulamento do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotação própria prevista no Vigente Orçamento.

*Parágrafo Único* – Fica o Prefeito Municipal de Icapuí autorizado a abrir os créditos necessários e a fazer operações de crédito indicadas para a execução desta Lei.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 23 de novembro 2005.**

**JOSÉ EDILSON DA SILVA**

**Prefeito Municipal de Icapuí**

**ANEXO ÚNICO DE QUE TRATA A LEI N° 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.**

*DECLARAÇÃO*

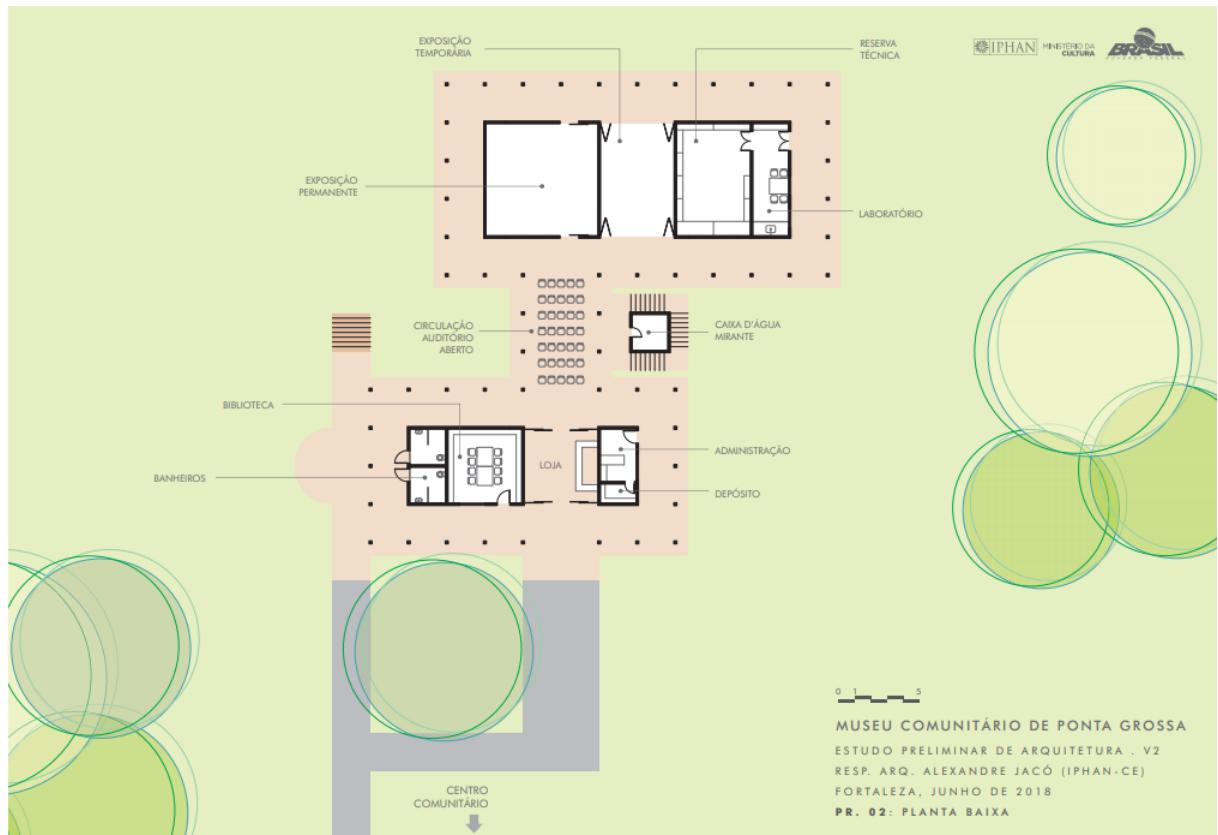
O Senhor José Edílson da Silva, Prefeito Municipal de Icapuí e ordenador de despesa do referido Órgão Público, vem pela presente, nos termos do art. 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, DECLARAR, que o aumento de despesa oriunda da Lei nº 457/2005, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, aos 23 de novembro de 2005.

**JOSÉ EDÍLSON DA SILVA**

Prefeito Municipal

**ANEXO N – PLANTA ARQUITETÔNICA DO MCAPG DESENVOLVIDA PELO  
IPHAN/CE**



**ANEXO O – PLANTA ARQUITETÔNICA DO MCAPG DESENVOLVIDA PELO  
IPHAN/CE**

